

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

FELIPE AUGUSTO SANTANA DO NASCIMENTO

**ENTRE AS FRONTEIRAS DA *TERRA PROMETIDA*: OS
TRABALHOS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA NA
REPRESENTAÇÃO DOS BRASIGUAIOS**

Recife

2015

FELIPE AUGUSTO SANTANA DO NASCIMENTO

**ENTRE AS FRONTEIRAS DA *TERRA PROMETIDA*: OS
TRABALHOS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA NA
REPRESENTAÇÃO DOS BRASIGUAIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística
Linha de pesquisa: Análises do discurso

Prof^a. Dr^a Fabiele Stockmans De Nardi
Orientadora

Recife

2015

Catálogo na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

N244e Nascimento, Felipe Augusto Santana do

Entre as fronteiras da *Terra Prometida*: os trabalhos da memória e da história na representação dos brasiguaios / Felipe Augusto Santana do Nascimento. – Recife: O Autor, 2015.

200 f.: il., fig.

Orientador: Fabiele Stockmans De Nardi.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2015.

Inclui referências e anexos.

1. Linguística. 2. Memória. 3. Análise do discurso. 4. Análise linguística. I. De Nardi, Fabiele Stockmans (Orientador). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2015-53)

FELIPE AUGUSTO SANTANA DO NASCIMENTO

**ENTRE AS FRONTEIRAS DA TERRA PROMETIDA: Os Trabalhos da
Memória e da História na Representação dos Brasiguaios**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA, em 11/2/2015.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Fabiele Stockmans De Nardi
Orientadora – LETRAS - UFPE

Prof^a. Dr^a. Evandra Grigoletto
LETRAS - UFPE

Prof^a. Dr^a. Solange Mittmann
LETRAS - UFRGS

Recife – PE
2015

*Àqueles que deixaram o
seu lugar pela promessa de uma nova terra,
terra-outra, terra-estranhamente-sua.
O sonho da “Terra prometida” pulsa em todos aqueles que
se sentem estrangeiros em sua própria terra.*

DOS AGRADECIMENTOS

À minha vó, Laurizete, e à minha tia-avó, Ediledes (*in memoriam*), que, com cuidado e sabedoria, alimentaram os sonhos de um pequeno sonhador.

Aos meus pais, Marinalva e Robson, por me permitirem, cada um a seu modo, o meu crescimento.

Ao pequeno Caio, pelo sorriso inocente, pela linguagem que se manifestava e me permitia ver: a essência da vida.

Às professoras Cristina Teixeira Vieira de Melo, Maria Cristina Hennes Sampaio, Dóris de Arruda Carneiro da Cunha e Virgínia Leal, por me permitirem um outro olhar sobre o discurso e me ensinarem a pensar.

À professora Evandra Grigoletto, pelo olhar cuidadoso a mim dedicado em toda a minha caminhada na Análise de Discurso.

À professora Livia Suassuna, pelos ensinamentos e pelo exemplo que é para mim.

Ao professor Lourival Holanda, por me ensinar que a poesia é. E sem a qual a vida não seria possível.

À professora Solange Mittmann, pela leitura atenciosa e pelas provocações que me permitiram um efeito fecho a esta dissertação.

Ao professor José Lindomar Coelho Albuquerque, por clarear algumas frentes de pesquisa e pelos caminhos sugeridos.

Aos meus amigos da graduação, que, com leveza e carinho, compartilharam comigo alegrias e sonhos: Cláudia Vasconcelos, Cybelle Fernandes, Daniel Cisneiros, Danielle Marinho, Diego Alexandre e Maria Eduarda Braz Aguiar.

Aos amigos da pós-graduação, em meio a risos e a prazos de entregas: Carla Richter Erasmo Ferreira, Gabriela Medeiros, Iaranda Ferreira, Sirleidy Lima e Vinícius Nicéas.

Aos queridos amigos, pelas alegrias de cada momento que passamos juntos: Ana Rita Souza, Eduardo Gonçalves, Guilherme Barbosa, Ítalo Barros, João Gusmão e Maria Valença.

A Leonardo Gueiros, que desde a graduação aventura-se comigo nos difíceis caminhos do discurso; a Camila Lucena, por compartilhar comigo a sua leitura sobre a situação dos brasiguaios; e a Fabiana Ferreira, por me ensinar que uma teoria é, antes de tudo, posição política e paixão.

A Fernando Raposo, Gioggio de Alcaniz, Thiago Pereira, Atilio Gazola e Jefferson Vilela, por tornarem meus momentos em Foz do Iguaçu especiais.

À minha orientadora (e amiga) Fabiele Stockmans De Nardi, pela competência e carinho que me permitiram crescer e trilhar este caminho: parte do que eu sou é resultado de sua atenção e esforço. E, em especial, ao pequeno Francisco, pelas horas roubadas por esta dissertação. Este trabalho é nosso!

Ao CNPq, pela bolsa a mim concedida e sem a qual essa caminhada seria ainda mais difícil.

À FACEPE, por me possibilitar, por meio do Auxílio de Mobilidade Discente (AMD), a vivência necessária com meus sujeitos de estudo e com pesquisadores da área na cidade de Foz do Iguaçu.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e ao seu Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, por apoiarem a minha mobilidade discente e por me permitirem vivenciar esse projeto que é a integração entre os países da América Latina. E, sobretudo, ao Professor Jayme Benvenuto Lima Jr., que não mediu esforços para que minha mobilidade ocorresse da forma mais leve e eficaz possível. Sua supervisão foi valiosíssima e sem ela minha leitura seria limitada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Foz do Iguaçu, em especial ao Professor José Carlos dos Santos, por me permitir um outro olhar sobre o discurso e a História a partir da disciplina “Discurso historiográfico e identidade nacional”.

Por fim, e não menos importante, a todos os brasileiros, paraguaios e brasiguaios que passaram pelo meu caminho e me possibilitaram ver que suas histórias e memórias carregam diferentes verdades.

E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior.

*Michel Pêcheux, **Papel da Memória.***

[é necessário] aceitar se confrontar com essa memória sob a história que sulca o arquivo não escrito dos arquivos subterrâneos. O interesse desse heterogêneo discursivo, feito de cacos e de fragmentos, é que ele permite recuperar as condições concretas da existência das contradições através das quais a história se produz, sob a repetição das memórias estratégicas.

*Michel Pêcheux, **O estranho espelho da Análise de Discurso***

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar os funcionamentos da memória e da história nas representações veiculadas pela mídia sobre os brasiguaios e sua relação de (não-) pertencimento à terra brasileira e/ou paraguaia. Para instaurarmos a discussão, fundamentamos nossa pesquisa na Análise de Discurso peuceuxtiana que traz aos Estudos da Linguagem a contribuição de considerar a relação entre língua, história e ideologia como constitutiva na produção dos efeitos de sentido. Apoiando-nos, então, nas noções de designação, história, memória e representação, tal como são entendidas na Análise de Discurso, buscamos compreender como a atualização de *já-ditos* sobre os brasiguaios retoma elementos da história e da memória no processo de significação da própria designação “brasiguaios”. Para compreendermos esse funcionamento, partimos do discurso historiográfico (de suas diferentes verdades sobre os paraguaios, os brasileiros e os brasiguaios) para entendermos como esses dizeres são veiculados na mídia brasileira e paraguaia, ao acionar uma memória histórica e discursiva que marca a relação entre o Brasil e o Paraguai e o movimento de ocupação/invasão/domínio das terras paraguaias. Com o intuito de atingir esse propósito, selecionamos algumas sequências discursivas do campo do Direito (mais especificamente relacionadas à *Constituição da República do Paraguai*, de 1992, e à Lei Nº2.532/2005, conhecida como *Lei da Segurança da Fronteira do Paraguai*) e de notícias veiculadas sobre os brasiguaios em dois periódicos (*Folha de São Paulo*, do Brasil, e *ABC Color*, do Paraguai) entre o período de abril de 2010 e julho de 2012, respectivamente marcados pelo Estado de exceção no Paraguai e o impeachment do Presidente Fernando Lugo. Dessa forma, a partir da designação “brasiguaios”, que remete a um duplo pertencimento ou, muitas vezes, ao não pertencer a lugar nenhum, foi possível observarmos que duas formações discursivas regulam o modo como o discurso historiográfico sobre os brasiguaios é trabalhado pela mídia, forjando, por meio do rótulo “brasiguaios”, uma representação homogênea sobre sujeitos que são diferentes entre si e que se relacionam de diversas maneiras tanto com os Estados brasileiro e paraguaio quanto com a relação trabalho, propriedade e posse.

PALAVRAS-CHAVE: Brasiguaios. Designação. História. Memória. Representação.

RESUMEN

Con este trabajo tenemos por objeto investigar los funcionamientos de la memoria y de la historia en las representaciones de los brasiguayos transmitidas por los medios de comunicación y su relación de (no)pertenencia a la tierra brasileña y/o paraguaya. La discusión se fundamenta teóricamente en el Análisis de Discurso fundado por Pêcheux, perspectiva teórica que aporta a los Estudios del Lenguaje la discusión sobre la relación entre lengua, historia e ideología como constitutivos de la producción de efectos de sentido en el discurso. Mediante la movilización de las nociones de designación, historia, memoria y representación, como son entendidas en el Análisis de Discurso, buscamos comprender como la actualización de "ya dichos" acerca de los brasiguayos retoma elementos de la historia y de la memoria en el proceso de significación de la propia designación "brasiguayos". Para entender esto funcionamiento, partimos del discurso historiográfico (de sus distintas verdades sobre los paraguayos, los brasileños y los brasiguayos) para comprender como los referidos dichos son transmitidos en los medios de comunicación brasileño y paraguayo, al accionar una memoria histórica y discursiva que marca la relación entre Brasil y Paraguay y los movimientos de ocupación/invasión/dominio de las tierras paraguayas. Con el fin de lograr este propósito, seleccionamos algunas secuencias discursivas del campo del Derecho, en particular las que se refieren a la *Constitución de la República del Paraguay*, de 1992, y la Ley N° 2.532/2005, conocida como *Ley de la Seguridad de la Frontera del Paraguay*) y de noticias transmitidas sobre los brasiguayos en dos periódicos (*Folha de São Paulo*, del Brasil, y *ABC Color*, del Paraguay), en el periodo de abril de 2010 y julio de 2012, marcados respectivamente por el Estado de excepción en Paraguay y el impeachment del Presidente Fernando Lugo. A partir de la designación "brasiguayos", que tanto puede involucrar una doble filiación del sujeto, como referirse a su no pertenencia a ninguno de los países, se observó la existencia de dos formaciones discursivas que regulan la forma como los medios de comunicación trabajan con el discurso historiográfico sobre los brasiguayos. Lo que observamos es que por medio del rótulo "brasiguayos" se ha forjado una representación homogénea sobre los sujetos así designados, aunque sean muy distintos entre si y se relacionen de formas diversas tanto con los Estados brasileño y paraguayo como con la relación trabajo, propiedad y pose.

PALABRAS CLAVE: Brasiguayos. Designación. Historia. Memoria. Representación.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS: A ADVERTÊNCIA NECESSÁRIA.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1 FRONTEIRAS E TERRA: OS BRASIGUAIOS.....	23
1.1 Nas trilhas da história: a constituição do Paraguai.....	26
1.1.1 Nação e Estado: o Paraguai.....	29
1.1.2 A Guerra do Paraguai: das delimitações das fronteiras nacionais.....	40
1.1.3 A ditadura de Stroessner: os acordos políticos.....	48
1.2 A noção e representação do espaço: as fronteiras	54
1.3 A questão da terra: proprietários, colonos, ruralistas, camponeses e invasores/ocupadores/dominadores de terras.....	61
1.3.1 Nem brasileiros, nem paraguaios: brasiguaios.....	67
2 SOBRE A TEORIA QUE NOS SUSTENTA	74
2.1 Ideologia, Formação Discursiva e Sujeito.....	75
2.2 O lugar da memória e da história.....	80
2.2.1 Imaginário e representação.....	90
2.3 Designar na perspectiva da AD.....	93
2.3.1 De Frege a Pêcheux.....	93
2.3.2 Designar: o funcionamento da memória e da representação.....	97
3 MO(VI)MENTOS DE ANÁLISES.....	107
3.1 O percurso metodológico.....	109
3.2 A lei e os processos de universalização: a construção dos lugares.....	114
3.3 O termo “brasiguaios” e processos de definição: a aparente homogeneidade.....	121
3.4 O direito à terra paraguaia e os símbolos nacionais: o (não-)pertencimento.....	143

3.5 A construção do mosaico sobre o ser brasiguai: memórias que se (entre)cruzam.....	154
3.5.1 Os vilões	155
3.5.2 As vítimas.....	162
3.6 O jogo político Brasil-Paraguai: de problemas a solução.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185
REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS.....	193
ANEXOS.....	197

PRIMEIRAS PALAVRAS: A ADVERTÊNCIA NECESSÁRIA

Que se leia, nestas páginas, e mesmo em suas lacunas, um questionamento da relação da língua com a história na ordem do discurso.

Jean-Jacques Courtine, **Análise do discurso político.**

Sim, este trabalho se situa no campo dos Estudos da Linguagem e apresenta a *interferência* necessária da História na sua constituição. É fruto, pois, de um apaixonado pela linguagem e pela história que, contrariado com a relação de *complementaridade* existente entre esses dois campos, encontrou na Análise de Discurso, tal qual praticada no Brasil e que se origina nos trabalhos de Michel Pêcheux, o lugar onde pode compreender a relação entre Linguística e História como fundantes, isto é, lugares a partir dos quais é possível constituir um outro olhar sobre a língua, o sujeito e o discurso. Esta dissertação, portanto, filia-se aos trabalhos de Michel Pêcheux e é um movimento de resistência ao “encobrimento da história”, já que se buscará (a partir do campo dos Estudos da Linguagem, mais precisamente da Análise de Discurso) a *interferência*¹ da História para compreender como o discurso historiográfico é trabalhado pela mídia nos processos de representação sobre os brasiguaios. A História, dessa forma, será convocada como partícipe deste trabalho, que busca, por meio de uma análise linguístico-discursiva, a compreensão dos efeitos de sentido veiculados pela mídia sobre os “brasiguaios”. Efeitos de sentido que são fruto da própria designação atribuída a esses sujeitos e que funcionam por meio do jogo histórico-discursivo, pelos trabalhos da memória discursiva.

¹ A discussão sobre a *complementaridade* é feita por Paul Henry em seu livro *A ferramenta imperfeita* (1992), no qual o autor crítica o posicionamento da Linguística que, por muito tempo, recorria a questões psíquico-biológica ou sociais para explicar fatos que não podiam ser explicados pela organização interna da língua, o seu sistema. Para Henry (1992), tanto a Psicologia quanto a Sociologia eram, portanto, convocadas como campos complementares à Linguística, mas não como campos que faziam parte de seus fundamentos epistemológicos. Na visão do autor, isso é um problema para os Estudos da Linguagem (a Linguística) porque, na tentativa de se fazer científica, ela excluía de seu escopo elementos que interferem em sua essência: o sujeito, o sentido e a ideologia. No nosso caso, a história – e é o que os trabalhos da Análise de Discurso peuchextiana, à qual nos filiamos, nos mostram – é parte epistemológica da teoria e sem a qual não seria possível compreender o funcionamento do discurso. Nosso trabalho, dessa forma, com a interferência da História na Linguística, por meio da Análise de Discurso, lançará luzes sobre os trabalhos da história e da memória discursiva na construção de representações sobre os brasiguaios.

INTRODUÇÃO

*Então o Senhor disse a Abraão: "Saia da sua terra, do meio dos seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que eu lhe mostrarei."
Gênesis 12:1 – **Bíblia Sagrada***

*Esse lugar para onde foram chama-se Yvy marã ei (a "terra sem males"). Aí as plantas nascem por si próprias, a mandioca já vem transformada em farinha e a caça chega morta aos pés dos caçadores. As pessoas nesse lugar não envelhecem e nem morrem: aí não há sofrimento!
Mito Guarani da "terra sem males" – **Terra sem males***

O gesto de interpretar o presente implica uma volta ao passado à procura de entender como os fios da história foram sendo tecidos, tramados. Essa tessitura, no entanto, não pressupõe algo linear e de fácil acesso, mas um trabalho de retomada e desvelamento que nos leva a caminhos opacos e de difícil caminhada. Mais do que retomar os fios expostos (a materialidade linguística), o trabalho do analista de discurso se volta para o que não está explícito nesse fio, mas nele envolto, produzindo ecos. É um trabalho de retorno e, sobretudo, questionamentos. Assim, em Análise de Discurso (doravante AD), é seguindo as pistas deixadas na materialidade linguística que chegamos aos discursos e à história (mas não apenas à História enquanto disciplina – a “única” que descreve o passado e que se convencionou grafar com H maiúsculo –, mas sim à história e suas contradições, à historicidade: movimento que não pressupõe um começo e um fim, e sim efeitos). Nesse movimento de idas e vindas, é à noção de memória que recorreremos para compreender como esses fios foram sendo tecidos. Memória que, como veremos ao longo de nosso trabalho, é de ordem sócio-histórica-discursiva e tem na linguagem a sua constituição. Dessa forma, para compreendermos as representações veiculadas pela mídia sobre os brasiguaios e sua atual situação, traçamos o caminho que os liga à sua relação com a terra, principalmente à paraguaia, motivo atualmente de conflitos e questionamentos da permanência deles no Paraguai.

À procura da *Terra prometida*², o homem caminha em busca de um lugar para chamar de seu e que lhe permita, portanto, simbolizar-se e construir-se como pertencente

² Tomamos, aqui, a designação *Terra prometida* para fazer alusão às diferentes memórias que o mito da *Terra prometida* carrega consigo. No caso dos brasiguaios, os acordos políticos para o povoamento da região fronteira entre o Brasil e o Paraguai também foram construídos pela atualização desse mito, o qual se baseou no fácil acesso a terras baratas e produtivas no Paraguai. O mito da *Terra prometida*, a nosso ver,

a esse lugar, reconhecendo-se como o povo eleito para reconstruir uma nova vida. O mito bíblico de Abraão, nesse sentido, alude ao chamado do homem à procura de sua terra, a fim de realizar todas as promessas e sonhos e de construir a sua história. Entre a lembrança e o esquecimento da promessa de uma *Terra prometida*, o europeu chegou à América movido pelo desejo de encontrar novas formas de exploração e de realização de seus sonhos. A riqueza encontrada, sobretudo na América Latina, levou o europeu a crer que esse lugar era seu por direito e que a exploração de suas terras era a melhor forma de usufruir desse lugar. Os nascidos na América Latina, por outro lado, não gozavam dos mesmos “direitos”; e a terra, que até então lhes pertencia e simbolizava a sua liberdade, passou a significar opressão. Na América Latina, a presença-ausência do direito a ter uma terra para chamar de “sua” constituirá o povo latino-americano, como veias abertas³ que insistem em produzir sentidos⁴.

Passados mais de cinco séculos da chegada ibérica à América Latina, a problemática da terra ainda é latente nessa região e se materializa no alto índice de concentração de terras (a presença de grandes latifundiários que são donos da maior parte das terras produtivas) por parte dos países latino-americanos. A quantidade exacerbada de terras nas mãos de poucos é vestígio da colonização aqui empreitada, cujas marcas podem ser observadas não só na má distribuição de terras, mas na pobreza advinda dessa concentração. É o caso do Paraguai e do Brasil que, respectivamente, são os países que apresentam a maior concentração de terras do mundo⁵.

representa bem o processo migratório de brasileiros para o Paraguai, que hoje têm suas terras reivindicadas por parte dos paraguaios.

³ Referimo-nos à obra *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano.

⁴ A Literatura é um bom exemplo de como a problemática do pertencimento e não-pertencimento à terra latino-americana não cessa de produzir sentidos. Destacamos, em especial, essa questão nas produções de Jorge Luis Borges, Octavio Paz, Juan Rulfo, Eduardo Galeano, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto etc., autores cujas obras tratam a relação do homem (latino-americano) com a terra de diferentes maneiras, mas que apresentam em comum a sina desse homem (latino-americano) de viver à procura de sua *Terra prometida*. A “memória circular” – rapidamente apontada por Courtine (2006) para se referir ao retorno obrigatório das diversas correntes linguísticas ao *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, para legitimá-lo e/ou contradizê-lo, construindo uma memória circular sobre essa obra – é o movimento, entendemos, que ocorre sobre a questão da terra nessas obras e em outras obras na América Latina. Isto porque a presença da terra, nessas obras, funciona como lugar obrigatório de retorno para definir o homem latino-americano, pois é em torno da memória construída sobre esse homem e sua relação com a terra latino-americana que boa parte dessas obras são construídas e esse homem passa a ser dito e, por sua vez, representado. Por isso a presença da sina de encontrar uma terra para chamar de “sua” é tão marcante nas obras latino-americanas, é um efeito da memória que não cessa de produzir sentidos no homem latino-americano. Esse retorno é o efeito da memória circular que trabalhar construindo dizeres sobre o “mesmo”, mas diferente.

⁵ Muitos são os dados que se referem à distribuição de terras no Paraguai, mas, no geral, todos convergem para a alta concentração de terras no país nas mãos de poucos, fato que o faz liderar, portanto, a lista de países com maior concentração de terras do mundo. Segundo dados divulgados na Revista *La Espalda*

No entremeio desses dois países, nas fronteiras desses Estados, o mito da *Terra prometida* foi sendo construído pelos governos brasileiro e paraguaio no século XX, por meio da *Marcha para o Oeste* (1940-1960), no Brasil, e da *Marcha del Este* (1960-1980), no Paraguai⁶. Tal fato ocasionou uma série de fluxos migratórios para a região fronteiriça, principalmente para a fronteira do Brasil com o Paraguai. Um dos resultados desses fluxos migratórios foi a entrada maciça de brasileiros no Paraguai, contribuindo para o crescimento deste país, o seu *milagre econômico*. Apesar deste crescimento, parte dos paraguaios não sentia as melhoras econômicas, nem alguns brasileiros que ali viviam. O agravamento dessa situação se deu quando o Paraguai começou a entrar numa crise econômica por causa da baixa dos preços da soja e do algodão. Com o acirramento dos problemas econômicos, a situação, no Paraguai, ficou insustentável para parte dos brasileiros, já que, sem ter a quem vender seus produtos, eram acusados de ser um “peso” para a economia.

Essa situação motivou uma série de revoltas, o que ocasionou o aumento das invasões de terras de brasileiros por campesinos paraguaios. Sentindo-se ameaçados, os brasileiros tentaram buscar o apoio do governo paraguaio, que o negou, afirmando que eles não eram paraguaios; e do governo brasileiro, que se eximiu da responsabilidade, afirmando que não poderia ajudá-los porque eles haviam “abandonado” suas terras e não eram mais brasileiros. Não eram, portanto, nem brasileiros, nem paraguaios esses sujeitos, mas considerados brasiguaios, e conviviam “com uma situação de irregularidade civil, situando-se à margem dos sistemas de proteção social dos dois países.” (NOGUEIRA; SILVA, 2007).

(2012), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), o Professor Luciano Wexell Severo afirma que *la oligarquía terrateniente suma el 2% de la población y es dueña de 82% de las tierras. Afirma Coronel* [Severo refere-se ao artigo “Paraguay, el país más desigual del continente”] *que “una sola persona, el brasileño Tranquilo Favero, el ‘Rey de la Soja’, posee más de 2 millones de hectáreas, y sus dominios son casi igual a la superficie de Bélgica”. Simultáneamente, cerca de 300 mil familias de campesinos no tienen tierras para cultivar.* Esses dados apresentados por Severo (2012), a partir do estudo de Coronel, é recorrente nos dizeres sobre a concentração de terra no Paraguai, inclusive aparece nos dizeres sobre a invasão/ocupação/dominação brasileira do território paraguaio por meio da imagem do produtor de soja Tranquilo Favero. Voltaremos a essa discussão no capítulo III (cf. subseção 3.5.1).

⁶ Apesar de reconhecermos o trabalho político durante a ditadura dos governos brasileiro e paraguaio como marco histórico da construção do mito da *Terra prometida* no Paraguai, não podemos deixar de lembrar que a construção desse mito só foi possível devido às condições históricas que marcaram a colonização e o processo de independência desses países. Entendemos que é por meio da compreensão desse funcionamento histórico que será possível lançar algumas luzes sobre a atual situação dos brasiguaios e, portanto, compreendermos melhor o funcionamento da memória sobre a história na construção das representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia.

Tal fato vem se agravando, nas duas últimas décadas, devido ao aumento do comércio fronteiriço na região, à sanção da “Lei da Segurança da fronteira do Paraguai, 2.532/05”, de 2005, que não permite a venda de terras a estrangeiros na faixa de 50 km a partir dos limites de suas fronteiras, e à Reforma Agrária proposta pelo governo do Presidente Fernando Lugo (2008-2012). E justamente são essas terras – que funcionaram como a *Terra prometida*, atraindo os brasileiros por meio da promessa de um novo nascimento e uma nova condição – as reivindicadas hoje pelos paraguaios.

Podemos, dizer, então, que o mercado, ou melhor, a alteração das regras do mercado e das políticas públicas a ele atreladas, que antes atraíam os brasileiros para o Paraguai, aparentemente desejoso de seu trabalho, criou, para parte dos agora brasiguaios, um lugar marginal que os coloca numa zona de não-pertencimento. Despojados de nacionalidade e de “suas” terras, não encontram a quem recorrer em busca de proteção: perderam seus “vínculos” com o país de origem e foram expulsos daquele que um dia os recebeu. Quem são, então, os brasiguaios? A que lugar pertencem? O que têm de *seu*? Que fronteiras são essas em que vagam?⁷

Essas são algumas perguntas a que buscamos responder por meio da análise dos processos de representação veiculados pela mídia por meio da designação “brasiguaios”, a fim de observar como os sentidos produzidos sobre eles constroem uma memória que, ao silenciar o fato de que os brasiguaios fizeram parte do crescimento econômico do Paraguai, coloca-os em uma zona de não-pertencimento: sem pátria, condenados a “*formar como en la Franja de Gaza*”⁸. Partimos, em nossa pesquisa, da compreensão de que a negação de pertencimento por parte dos governos nacionais brasileiro e paraguaio vem colocando esse grupo, muitas vezes, em uma situação de “silenciamento” de sua voz social, já que essa negativa de assistência indica que tais sujeitos não fazem parte nem da sociedade brasileira, nem da sociedade paraguaia, ou seja, não têm a quem falar. Ao se situarem como na “Faixa de Gaza”, os sujeitos brasiguaios se veem como apátridas, numa

⁷ Em nossa pesquisa de iniciação científica, “No entremeio da fronteira: representações da mídia sobre os brasiguaios”, financiada pelo CNPq, algumas dessas questões foram problematizadas e nos levaram a pensar os trabalhos da memória e da história nas representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia. Grande parte das discussões que norteará este trabalho se deve a questionamentos advindos dessa pesquisa de iniciação científica, sob a orientação da Professora Dr^a Fabiele Stockmans De Nardi e concluída pela aluna Camila Lucena, do curso de Letras da UFPE.

⁸Em entrevista ao jornal *ABC Color online*, de Assunção, do dia 27 de março de 2012, um produtor brasileiro no Paraguai afirma: “‘*Acá estamos en un gran dilema, estamos creando una Franja de Gaza. Si nos vamos a Brasil, nos llaman 'brasiguayos', ahora si estamos acá nos llaman brasileños, entonces no tenemos más patria, y tenemos que formar como en la Franja de Gaza*’” (grifo nosso). Voltaremos a esta sequência discursiva no capítulo III (cf. seção 3.4).

zona de não-pertencimento. Essa hipótese inicial, à medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo, desdobrou-se, mostrando-nos tantas outras questões envoltas nessa querela, especialmente a heterogeneidade que a designação abarca se pensarmos nos sujeitos que são designados, suas demandas, presença e ação no Paraguai.

A observação dessa situação de conflito e do modo como esses sujeitos vêm sendo dito pela mídia brasileira e paraguaia nos colocaram diante de várias questões, a exemplo das apontadas anteriormente, às quais buscamos responder por meio da análise do modo como a mídia, ao mobilizar dizeres do discurso historiográfico, representa esse *outro* e sua relação de (não-)pertencimento à terra. Assim, por meio do jornal *Folha de São Paulo online* e do jornal paraguaio *ABC Color online*⁹, levantamos os seguintes pontos para nortear a nossa discussão:

- (1) que representações a mídia veicula por meio da designação “brasiguaios”;
- (2) quais são os processos linguístico-discursivos por meio dos quais se produzem essas representações;
- (3) ao discursivizar os brasiguaios, que memória histórica é atualizada e como ela ecoa na mídia;
- (4) que histórias/memórias são silenciadas por meio dessas representações.

A fim de respondermos nossas indagações, fundamentamo-nos na Análise de Discurso pecheuxiana, que entende o discurso como efeitos de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2010a). Para tanto, recorreremos às noções de memória, imaginário e designação, tal qual são entendidas na AD, uma vez que o conceito de formações imaginárias, proposto por Pêcheux (2010a), permite-nos pensar que o (re)conhecimento do *outro* é perpassado sempre pelas representações imaginárias que sobre *ele* se

⁹ Elegemos a *Folha de São Paulo online* e o *ABC Color online* por se tratarem de jornais de circulação nacional no Brasil e no Paraguai, respectivamente. Além da facilidade de ambos os jornais disponibilizarem o acesso às suas matérias. Os jornais se enquadram, portanto, no que vem se denominando de “grande mídia” e apresentam posicionamentos políticos de “direita” (cf. seção 3.1). Dessa forma, por meio desses dois jornais, poderemos observar o funcionamento das representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia e os trabalhos da memória discursiva sobre a designação “brasiguaios” nos diferentes países.

constroem, teia de discursos que provoca sentidos sobre si e sobre os *outros*. O imaginário, dessa forma, está sempre atravessado por uma intrincada rede de memória que, no caso específico de nossa pesquisa, mobilizou uma série de dizeres sobre o ser brasileiro, o ser paraguaio e a própria noção de fronteira, além, é claro, de nos colocar diante de uma memória histórica (e discursiva) que marca a relação entre os dois países e o movimento de ocupação/invasão/domínio de suas terras, apagando, muitas vezes, as contradições que marcam essa relação, ao homogeneizar a representação sobre aqueles que vivem na fronteira, os brasiguaios, como se não houvesse entre eles diferenças e, também, diferentes fossem os movimentos que os levaram a esse lugar.

Nesse sentido, o apagamento da memória é significativo, uma vez que produz a ilusão de que uma nova memória possa ser fundada sem vínculos com o passado. Em relação aos brasiguaios, observaremos que a mídia atua no cerceamento dos sentidos que se podem produzir acerca do ser brasiguai, já que o discurso da mídia trabalha na articulação de dois eixos: o da *lembança* e o do *esquecimento* (LEANDRO FERREIRA, 2008, p. 22). Assim, provoca-se a ativação de certos fatos (e sentidos) tornados acontecimentos e o esvaziamento de outros tantos, que foram relegados ao apagamento. Observaremos, dessa forma, que os trabalhos da mídia *sobre* a memória também se constituem por meio da designação, visto que o processo de designar constrói e atualiza sentidos.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que o ponto de encontro da relação entre discurso midiático e o discurso historiográfico é a memória. O fazer midiático e o fazer historiográfico funcionam de forma *relativamente* semelhantes, já que ambos, em certa medida, buscam produzir a interpretação sobre a história: construir a interpretação a ser lembrada, memórias. Ou seja, a partir de seu lugar, jornalista e historiador buscam ler a história e produzir interpretações que se constituíram em memórias sobre determinado acontecimento. Os sentidos produzidos pelo historiador (sobre a história do passado distante e recente) serão lembrados como a interpretação possível, farão parte da memória oficial. A mídia, ao interpretar os acontecimentos do presente, também produz esse efeito: de lembrar determinados sentidos e produzir memória. Assim, a mídia, no dizer de Gregolin (2003a, p 15), trabalha na construção de uma “história do presente”, legitimando os sentidos a serem lembrados. Dessa forma:

a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente (GREGOLIN, 2007, p. 16)

A mídia é responsável, em nossa sociedade, pela construção de uma história do presente, a qual muito provavelmente será a história a ser lembrada no futuro. Isto porque a repetibilidade do dito faz com que ele seja absorvido na memória oficial do país. Além disso, muitas vezes, recorre-se à mídia (principalmente à impressa) para assegurar a “verdadeira” interpretação da história. O retorno às matérias impressas de uma época se torna a garantia de que o acontecimento histórico aconteceu e, mais do que isso, de que foi “daquele jeito”¹⁰. O discurso historiográfico recorre ao discurso midiático para produzir a memória oficial a ser lembrada. Sob o discurso midiático é trabalhado uma memória que determina os sentidos a serem lembrados. É por meio da repetibilidade que as memórias funcionam e determinados sentidos se constituem enquanto representações.

A história relatada pela mídia, dessa forma, além de ser a autorizada, parece apresentar mais força do que a história relatada pelo historiador, já que, por meio da insistente repetibilidade da interpretação dado ao fato noticioso, constrói-se uma memória que passa a ser a história a ser lembrada: há a sua incorporação ao discurso historiográfico. É por isso que, como aponta Barbosa (2003, 116), “a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento”. É a mídia que elenca os acontecimentos que serão notícias e, mais do que isso, é ela que, em nossa sociedade, é responsável por escrever a história, por produzir memória(s).

A mídia, portanto, trabalha na homogeneização da informação e dos sentidos ao montar e reordenar a leitura que se faz da história. E as imagens e as designações são

¹⁰ Estamos entendendo o acontecimento histórico enquanto fato histórico e este fato nunca é neutro, é sempre um gesto interpretativo. Não são todos os eventos empíricos que se tornam acontecimentos históricos, para que isso ocorra é preciso que tais eventos sejam simbolizados, façam sentido para a comunidade em que eles aconteceram e que estejam envolvidos de significados para esta comunidade. No entanto, segundo Cazarin e Rasia (2014, p. 194), na esteira dos trabalhos de Le Goff, acontecimentos negligenciados pela história também são gestos interpretativo, já que, na perspectiva da AD, o “‘esquecimento’ e/ou o silêncio também significam”. O discurso midiático, nesse sentido, negligência determinados eventos empíricos e evidencia outros, construindo uma história a ser lembrada, enquanto tantas outras são relegadas ao esquecimento.

fundamentais na ordenação desse futuro. É pela homogeneização das lembranças do passado que o jornalista e o historiador trabalham, linearizando os sentidos possíveis para o acontecimento. Assim, por funcionar *como se fora* transparente, o discurso midiático mobiliza representações do passado e escreve o presente e o futuro.

Isto acontece porque o discurso midiático trabalha no plano do presente, rememorando o passado e projetando o futuro. Ou seja, no discurso midiático, passado-presente-futuro estão imbricados na construção da visibilidade do fato na sociedade e, conseqüentemente, na forma pela qual este fato noticioso, no plano presente, faz trabalhar um passado e um futuro. Nesse sentido, o discurso midiático “tem como função presentificar os acontecimentos e trazer para o plano do presente o passado e o futuro. O que está na mídia é a atualidade, a novidade, mesmo porque uma das condições do constituir-se como mídia está no fazer-se presente no cotidiano.” (DELA-SILVA, 2008, p. 211). Daí a mídia fazer trabalhar uma memória a ser recordada. É por trabalhar na presentificação dos acontecimentos que o discurso midiático joga com esse passado que é presente e projeção de futuro. Por isso temos a ilusão de que a notícia é sempre nova, apesar de a termos “visto” em algum lugar, e de que estamos por dentro de tudo o que está ocorrendo ao nosso redor. No dizer de Gregolin (2003a), isso ocorre porque

o acontecimento, como uma “história ao vivo”, produz a ilusão de que estamos acompanhando o próprio fluir do tempo, de que estamos imersos numa temporalidade da qual suspendeu-se o contingente distanciamento. Por meio desse agenciamento do tempo, nessa escrita da história realizada pela mídia, apagam-se as determinações da operação historiográfica produzida de um certo lugar, por sujeitos, por discursos. Cria-se a aparência de uma história que se faz por si mesma, sem sujeito, sem determinação das ideologias, no cruzamento entre uma atualidade e domínios de memórias que não pertencem a ninguém. No interior dessa imensa operação de “desubjetivação” da História, negociam-se identidades por meio da fusão entre ideais do passado e sua restauração na atualidade. (GREGOLIN, 2003a, p. 15)

É por estarmos imerso no “fluir do tempo” que temos a ilusão de que as interpretações oferecidas pela mídia sobre os acontecimentos são lineares e homogêneas e, dessa forma, estariam livres de julgamentos de valor. Trata-se, no entanto, da ilusão necessária para que a mídia construa a sua interpretação sobre a história e a apresente aos sujeitos como se fora a única possível, a verdadeira. Assim, a mídia vai escrevendo a “história do presente” por meio de uma “desubjetivação’ da História”. A voz da mídia

aparece como a origem do dizer sobre aquele fato, como se sua interpretação não estivesse vinculada a outros dizeres que permitiram tal leitura. Ao “desubjetivar” a História e os movimentos que permitiram que determinado fato ocorresse, a mídia coloca-se no lugar de ponto zero a partir do qual a história poderá ser contada, legitimando assim o seu lugar ocupado.

Com o intuito, então, de compreendermos como essa memória é construída e funciona, no entrelaçamento entre história e discurso, é que vamos percorrer, primeiramente, o discurso historiográfico sobre as questões da terra no Paraguai e os fios por ele (pelo discurso historiográfico) “construídos” sobre a relação entre o homem e a terra e, mais especificamente, do homem “brasileiro” (identificado como brasiguai) com a terra paraguaia. Posteriormente, observaremos como o discurso midiático retorna a esse discurso historiográfico e vai construindo sobre ele um “novo” dizer, ao legitimá-lo ou mesmo contradizê-lo. É recorrendo ao discurso historiográfico que poderemos compreender as representações veiculadas pela mídia sobre os brasiguaios, representações que são construídas na história e que funcionam por meio dos trabalhos da memória, ou seja, na relação entre o que é preciso *esquecer* para *lembrar*.

Metodologicamente, dessa forma, delimitamos o nosso objeto de estudo à *Constituição da República do Paraguai*, de 1992, à Lei Nº2.532/05 (conhecida como *Lei da Segurança da Fronteira do Paraguai*, de 2005) e às matérias *on-line* divulgadas pelos jornais brasileiro *Folha de São Paulo* e paraguaio *ABC Color* no período entre abril de 2010 e julho de 2012, período no qual os problemas relacionados aos brasiguaios se intensificaram e ganharam espaço na mídia dos referidos países devido à promessa do Presidente Fernando Lugo do Paraguai de promover uma Reforma Agrária. Em seu mandato, o presidente Lugo enfrentou um “Estado de exceção”, em abril de 2010 (acontecimento que marca o início de nosso *corpus*), e uma série de conflitos agrários, um deles resultando na morte de 17 pessoas em Curuguaty em junho de 2012, o que resultou no seu impeachment, sob a acusação de “mau desempenho de suas funções” (acontecimento que marca o fim de nosso *corpus*). A proposta de uma possível Reforma Agrária e os conflitos gerados no campo entre camponeses e brasiguaios colocavam em xeque a distribuição de terras no Paraguai, além de reabrir a discussão sobre a legalidade da posse de terras pelos estrangeiros (na sua maioria brasileiros)¹¹. Desse modo, em meio

¹¹ A nossa escolha pelo período de governo de Fernando Lugo também se justifica pelo fato de ele ser o primeiro presidente de esquerda do Paraguai após mais de 60 anos de governo do Partido Colorado (partido

ao alto quantitativo de matérias encontradas nesse período, limitamos nossa pesquisa aos trajetos temáticos “brasiguaios: homens sem terra” e “brasiguaios não são considerados paraguaios puros”, que nos permitiram definir as sequências discursivas que se mostraram representativas de nosso *corpus*.

Dividimos, então, o nosso trabalho em três capítulos. O **primeiro capítulo** discutirá a constituição do Paraguai, por meio do discurso historiográfico, enfatizando principalmente questões relacionadas à terra paraguaia e sua fronteira com o Brasil e as implicações dessa formação na atual situação dos brasiguaios; essas discussões terão relações direta com as análises que serão empreitadas na nossa pesquisa. No **segundo capítulo**, discutiremos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso pecheuxtiana, que nortearão as nossas análises, relacionando-os com as questões abordadas no capítulo anterior. No **terceiro capítulo**, por fim, nos deteremos no percurso metodológico do *corpus* e nas análises das sequências discursivas por nós selecionadas, a fim de observarmos as representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia, os sentidos e memória(s) que são atualizados nessas representações.

Por meio dos pontos levantados, observaremos que é por meio da linguagem que somos interpelados a ser sujeitos, a produzir discursos e, portanto, a ser/fazer parte da sociedade. No caso dos brasiguaios, observaremos se esta rede complexa de discursos, entrelaçamento de história e linguagem, produziu uma zona de não-pertencimento para os atuais brasiguaios, levando-os a viver à margem, a sobreviver nas brechas.

considerado conservador e de direita), que incluiu a ditadura do General Alfredo Stroessner (1954-1989). Em sua candidatura, Lugo prometeu fazer uma Reforma Agrária no país, mas as tentativas de problematizá-la o levaram a desavenças no governo, fato que culminou no seu impeachment no dia 22 de junho de 2012.

CAPÍTULO I FRONTEIRAS E TERRA: OS BRASIGUAIOS

Aprendemos a demarcar-nos do Outro e do Estranho como se fossem ameaças à nossa integridade, mesmo que ninguém saiba em que consiste essa integridade. Temos medo da mudança, medo da desordem, medo da complexidade.
Mia Couto. **Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras.**

Situarmo-nos historicamente para, então, compreendermos a atual situação dos brasiguaios é o objetivo principal deste primeiro capítulo. Nesse sentido, faremos um breve percurso pela história do Paraguai, por meio do discurso historiográfico, com o intuito de mapear momentos em que podemos observar práticas que corroboraram para as formas pelas quais os brasiguaios vêm sendo representados pela mídia atualmente. Esse percurso, ao contrário de ser totalizante, se constitui por ser um olhar discursivo (um gesto de interpretação) sobre a história. Isto é, um olhar de um estudioso da linguagem – mais especificamente da Análise de Discurso – sobre a história e o seu funcionamento na construção e representação do outro: os brasiguaios.

Recorreremos, devido à quase ausência de trabalhos no campo dos Estudos da Linguagem sobre a história do Paraguai, a trabalhos de historiadores que problematizaram a história do Paraguai e o lugar ocupado por esse país na história da América Latina, principalmente na sua relação com o Brasil. Esse olhar, apesar de pertencer a uma outra área do conhecimento – a História –, não nos é alheio, uma vez que é por meio da intervenção/interferência (necessária) da história que faremos o elo entre língua e discurso, que sustentarão nossas análises. É por meio do funcionamento da história, a sua historicidade e contradições, que observaremos como as práticas desenvolvidas no Paraguai (sobretudo as que tocam a política agrária no país e sua relação com o estrangeiro) contribuíram para desenvolver uma grande desigualdade na distribuição de terras e um forte sentimento nacionalista.

Tomamos a história, assim, não enquanto cronologia, mas como historicidade que apresenta uma relação constitutiva entre história e linguagem. Ao contrário de compreendermos a história como algo exterior ou por meio de sua relação de causa e efeito, ela é entendida como constitutiva na produção dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI, 2012b, p. 55). A historicidade é que permite ao sujeito, ao ser interpelado pela ideologia e tomado pela língua, a produção de sentidos no/pelo movimento da

história. É porque há a historicidade que há a produção de sentidos, pois não há sentidos sem história, já que “é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos” (*idem*, p. 56). É, portanto, a historicidade que permite o trabalho dos sentidos em um texto e que não haja um sentido único (literal) do texto, mas efeitos de sentidos que se constituem na relação entre história e linguagem. É por este viés que tomamos a história: na/pela historicidade (cf. seção 2.2).

É válido, no entanto, salientar que, ao longo de nossas leituras sobre a história do Paraguai, percebemos interpretações diferentes sobre a história do país, fato que dificultou a nossa compreensão sobre os acontecimentos ocorridos no Paraguai, sobretudo os acontecimentos ligados à Guerra do Paraguai. Por se tratar de histórias que eram contadas a partir de lugares distintos, esses acontecimentos foram (re)acentuados de maneiras diferentes e eram resultado de um jogo político construído em momentos diferentes da relação entre Brasil e Paraguai por meio (e sobre) o discurso historiográfico. Os materiais, dessa forma, mostravam histórias distintas, marcando um embate entre versões sobre essa história e, conseqüentemente, uma disputa política sobre a verdade em relação a essas versões. Assim, ao investigar os escritos sobre a história do Paraguai, foi possível perceber movimentos de reescrita dessa história vinculados a interesses políticos específicos¹², produzindo diferentes efeitos de sentido sobre o mesmo “fato” e relações diferentes da sociedade com a história de seu país, movimentos que tenderam a criar na população (e me refiro especificamente à população paraguaia) um forte sentimento nacionalista.

O uso político do discurso historiográfico, pelo Estado paraguaio, serviu para justificar e legitimar atos que produziram uma ideia de nação paraguaia e, sobretudo, um sentimento nacional por meio das questões de língua, de terra e dos heróis nacionais. Nesse sentido, os livros sobre a história do Paraguai sofrem o atravessamento da própria história e dele não escapa, mesmo quando os autores têm o “desejo” de dele sair. Assim, as obras sobre a história do Paraguai estão marcadas pelo desejo de contar a “verdadeira

¹² E é difícil falarmos em “(re)escrever a história” e não fazermos menção à obra *1984*, de George Orwell, na qual os acontecimentos históricos eram constantemente reescrito pelo “Ministério da Verdade”, a partir da posição que interessava ao governo. Guardada as devidas proporções, é possível pensarmos que a obra de Orwell é uma grande metáfora que elucida bem a tentativa do Estado em construir um sentimento de nação por meio, no caso, da (re)escrita da história e a legitimidade dada ao que está escrito: a história conta que foi assim; está registrado nos livros históricos e não pode ser diferente, porque está escrito. Paráfrases que vão construindo efeitos de sentido de que a história – o discurso historiográfico – é inquestionável e imparcial.

história" sobre a Guerra do Paraguai: ora enaltecendo a atitude do Estado paraguaio na guerra, ora criticando-a. Isso nos mostra que o discurso historiográfico sofre o atravessamento da própria história, visto que é fruto das condições histórico políticas que marcam esses movimentos de revisionismo.

Nesse sentido, na esteira do raciocínio de Squinelo (2002, p. 21), é possível afirmar que há três momentos que marcaram a historiografia sobre a Guerra do Paraguai: o primeiro momento, que a autora designa de “patriótico”, se refere aos textos produzidos entre os anos de 1920 e 1960 – as obras produzidas no Brasil revelam um posicionamento a favor do Brasil, de que o país foi “salvar” o Paraguai da barbárie, o que produz uma exaltação da vitória brasileira –; o segundo momento é designado pela autora como “Imperialista”, cujas obras produzidas apresentam um posicionamento a favor do Paraguai e revelam que o Império (o Brasil) tentou desarticular o crescimento do Paraguai por meio da guerra, essa visão é a mais difundida atualmente e propõe uma valorização da derrota paraguaia –; e, por fim, o terceiro momento, a partir de 1980, pretende rever esses posicionamentos. Esse terceiro momento é conhecido como “historiografia crítica”.

Essa rápida descrição sobre esses diferentes momentos da história, que produziram interpretações distintas sobre os acontecimentos históricos e não param de produzir sentidos atualmente, é fundamental para compreender o percurso empreitado por nós, em nosso gesto de leitura na tentativa de compreender a historicidade e suas contradições, os fios discursivos e sua materialização no linguístico. Tentaremos, ao longo de nossa “costura” histórica, neste capítulo, fazer a nossa leitura sobre tais acontecimentos, situando o momento de produção das obras consultadas quando for necessário.

Esse movimento de olhar práticas do passado na tentativa de compreender as práticas do presente nos aproximará do ponto-chave de nossa pesquisa: as representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia e sua relação de (não-)pertencimento à terra. Nesse trabalho de interpretação da história, poderemos, então, compreender os motivos pelos quais, nas fronteiras da *Terra prometida*, os brasiguaios ainda não podem chamar a terra onde vivem de “sua”.

1.1 Nas trilhas da história: a constituição do Paraguai

Desde a sua colonização, a região do atual Paraguai teve um desenvolvimento peculiar¹³. A dificuldade na construção de uma economia forte criou “uma extraordinária debilidade do capital mercantil local e sua dependência dos mercadores de Buenos Aires” (POMER, 1980, p. 30). Essa dependência externa, alimentada por uma política monarquista da Espanha, gerou, na então província de Assunção, uma inconsistência no mercado interno e, sobretudo, uma disputa de interesses entre os mercadores da Espanha, Buenos Aires e da própria Assunção contra os jesuítas, que eram os maiores beneficiados dos lucros da erva-mate (principal produto da região), por apresentarem uma política mercantil distinta dos grandes comerciantes da época.

Os jesuítas, ao contrário dos grandes mercadores, que estavam interessados apenas na colheita da erva-mate para vendê-la e obterem seus lucros, produziram um sistema de colheita e plantação diversificado que lhes permitiram menos gastos e, desse modo, a possibilidade de vender a erva-mate por um preço mais acessível (*idem*, p. 33). Outro fator, que distinguiu a política empreendida pelos grandes mercadores espanhóis em relação aos inicianos da Companhia de Jesus (os jesuítas), consistia na tradição jesuíta de empregar a língua do próprio índio com os índios (no caso, o guarani), fato que permitiu que a língua guarani disputasse espaço com a língua da metrópole, o espanhol, na constituição do Estado paraguaio.

A relação entre os jesuítas, a Igreja e o Estado se mostrou sempre conturbada e foi se deteriorando à medida em que os jesuítas se negavam a obedecer medidas estabelecidas pela Igreja e pelo Estado monárquico espanhol. Com a expulsão da Companhia de Jesus da região, o espaço político ocupado pelos jesuítas na região ficou vazio e as terras que estavam sob seu domínio foram paulatinamente sendo ocupadas pelo Estado. Dessa forma, uma política agrícola imediatista – que extraía a erva-mate sem um projeto de replantio – e a ausência interna de uma classe consolidada de latifundiários foram responsáveis por promover a consolidação do domínio do Estado espanhol e, posteriormente, por facilitar uma política de distribuição de terras: fato que marca o

¹³ Esse discurso é fortemente difundido nos livros de história em relação ao Paraguai. Trata-se, portanto, de uma leitura que tenta valorizar os aspectos positivos do país, criando uma imagem de “desenvolvimento” e “singularidade” que foi fortemente usada na consolidação de um nacionalismo paraguaio, como observaremos adiante (cf. subseção 1.1.3).

Estado paraguaio até os dias atuais. Além disso, outro fator que marca a atual situação da política agrária do Estado paraguaio é o fato de que

o Paraguai, ao contrário de outras regiões da América hispano-portuguesa, não teve grandes plantações tropicais nem consideráveis fazendas de gado. Isso possibilitou o desenvolvimento de uma classe de camponeses livres, pequenos, paupérrimos, mas livres dos latifundiários e mercadores (*idem*, p. 35)

Com a forte presença do domínio espanhol na região paraguaia, a província de Assunção continuou vinculada ao Império espanhol e não se submeteu a guerrear ao lado das províncias sul-americanas, que almejavam independência. Em 1811, contudo, a resistência provocou a eclosão de uma revolução – “alimentada por uma incipiente burguesia rural, que começa a utilizar o trabalho livre e assalariado” (POMER, 1980, p. 36) – e tornou insustentável a relação entre o Império e a província de Assunção, fato que culminou na independência do Paraguai, sem lutas e guerras.

Sem o reconhecimento da Espanha, segundo Versen (1976, p. 51), o Paraguai, ao contrário de outras nações latino-americanas que se tornaram independentes, não sofreu com a presença de caudilhos (tentativa de exercer o poder por meio do carisma ou de forma populista), tampouco com revoltas e rebeliões. Tal fato produziu “um país coeso, com autoridade centralizada e que pode dar-se ao verdadeiro luxo, no primeiro quartel do século XIX, de gozar uma autêntica paz política” (CHIAVENATO, 1986, p. 15). Nessa conjuntura, nasce no Paraguai uma forma de governo que influencia a forma pela qual os paraguaios se remontam ao seu passado e contam a sua história. Trata-se do governo autocrático de Don José Gaspar Rodríguez de Francia, que se autodesignou ditador perpétuo do Paraguai¹⁴.

Francia é considerado, entre os estudiosos da história do Paraguai, uma figura peculiar na construção da história do país. É graças à presença de Francia que o Paraguai, ao longo da primeira metade do século XIX, passa a ser considerado uma nação consolidada, que apresenta uma economia autossuficiente e um “método de governo em

¹⁴ A história de Francia foi imortalizada nas páginas da literatura por meio da publicação do livro *Yo El Supremo*, de Augusto Roa Bastos (1997), cuja primeira edição foi lançada em 1985 – ainda na ditadura do General Alfredo Stroessner. Entendemos que esse livro, levando em consideração as condições de produção em que foi produzido, funciona como um “lugar de memória”, tal como proposto por Pierre Nora (1993), já que essa obra funciona como um inventário que apresenta uma “vontade de memória” em preservar a identidade da nação paraguaia, cristalizando e revestindo a experiência vivida com um certo simbolismo para que os que pertencem a esta nação possam se identificar com essa história/memória. Voltaremos a discussão sobre a noção de “lugar de memória” no capítulo II (cf. seção 2.2).

benefício do povo” (*ibidem*)¹⁵. Para tanto, Francia atacou o poderio econômico espanhol no Paraguai, propagando uma política que privilegiava a pobreza de todos em detrimento da riqueza de poucos. Sua política, dessa forma, se voltava para a independência econômica, promovendo uma série de medidas para regular o comércio local e eliminar as relações com o mercado exterior. Tais medidas consistiram na nacionalização da Igreja, no desenvolvimento da educação para todos e nas contribuições obrigatórias pelos grandes fazendeiros ao Estado. Além disso,

uma parte muito considerável das terras passa para as mãos do Estado, todas confiscadas, para logo depois serem alugadas a preço baixo. O livre acesso à terra é estabelecido, inclusive para os camponeses mais pobres, que além disso são dotados gratuitamente de materiais para a lavoura e gado. (POMER, 1980, p. 32)

Por meio de uma política interna autossuficiente, com o apoio popular, Francia estruturou uma forma de governo que incomodou as potências econômicas da época (principalmente, a Inglaterra e a recém-independente Argentina), já que a autossuficiência paraguaia, conseguida com o apoio dos artesões, da classe rural e do povo camponês, era tida como um exemplo para outros países latino-americanos e, dessa forma, podia desestabilizar a hegemonia do capitalismo britânico. Sua política voltada para o desenvolvimento da terra gerou “uma nova estrutura no campo, permitindo o acesso à terra pelo simples camponês” (CHIAVENATO, 1986, p. 19)¹⁶. Nessa visão Imperialista (que apresenta o Brasil como o responsável pela desarticulação do progresso paraguaio), apontada por Pomer (1980) e Chiavenato (1986), o Paraguai, por meio de sua política autossuficiente e a partir da reviravolta econômica impulsionada pela Reforma Agrária, se constituiu como o país mais bem desenvolvido da América do Sul, fato que culminou, na visão dos autores, na articulação da Guerra do Paraguai e na destruição do progresso paraguaio.

¹⁵ Esse posicionamento é sustentado pela visão Imperialista, porém é contestada por estudos mais atuais. Para estes estudos, não é possível falar em uma economia tão consolidada e livre de capital externo como alguns estudiosos propagam, mas que se trata de um discurso construído em torno do passado do Paraguai, a fim de torná-lo um passado heroico e glorioso.

¹⁶ Soler (2007, p. 440), autora que faz parte de um revisionismo histórico mais atual sobre a história do Paraguai (iniciado nos anos 1980/1990), corrobora a visão aqui por nós apresentada, pois, para a autora, “*en la geografía latinoamericana, Paraguay se diferencia por la ausencia de estructuras de grandes hacendados o latifundios, consecuencia del monopolio ejercido por los jesuitas hasta 1767, de variables estructurales que habilitaron la creación de pequeños campesinos, como de la confiscación estatal, iniciada por Francia y reafirmada por López, de las tierras a los españoles y a la Iglesia. El Estado concentró la propiedad y controló la explotación de las tierras (...)*”.

Podemos afirmar, sobre esse ponto, que a política agrária de desenvolver a economia do campo proposta por Francia produziu seus efeitos até os dias atuais e é fundamental para entendermos a atual situação dos brasiguaios. Isto porque, na ditadura de Stroessner (cf. subseção 1.1.3), uma política de desenvolvimento do campo também foi proposta e se baseou em um governo que “beneficiava” os camponeses e agricultores, sobretudo os estrangeiros, em sua maioria brasileiros, a comprar terras paraguaias a preços baixos. Há, no entanto, uma diferença marcante nas políticas de Francia e Stroessner, uma vez que um pensou na terra para os paraguaios e o outro na abertura das fronteiras para a entrada de mão de obra estrangeira, por meio de uma política que estava atrelada à cooperação entre governos ditatoriais e, portanto, a interesses de outra ordem que não apenas o da construção de uma política agrária. Os problemas agrários em torno dos atuais brasiguaios, dessa forma, são decorrentes dos acordos político-econômicos entre o Brasil e o Paraguai na segunda metade do século XX, que não visaram a uma política agrária a longo prazo para paraguaios e brasileiros.

1.1.1 Nação e Estado: o Paraguai

Após essa breve discussão sobre a constituição do Paraguai até meados do século XIX, faremos uma pausa nesse percurso histórico para discutirmos as noções de Estado e nação, articulando-as à história do Paraguai. Essa reflexão será importante para entendermos os mecanismos utilizados pelo Estado paraguaio para assegurar a sua soberania e, sobretudo, determinar o lugar ocupado pelos brasiguaios no Estado paraguaio.

Apesar de corriqueiramente utilizarmos as palavras nação e Estado como sinônimas, essas noções expressam significados distintos e são utilizadas para se referir à forma por meio da qual o mundo contemporâneo é legitimado e organizado. Tais noções surgiram para responder à dinâmica de organização dos países nos séculos XVIII e XIX, com o início de um momento de delimitação de fronteiras e organização política. Dessa forma, a construção de instituições políticas e a consolidação de uma língua nacional foram determinantes para o processo de homogeneização e unificação de um povo.

Antes mesmo da independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789), marcos da construção dos Estados modernos, a Revolução Capitalista

já apontava para o Estado como um sistema social organizado e legitimado. Isto porque as ações sociais passaram a ser regidas pelo Estado e não mais pela tradição e a religião (BRESSER-PEREIRA, 2008). Já o conceito de nação, ao contrário de estar relacionado apenas à ideia de sistema organizado, é construído principalmente por meio de uma tradição que compartilha características comuns. Nesse sentido, podemos afirmar que a relação entre Estado e nação não é linear e tampouco dependente. Pelo contrário, segundo Guibernau (*apud* ALBUQUERQUE, 2005a, p. 36), existem nações sem Estado (a exemplo do País de Gales e da Palestina, que compartilham uma cultura, o mesmo passado e desejam um futuro em comum) e Estados sem nação (países mais recentes da África que se tornaram independentes e constituíram seus territórios sem levar em consideração as questões culturais – não conseguiram produzir uma “unidade” cultural)¹⁷.

O Estado, dessa forma, estrutura a sociedade politicamente por meio de instituições que asseguram o seu poder e a sua soberania e apresenta-se como o lugar de construção de normas que garantem o bem-comum de toda a sociedade. Nesse sentido, conforme aponta Kaplan (1976, p. 31), é necessário que o Estado não só responda às necessidades gerais, mas que também funcione como instância relativamente autônoma e se constitua como a força dominante na sociedade, pois é por meio dessa autonomia relativa do Estado que ele conseguirá o mínimo de legitimidade e consenso. Para o autor, além dessa característica, o Estado apresenta um duplo caráter: ao mesmo tempo em que é o elemento necessário para garantir a unidade social e os interesses de poucos, também é o portador de elementos que garantem as tensões e o antagonismo dentro do sistema. Isso indica que os poucos que têm seus interesses “assegurados” pelo Estado estão sempre à procura de fortalecer o seu poder e manter o seu privilégio e se utilizam de mecanismos para que possam continuar a exercer esse poder. E os que não têm os seus direitos “assegurados” estão sempre à procura de alcançá-los. Daí resulta a contradição inerente ao Estado.

Todo Estado, assim, funciona na manutenção do poder de poucos e do bem-comum. Tal contradição é constitutiva do funcionamento do Estado e é sustentada pelas instituições que funcionam na manutenção das relações humanas, construindo uma coerência necessária para que haja um consenso de que o Estado é legal e legítimo.

¹⁷ A obra de Albuquerque (2005a) à qual fazemos referência é sua tese de doutorado. Ela foi publicada em livro em 2010, com o título “A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai”. Por termos tido acesso a esta obra posteriormente ao início da escrita da dissertação, optamos por utilizar a tese (ALBUQUERQUE, 2005a) para as citações.

Conforme Kaplan (*idem*, p. 48), o consenso e a legalidade, necessários para a conservação do Estado por meio das instituições, pressupõem a noção de Direito, visto que os valores e as normas de uma época são sedimentados no Direito¹⁸ que, por sua vez, funciona por meio de uma coerência e elasticidade responsáveis pela manutenção do poder de poucos e “atendimento” a todos. Dessa forma,

el Derecho constituye siempre una combinación ambigua y fluctuante entre la expresión de lo que ya es (y que los grupos de intereses dominantes pretenden mantener) y de lo que puede llegar a ser (cuya realización pretenden, por su parte, los grupos subordinados y dominados). (idem, p. 49)

Por meio dessa ambiguidade, o Direito assegura a legitimidade do poder do Estado e reconhece como legais as medidas tomadas pelo governo para garantir esse poder. Os mecanismos utilizados pelo Estado para assegurarem o poder só são possíveis porque o Direito é mantido por instituições que, na leitura althusseriana sobre o marxismo, funcionam como Aparelhos Ideológicos de Estado. Dessa forma, o Estado (enquanto aparelho ideológico) se utiliza de Aparelhos Ideológicos de Estado – a religião, a escola, a família, o jurídico – para que a submissão da classe dominada seja efetivada. Nessa leitura althusseriana-marxista, portanto, o Estado funciona como “uma ‘máquina’ de repressão” (ALTHUSSER, 1985, p. 62) pela qual o poder é mantido. O Direito, entendemos, é a materialidade por meio da qual os Aparelhos Ideológicos de Estado asseguram o funcionamento do Estado.

É a contradição que produz a ambiguidade entre os que têm e não têm “direito a”. Em uma leitura materialista discursiva proposta por Pêcheux (2009a, p. 134), a luta que produz a desigualdade e alimenta o sistema, sendo “dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como ‘evidências naturais’”. Assim, apesar de todos possuírem direitos segundo as leis de cada Estado, a nem todos são dados os mesmos

¹⁸ É necessário que não percamos de vista que as discussões feitas neste primeiro momento serão fundamentais para as nossas análises (cf. capítulo III), uma vez que é por meio delas que poderemos compreender o funcionamento da memória e da história nas representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia. Por meio de um jogo entre o que é de direito e não o é (direito que foi construído historicamente e discursivamente, responde a uma demanda social e garante os interesses de poucos) que se legitima o lugar ocupado pelos brasiguaios atualmente. Na ditadura de Stroessner, o direito à terra paraguaia foi incentivado pelo seu governo; no entanto, a legalidade dessas terras vem sendo contestada por grupos pró-reforma agrária.

direitos, pois, no/pelo funcionamento da ideologia, é naturalizada a relação de que uns têm mais direitos do que outros. Os lugares ocupados pelos sujeitos, no Estado, são tidos como naturais, apresentando-se para os sujeitos como se os lugares ocupados por eles fossem transparentes (evidentes) e não pudessem ser outros (cf. seção 2.1).

Já o conceito de nação, por sua vez, não necessariamente coincide com o de Estado. O conceito de nação, para Hobsbawm (1990) e Albuquerque (2005a), apresentou vários significados ao longo da história, ora sendo utilizado para designar os nascidos na terra, ora para se referir à classe aristocrática, ora para designar um povo soberano único. No entanto, “em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de *nação* é historicamente muito recente” (HOBBSAWM, 1990, p. 30, *grifo do autor*). O autor demonstra que, no século XIX, esse conceito de nação, já presente na literatura, tem caráter político e busca equacionar “nação = Estado = povo” (*idem*, p. 32). Nesse sentido, a nação está vinculada essencialmente às questões territoriais e se materializa na unificação de uma língua¹⁹, cujo item central, para os governos, era o Estado (*idem*, p. 35). Isso evidenciava, continua Hobsbawm (*ibidem*), um “princípio de nacionalidade”, que mudava os parâmetros da Europa do século XIX.

Dessa forma, uma das consequências do desenvolvimento das nações é que ela servia para expansão de terras por um lado, e para a unificação nacional de outro (*idem*, p.45). E nisso, Hobsbawm afirma que não havia contradição, pois, por mais que a expansão levasse ao diferente – ao “confronto” com outros povos –, o que em tese dificultaria a unificação, “as definições de nações baseadas na etnicidade, língua ou história comum (...) não eram critérios decisivos na formação liberal de nações” (*idem*, p. 45). As nações logo aceitaram a heterogeneidade, fato que levaria as grandes nações a incluírem as pequenas nas suas dependências. Essa integração, no entanto, não seria feita sem discordâncias, mas faria parte do “estágio do desenvolvimento histórico da sociedade

¹⁹ Hobsbawm (1990, p. 34) chama a atenção para o fato de que, apesar de a língua ser considerada o indicador quase único para o pertencimento a uma nação por parte de um povo, no caso da Revolução Francesa, “na teoria, não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês (...) e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França”. No caso do Paraguai, como veremos a seguir, apesar da insistência da língua guarani (língua oficial do Paraguai juntamente com o espanhol) ser colocada como indicativo de nacionalidade, ela não é *per se* garantia de pertencimento à nacionalidade paraguaia, tampouco de que se é um paraguaio puro, pois “*el paraguayo puro es el que habla guaraní, usa la moneda nacional, entra en nuestras escuelas, levanta nuestras Banderas*”, como afirma Eulálio López – líder dos *carperos* (como são designados os sem terras no Paraguai). Voltaremos a essa discussão no capítulo III (cf. seção 3.4).

humana” (*idem*, p. 52). Essa concepção de nação estava estritamente vinculada às concepções liberais e visavam ao progresso e à evolução histórica.

A nação moderna, por outro lado, é uma “*comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana*” (ANDERSON, 1993, p. 23). Para Anderson (*idem*, p. 23-25), toda nação é *imaginada* porque os seus membros apenas vivem a imagem de sua comunhão, isto é, não vivenciam em si a nação (não conhecem a maioria de seus compatriotas e nunca os conhecerão); se imagina *limitada* porque é constituída de fronteiras finitas e está “cerceada” por outras nações; se imagina *soberana* porque acredita ser livre e por isso pode apresentar um Estado soberano; e se imagina como *comunidade* porque a fraternidade entre as pessoas da mesma nação as leva a matar e a morrer pelo bem comum. Ao remontar à origem de uma consciência nacional, em meio ao grande número de línguas vernáculas, Anderson (*idem*, p. 75) elege a invenção da imprensa e o surgimento do capitalismo como processos que culminaram na necessidade de construção de gramáticas, para criar uma unidade linguística nacional, e, conseqüentemente, uma ideia de nação.

Na América, por outro lado, a construção da ideia de nação se dá de forma diferente. Para Anderson (*idem*, p. 84), os Estados sul-americanos foram unidades administrativas no passado e sua divisão seguiu os limites empreitados por disputas militares. Apenas com o passar do tempo é que se desenvolveu uma realidade mais firme, que levava em conta os fatores geográficos, políticos e econômicos. Dessa forma, Anderson (*ibidem*) ainda afirma que esses fatores proporcionaram, na América, uma formação peculiar dos Estados e que, por sua vez, tiveram conseqüências na forma como a nação foi construída.

Os Estados americanos, ao contrário dos europeus, se desenvolveram de forma fragmentada, sem uma comunicação efetiva entre eles, já que as questões climáticas e territoriais provocaram o crescimento autônomo dos Estados, cuja única ligação era a submissão deles à metrópole. Essas características, em especial nas colônias espanholas, provocaram as revoluções pela independência, que culminaram na criação dos Estados americanos baseado no direito *uti possidetis* (MASUR *apud* ANDERSON, 1993, p. 85)²⁰,

²⁰ A obra à qual Anderson (1993) faz referência é *Simón Bolívar*, de Gerhard Masur, publicada pela *University of New Mexico Press*, em 1948.

ou seja, a garantia de reivindicar e contestar a legitimidade histórica de conquistas territoriais²¹.

No entanto, a fixação de limites territoriais por si só não é suficiente para garantir a unificação dos Estados, é necessário, no dizer de Anderson (1993), examinar as formas pelas quais “*los organismos administrativos crean un significado*”. Tal significado, a nosso ver, está vinculado ao modo pelo qual a delimitação das fronteiras se projeta como nação, isto é, ao modo como a regulamentação do Estado cria mecanismos para que o povo se signifique como nação, pertença à nação. No caso da América hispânica, em especial, esse movimento se deu pelo crescimento das comunidades *criollas*, que mesmo apresentando parentesco com a metrópole, eram consideradas inferiores aos habitantes de lá e, conseqüentemente, eram submetidos aos desmandos da metrópole.

Nos Estados Unidos, a revolução da imprensa, por outro lado, possibilitou a criação de *comunidades imaginadas* por parte dos leitores de periódicos (*idem*, p. 97), pois, além desses versarem sobre as questões da metrópole, introduziam em suas colunas questões relacionadas à administração local, assim como aos políticos e às elites locais. Ao contrário dos periódicos da metrópole, assim, os jornais locais estadunidenses davam ênfase às questões da colônia, fato que pouco a pouco possibilitou o sentimento de pertencimento à terra norte-americana e o surgimento do sentimento de nação.

Sobre isso, Anderson (*idem*, p. 99) argumenta que, no caso hispano-americano, houve uma dificuldade de se criar um sentimento de nacionalidade no território hispânico devido à falta de um capitalismo forte e de tecnologias que diminuíssem o atraso da região, provocado pela extensão territorial. Esse ponto ressaltado pelo autor, entendemos,

²¹ O direito ao *uti possidetis* (o que corresponderia em português a “quem possui de fato”) foi utilizado, em especial na América Latina, para demarcar as fronteiras que delimitavam o domínio português em relação ao espanhol e, posteriormente, demarcar as fronteiras dos novos países americanos após a sua independência. No primeiro caso, o direito ao *uti possidetis* foi utilizado para garantir a posse do governo português (que explorou a terra por meio de seus bandeirantes) em relação às terras do domínio espanhol (como previa o Tratado de Tordesilhas). Dessa forma, parte das terras hispano-americanas foi garantida ao governo português por este “possuir” a terra por direito, ou seja, por tê-las possuído e trabalhado nelas. O mesmo se sucedeu com a demarcação das fronteiras dos novos países que foram colonizados pela Espanha. Tal delimitação, mesmo levando em conta a demarcação administrativa, também considerou quem tinha a posse da terra e, portanto, o direito ao *uti possidetis*. No caso do Paraguai, atualmente, podemos observar que esse direito ao *uti possidetis* também é posto em jogo para determinar (e legitimar) o direito dos brasiguaios à terra paraguaia (como foi o caso da “Lei da Segurança da Fronteira do Paraguai”, de 2005, que garantiu o direito às terras paraguaias para quem “de fato” as possuía – os brasiguaios); no entanto, muitas vezes a própria designação “brasiguaios” funciona para deslegitimar esse direito, já que, apesar de eles terem a posse da terra, de as terem cultivado, o fato de não serem paraguaios “puros”, mas brasiguaios, deslegitimaria o seu pertencimento à terra paraguaia. A discussão em torno dessa questão ainda aparecerá neste capítulo e terá destaque no capítulo III, referente às análises.

foi responsável pela fragmentação do território espanhol na América, já que essa questão dificultou a construção de uma única comunidade imaginada no território hispânico e, por sua vez, permitiu a construção de várias comunidades, cada uma se identificando com as características mais locais. A construção dessas comunidades, como afirmamos anteriormente, só foi possível devido ao surgimento de uma elite *criolla* que não gozava do mesmo privilégio de um espanhol e era submissa aos mandatos deste. O rompimento administrativo dessa elite *criolla* com a metrópole marcou o nascimento dos Estados no continente americano. Entretanto, apesar desse rompimento, os novos países americanos se constituíram enquanto tal devido a suas relações com a metrópole e criaram as suas primeiras imagens nacionais por compartilharem, com a metrópole, uma linguagem comum, uma religião comum e uma cultura comum (*idem*, 273).

No caso do Paraguai, como já discutimos anteriormente (cf. seção 1.1), esse rompimento com a metrópole se deu sem guerras, mas, apesar disso, o Paraguai sofreu com os embargos provocados pela Espanha e a Argentina, que não aceitaram a independência do país. A ditadura proclamada por Francia possibilitou ao Paraguai construir vínculos administrativos internos, fato que permitiu ao país constituir-se enquanto nação. No entanto, enquanto outros países hispano-americanos sofreram “menos” com a aceitação da língua espanhola, no caso do Paraguai, a política linguística dos jesuítas em educar os indígenas por meio da língua do catequizado, o guarani, e a aceitação desse uso ao longo da ditadura de Francia provocaram uma construção “singular” da nação paraguaia, já que “*todos los criollos estaban institucionalmente comprometidos (por medio de sus escuelas, imprentas, hábitos administrativos) con las lenguas europeas más que con las lenguas indígenas*” (*idem*, p. 273-274).

Apesar dessa relação com a língua da metrópole, a língua guarani continua a ser aceita como língua utilizada pelo povo e essa tolerância ao guarani vai sendo construída como uma resistência à metrópole, um posicionamento anticolonialista. Dessa forma, como aponta Rodríguez (2000, p. 34), “a reafirmação do guarani – a língua local, o valor cultural por excelência – constituiria o símbolo mais representativo dessa resistência e uma prova incontestável de autonomia”. Nesse sentido, por meio do uso da língua guarani, que se torna língua oficial (ainda é hoje juntamente com o espanhol), constrói-se a memória sobre o que é ser um paraguaio e, conseqüentemente, o que não significa ser um paraguaio. Essa memória se constrói pela ilusão de que, ao contrário de outros países, a resistência paraguaia se dá pela valorização da língua guarani e, portanto, uma

aceitabilidade do local. A invocação à língua guarani foi frequentemente mobilizada ao longo do século XX para justificar um certo nacionalismo paraguaio, que se baseia numa essência e numa suposta pureza paraguaia. No entanto, esse discurso da aceitabilidade é rememorado nos trabalhos sobre o nacionalismo paraguaio como um movimento singular entre os países colonizados. Com isso, tais trabalhos

deshistoricizam esse nacionalismo tão ‘peculiar’ dos ‘paraguaios’, apagando sua inscrição em um nacionalismo tradicionalista, extremamente conservador, que constituído na França em final do século XIX, determinou o pensamento de extrema direita que marcou os rumos da história mundial nas primeiras décadas do século XX. (*idem*, p. 38)

Tal movimento, como afirma a autora, ao apagar a inscrição em um nacionalismo tradicionalista, provoca o esquecimento de suas raízes e produz o efeito-presença da memória por meio da “apologia do guarani e o *orgulho* e a *lealdade* que ela manifestaria” (*idem*, p. 39, *grifo da autora*)²². Esse efeito-presença corroborou para a construção de uma memória de que o Paraguai é progressista e que acolhe o *outro*, nesse caso a própria língua guarani²³. Tal discurso foi atualizado na ditadura de Stroessner, como aponta Rodríguez (2000), para enaltecer o Paraguai e o seu povo, encobrendo, contudo, o caráter político desse enaltecimento. Entendemos, no viés utilizado pela autora, que esse discurso de enaltecimento e de acolhimento do *outro* também colaborou para a inserção do brasileiro no Paraguai, o *outro* a ser acolhido pelos paraguaios. O efeito-presença, a nosso ver, é construído no jogo *continuum* entre *presença-ausência* que, no nosso caso, produz o movimento de pertencimento do povo paraguaio, de estar participando da construção da memória.

²² É importante salientar que Rodríguez (2000) se propõe a compreender, a partir de discursos nacionalistas atuais – de fim da década de 1990 –, alguns equívocos do que ela designa de “segunda direção possível” (*idem*, p. 17) no discurso sobre a língua guarani, que valoriza a autonomia paraguaia ainda na segunda metade do século XIX e a resistência desta língua diante da língua do colonizador, o espanhol. Essa segunda direção possível, a qual estamos designando em nosso trabalho de “visão Imperialista” (Squino, 2002), é redutora e, segundo Rodríguez (2000), foi reafirmada durante a ditadura de Stroessner com o caráter político de manutenção da ditadura. Entendemos que essa segunda direção possível, ainda tão difundida no discurso historiográfico sobre o Paraguai, é responsável pela manutenção de um certo nacionalismo no Paraguai e, consequentemente, pelos dizeres sobre os brasiguaios, os quais se entrelaçam ao discurso midiático e, por sua vez, produzem representações sobre eles.

²³ É importante salientar que há, ainda hoje, uma certa aversão ao guarani por setores centrais do país. Apesar do uso do guarani ser frequente no Paraguai, pudemos observar, durante nossas visitas ao país, que o uso do guarani marca um desprestígio social e é comumente usado pelas classes mais desfavorecidas. Isso vem ocasionando, principalmente nos jovens bastardos, uma rejeição ao uso do guarani, provocando, com isso, alguns conflitos na população, já que a língua guarani é tida como expressão máxima da cultura e do povo paraguaio.

Por isso, Anderson (1993) refere-se à nação como uma comunidade imaginada, já que é no jogo entre memória e esquecimento (presença-ausência²⁴) que se constrói a ilusão de pertencimento a uma nação, pois:

como a las personas modernas, así ocurre a las naciones. La conciencia de estar formando parte de un tiempo secular, serial con todo lo que esto implica de continuidad, y sin embargo de “olvidar” la experiencia de la comunidad – producto de las rupturas de finales del siglo XVIII – da lugar a la necesidad de una narración de “identidad”. (ANDERSON, 1993, p. 285)

Para Anderson (1993), portanto, o pertencimento à nação se constitui por meio dessa narrativa da identidade nacional que leva o sujeito a ter “consciência” de fazer parte de um todo: a nação. Apesar do autor se utilizar do termo “consciência”, é importante observarmos que essa “consciência” de pertencimento a uma nação não é apenas de ordem cognitiva, pois ela não se constrói apenas por meio da memória cognitiva, mas por meio de uma memória sócio-histórico-discursiva que leva em consideração, a partir de nosso posicionamento teórico, o inconsciente. Assim, ao se inserir nessa memória sócio-histórico-discursiva e no imaginário coletivo de um povo, o sujeito terá a ilusão de pertencer à nação, de fazer parte dessa *comunidad imaginada*, e a partir daí vai poder dizer(-se), significar(-se).

Discursivamente, assim, estamos compreendendo o Estado e Nação como mecanismos de controle ideológico que funcionam dialeticamente, mesmo quando há países que ainda não apresentam um Estado “consolidado” ou uma nação “consolidada”. Pois, apesar do país ainda não apresentar um desses mecanismos “consolidado”, ele está sempre “trabalhando” para que haja a consolidação dos dois mecanismos, o Estado e a nação, já que é por meio dessa relação dialética que eles (juntos) poderão interpelar o sujeito em sujeito-cidadão de/com/por direito e, dessa forma, produzir o efeito de individu(aliz)ação pelo Estado. Entendemos que essa interpelação ocorre de forma “correlacionada” porque sem a “consolidação” de uma das partes, ou melhor, sem o estabelecimento de ambos (Estado e nação) o ritual de interpelação é falho *per si*, fato que produz rupturas maiores com a ideologia dominante.

²⁴ A memória, na Análise de Discurso pecheuxiana, também funciona por meio da relação entre lembrança e esquecimento e tal movimento se constrói pela presença-ausência, ou seja, na necessidade de esquecer – por meio do efeito-ausência – para poder lembrar, e produzir memória – por meio do efeito-presença. Voltaremos a essa discussão no capítulo II (cf. seção 2.2).

Como afirmara Pêcheux (2009b), não há ritual sem falhas. Assim, Orlandi (2007a; 2012a), ao discutir a questão da interpelação pelo Estado e a resistência advinda dessa interpelação, afirma que não há processo de individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado que não apresente “furos” e “falhas” e, dessa forma, não permita a resistência²⁵. Como aponta Rodríguez (2000, p. 204), nas sociedades nacionais os sujeitos são interpelados pelo Estado, enquanto sujeitos jurídicos, por meio da equação “Estado = nação = sociedade”. Desse modo, para a autora, é por meio das leis (o Estado) e imerso na cultura (nação) que os sujeitos (sociedade) se identificam com o (seu) Estado. E a língua apresenta um papel fundamental nessa relação, já que é por meio dela que os sujeitos se constituirão na sociedade e serão sujeitos de/com/por direitos, sujeitos jurídicos. Em relação às sociedades nacionais, no entanto, a não consolidação ou do Estado, ou da nação podem produzir pontos de resistência por meio dos quais os sujeitos, no processo de interpelação em sujeitos de um único Estado, resistem a se inserir nas narrativas nacionais. Daí a dificuldade de Estados recentes em interpelar os sujeitos em sujeitos de um único Estado, porque, muitas vezes, tais sujeitos estão inseridos na narrativa outra (de uma outra nação) e não na narrativa do Estado ao qual pertence.

Queremos, dessa forma, afirmar que, se anularmos a “correlação” dialética entre o Estado e a nação, no campo discursivo, estaremos negando o próprio funcionamento discursivo, por meio da memória e do seu efeito presença-ausência nessa interpelação. Pois, a nosso ver, é porque existe a projeção de se pertencer a uma nação (comunidade imaginada que nos remete ao passado e, ao mesmo tempo, nos permite fazer parte dela, mesmo estando no presente) que é possível que o Estado se legitime por meio do Direito e faça uso de Aparelhos Ideológico de Estado para manter a ordem (daí a opção por atualmente se falar em Estado-Nação). É por meio do Direito que o sujeito vai se sentir individualizado (seu direito, em geral, é garantido pelas constituições dos países: eu sou único e tenho direito a ter um nome que me singulariza e me garante o direito à

²⁵ Na esteira desses pensamentos, aqui, por meio da discussão entre Estado e nação, estamos trazendo à baila uma discussão teórica, no campo da AD, sobre a necessidade teórica de, ao falarmos em interpelação pelo Estado, levarmos em consideração a noção de nação como mecanismo importante nessa interpelação do sujeito em sujeito cidadão de/com/por direito e, com isso, no efeito de individu(aliz)ação advinda desse processo. Ao ser interpelado pelo Estado, os sujeitos jurídicos, individualizados, se veem imerso na nação e, portanto, pertencentes a uma “comunidade imaginada”. Sem a ilusão de uma nação unificada, a identificação e a submissão do sujeito a um único Estado estão sujeitas à resistência, já que o sujeito resiste a se inserir nas narrativas nacionais da “comunidade imaginada”.

alimentação, à saúde, à educação e à moradia) e apresentará, além de direitos, deveres (devo obedecer às regras propostas pelo Estado para ter o meu direito garantido).

Esse processo, no entanto, esbarra na noção de nação (“comunidade imaginada”), já que se o Estado não apresentar a ilusão de uma nação unificada, de uma única comunidade, as diversas comunidades que o compõem vão requerer direitos diversos, direitos que, muitas vezes, são excludentes entre si, ou seja, os direitos serão concedidos a um grupo, ou serão concedidos a outro grupo. Disso resulta que, em lugares onde não se tem uma ideia de nação “consolidada”, o Estado, em geral, não consegue conter a rebelião popular e agradar as diferentes “comunidades imaginadas” presentes nesse Estado, visto que as diversas nações (“comunidades imaginadas”) apresentam suas histórias, memórias e formas distintas de subjetivação no Estado e, portanto, isso implicará formas diferentes de individu(aliz)ação pelo Estado. Daí acreditarmos que o caso analisado por Orlandi (2012a), de resistência à individua(aliz)ação dos meninos Falcões pelo Estado brasileiro, ser possível não apenas porque eles estão fora do Estado; mas, primeiro, porque a resistência é inerente à condição de ser do sujeito e, segundo, porque os Falcões (o objeto de análise da autora) resistem não apenas por não serem assistidos pelo Estado (alimentação, saúde, educação e moradia), e sim porque a eles constantemente lhes são negado o pertencimento à nação brasileira, isto é, à comunidade imaginada que cria a ilusão do que é ser brasileiro. Ao mesmo tempo em que eles pertencem a esta nação (são brasileiros), eles são levados a crer que não os são, uma vez que não podem se reconhecer em uma história e uma memória que os põem na condição de viver à margem. Na genealogia da história nacional brasileira, na constituição dessa “comunidade imaginada”, os Falcões não têm muito o que recordar: não se veem nos heróis a serem cultuados.

O mesmo resulta em países que apresentam diferentes nações e não conseguem construir um Estado, por apresentarem diferentes memórias e histórias que insistem em não se entrecruzarem e em não “obedecer” a um único Estado. Interrogamo-nos, então, se não seria o que ocorre no Paraguai com os atuais brasiguaios que passaram a se identificar com a “comunidade imaginada” – a nação paraguaia –, mas que carregam consigo a memória e a história da “comunidade imaginada” outra – a nação brasileira –, que produz para o Estado paraguaio a ameaça de instabilidade na regulação de seus sujeitos cidadãos de/por/com direitos.

Os acontecimentos ocorridos no século XIX, a exemplo do já mencionado governo de Francia e da manutenção da língua guarani no cotidiano paraguaio, impulsionaram a construção de uma narração de identidade, no sentido apontado por Anderson (1993), que vai colocando os paraguaios no lugar de povo puro e eleito. É no governo de Carlos Antonio López e, posteriormente, de seu filho Solano López e com a “Guerra do Paraguai” que o nacionalismo aflora com mais veemência no Paraguai. Esse movimento, ao contrário de parecer natural, é um movimento político que tem implicações concretas no século XX, principalmente na ditadura de Stroessner e na forma pela qual os brasiguaios são “enquadrados” na sociedade paraguaia.

1.1.2 A Guerra do Paraguai: das limitações das fronteiras nacional

Passados mais de 140 anos do fim da maior guerra internacional ocorrida na América do Sul, muito ainda se discute sobre as interpretações dadas a ela, inclusive sobre a designação a ser utilizada para se referir a tal acontecimento histórico. Contudo, apesar das inúmeras interpretações, é consenso que a Guerra do Paraguai (1864-1870) propiciou a criação de um exacerbado sentimento nacionalista na população paraguaia e a construção de um grande herói nacional, Solano López, o qual foi comemorado na ditadura de Stroessner (que se designava o “herdeiro” de López) para justificar suas condutas. A pausa por nós feita para discutirmos questões de Estado e nação aqui será fundamental para compreendermos como o Estado paraguaio vai construindo, a partir da Guerra e da figura de López, um ideal de ser paraguaio e, portanto, um discurso de estranhamento e recusa do outro (que se apresenta, muitas vezes, em torno de um certo sentimento xenófobo) que perpassa os dizeres sobre os brasiguaios atualmente, já que a Guerra do Paraguai é o marco divisor, a nosso ver, da relação entre Brasil e Paraguai, que foi “reatada” no período das ditaduras brasileira e paraguaia, na segunda metade do século XX.

É preciso que estejamos atentos para o fato de que toda prática é discursiva e, assim sendo, ela não está fora da relação do simbólico com o político. Isso significa dizer que a construção de um sentimento nacional por parte dos Estados-nação é uma prática discursiva, já que os sentimentos, no dizer de Orlandi (2012a, p. 219), “são sentidos produzidos por uma prática ideológica, ou melhor, por uma ideologia que é uma prática”.

A autora se refere ao sentimento de humilhação que produz (resulta/se apresenta como) a *segregação* em nossa sociedade capitalista²⁶. Deslocando o contexto trabalhado por Orlandi (2012a), não seria possível pensarmos que todo e qualquer sentimento nacionalista também não produz uma espécie de segregação? O sentimento de pertencer ao passado paraguaio, a seus heróis e símbolos e, principalmente, à derrota na Guerra do Paraguai, também não é um mecanismo de exclusão do outro – o diferente – da nação paraguaia? É compreendendo a nação, o Estado e sentimentos em torno dessa Guerra que, talvez, poderemos compreender como o discurso historiográfico é mobilizado nas representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia.

Para Squinelo (2002, p. 23), não há um consenso sobre a designação a ser utilizada em relação à Guerra do Paraguai e isso está relacionado a questões políticas que envolvem esse acontecimento histórico, já que a designação utilizada para se referir à Guerra marca um ato político e evidencia que nenhum processo de designação está isento do político (GUIMARÃES, 2005)²⁷. Squinelo (2002), dessa forma, ora utiliza o termo *Guerra do Paraguai*, ora *Guerra* ou *Guerra Grande*. Albuquerque (2005a, p. 18), por sua vez, em uma de suas idas ao Paraguai para a sua pesquisa de campo, se deparou com o apagamento da designação *Guerra do Paraguai* e a utilização de *Guerra de la Triple Alianza* (Guerra da Tríplice Aliança – em referência ao Tratado da Tríplice Aliança assinado pela Argentina, Brasil e Uruguai em 1865) para se referir a esse acontecimento histórico, fato que o levou a afirmar que “as versões históricas sobre aquela guerra eram bastante distintas dos dois lados do limite internacional” (*ibidem*). A afirmação de Albuquerque (2005a) ajudou-nos a esclarecer os movimentos ideológicos presentes nos livros sobre a Guerra e os efeitos produzidos por tais movimentos. Entendemos, assim como o autor, que de fato há versões sobre a história da Guerra e tais versões atendiam (e atendem) a momentos históricos distintos e interesses distintos – interpretações as quais nos ajudaram

²⁶ Orlandi (2012a, p. 219), ao refletir sobre uma teoria discursiva da resistência do sujeito, afirma que, no capitalismo, “a prática de humilhação faz parte da produção das relações sociais em que significa o processo de alienação”, o que resulta ou se apresenta como *segregação*. Dessa forma, o trabalho, na sociedade capitalista, constrói-se em torno da noção de humilhação, produzindo no sujeito o efeito de inutilidade que, associado à necessidade de consumo ilimitado provocado pela mundialização, produz a segregação: nem todos têm o mesmo “direito a”. Assim, a segregação observada pela autora é produzida pela exclusão do outro, a quem não são dados os mesmos direitos e possibilidades de viver na sociedade; nós, em contrapartida, observamos que nas sociedades nacionais esse sentimento de segregação também funciona e é construído em torno da ideia de nação que vai determinando quem pertence ou não aos “seus”. É uma outra forma da segregação funcionar, ao delimitar os que fazem ou não parte da nação e, conseqüentemente, os que têm ou não “direito a”.

²⁷ Voltaremos a essa discussão no capítulo II (cf. subseção 2.3.2).

a melhor compreender os movimentos históricos que condicionam a atual situação dos brasiguaios.

Nosso trabalho, nesse momento, consistirá em compreender como os sentidos construídos sobre essa guerra produzem efeitos hoje sobre o que é o Paraguai, o ser paraguaio, o ser brasileiro e as implicações desses dizeres sobre a terra paraguaia. Albuquerque (2005a), em seu estudo sobre imigração brasileira para o Paraguai e identidades nacionais, aponta esse retorno ao passado paraguaio como crucial para entendermos a atual situação no país. Para o autor, é importante observar

as imagens do passado nos conflitos do presente a partir da maneira como alguns setores paraguaios classificam a presença brasileira em seu país. Essas classificações remetem respectivamente aos contextos de invasões dos bandeirantes ao território espanhol no período colonial, da *Guerra da Tríplice Aliança* no século XIX e na ditadura de Stroessner na segunda metade do século XX. As referências feitas nos conflitos atuais a esses contextos históricos possibilitam compreender como se estabeleceram as relações de poder entre os dois países, as representações e identidades nacionais que foram sendo construídas e cristalizadas e que hoje são atualizadas e repetidas. (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 33)

Como afirma Albuquerque (2005a), para “definir” o lugar dos brasiguaios na sociedade paraguaia e sua problemática com a terra, recorre-se muitas vezes aos dizeres sobre a guerra, que são atualizados pelos movimentos reivindicatórios de terras no Paraguai e pela mídia brasileira e paraguaia para representar os brasiguaios. Pois, segundo o autor (*idem*, p. 146), “para os camponeses, o fim da guerra representou um marco na problemática da terra no Paraguai. Os principais líderes entendem que a partir desta guerra as propriedades públicas foram leiloadas”. Os dizeres sobre os brasiguaios, portanto, estão relacionados a esse acontecimento histórico, assim como ao momento da ditadura de Stroessner; é a partir desses acontecimentos que se constroem representações por meio do trabalho da memória discursiva sobre a história (voltaremos a essa discussão no capítulo II – cf. seção 2.2). É por isso, entendemos, que há muitas interpretações sobre a Guerra do Paraguai, pois ela serve como momento “fundador” sobre o que é ser paraguaio e o que é o Paraguai. É à Guerra que se recorre para enaltecer o povo paraguaio, a sua força materializada na figura de Solano López e no governo “autônomo” construído pelo povo ainda no século XIX.

No entanto, apesar da grande quantidade de material já produzido sobre o tema, a Guerra, no dizer de Squinelo (2002), é uma desconhecida para nós brasileiros, assim como para os paraguaios. Isto porque, segundo a autora, “a *Guerra do Paraguai* foi alvo de manipulações ideológicas, estando, por vezes, exposta ao sabor dos interesses oficiais” (p. 21, *grifo da autora*). Tentaremos aqui, em meio à diversidade de trabalhos e pontos de vista sobre a Guerra, levantar alguns pontos que serão importantes para compreendermos o fio histórico-discursivo que está sendo construído neste trabalho. Passado que se faz emergir na história presente, construindo memória e atualizando dizeres.

Para que se possa compreender o papel dos dizeres sobre a Guerra do Paraguai nos discursos sobre os brasiguaios é preciso voltar ao século XIX, logo após a morte de Francia, o ditador perpétuo. Segundo alguns historiadores, no governo de Carlos Antonio López, por meio de tratados que concediam ao país a navegabilidade pelos rios que cortam o Brasil e a Argentina (lembramos que o Paraguai é um país sem saída direta para o mar), o Paraguai deu continuidade a um desenvolvimento econômico sem o auxílio de capital externo, fato que consolidou a indústria de base e reafirmou a autonomia do país. Tal versão sustenta a interpretação de que a Guerra do Paraguai foi uma tentativa de frear o mau exemplo de desenvolvimento do Paraguai, que poderia enfraquecer a hegemonia da Inglaterra e do Brasil na região²⁸. Essa perspectiva, no entanto, é contrariada a partir dos anos 1980, com o argumento de que o Paraguai não poderia ter uma indústria de base desenvolvida e uma economia forte e autônoma como se pressupunha.

Apesar dos diversos pontos de vista sobre esse momento da história, é importante observar que a versão Imperialista é a mais difundida atualmente e é responsável, a nosso ver, pela manutenção, por parte do Estado, de um sentimento nacionalista dogmático. O que observamos é que, apesar das críticas feitas a esse posicionamento, ele ainda insiste em produzir sentidos e é amplamente rememorado – principalmente na evocação da figura heroica de Solano López, que assumiu o poder após a morte de seu pai, Carlos Antonio López, em 1862, continuando o desenvolvimento de uma economia autossuficiente. É no governo de Solano López que se sucede a Guerra do Paraguai e,

²⁸ No dizer de Galeano (2010, p. 265), “A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai aniquilou a única experiência exitosa de desenvolvimento independente”. O autor se baseou em obras que, no geral, já estavam inseridas na “segunda direção possível” (RODRÍGUEZ, 2000) ou, como afirma Squinelo (2002), na visão Imperialista.

como afirmamos anteriormente, em torno desse acontecimento histórico diferentes interpretações foram construídas, respondendo, cada uma delas, a um interesse político.

Assim, com o intuito de construir um sentimento nacionalista no Paraguai (e nos referimos exclusivamente ao Paraguai), rememora-se a Guerra da Tríplice Aliança e constroem-se narrativas que “seguem o mesmo perfil, isto é, apresentam uma abordagem descritiva e factual dos acontecimentos” (SQUINELO, 2002, p. 125) e redimensionam-se, como aponta autora, as derrotas paraguaias, “valorizando-as e justificando-as” (*ibidem*). Dessa forma, é ressaltada a imagem do Paraguai moderno e com um exército já consolidado, pronto para lutar pelo seu país e salienta-se o elevado número de mortes no conflito, muitas vezes sem respaldo científico (SQUINELO, 2002)²⁹. Trata-se, portanto, de um movimento de reinterpretação da história que, para Squinelo (*idem*, p. 40), faz parte de um “um movimento nacional denominado revisionismo histórico paraguaio, que recebeu reconhecimento oficial em 1936”.

É, então, na ditadura de Stroessner que esse movimento foi utilizado mais fortemente de forma política. A necessidade de construir uma unidade nacional, a nosso ver, era necessária no governo de Stroessner para que seu pacto com o Brasil não sofresse fortes rejeições. Era preciso primeiro consolidar a identidade nacional (daí o enaltecimento da língua guarani e dos heróis nacionais e a necessidade de um revisionismo histórico sobre a Guerra do Paraguai) para tornar possível, posteriormente, a vinda de brasileiros para o país, com o intuito de industrializá-lo. Entendemos que era preciso “reescrever” a história e construir uma “nova memória”, longe de uma memória do fracasso da guerra. Assim Soler (2007, p. 436), ao fazer um estudo sobre as transformações ocorridas no Estado e nação paraguaia de López a Stroessner, observa que os heróis nacionais foram retomados e forjados na ditadura de Stroessner para legitimar seu governo. O povo paraguaio precisava ver-se como povo forte, que reconstruiu seu país apesar de todas as diversidades, e que não temesse uma nova

²⁹ Chiavenato (1986, p. 149) chega a afirmar que o “genocídio” resultou na morte de 75,75% da população (a população que era de 800.000 pessoas passou a ser de 194.000), sendo 99,50% dos homens adultos mortos (isso equivale a 14.000 homens vivos, sendo apenas 2.100 os homens adultos); visão que é corroborada por Mota (1995, p. 254), o qual afirma que na Guerra “morreram cerca de 600 mil, restando uma população de menos de 200 mil pessoas, das quais apenas cerca de 15.000 era do sexo masculino e, destes, cerca de 2/3 tinham menos de 10 anos de idade”. Segundo Squinelo (2002, p. 36), essa visão que vem sendo difundida nos livros didáticos, no entanto, não leva em consideração estatísticas mais atualizadas que demonstram que, apesar do número de mortos comparados a qualquer guerra moderna, ele é bem menor do que o difundido. Entendemos que os autores, inseridos em condições de produção distintas, apresentam versões que têm suas verdades e que tentam explicar os efeitos que essas mortes provocaram com relação à desestruturação do país.

“ocupação/invasão/colonização” brasileira durante a ditadura de Stroessner. A derrota na Guerra é lembrada, por parte dos paraguaios, como a imagem de “uma invasão brasileira” (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 145) sobre o território paraguaio e a questão da terra é uma chaga aberta que insiste em não sarar, levando os habitantes do Paraguai a disputas pelas terras e a discursos, muitas vezes, xenófobos. Dessa forma,

as representações cartográficas fazem parte das construções nacionais. A imagem dos países está fortemente relacionada com os mapas que são constituídos ao longo da história colonial e nacional. Desde o período da colônia espanhola, os mapas paraguaios abordam as constantes perdas territoriais: a diminuição da Província do Paraguai por causa das incursões dos bandeirantes e a anexação de territórios pelos países vizinhos durante a “Guerra da Tríplice Aliança”. No contraste com os enormes territórios do Brasil e da Argentina, os paraguaios criam uma imagem nacional de um país que se tornou pequeno, mediterrâneo e com um território nacional sempre anexado e ameaçado pelos “vizinhos mais poderosos”. (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 148)

A Guerra do Paraguai, ao contrário do que se pode pensar, não foi apenas uma grande violência física ao país, que culminou na morte de milhares de paraguaios, mas uma violência simbólica: a perda da terra. Um país essencialmente agrícola que, apesar de já apresentar em meados do século XIX o desenvolvimento de uma indústria de base, era (e ainda é, como veremos em nossas análises – cf. capítulo III) constituído por sua relação com a terra, homens trabalhadores da terra – herança, pois, de uma forte colonização jesuíta que privilegiou a catequização do homem e sua relação com a terra. Além disso, a própria herança da colonização, a apropriação da terra pelo outro (o colonizador), é atualizada durante a Guerra do Paraguai e aparece atualmente no discurso dos paraguaios sobre os brasileiros por meio da designação “colonos” (cf. capítulo III), produzindo efeitos sobre essa relação com a terra e de como nós – e nos referimos aos latino-americanos de modo geral – nos relacionamos com ela.

Essa questão se agrava no Paraguai, visto que o país sofreu grandes perdas territoriais ao longo de sua constituição por meio das ações de bandeirantes e da derrota na Guerra. Assim, a cartografia aparece na historiografia sobre a história do Paraguai como legitimador (e por que não testemunha?) dessa história de perdas territoriais. A cartografia, nesse sentido, seria uma cicatriz que funciona como registro das perdas territoriais para os países vizinhos, principalmente o Brasil, e que atua na manutenção do sentimento sobre a nação, construindo uma relação afetiva do paraguaio com a terra e a

preservação dela contra o estrangeiro (cf. anexos I e II). O Estado paraguaio atualmente trabalha para que isso ocorra, ao preservar as suas fronteiras das ameaças do estrangeiro – o que pode tomar a terra paraguaia – e ao construir mecanismos para produzir efeitos de identificação dos paraguaios com esse discurso, por meio da identificação dos paraguaios com o pertencimento à nação paraguaia. Estado e nação, portanto, trabalham na construção dessa identificação e preservação de *uma* memória (é a memória da força do paraguaio, da injustiça sofrida pelo estrangeiro, da resistência e recuperação que é preservada, e não a memória da derrota da Guerra) que possibilite aos paraguaios essa identificação com o Estado e com a nação. Daí a necessidade de se conservar a memória, como afirmamos anteriormente, de um Paraguai que já foi um grande país que, por meio da violência física e simbólica dos países fronteiriços, perdeu seu território: a terra que chamava de “sua”. Esse movimento de preservação da memória é o que “garante” a resistência e, mais do que isso, a possibilidade de essas perdas não mais ocorrerem.

É por isso que a Guerra do Paraguai, ao mesmo tempo em que marca um momento difícil da história do país e significa grandes perdas políticas, é o que “representa a construção de um *ethos de resistência*, integração e consolidação de uma identidade nacional” (*ibidem*)³⁰. Era momento de preservar, pois, o que sobrou do território nacional e a presença de estrangeiros no país significava deparar-se com um passado ainda muito presente na memória dos paraguaios. A Guerra do Paraguai era um momento da história do país que era preciso *esquecer* (do número extenso de mortes e da derrota), mas, ao mesmo tempo, *lembrar* (dos heróis nacionais e da força do povo paraguaio) por meio, sobretudo, da construção de “lugares de memória”³¹. Nesse movimento de resistência –

³⁰ Ora, é preciso que levemos em consideração que, apesar das consequências negativas ocasionadas pela Guerra, “*la Guerra de la Triple Alianza, permitió al Estado paraguayo hacerse presente como poder militar en todo el territorio, mediante el reclutamiento obligatorio de ‘soldados’*. *La resistencia militar durante la guerra fue, simultáneamente, forzada y posible por la existencia previa de cierta institucionalización de la autoridad y por el estilo de ‘identidad militarista’ constitutiva del Estado: paraguayo, ¡república o muerte!*” (SOLER, 2007, p. 441). Essa característica advinda da Guerra vai culminar, segundo a autora, no que Anderson (1993) entende por nação enquanto “comunidade imaginada”, já que a Guerra permitiu que tantas pessoas morressem por um ideal e que todos se identificassem com esta identidade que estava sendo forjada.

³¹ A expressão é utilizada por Pierre Nora (1993), como afirmamos anteriormente (cf. seção 1.1), e será discutida no capítulo II deste trabalho. Albuquerque (2005a, p. 153) nos aponta considerações importantes para entendermos como os “lugares de memória” foram sendo construídos, no Paraguai, em torno da Guerra: “além das memórias dos ressentimentos da guerra, transmitidas de geração em geração na sociedade camponesa paraguaia, os governos nacionalistas do Paraguai, durante o século XX, instituíram vários lugares oficiais da memória da guerra: museus, monumentos aos ‘heróis da pátria’, ‘Parque Nacional de Cerro Corá’, ‘Ruínas de Huimaitá’, os nomes dos ‘heróis da guerra’ nas ruas principais das cidades e todo um calendário de homenagem e comemoração das principais batalhas da ‘Grande Guerra’”.

o enaltecimento da língua guarani e a utilização mais presente desse idioma entre grupos políticos – grande parte dos paraguaios passou a se reconhecer como sendo cidadãos paraguaios, isto é, pertencentes à nação paraguaia³². A “comunidade imaginada” (a nação paraguaia) estava, portanto, consolidada e o Estado paraguaio, sob o governo de Stroessner, poderia dar início a uma nova abertura para o exterior, por meio de alianças com o Brasil. O medo do “grande invasor” ainda era presente na população, todavia a política de enaltecimento da nação paraguaia e as vantagens advindas dessa parceria entre os dois países foram o suficiente para frear, por um tempo, o sentimento de inferioridade em relação ao Brasil e possibilitar a entrada de brasileiros no país. O que observaremos, no entanto, é que as memórias sobre a guerra “são resignificadas em momentos históricos posteriores em que estão em jogo novas disputas de interesses nacionais envolvendo esses países [Argentina, Uruguai e Brasil com o Paraguai]. (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 155)

É o que se sucede atualmente no Paraguai, onde a relação entre os paraguaios e os brasileiros que vivem no país (os chamados brasiguaios) recupera a memória histórica compartilhada pelos dois países para (des)legitimar a permanência e o direito dos brasileiros de serem considerados cidadãos paraguaios. Essas questões aparecem no *discurso sobre* e nas *representações*³³ que a mídia veicula sobre os brasiguaios, por isso o fato de o discurso historiográfico “reconstruir” a história do Paraguai, durante

³² Albuquerque (2005a), assim como Squinelo (2002) e Doratioto (2002), aponta que a história da Guerra do Paraguai passou por revisionismos, ao longo do século XX, por meio de óticas influenciadas pelo momento histórico e interpretações distintas nos dois países. Para Albuquerque (2005a, p. 162), atualmente, já existem outras leituras sobre alguns fatos históricos, entre elas a contestação por alguns historiadores paraguaios sobre a unanimidade da figura de Solano López como herói da Guerra. Esses discursos, pouco a pouco, já começam a aparecer nos livros didáticos tanto no Brasil quanto no Paraguai, mas ainda de maneira muito incipiente. A imagem do grande *Marescal López* ainda é muito forte, sobretudo, para as gerações educadas na época da ditadura de Stroessner (1954-1989), as quais “veem Solano López como o herói intocável e são principalmente estas que reatualizam os discursos da guerra nos confrontos com os agricultores brasileiros” (*ibidem*).

³³ Até aqui não nos preocupamos em fazer uma distinção entre “discurso sobre” e “representação”. Os “discursos sobre”, segundo Mariani (1996, p. 67), “são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória”. Assim, o discurso jornalístico “funciona como uma modalidade de *discurso sobre*, pois coloca o mundo como objeto” (*ibidem*, *grifo da autora*), ao atuar na institucionalização dos sentidos. Já a noção de representação, apesar de aparecer bastante nos trabalhos em AD, não tem uma definição consolidada. Estamos partindo do pressuposto de que todo *discurso sobre* provavelmente produzirá a construção de representações, que são dizeres que vão se “sedimentando” sobre o outro por meio da imagem a partir da qual o outro é dito. Daí a representação ter uma relação muito próxima com a noção de imaginário, na AD, pois a representação, a nosso ver, seria o que é mais “palpável” do imaginário. É preciso, no entanto, observar que nem todas as representações são necessariamente estereótipos, mas que todo estereótipo é uma forma de representação sobre o outro; o estereótipo é, portanto, a cristalização de uma representação. Voltaremos com essa discussão no capítulo II (cf. subseção 2.2.1).

principalmente a ditadura paraguaia, mostra-nos que o trabalho revisionista sobre a história produz uma anterioridade, uma “nova” memória, com a qual os paraguaios passam a se identificar, fato que possibilita mais facilmente a abertura a negociações entre o Brasil e o Paraguai.

1.1.3 A ditadura de Stroessner: os acordos políticos

O fim da Guerra da Tríplice Aliança trouxe consigo não apenas as marcas de uma grande destruição, mas a marca do recomeço de uma “nova” história. A Guerra, nesse sentido, (...) *fue el hito que hubo que superar y el gobierno provisional no tardó en decretar a Solano López traidor en la patria y forajido de la ley, embargando sus bienes y transfiriéndoselos al Estado.* (SOLER, 2007, p. 443). Foi preciso forjar, dessa forma, um novo modelo para a nação e para o Estado e, para tanto, (...) *la refundación tenía que ser liberal, democrática, antipersonalista y salvaguardar la República (ibidem)* – daí o surgimento dos partidos políticos: o *Partido Liberal y Partido Colorado o Asociación Nacional Republicana (idem, p. 444)*. Para o nosso trabalho, o que nos interessa, a partir das considerações apontadas por Soler (2007), é observar como esse novo modelo liberal proposto para a nação e o Estado paraguaio e o decreto que pôs Solano López no rol dos traidores da pátria produziram efeitos ao longo do século XX e culminam na forma como o governo de Stroessner reinterpreta essas medidas e, sobretudo, como ele as utiliza para garantir os seus interesses.

Antes de iniciarmos essa discussão, faz-se necessário fazer considerações sobre a política agrária iniciada no pós-guerra, à qual se faz referência para representar o “mal” que os estrangeiros (principalmente, os brasileiros) fizeram – e fazem – ao país. Essa política, de modo geral, marca mais profundamente a problemática da terra no Paraguai, a qual se aprofunda e produz efeitos sobre as questões vinculadas ao (não-)pertencimento à terra paraguaia. Para Morínigo (2005), esse período pós-guerra se caracteriza como o início da matriz histórica do problema da terra na sociedade paraguaia, já que se inicia a venda de terras públicas no país. Assim:

El Estado debilitado y sin recursos para hacer efectiva el reconocimiento de la soberanía y planear y ejecutar políticas públicas encuentra en la tierra, que seguía siendo en un gran porcentaje de carácter público, un bien deseable y con demanda sobre todo en mercado externo. De ahí que la venta de tierras

públicas fue la salida más rápida para planear y ejecutar las políticas públicas del Estado. (MORÍNIGO, 2005)

Essa etapa, ainda segundo Morínigo (2005), trouxe consequências imediatas para o país, já que a venda desenfreada de terras para estrangeiros não visou a políticas que assegurassem ao campesino o direito à terra paraguaia. É por isso que Soler (2007) enfatiza que a *las condiciones estructurales históricas de los campesinos y las nuevas condiciones de la tenencia de la tierra articularon procesos centrales para la explicación de la inestabilidad política del posguerra* (SOLER, 2007, p. 444). A venda de terras, dessa forma, a estrangeiros agravava ainda mais a política interna de acesso à terra paraguaia. Em contrapartida, iniciou-se a tentativa, por parte de alguns segmentos do governo, de construir políticas voltadas para o campesino por meio de uma Reforma Agrária, sob o argumento de que *la tierra es de quien la trabaja* (MORÍNIGO, 2005). O fato é que, apesar desse argumento, a questão da política agrária esteve, de maneira geral, vinculada a questões partidárias, sendo a adesão a determinado partido condição para beneficiar-se da terra. É o que aconteceu, por exemplo, na década de 1940, quando o acesso à terra paraguaia passou por uma “coloradizada” (*ibidem*), ou seja, o seu acesso passou a ser facilitado pela adesão ao Partido Colorado.

Paralelamente às questões da terra, outra questão que é contemporânea a essas medidas até aqui enfatizadas é a tentativa de construir um nacionalismo paraguaio ao longo da primeira metade do século XX, o qual foi vastamente utilizado no governo de Alfredo Stroessner. O discurso pós-guerra, que pôs Solano López como traidor da guerra, logo foi ressignificado após a vitória do Paraguai sobre a Bolívia na Guerra do Chaco (1932-1935). Os militares que lutaram nesta guerra foram fundamentais para concretizar o discurso de um país vitorioso e nacionalista, principalmente com a chegada de um militar, Rafael Franco, ao poder (18 meses entre 1936 e 1937) (SOLER, 2007, 447). É nesse período, portanto, que se inicia um dos revisionismos históricos no Paraguai, que foi tão bem utilizado por Stroessner para garantir os seus interesses. Assim, por exemplo, os restos mortais de Solano López, que foram levados para o Panteão dos Heróis, juntamente com a família fundadora da pátria – a família López –, e a exaltação da língua guarani serviram de resistência e de fundação de um novo discurso sobre o Paraguai (*idem*, p. 451).

O enaltecimento da pátria paraguaia aparece, portanto, como um jogo político necessário para que fosse possível a aceitação de seu governo pela população. Era preciso

que a historiografia fosse “reescrita” para criar uma nova memória na qual os paraguaios pudessem se reconhecer como povo heroico, pertencente (todos os paraguaios) à família López. Consolida-se, com isso, uma “comunidade imaginada” que determina aqueles que pertenceriam e os que não pertenceriam à nação paraguaia, já que apenas os que se reconhecessem nessa memória poderiam ser considerados paraguaios. Daí o discurso, difundido hoje no Paraguai, de que as comunidades estrangeiras que vivem no país, apesar de ali estarem há muito tempo, não serem consideradas parte dos paraguaios “puros”. Observamos, portanto, que no período do governo de Stroessner, membro do *Partido Colorado*³⁴, o revisionismo histórico proposto ainda no governo de Rafael Franco foi fundamental para que o discurso da superioridade do povo paraguaio lhe permitisse desenvolver medidas expansionistas ao longo de seu governo. Dessa forma,

la orientación de la política agraria en el país vuelve a modificarse con Alfredo Stroessner a la cabeza. Éste crea el Instituto de Bienestar Rural en el intento de dejar de lado la idea de "reforma agraria" que él consideraba de izquierda. El instituto estuvo encargado de la repartición de tierras y el proceso de colonización. En este sentido, se apuntó a la venta de tierras de acuerdo a las posibilidades de inversión de los compradores y de las conexiones políticas, cuyo objetivo constituyó la cooptación a favor del gobierno. Por otra parte, se destinaron tierras para la formación de colonias extranjeras mediante la asignación de grandes extensiones a empresas de capital extranjero. (MORÍNIGO, 2005)³⁵

³⁴ É preciso que não percamos de vista, como já afirmamos anteriormente, que o Partido Colorado é considerado um partido conservador e ficou no governo paraguaio por cerca de 60 anos, período que abarca a ditadura de Alfredo Stroessner e se encerra com a vitória de Fernando Lugo em 2008 – governo este que tomamos como referência para delimitarmos o nosso *corpus*. A nosso ver, o Partido Colorado e a problemática da terra no Paraguai apresentam uma relação estreita, já que em diferentes momentos da história do país, sob o governo do Partido Colorado, propôs-se medidas de política agrária. No entanto, tais medidas, muitas vezes, apenas visavam à ascensão econômica do país e não se preocupavam efetivamente com uma Reforma Agrária, pois as leis beneficiavam a distribuição de terras aos que interessava ao governo ter como possuidores delas. Daí, entendemos, o “rancor” dos campesinos com os brasiguaios, já que estes tiveram vantagens e se apropriaram de terras que deveriam servir aos campesinos paraguaios. O Partido Colorado, assim, determinou os rumos da distribuição de terras no Paraguai. Nesse sentido, Soler (2007, p. 453) afirma que: (...) *con la dictadura stronista, ser nacional fue sinónimo de ser colorado. Así, basta leer las proclamas del Partido Colorado para observar que finalmente los López habían sido colorados, aún sin posibilidades concretas, ya que los partidos políticos son posteriores a la Guerra de la Triple Alianza*. Ou seja, os revisionismos históricos construíram uma nova anterioridade para a história do Paraguai, anterioridade esta que vincula o Partido Colorado à família López e cria, com isso, uma filiação histórica por meio de uma memória parafrástica: se todos os paraguaios se reconhecem na família López e os López faziam parte do *Partido Colorado*, logo todos os paraguaios devem apoiar o *Partido Colorado*, o que significa, nesse período, apoiar Stroessner.

³⁵ No site do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT), órgão responsável pela política agrária no Paraguai, antigo *Instituto de Bienestar Rural*, é possível mapear os rumos tomados pela política agrária no país. Segundo consta no site do INDERT, *varias fueron las instituciones y leyes responsables de las políticas agrarias en el Paraguay desde principios del siglo XVII. Las mismas han tenido la difícil tarea de impulsar la economía y el desarrollo nacional a través de la agricultura y la administración de un de los bienes más importantes que poseía el país: La Tierra*. Como podemos observar, a questão agrária sempre foi crucial no Paraguai e, apesar das grandes discussões travadas ao longo dos

Tal política engendrada por Stroessner foi possível porque a corrupção em seu governo facilitava, como aponta Chiavenato (1980), transações com outros países, fato que colaborou para os acordos políticos travados entre os governos brasileiros e paraguaios para o desenvolvimento da região mais a leste do Paraguai (o Alto Paraná). O Brasil, então, aparece para o Paraguai como um aliado para a concretização do governo de Stroessner que buscava o desenvolvimento agrário que se baseava na consolidação da economia e, portanto, no fortalecimento do mercado interno e externo. Daí a necessidade de se formar colônias estrangeiras e atrair grandes empresas com capital estrangeiro para o país, pois tais medidas ajudariam a desenvolver o setor agrário no Paraguai – a agricultura aparecia como a única solução para um país que não tem saída direta para o mar. Para o Brasil, por outro lado, o processo de imigração para o Paraguai colaborava para consolidar sua soberania na região e pressionar o Paraguai a cumprir os seus acordos em relação à construção da hidrelétrica de Itaipu³⁶.

Albuquerque (2005a, p. 164), a partir de relatos de brasiguaios, vai afirmar que esses acordos políticos foram sendo construídos, para os brasiguaios, por meio da imagem de que o brasileiro era o povo “escolhido” para ajudar a “colonizar” essa parte do Paraguai (daí nossa metáfora da *Terra prometida*). Nos relatos dos brasiguaios, o autor continua, observa-se uma nostalgia³⁷ sentida pela época da ditadura de Stroessner e a preocupação com o discurso de relacionar os brasileiros à imagem do povo “escolhido”, fato que não necessariamente corresponde à realidade, já que outros imigrantes também eram bem-vindos para ajudarem a construir o Paraguai. Entretanto, o que observamos é que essa

últimos séculos, o problema da concentração de terra ainda se mantém no país. Muito se deve, entendemos, aos interesses políticos que, ao longo dos diversos governos, não priorizaram o *bienestar* da população, mas o benefício de poucos. Os brasileiros, na ditadura de Stroessner, foram mais beneficiados do que os camponeses paraguaios e estes buscam até hoje que seus direitos à terra paraguaia sejam executados.

³⁶ Os acordos políticos travados entre os dois países, além de “livrar” o Paraguai da codependência histórica que tinha com a Argentina – país de que o Paraguai dependia para o crescimento de sua economia devido à Província da Argentina e à sua saída para o mar –, resultaram em uma relação de dependência (principalmente do Paraguai em relação ao Brasil) por causa “(...) de fatores como Itaipu, os portos livres de Santos e Paranaguá para a exportação e importação de produtos, a venda de energia para o Brasil, a ligação entre os dois países pela Ponte da Amizade sobre o rio Paraná, o turismo, o contrabando em ambas direções, a conexão rodoviária e a futura conexão ferroviária, o apoio político brasileiro a Stroessner e o seu Partido Colorado e, finalmente, a incrível imigração de brasileiros para o Paraguai e suas consequências” (MENEZES, 1987, p. 15)

³⁷ A nostalgia com a ditadura está sendo pensada por meio de sua questão político-ideológica. Observamos que não são apenas parte dos paraguaios, por nacionalistas, que deixam o seu discurso se atravessar sobre “inverdades” sobre os brasileiros e sua chegada ao Paraguai, mas também estes se esquecem de que o acesso à terra paraguaia lhes foi dado num período ditatorial em que, muitas vezes, os direitos dos camponeses paraguaios foram negados.

política empreendida pelos governos brasileiro e paraguaio contribuiu para a construção do mito do Paraguai como a *Terra prometida*, onde seria possível o início de uma nova vida. Tal discurso é reiterado por práticas sociais que contribuíram para que os alguns imigrantes brasileiros melhorassem de vida no Paraguai: a compra de grandes terras por eles a ponto de alguns se tornarem grandes latifundiários. O Paraguai, dessa forma, conheceu o “boom” econômico e “o crescimento da renda per capita melhorou o nível e a expectativa de vida” (MENEZES, 1987, p. 12); e, em especial, os imigrantes brasileiros foram considerados os responsáveis por parte do crescimento do país, por contribuírem, por meio de suas experiências com a agricultura, com o desenvolvimento de terras que até então não eram cultivadas.

No entanto, “a colonização espontânea, através da intensificação da imigração e migração para os solos férteis, principalmente no leste do país, escapou totalmente ao controle do governo” (MENEZES, 1987, p. 14), pois a mesma terra era vendida por Companhias Colonizadoras brasileiras várias vezes a diferentes famílias (*idem*, p. 146)³⁸. Em alguns momentos, o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR) tentou resolver os problemas existentes entre os colonos brasileiros e camponeses paraguaios por meio da “cooperação” entre ambos, colocando-os para trabalhar na mesma área (*idem*, p. 149). Tais medidas, entretanto, não tiveram o apoio efetivo do IBR e há relatos de que muitos desses camponeses paraguaios acabaram por vender suas terras a brasileiros (*idem*, p. 150), fato que agravava ainda mais a “legitimidade” e a “legalidade” das terras que estavam nas mãos dos brasileiros. E justamente são essas terras que têm, hoje, seus documentos de posse postos em xeque e são as reivindicadas por parte dos paraguaios.

Além da melhora econômica de alguns imigrantes e de parte dos paraguaios, principalmente no período do milagre econômico paraguaio – durante a assinatura do Tratado de Itaipu –, houve, segundo Albuquerque (2005a), vozes discernentes à imigração brasileira para o Paraguai, por acreditarem que esses acordos se referiam a uma imposição hegemônica do Brasil na região. No entanto, apesar dessas vozes contrárias à política de Stroessner se fazerem mostrar em alguns momentos do seu governo, elas foram silenciadas pelo próprio regime do ditador ou simplesmente pelo crescimento

³⁸ Menezes (1987, p. 147), em um levantamento feito em periódicos e entrevistas, mostra-nos que o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR), assim como as Colonizadoras, foi “fortemente criticado por sua ineficiência e desonestidade”. Por meio de um jogo político, ora as Colonizadoras detinham o direito sobre determinadas terras, ora o IBR gozavam dos mesmos direitos sobre as mesmas terras, fato que levavam as duas companhias a venderem a mesma terra várias vezes.

apresentado por ele. Muitos dos paraguaios apoiavam, como afirmamos anteriormente, medidas adotadas pelo General, porque sentiam no dia-a-dia melhorias econômicas e, dessa forma, os imigrantes brasileiros não eram considerados um problema para o Paraguai. No entanto, com o fim do milagre econômico paraguaio e, conseqüentemente, com a diminuição do crescimento do país, a situação em relação aos brasileiros mudou e a “tensão cresceu enormemente no Alto Paraná, devido aos conflitos pela posse das propriedades agrícolas, e recrudescceu a repressão policial contra os imigrantes” (WAGNER, 1990, p. 19-20).

Além disso, já era possível observar, durante o próprio governo de Stroessner, que na fronteira com o Brasil a língua utilizada no dia-a-dia era o português e a moeda de negócio era a brasileira (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 151). Isso, posteriormente, foi um dos motivos para reacentuar o perigo da colonização – por meio da imagem do bandeirante brasileiro – e o medo da ameaça de uma nova guerra na região pela disputa das terras paraguaias sob a posse dos brasileiros. Apesar dessas questões culturais e do perigo advindo da expansão da língua portuguesa na região paraguaia, o governo continuou incentivando a ida de brasileiros para o Paraguai, sobretudo os oriundos do sul do Brasil, que em sua maioria eram descendentes de europeus. Isso se deve porque a política de Stroessner, que era filho de pai alemão e mãe paraguaia, associava os imigrantes europeus ao trabalho e ao desenvolvimento; além de deixar ressoar em suas atitudes o predomínio de teses vigentes no século XIX “(...) que associavam a ‘raça branca’ com a capacidade de trabalho e de progresso (...)” (*idem*, p. 179). Tal fato, ainda segundo Albuquerque, pode explicar a sociodinâmica das relações entre imigrantes brasileiros e população paraguaia que envolve “processos complexos de estigmatização e contra-estigmatização” (*ibidem*). Daí, entendemos, o jogo construído entre “paraguaio puro” e “paraguaio não puro”, “cidadão paraguaio” e “cidadão não paraguaio”, “ter direito à terra paraguaia” e “não ter direito à terra paraguaia” etc. São esses dizeres, que funcionam por meio de um trabalho de memória(s) sobre o imigrante (brasileiro), que são atualizados nas representações produzidas sobre os brasiguaios veiculadas pela mídia.

1.2 A noção e representação do espaço: as fronteiras

A proposta desta seção é discutirmos a noção e representação do espaço da fronteira pelo viés histórico-discursivo. Partiremos, no entanto, de um olhar mais heterogêneo sobre a fronteira e situaremos essa discussão no nosso campo de interesse, pensando a fronteira não apenas como o limite entre os países, mas, sobretudo, como uma construção histórica, que envolve relações de poder e contato entre memórias. Não buscamos, assim, compreender o conflito presente na fronteira entre o Brasil e o Paraguai pelo viés sociológico e antropológico (apesar deles aparecerem em algum momento em nossas reflexões), mas pelo histórico e discursivo, buscando compreender a dimensão discursiva da representação do espaço e, sobretudo, os processos discursivos que constituem as representações de estar na fronteira, fazer parte dela. Do nosso ponto de vista, essa construção será feita por meio dos sentidos produzidos e atualizados sobre as fronteiras enquanto espaço do possível (do *vir-a-ser*), que demarcam a alteridade em relação ao outro. Daí pensarmos que as fronteiras demarcam, limitam o espaço do *nós* em relação ao *outro* – o *outro* aqui entendido como a ameaça da qual é preciso separar-se: os do “lado de lá” dos do “lado de cá”. Essa limitação, no entanto, não é facilmente reduzida à questão geográfica, porque ela mesma já está diluída em nossa sociedade fluída³⁹, o que nos faz pensar que as memórias produzidas nas fronteiras se misturam, (con)fluem: somos *nós* e os *outros*...

Ao nos referirmos à fronteira, em geral, pensa-se que tal termo é sinônimo de limite/divisa e, contraditoriamente, ele oscila sobre as imagens de lugar sem lei (por ser um lugar onde as regras não foram definidas), ao mesmo tempo em que é sempre um lugar de grande fiscalização (já que é a segurança das fronteiras que assegura a existência de um Estado nacional). No entanto, ao contrário do que o termo pode nos suscitar, “a fronteira é uma zona, uma faixa ou região entre dois países, é um espaço mais amplo de relações sociais de um lado e outro do limite e que não tem extensão precisa e varia em cada situação específica.” (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 44). No caso da fronteira do Brasil e do Paraguai, a fronteira foi delimitada em 150km, no lado brasileiro, e 50km, no

³⁹Apesar das “fronteiras naturais” entre Brasil e Paraguai, segundo Albuquerque (2005a, p. 46-47), terem sido definidas no *Tratado de paz e limites Loizaga Cotegipe*, em 1872, após o fim da Guerra do Paraguai, e terem passado por reformulações em 1927 e, posteriormente, na Ditadura de Stroessner, é preciso ressaltar que tais fronteiras não são tão fixas como nos fazem crer, mas fluídas e estão em constante movimento.

lado paraguaio (*ibidem*), sendo esse espaço de 200km a zona de fronteira entre os dois países.

As fronteiras, assim, são um espaço de lutas e disputa de poder, um espaço no qual é preciso preservar para garantir a soberania nacional. No dizer de Leenhardt (2002, p. 27), “toda fronteira não é senão o resultado precário e passageiro das lutas engendradas pelas pulsões expansionistas”, período de conquistas e delimitações territoriais. A delimitação das fronteiras e, por consequência, do território nacional é o que garante ao Estado o direito de agir sobre os seus cidadãos, já que dentro do espaço delimitado pelas fronteiras os habitantes são cidadãos de tal país e estão submetidos às regras vigentes naquele território. O que nos leva a pensar que a forma de agir do Estado sobre os sujeitos perpassa por uma injunção a ser cidadão, pois dentro do espaço do Estado os sujeitos são interpelados em sujeitos jurídicos (de/com direitos) e, portanto, sujeitos-cidadãos que atuam no limite demarcado pelas fronteiras⁴⁰. Por isso, ao pensarmos em fronteiras, relacionamo-las com questões territoriais e, conseqüentemente, com o limite necessário para a delimitação do *nós* em relação ao *outro*.

As fronteiras, além disso, são atravessadas por múltiplos olhares e são constructos que “condensam e expressam espaços e tempos diversos” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 73). Ou seja, as fronteiras são definidas e redefinidas em épocas diferentes e respondem, cada uma ao seu modo, a contextos específicos. Tais (re)definições apresentam dizeres e marcas do passado que ressoam no presente, memórias que constituem as fronteiras e os que delas fazem parte. Nesse sentido, pensar as fronteiras nacionais é voltar-se para os acordos, empreitadas e lutas que envolvem a delimitação dessas fronteiras e a pluralidade que as cercam. A fronteira, assim, é um espaço de contato que se constitui como um fenômeno paradoxal (*idem*, p. 78), já que paradoxalmente pode ser compreendido por meio da não ambigüidade (que silencia a heterogeneidade) e da ambivalência e contradições constitutivas às questões fronteiriças.

Nas fronteiras, a questão multicultural é latente. A linha imaginária construída para delimitar a identidade nacional dá espaço para o hibridismo e contato entre culturas e línguas. A fronteira, nesse viés, é concebida como um espaço – um lugar de passagem – de integracionismo, no qual as mais diversas culturas se confluem e são responsáveis pela delimitação da nação. Ao mesmo tempo em que o imaginário de fronteira construído

⁴⁰O sujeitos-não-cidadãos (os marginalizados), embora tenham seus direitos negados pelo Estado, estão submetidos a ele: têm deveres que devem ser cumpridos.

no Brasil é o de *terra de ninguém* (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 50), onde tudo é permitido porque o Estado ainda não atua fortemente nessa zona, ela é o centro irradiador que “permite” a consolidação de uma identidade nacional, uma vez que é preciso o imaginário de unidade, por meio das cartografias produzidas acerca do espaço físico do país, para produzir os efeitos de unidade e linearidade desejados para a constituição de uma nação. Assim, ao contrário da imagem de fronteira enquanto um lugar “à margem” ou “periférico”, a fronteira atua não apenas como um fator geopolítico para preencher os “espaços vazios”, mas sobretudo na construção de uma identidade nacional, que tem como um de seus pilares a consolidação de um território no qual cada cidadão se reconheça e possa chama de seu.

Mais recentemente, discute-se a necessidade de se compreender que “as fronteiras estatais não são estáticas, são como organismos vivos ou *fronteiras vivas* e se estruturam mediante processos de expansão ou retratação” (*idem*, p. 60, *grifo do autor*). As fronteiras, dessa forma, são entendidas enquanto movimento, já que não é possível pensá-las apenas como uma linha delimitaria na qual não há vestígios de contato entre as partes. A noção de fronteiras em movimento, no dizer de Albuquerque (2008a, p. 49), “visa a problematizar as concepções de frentes de expansão, fronteiras sociais e simbólicas e identidades situacionais”, além de caracterizar-se por um espaço de fluxo e trocas culturais. Por meio de tal noção, ainda em construção, busca-se compreender a complexidade das fronteiras, desde os problemas mais visíveis às tensões e desequilíbrios causados com contato com o outro (*idem*, p. 56). A tensão ocasionada pelo contato de “comunidades imaginadas”, nesse sentido, produz dizeres que circulam “lá” e “cá”. Dessa forma, em uma sociedade fluida, como é a nossa, seria difícil pensarmos que tais delimitações geográficas encerrassem os conflitos existentes. Por isso, para Albuquerque (2012a, p. 79), “as zonas de fronteiras nacionais são lugares privilegiados para pensarmos as ambiguidades, paradoxos e disjunções entre identidades e alteridades nacionais, entre Estado e nação”.

É importante observarmos, ainda, que os modos de compreender as fronteiras passaram por mudanças ao longo do tempo histórico, mas o fato de elas demarcarem o espaço diante do *outro* – o *estranho*, o *estrangeiro* – parece persistir. Daí “as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas” (PESAVENTO, 2002, p. 35), são as formas pelas quais os homens se significam no mundo e dele se diferem, ou seja, é a fronteira que constrói uma delimitação entre os seus e os *outros*, a

quem *nós* aprendemos a diferenciarmo-nos e afastarmo-nos. Pesavento (*idem*, p. 35-36), além disso, chama-nos a atenção para o fato de as fronteiras serem culturais, já que por meio delas somos inseridos em um conjunto de representações sociais, somos levados a *olhar o outro* por meio dessas fronteiras que nos separam e que “delimitam” o que *pode e deve ser* entendido sobre o *outro*. Daí a autora afirmar que a construção simbólica da identidade se dá por meio de um “marco de referência imaginária que se define pela diferença” (*ibidem*).

As fronteiras, nesse sentido, funcionam não apenas como linhas físicas, mas sobretudo como linhas imaginárias que regulam o espaço do *nós* em relação ao *outro* e possibilita a construção de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1993) por meio das quais o sujeito vai identificar-se e inserir-se nas regras e direitos desse Estado-Nação. Dentro dos limites das fronteiras nacionais, todo cidadão, no caso brasileiro, apresenta os mesmos direitos perante a lei e está submetido a direitos e a deveres. As fronteiras – e enfatizamos a demarcação geográfica – constroem a ilusão necessária de identidade nacional e, ao mesmo tempo, de delimitar essa identidade e assegurar o território em relação ao *outro*, ou seja, constrói-se um marco referencial pelo viés da ameaça.

Assim, ao contrário da tão difundida noção geográfica de fronteiras, entendida como limite territorial, no dizer de Martins (2009), a fronteira

(...) de modo algum se reduz ou se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira de civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (p. 11, *grifo do autor*).

Embora sejam muitas as formas de se compreender a fronteira, interessa-nos pensá-la, neste momento, como um espaço de acolhida e, ao mesmo tempo, de exclusão, isto é, um lugar que, sendo considerado margem, torna-se um espaço de acolhimento. Esse recorte, que ora fazemos, não busca reduzir a problemática da fronteira à dimensão territorial, mas pensá-la como um conjunto de fatores: políticos, sociais, econômicos, jurídicos etc. que se entrelaçam discursivamente e nos possibilitam observar as fronteiras em sua complexidade, um espaço caracterizado pelo *vir-a-ser* (potencialidade, possibilidade).

Ao se referir a fronteiras de forma mais ampla do que à noção de fronteiras geográficas, Martins (2009) aponta-nos que há funcionamentos que subvertem a simples lógica da separação entre os de “lá” e os de “cá”, fazendo com que muitos que estão “lá” se sintam parte dos de “cá” e vice-versa. Estar *entre-espacos*, no entremeio das fronteiras, dessa forma, é produzir e ser produzido pelos múltiplos discursos (os de “lá”, os de “cá” e os dos que estão “entre” esse espaço) que se entrecruzam e representam as fronteiras. O trabalho sobre as fronteiras, assim, produz uma linearidade (obviedade) como se as fronteiras fossem “naturais”, e não construídas sócio-histórica-discursivamente⁴¹. Apagam-se, com isso, as contradições inerentes existentes nas mais diversas fronteiras. Apagam-se as histórias (a colonização, a dominação, os avanços dos bandeirantes em relação ao Tratado de Tordesilhas, por exemplo) e constrói-se, muitas vezes, uma memória oficial por meio da qual são assegurados os dizeres dessa limitação naturalizada; em outros casos, o funcionamento dessa naturalização nem sempre é facilmente alcançado, há resistências que impedem que as fronteiras geográficas se consolidem e, por fim, “naturalizem-se”.

No caso brasileiro, a construção das fronteiras nacional apresenta ainda o vestígio da colonização, das relações de luta e poder estabelecidas na América Latina, o que, para Martins (2009), se materializa no fato de que no Brasil “a fronteira tem sido, entre nós, um sujeito político. O Brasil da Conquista ainda não está terminado, ainda é mal esboçado mapa do que seremos um dia. (...) [a fronteira] é um pilar na estrutura da sociedade brasileira, uma cruz a ser carregada.” (p. 20-21). Na fronteira do Paraguai com o Brasil, há uma *singularidade* que marca a relação dos dois países e que vai sempre ser retomada na discussão sobre esse espaço *entre*: a latente memória sobre a Guerra do Paraguai ou a Guerra da Tríplice Aliança.

Como discutimos anteriormente (cf. subseção 1.1.2), houve, após a Guerra Grande, a anexação de parte do território paraguaio pelo governo brasileiro e,

⁴¹ Chamamos a atenção para o fato de que os termos “naturais”/“naturalizar”/“naturalizadas” estão sendo aqui empregados para se referir à naturalização das fronteiras (como se elas já fossem sempre assim). No caso do Brasil, a construção discursiva sobre a naturalização das fronteiras é feita desde o momento em que aprendemos, “nos manuais escolares, que não existe nenhum conflito de fronteira e que o país tem seu território ‘natural’ consolidado do ‘Oiapoque ao Chui’” (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 44) e que as fronteiras físicas – rios, montanhas etc. – são formas de confirmar a naturalidade das fronteiras. Parece-nos, no entanto, que no caso do Paraguai o movimento é inverso: desde criança aprende-se que as terras paraguaias foram “ocupadas/dominadas/invadidas” pelos colonos brasileiros, daí a necessidade de se retomar, nos livros didáticos, as imagens cartográficas do Paraguai, enfatizando a redução do território e sua perda para os brasileiros.

posteriormente, acordos políticos entre os dois países que visaram à entrada de brasileiros no Paraguai, o que resultou na “memorização” sobre os acontecimentos da guerra e uma tensão sobre os limites da fronteira, pois a memória construída sobre os brasileiros remetem à invasão/ocupação de terras. Nesse caso, entendemos, houve uma falha no ritual (ou ainda a não conclusão desse ritual) de “naturalização” das fronteiras geográficas nessa região, produzindo conflitos assíduos na região. A questão da posse de terra, nesse sentido, ainda é um problema a ser “resolvido”.

Tal fato se agrava pelo intenso comércio existente na região, a mescla cultural e linguística entre os dois países e as memórias produzidas no lado de “lá” e de “cá” que marcam os dizeres sobre o estar nesta fronteira. Esses fatores são responsáveis pelas condições às quais os sujeitos são levados a identificar-se e construir suas identidades na fronteira, na trama de dizeres por meio das quais se constituem como parte desse lugar, parte da fronteira.

Os espaços quaisquer que sejam se constituem por meio de discursos. Os espaços, nesse sentido, aparecem para os sujeitos como evidências que constituem a “realidade” do sujeito. No dizer de Zoppi-Fontana (1998, p. 39), sobre os debates que cruzam a cidade, é preciso compreender a dimensão discursiva e os “processos discursivos que constituem as imagens de cidade e de cidadão/cidadão que orientam as práticas do espaço urbano”. Em relação à fronteira, entendemos, que também há a necessidade de compreender a dimensão discursiva da fronteira, cujas dimensões do discurso jurídico (as leis que definem os limites da fronteira e quem tem direito legal de estar ali) e as memórias históricas sustentadas pelo discurso historiográfico (dos colonos, dos bandeirantes, da Grande Guerra – contadas de maneiras diferentes em cada país) constituem os dizeres sobre essas fronteiras do Brasil-Paraguai.

A representação sobre o espaço de fronteira, dessa forma, mescla as distintas memórias dos sujeitos e perpassa, além das questões culturais e de línguas, o fio da terra. É o direito à terra, o que se fez com a terra, que é também posto em jogo quando se representa a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Ao deslocarmos a reflexão de Zoppi-Fontana (1998) para pensarmos o espaço de fronteira, podemos afirmar que a “realidade” é uma evidência para o sujeito, “*um efeito do imaginário*” (*idem*, p.50, *grifo da autora*). A “realidade”, ainda no dizer de Zoppi-Fontana (1998), é por si só uma interpretação que perpassa e é perpassada pelo debate (no nosso caso) sobre as fronteiras, produzindo efeitos. Nesse sentido, a “realidade” é o “produto” do imaginário enquanto efeito do real,

ou seja, o sujeito não tem acesso direto ao real, mas ao imaginário por meio do qual “produz” a realidade (cf. subseção 2.2.1). Dessa forma, as diferentes posições e memórias se entrecruzam na construção de representação sobre o lugar e espaço na fronteira: daí existirem forças centrípetas, que buscam homogeneizar as representações sobre o espaço, e forças centrífugas, que trabalham nas múltiplas representações e heterogeneidade⁴². Assim, Zoppi-Fontana (1998), à luz da distinção proposta por De Certeau, propõe uma distinção entre o lugar e o espaço:

um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições, implica uma certa estabilidade. Um espaço é um lugar praticado, um lugar em movimento por efeito das operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente, conflitiva. Repensando essa distinção em termos discursivos, definimos um espaço como *um lugar atravessado pela memória*, isto é, um local (físico) em *sítio de significância* (Orlandi, 1996), onde se cruzam diversos gestos de interpretação. (*idem*, p. 54, grifo da autora).

Na fronteira, desse modo, a constituição do *lugar-espaço* é ainda mais singular, já que nela discursos (e memórias) provenientes das mais diversas formações se mesclam com os dizeres do lado de “lá” e de “cá”, que se chocam e produzem dizeres sobre a fronteira e o estar na fronteira. No caso da tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), o choque de culturas e de memórias é ainda maior, são sujeitos que se constituíram de maneiras diferentes e que representam a fronteira a partir de seu lugar. A representação desse espaço, portanto, perpassa esses espaços que os sujeitos ocupam e as memórias a que eles estão ligados. É preciso lembrar que apenas em Foz do Iguaçu há cerca de 90 etnias, as quais apresentam dizeres diferentes sobre a fronteira e que se cruzam para a constituição desse lugar. E, apesar do intenso contato, nessa zona de fronteira, as diferenças culturais e simbólicas não se dissolvem, por mais que haja fluxo e mesclas, mas as identidades nacionais se fortalecem nessa faixa, existindo um reforço das identidades e símbolos nacionais (ALBUQUEQUE, 2008b, p. 7). Em todo o caso, a nosso ver, na tríplice fronteira (e em especial na fronteira do Brasil com o Paraguai), a representação da fronteira e do outro perpassa o imaginário e a memória constituídos

⁴²Zoppi-Fontana (1998, p. 52) vai propor a distinção entre *cidade una* e *cidade fluida*: a primeira se refere às representações homogeneizantes, enquanto a segunda às representações heterogêneas. Quando nos referimos às forças centrípetas e centrífugas, fazemos referência à distinção proposta por Zoppi-Fontana (1998).

sobre o colono e a memória da Guerra: a fronteira é a tentativa de proteger a nação de novas “invasões” de colonos.

O *lugar* de fronteira, nesse sentido, é transformado no *espaço* de diversos sujeitos, os quais se inscrevem nesses espaços para constituir um lugar para chamar de “seu” e *ser/fazer* parte desse local, reconhecer-se nele. O que nós propomos observar, entretanto, é como se dá esse funcionamento de pertencimento e não-pertencimento a essa *Terra prometida*, que entrecruza memórias e se materializa em designações. A fronteira Brasil-Paraguai, dessa forma, ao mesmo tempo em que se mostra como um lugar de acolhimento também é o de exclusão. Daí a complexidade das fronteiras: lugar ainda não estabilizado, mas espaço projetado e que, apesar das tensões e conflitos, vem permitindo que sujeitos diferentes aí se inscrevam.

1.3 A questão da terra: pioneiros, proprietários (*terratenientes*), colonos, camponeses e invasores/ocupadores/dominadores de terras

A problemática da terra, como afirmamos anteriormente (cf. introdução), parece-nos o maior impasse da relação entre o Brasil e o Paraguai. Sintoma de uma colonização ibérica e de tratados mal sucedidos, a questão da terra ainda é uma ferida aberta na América Latina, principalmente na relação desses dois países, e mais especificamente para o Paraguai que não conseguiu superar a derrota na Guerra do Paraguai e as perdas territoriais para o Brasil. Passados, no entanto, quase cem anos do fim da Guerra da Tríplice Aliança, em meados da década 1960, acordos políticos deram um “fim” às más relações diplomáticas entre os países, já que se uniram para a construção da Ponte da Amizade e, posteriormente, da Hidrelétrica de Itaipu; além dos acordos que favoreceram o “desbravamento” de parte do território paraguaio por imigrantes brasileiros. Esses acordos visaram ao desenvolvimento de áreas estratégicas do país, sobretudo à área agrícola, já que o Paraguai dispunha de um amplo espaço de terras férteis.

É válido ressaltar que uma política agrária voltada para o crescimento da produção não foi exclusividade do período ditatorial de Stroessner, pois já no período anterior à Guerra do Paraguai houve vendas de terras a preços baixos aos camponeses, com o objetivo de fortalecer a economia interna. Nesse caso, no entanto, a política não só visava

ao fortalecimento da economia, mas também à abertura para o capital externo, por meio de políticas que “beneficiassem” ao pequeno agricultor e, conseqüentemente, tornassem a agricultura paraguaia autossustentável e competitiva internacionalmente. No período ditatorial, os objetivos não eram muito diferentes, mas o foco, sobretudo, era os imigrantes. Assim, os brasileiros foram atraídos por meio de políticas que facilitavam a compra de terras de boa qualidade a preços baixos. O Estatuto Agrário do Paraguai de 1963, que permitia a compra de terras por imigrantes na zona de fronteira, e a ausência de leis que fiscalizassem essas vendas, juntamente com o alto preço da soja no mercado internacional (CARDIN, 2011, p. 4), foram fatores que tornaram a migração para o Paraguai ainda mais atraente. Além disso, colaborou com tal empreitada o aumento da mecanização da agricultura e a concentração latifundiária no país (ALBUQUERQUE, 2008b, p. 3), fato que permitiu a parte dos brasileiros enxergar no Paraguai uma possibilidade de mudança e, aos que já possuíam patrimônios no Brasil, a possibilidade de desenvolvê-los ainda mais, tendo em vista os baixos preços oferecidos pela *Terra prometida*.

Dessa forma, enquanto os brasileiros tiveram facilidade na compra de terras e obtiveram seus títulos, os paraguaios não gozavam da mesma facilidade, já que não conseguiram acesso aos créditos concedidos aos brasileiros (FOGEL; RIQUELME, 2005, p. 13). Apesar de tais incentivos, parte destes tiveram suas perspectivas frustradas, pois vivenciaram problemas com a legalização da carteira de imigrante, com a titulação de propriedades e dificuldades em se tornarem proprietários de terras, já que a “maioria somente conseguiu acesso à terra por meio de arrendamentos, que acabavam quando as terras já estavam limpas” (PRIORI; KLAUCK, 2010, p. 98). O sistema de arrendamentos é baseado na concessão de terras por parte do proprietário a um agricultor. Tal concessão gira em torno de um contrato, em que o agricultor cuida das terras como se elas fossem “suas”, pagando determinada quantia ao proprietário, independente de boa produção ou não. No caso do Paraguai, no período da venda de terras a estrangeiros, não se tinha uma regulamentação sobre esse tipo de sistema, o que gerava, por parte dos grandes proprietários, maiores desmandos em relação ao agricultor, que muitas vezes saía das terras sem garantias e direito algum. Sem direitos, parte desses brasileiros não tinham a quem recorrer e eram obrigados a retornar ao seu país de origem ou a buscar outras formas de sustento.

No processo de migração para o Paraguai, destaca-se ainda a heterogeneidade presente entre os brasileiros que foram ao país vizinho. Segundo Albuquerque (2008b, p. 3), essa migração tem origem em dois fluxos distintos de migração no Brasil: o primeiro se refere ao fluxo de migrantes da região do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná para regiões mais a oeste do Paraná e do Mato Grosso do Sul; e o segundo fluxo se refere a nordestinos e mineiros que migraram para São Paulo e posteriormente para as regiões mais a oeste do país, em busca de novos postos de trabalho. Compreender esses fluxos no país, é importante porque, por meio deles, é possível compreender a heterogeneidade que abarca a designação brasiguaios, visto que, segundo Albuquerque (2008b), apesar de serem todos “brasileiros”, são oriundos de lugares distintos e apresentam condições e um trato diferente com a terra. De modo geral, enquanto os migrantes nordestinos e mineiros, que no geral não apresentavam mão de obra qualificada, eram levados a trabalharem como peões, arrendatários e posseiros, o que implicava um trabalho que não tinha um retorno da terra direto para si, já que as terras trabalhadas pertenciam a outros proprietários e, muitas vezes, esses trabalhadores não tinham garantidos direitos que assegurassem o seu bem-estar social e não conseguiam prosperar na região; o segundo grupo, por outro lado, majoritariamente de descendência ítalo-germânica, voltava-se para o desenvolvimento de suas próprias terras, o que possibilitou que parte deles se tornasse pequenos e médios proprietários, melhorando a qualidade de vida e firmando raízes na terra paraguaia. É este grupo, principalmente, que é responsável pelo desenvolvimento da soja e do agronegócio na região do Departamento do Alto Paraná (região que faz divisa com o Brasil), no Paraguai, entrando em atrito com a política agrária local: baseada em *una cultura agrícola comunitaria de origen indígena, fundada en la solidaridad y la producción de subsistencia* (ALBUQUERQUE, 2005b, p. 169). Assim, ainda segundo Albuquerque (*ibidem*), o choque entre essas duas formas de lidar com a terra é responsável por parte dos estereótipos existentes entre brasileiros e paraguaios, a exemplo das adjetivações: trabalhadores (para se referir aos primeiros) e *haraganes* (preguiçosos – para se referir aos paraguaios), já que estes têm a cultura de trabalhar para o seu sustento e não para vender, como objetivavam os trabalhadores brasileiros.

Essa política, implementada pelos sulistas brasileiros, resultou, portanto, na concentração de terras por partes dos brasileiros, visto que os créditos oferecidos a eles e os baixos preços das terras na região possibilitaram a compra e a expansão das terras no

Paraguai, principalmente após a mecanização da produção no campo e a revolução verde (CARDIN, 2011, p. 5). Segundo o autor, uma única família conseguia ampliar seu território na região, o que lhe permitia a compra de novas terras tanto de brasileiros como de paraguaios, gerando, com isso, a concentração de terras, enquanto outros eram obrigados a migrar para grandes cidades ou retornar para o Brasil. Tal retorno foi incentivado pela esperança de uma Reforma Agrária anunciada pelo recém-governo democrático em 1985, fato que permitiu aos brasileiros a possibilidade de passarem “a se organizar e a lutar pelo direito à terra e à cidadania brasileira” (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 229). Ao retornarem ao país, no entanto, muitos não tinham a possibilidade de voltar para a sua região de origem (eram na sua maioria nordestinos e mineiros pobres e negros⁴³), sendo obrigados a se situarem na zona de fronteira brasileira, em cidades como Foz do Iguaçu, onde passaram a trabalhar em outras atividades, a exemplo da de comerciantes. Paralelamente à volta de brasileiros para o Brasil, segundo Riquelme (2005, p. 127), um grupo menor que apresentava maiores recursos seguiu para o Paraguai em busca de construir novas propriedades, ao mesmo tempo em que os brasileiros já assentados no Paraguai buscavam adquirir novas terras em zonas diferentes das suas primeiras terras no país.

A presença desses grupos, no Paraguai, modificou as relações existentes com a terra por parte dos paraguaios, principalmente após o fim do milagre econômico paraguaio e o fim da Ditadura de Alfredo Stroessner. Os movimentos camponeses e os sem terras paraguaios passaram a reivindicar espaços nas políticas agrárias, que até então beneficiavam aos brasileiros. Para os camponeses paraguaios, segundo Pires-Santos (2004, p. 90), o governo paraguaio era responsável por se apropriar e entregar parte das terras paraguaias para grandes empresas e pequenos proprietários estrangeiros para serem usadas no agronegócio, além “de ter reprimido entre 1971 e 1975 as ‘ligas agrárias’ que tinham como objetivo organizar os segmentos camponeses no país”. Os camponeses

⁴³ Embora não haja registros oficiais, Pires-Santos (2004, p. 89-90) levanta a hipótese de que, juntamente ao desejo de desenvolver a terra por meio dos agricultores brasileiros de origem ítalo-germânica, o governo de Stroessner provavelmente também buscava o “branqueamento” da população paraguaia. Daí o maior incentivo à população do sul do Brasil e, apenas, posteriormente o pequeno incentivo aos migrantes nordestino e mineiros, que eram em sua maioria negros, pobres e considerados não qualificados para o trabalho com a terra. A hipótese levantada por Pires-Santos (2004), apesar de pertinente, parece contradizer algumas atitudes empreitadas no governo de Stroessner, a exemplo da valorização dos símbolos nacionais, do povo e da língua guarani. Acreditamos que, por mais que o “branqueamento” possa ressoar na preferência pelos sulistas em relação aos nordestinos (os designados de “nortistas”), o interesse do governo visava, sobretudo, ao trabalho com a terra para o desenvolvimento agrário.

paraguaios exigiam, dessa forma, uma Reforma Agrária que não só diminuísse a concentração de terras, mas possibilitasse que grande parte das terras cultiváveis nas mãos de brasileiros voltassem a ser dos paraguaios, considerados os “legítimos” donos da terra. Iniciaram-se, assim, as primeiras invasões/ocupações/dominações a terras sob posse de brasileiros por camponeses paraguaios. Esses brasileiros significavam para os pequenos camponeses paraguaios o explorador, que tinha enriquecido com as terras paraguaias e estavam, por meio da mecanização no campo, afastando a possibilidade das terras serem cultivadas por paraguaios, de forma sustentável.

No lado brasileiro, por volta de 1985, segundo Sprandel (1992), na região do Mato Grosso do Sul, uma das regiões que mais foi atingida com a migração e uma das que mais apresenta concentração de terras, criou-se a União Democrática Ruralista (UDR), que se contrapunha à Reforma Agrária e propunha a manutenção do monopólio da terra, e o Grupo de Operações de Fronteira (GOF), que servia para fiscalizar o contrabando e o tráfico nas fronteiras, ao mesmo tempo em que dificultava a entrada dos brasiguaios no país, o que os levou “a desistirem da ajuda governamental e a se organizarem com a ajuda do Movimento Sem-Terra (MST)” (PIRES-SANTOS, 2004, p. 92).

Se, para o Paraguai, os brasiguaios eram (e ainda são) considerados um problema, visto que “possuem” terras que deviam ser dos paraguaios por “direito”, para o Brasil, os brasiguaios foram se tornando um problema mais latente na medida em que o setor ruralista (os grandes latifundiários brasileiros) passou a temer a ocupação/invasão/dominação de suas terras. A criação da UDR e do GOF materializam essa tentativa de impedir não apenas a entrada dos brasiguaios no Brasil, como também a possibilidade de estes conseguirem apoio político para implementar uma Reforma Agrária no país, que resultaria na redistribuição de parte das terras nas mãos dos ruralistas para o MST, entre os quais estavam os brasiguaios. Na contramão desse desejo de uma Reforma Agrária no Brasil, o que se tem, no entanto, é a extinção do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em 1989, dificultando ainda mais a entrada dos brasiguaios no país (*idem*, p. 99). O que estava em jogo, nesse sentido, era a manutenção do agronegócio na região e, conseqüentemente, a manutenção da concentração de terras (de poder) nas mãos de poucos. A *Terra prometida* para “todos” se tornava de poucos.

A mecanização do campo, que gerava uma menor necessidade de mão-de-obra, revelou para os agora brasiguaios uma “situação jurídica não mais, idealmente, de cidadãos, mas de *estrangeiros*, com todos os deveres e encargos” (SPRANDEL, 1992, p.

14, *grifo da autora*). Essa situação foi a responsável pelos conflitos gerados em torno da terra no Paraguai e, em certa medida, da legitimidade dos brasiguaios em ter direito a essa terra. Além disso, a complexidade em torno da terra se materializou nas diversas posições sociais ocupadas pelos sujeitos. Os pioneiros brasileiros (aqueles que foram os primeiros a desbravar as terras) são comumente designados de colonos (o que remete à colônia e também à imagem do colonizador). Muitos dos pioneiros, por sua vez, tornaram-se grandes proprietários (*terratenedores*) e ruralistas; outros, pequenos agricultores, camponeses e são, muitas vezes, designados como ocupadores/invasores/dominadores de terras. Essa heterogeneidade pode ser explicada pela alta concentração de terras ocasionada por uma política agrária que prometia terras para “todos”, mas que as distribuía para poucos.

Dessa forma, enquanto uma elite fundiária passou a explorar os camponeses paraguaios, os camponeses brasiguaios (principalmente os da região do norte do Paraguai no Departamento do Alto Paraná) e os membros do movimento sem terra do Paraguai foram levados a ocupar as terras dos grandes proprietários, exigindo uma Reforma Agrária. Essas ocupações, no entanto, são referidas como invasões e dominações que ferem o direito dos grandes proprietários sobre suas terras. O direito a ter uma terra (que é direito constitucional de todos) se choca com o direito de alguns sobre a terra, já que eles, teoricamente, possuem os documentos legais sobre elas. Juntamente a essas questões, o direito à terra é perpassado pelo direito à cidadania, já que nem todos têm o mesmo direito à terra, porque não seriam considerados paraguaios “puros”. Nesse sentido, a questão da terra, no Paraguai, não só é perpassada pela concentração de terras, mas também pela questão étnica: os brasileiros (agora brasiguaios) não deveriam ter o mesmo direito dos paraguaios “puros”. Desse modo, as ocupações não só visam aos grandes proprietários paraguaios e brasiguaios, mas também aos pequenos e médios proprietários brasiguaios, pois acredita-se que estes não têm direito à terra que ocupam, já que a adquiriram na época da ditadura militar paraguaia e, muitas vezes, de uma maneira que hoje é entendida como “ilegal” (vale salientar que parte dos grandes proprietários paraguaios também conseguiram suas terras a partir de favores, à época da ditadura paraguaia).

A questão da terra, portanto, é central para compreender como o discurso historiográfico ecoa no discurso midiático na veiculação de representações sobre os brasiguaios. Isto porque a questão da terra, com a inserção de uma política agrária de

modernização do campo, visou à ocupação da terra por meio de políticas que não objetivavam o bem comum, e sim o interesse de poucos, muitas vezes, mediante favores pessoais. A terra, assim, era considerada um produto que geraria outros produtos (a exemplo da soja) e moveria o capital paraguaio. O agronegócio, dessa forma, não só altera a estrutura agrária do Paraguai, como também o insere no mercado internacional, capitalizando a sua terra e tornando-a um meio para a produção de produtos comercializáveis, ou seja, a terra, que antes tinha como finalidade a agricultura de subsistência, passa a ser objeto e produto de mercantilização e, conseqüentemente, passa a sofrer as leis do mercado. Os camponeses, por sua vez, que antes eram os próprios donos e cultivadores da terra, passam a ser trabalhadores e a receber salários por sua mão-de-obra. Assim, ao se inserir mais fortemente nas regras do jogo do capitalismo, o agronegócio paraguaio estava submetido à instabilidade do mercado. Após o milagre econômico paraguaio, esse modelo instalado no país foi posto em xeque e a permanência dos brasileiros (os agora brasiguaios) no Paraguai também. Em meados da década de 1980, dessa forma, iniciam-se mais densamente os problemas e conflitos em relação aos brasiguaios e à terra no Paraguai.

1.3.1 Nem brasileiros, nem paraguaios: brasiguaios

A linha de raciocínio que aqui defendemos é que o surgimento do termo “brasiguaios” está diretamente vinculado à problemática da terra no Paraguai. É com o fim do milagre econômico paraguaio que o aparecimento da designação “brasiguaios” põe em jogo sua cidadania: se brasileira e/ou paraguaia. Isso acontece porque parte dos brasiguaios⁴⁴ começaram a perder espaço com a inserção do agronegócio no Paraguai e tiveram a necessidade de recorrer ao governo brasileiro para que tomasse medidas diplomáticas, a fim de diminuir os impasses dos camponeses brasileiros residentes na região do Paraguai. Como seus pedidos não foram atendidos, muitos desses residentes no país vizinho retornaram ao seu país de origem, o que agravou ainda mais a problemática da terra no Brasil e gerou medidas que culminaram no maior controle da fronteira pelo governo brasileiro em meados da década de 1980.

⁴⁴ Como observaremos no capítulo III (cf. seção 3.6), nem todos os brasiguaios sofreram com a inserção do agronegócio, pois parte deles é favorável aos latifundiários.

Apesar dos trabalhos sobre os brasiguaios figurarem, principalmente, nas áreas da Sociologia, da Antropologia, da História e da Geografia há cerca de vinte anos, é possível observar, a partir das diversas leituras sobre o tema, que não há um consenso sobre o que se entende pela designação “brasiguaios” e o que ela abarca. Além disso, observa-se que os trabalhos ora retratam os brasiguaios como uma ameaça para a soberania paraguaia (principalmente os trabalhos de paraguaios), ora como simples vítimas da aliança política entre os governos brasileiros e paraguaios (em geral, os trabalhos de brasileiros). A nosso ver, entretanto, é possível compreender os brasiguaios na interface desses dois pontos de vista: como agentes que influenciaram na política paraguaia e como “vítimas” de uma política migratória que não visou ao bem-estar dos migrantes, mas apenas ao lucro decorrente da expansão agrária.

Nesse sentido, ressaltamos que parte dos brasileiros que embarcaram em se aventurar no mito da *Terra prometida* o fizeram objetivando os lucros advindos pelas compras de terras férteis a preços baixos; estavam inseridos – não podemos esquecer – em uma sociedade capitalista que incentiva o “mais”, a “melhora”, isto é, o bem-estar do sujeito alicerçado nas conquistas que ele “alcança” no mundo. Assim, entre os muitos brasileiros (pobres em sua maioria) que participaram da migração para o Paraguai, muitos desejavam tornar-se fazendeiros e, assim, ascender de vida. Outros ainda, talvez saudosos da época das histórias dos grandes engenhos, viam no Paraguai a possibilidade de possuir os seus próprios “engenhos”, ou seja, grandes fazendas⁴⁵.

Nesse mesmo viés, Sprandel (1992, p. 24) afirma que, apesar das dificuldades encontradas por parte dos brasileiros no Paraguai, segmento importante da população brasileira situada no Paraguai estava satisfeito com a opção de vida naquela região e vinha se adequando à situação local. O que queremos enfatizar por meio dessa comparação é que os motivos e os interesses que levaram os brasileiros a migrarem para o Paraguai foram muitos e convergiam na possibilidade de ascensão social e, conseqüentemente, sua melhora de vida. Apenas a vitimização dos brasiguaios, como se todos os brasileiros que foram para o lado de lá da fronteira fossem inocentes e não sabiam dos riscos que poderiam correr, provocou em alguns estudos um olhar muito direcionado em buscar de

⁴⁵ No capítulo 7, de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda (1995), é feita uma análise de como o senhor de engenho se tornou fazendeiro, da mudança do sistema da produção da cana de açúcar para a produção cafeeira. Arraigado na nossa memória coletiva, podemos dizer que os brasileiros, que tinham uma certa condição financeira e foram tentar a vida nas terras paraguaias, estavam saudosos do tempo do monopólio da cana de açúcar e do café e viam na soja uma possibilidade de reviver esse passado.

culpados para a atual situação dos brasiguaios, e não o funcionamento (os processos discursivos e a contradição) que os levaram a viver à margem dos dois governos. Não buscamos culpados, nem compreender esse processo pelo viés sociológico (apesar dele ser importante e de estar nos ajudando na contextualização de nosso trabalho), mas compreender como, inseridos na história, esses sujeitos são ditos/produzem memória(s). É no real da história e no real da língua, na contradição e no equívoco, que vamos buscar compreender os processos que levaram os brasiguaios ao lugar social ocupado por eles na sociedade brasileira e paraguaia. É trabalhando o *entremeio* – como é proposto na Análise de Discurso, principalmente nos trabalhos de Orlandi (2012b) – que poderemos, a partir do ponto de vista linguístico-discursivo, observar os processos de designação utilizados pela mídia brasileira e paraguaia para representar os brasiguaios e observar o funcionamento da memória e da história nesse processo.

Entre as diversas frentes de trabalho sobre os brasiguaios, o trabalho de Wagner (1990) destaca-se como uma das primeiras denúncias social da situação na qual os brasiguaios estavam inseridos. Wagner (1990), em seu livro, consolida o surgimento da designação “brasiguaios”, referindo-a a um diálogo ocorrido na cidade mato-grossense de Mundo Novo, em 1985, entre brasileiros residentes no Paraguai que retornaram ao Brasil e exigiam amparo do governo e de membros do governo, que encerraram a discussão afirmando que eles eram “brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria” (*idem*, p. 11). A recriação⁴⁶ dessa situação por Wagner (1985) é reafirmada nos trabalhos posteriores sobre os brasiguaios. Esse momento é tido como o momento inaugural (o “discurso fundador” – cf. seção 2.2) do surgimento da designação “brasiguaios”, assim como momento norteador de alguns efeitos de sentido que essa designação terá nos trabalhos subsequentes. Esse trabalho de Wagner (1990), em tom de denúncia, homogeneiza o termo “brasiguaios” e o define como “homens sem pátria”, homens que sempre estão *sem* (ausentes de) alguma coisa⁴⁷.

⁴⁶O que é a História a não ser a recriação de determinados acontecimentos e a institucionalização (a oficialização) de alguns sentido?

⁴⁷ É interessante observarmos que a designação é comumente tida como uma definição (afirmação) sobre algo, e não uma negação como pode ser observado na estrutura “homens *sem* terra”. Entendemos que esse funcionamento por meio da negação está relacionado ao carácter *entre* desses sujeitos que, ao mesmo tempo em que “pertencem” às nações brasileira e paraguaia, não pertencem a nenhuma delas e, portanto, não têm a quem falar. Essa falta parece ser estruturante na condição de ser brasiguaião e é sobre ela, o seu funcionamento, que estamos trabalhando.

O trabalho de Sprandel (1992), ao contrário do trabalho de Wagner (1990), que é do âmbito jornalístico, é um dos pioneiros na discussão sobre os conflitos e a construção de uma identidade para os brasiguaios no âmbito acadêmico. Situada no domínio da Antropologia, Sprandel (*idem*, p. 14), baseada no conceito de grupo étnico proposto por Barth, vai compreender os brasiguaios como um grupo étnico, uma vez que esse grupo social utilizou “sua identidade como categoria política e coletiva, de atribuição, a qual delimitou suas fronteiras e tem forte sentido organizacional”. A “categoria dos brasiguaios” – expressão utilizada por Sprandel (1992) –, assim, “se delineava como instrumento de luta que poderia ser acionado sempre que segmentos insatisfeitos de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai apresentassem uma demanda direcionada ao governo brasileiro” (*idem*, p. 12).

Para Sprandel (*idem*, p. 17-18), apesar da categoria “brasiguaios” só aparecer oficialmente em 1985 – como apontado por Wagner (1990) –, “seus principais componentes de atribuição vinham sendo construídos desde a década anterior”⁴⁸. Além disso, mesmo reconhecendo a heterogeneidade presente na designação “brasiguaios”, a autora utiliza o termo para se referir aos brasileiros que não só conseguiram se estabelecer no Paraguai e voltaram para o Brasil, estabelecendo-se na região de fronteira e sem amparo do governo, mas também àqueles que não se sentem satisfeitos no país vizinho e planejam o seu retorno (*idem*, p. 12). O olhar dado por Sprandel (1992), assim, é para os conflitos gerados por esse retorno ao país e a construção da identidade desses sujeitos. A autora busca, portanto, compreender os sujeitos empíricos (os indivíduos) e sua relação com sociedade, ou seja, sua reinserção na sociedade brasileira e os conflitos (institucionais ou não) advindos desse retorno.

Pires-Santos (2004), por sua vez, tendo como fonte os trabalhos de Sprandel (1992), mas se preocupando com o cenário multilíngue/multidialeto/multicultural no qual os brasiguaios estão inseridos, investiga as práticas discursivas que contribuem para os processos identitários – processos de (in)visibilização da identidade – dos brasiguaios na escola e no seu entorno. Auxiliada, principalmente, por teorias da Etnografia escolar, da Sociolinguística Interacional Ampliada e da Análise Crítica do Discurso, o olhar da

⁴⁸ Wagner (1990) aponta que o surgimento da expressão “brasiguaios” se deu em 1985. Sprandel (1992) se refere ao surgimento oficial da categoria “brasiguaios”, isto é, dos brasiguaios enquanto grupo étnico que apresenta reivindicações nos anos 1980. Observamos o uso da designação “brasiguaios” já no ano de 1981, na matéria de 23/12/1981 da Revista *Veja*, o que nos leva a acreditar que o uso da designação já era recorrente no início dos anos 1980 (cf. seção 3.3).

autora é para os processos identitários que perpassam a construção do ser brasiguaiio tanto no contexto escolar como no contexto mais amplo. Tais processos, segundo Pires-Santos (2004), levam-na a concluir que, no caso dos brasiguaios, é possível observar duas construções identitárias: uma de tendência essencialista (que se constrói por meio da homogeneidade, o que cria estereótipos) e outro de tendência não-essencialista (identidade fragmentada, complexa e sempre em fluxo). Assim, no âmbito escolar brasileiro, os brasiguaios encontram dificuldade de inserção na língua portuguesa dita padrão, o que faz com que os sujeitos brasiguaios “silenciem” as línguas em que foram alfabetizados (o espanhol e/ou o guarani e/ou o italiano/alemão e/ou o português) em virtude de uma língua de prestígio: o português padrão. Isso, conclui a autora, evidencia a crença do monolinguismo e nega o multilinguismo/multidialeto/multiculturalismo tão presente em regiões de fronteiras.

Em seu estudo, portanto, uma das conclusões de Pires-Santos (2004, p. 102) é que o termo “‘brasiguaios’ é atribuído tanto aos brasileiros que vivem no Paraguai, quanto aos brasileiros que retornaram ao Brasil. Uma identidade ‘brasiguaia’ torna-se então um estigma, um sinal de que são brasileiros, mas não são brasileiros iguais aos demais”. Para a autora, os brasiguaios são inseridos em um jogo de “empurra-empurra” no qual não conseguem se livrar. Dessa forma, muitos tentam apagar essa identidade brasiguaia para se inserir na vida nacional, sendo os brasiguaios considerados os únicos culpados pela sua situação no Paraguai, já que foram eles que migraram para este país. Esses e outros problemas refletem no âmbito escolar e dificultam não só a aprendizagem do aluno brasiguaiio, mas também a sua inserção num contexto maior.

Para Albuquerque (2005a), o termo “brasiguaiio” é utilizado principalmente para se referir aos brasileiros que vivem no Paraguai, apesar de nem sempre todos se reconhecerem nessa designação. Os trabalhos do autor, de forma geral, buscam problematizar a questão das fronteiras e a construção de identidades nacionais, identidade que é híbrida e que “conforme as situações e os interesses em jogo, os imigrantes se definem como ‘paraguaios’ ou ‘brasiguaios’, mas geralmente não são reconhecidos pelos ‘paraguaios legítimos’ (2005a, p. 202). A partir dessa constatação, Albuquerque chega à seguinte conclusão:

a identidade “brasiguaia” é imprecisa e bastante mutável. Somente refleti sobre alguns sentidos do termo que consegui sistematizar a partir da pesquisa de campo. Nessa perspectiva, essa categoria nativa pode ser atribuída: 1) ao

imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e aos descendentes que já misturam a cultura brasileira com elementos da cultura paraguaia; 5) a todos os imigrante brasileiros que vivem na nação vizinha.” (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 229)

Em texto mais recente, Albuquerque (2012a, p. 82, *grifo do autor*) afirma que “mais do que uma identidade híbrida, *brasiguai* é um termo de negociação simbólica, de enunciação situacional em um espaço simbólico de luta política pela classificação legítima”. Isto porque, conforme a situação, os brasiguaios jogam com a sua identidade e se reafirmam brasiguaios, brasileiros ou paraguaios. Essas considerações feitas por Albuquerque (2012a), a partir de seu lugar de sociólogo, evidenciam sujeitos centrados que apresentam uma intenção ao se inserir em determinada “identidade” ou não. Os sujeitos brasiguaios, sendo agentes sociais, jogam com suas identidades em busca de alcançar os seus intentos de serem reconhecidos como cidadãos e de terem os seus direitos garantidos. Em relação aos descendentes dos primeiros brasileiros residentes no Paraguai e que, portanto, possuem dupla nacionalidade, eles são considerados

legalmente cidadãos desses países, mas continuam geralmente sofrendo discriminações. Eles são tratados como estrangeiros e vivenciam as ambiguidades das afirmações e negações de suas identidades nacionais, além da fragilidade da garantia de direitos e de reconhecimento por parte de outros nacionais (Sayad, 1998). (ALBUQUERQUE, 2012b, p. 187)"

A partir dos estudos citados, observamos que, no geral, enfatizam-se os agentes brasiguaios e os processos identitários que se dão no lugar de fronteira e por meio dos quais eles se reconhecem ou não como parte desse grupo. Isso, sem dúvida, toca na construção de representações, construção de estereótipos entre outras, mas não são abordadas no âmbito linguístico-discursivo, que é o nosso objetivo, e na questão do direito de ser cidadão (brasileiro e/ou paraguaio). O que nos diferencia dos demais trabalhos, além do ponto de vista linguístico-discursivo, é que eles partem dos sujeitos individualizados, “como se fossem unidade de origem. E o compreendem a partir de sua ilusão: a de ser origem, com/por sua vontade” (ORLANDI, 2007a). Ao contrário desse posicionamento, para a autora, é preciso refletir “justamente o simbólico, o histórico e a ideologia, que torna possível a interpelação do indivíduo em sujeito”. É o funcionamento discursivo que nos interessa e, portanto, é com o sujeito discursivo que trabalhamos.

Isso significa dizer que o olhar dado ao nosso objeto de pesquisa é um entre tantos possíveis e que, ao optarmos por ele, nos filiamos em uma tradição que rejeita a unicidade do sujeito e o trabalha no seu descentramento. É aí que o simbólico, o histórico e a ideologia trabalham. É por meio do linguístico-discursivo que observaremos que: se os primeiros brasiguaios e os seus descendentes não são considerados paraguaios em alguns dizeres, por não serem “puros”, como os brasiguaios são representados linguisticamente e discursivamente pela mídia *on-line* brasileira e paraguaia? Isso perpassa as questões do que é ser cidadão e obter uma cidadania na fronteira? A partir dos estudos aqui citados, já que o reconhecimento de ser cidadão não decorre apenas pelo nascimento em determinado país, ele perpassaria pela inserção nessa memória outra, no caso, na memória oficial dos paraguaios? Então, “aceitar” essa memória garantiria aos brasiguaios que eles fizessem parte da nação paraguaia? São os fios discursivos, as memórias e a história, por meio do funcionamento ideológico, que constroem representações, silenciamentos e apagamentos⁴⁹ sobre o *outro*, não seria, portanto, esse funcionamento que trabalha, no caso dos brasiguaios, na construção discursiva de que eles têm que ser estrangeiros em “suas” terras? É o que discutiremos.

⁴⁹ Silva (2014), em sua dissertação de Mestrado, propõe uma distinção (e não um desmembramento) entre as noções de silenciamento e de apagamento. Embasado nos trabalhos de Eni Orlandi, o autor observa que o silêncio é constitutivo do discurso (ORLANDI, 2007b) e, portanto, todo apagamento pressupõe o silenciamento. O inverso, no entanto, não é necessariamente verdade, pois “nem toda manifestação de silenciamento é uma forma de apagamento” (SILVA, 2014). O autor, assim, propõe observar o movimento de apagar inserido no âmbito do silenciar: um dos gestos possíveis de silenciamento.

CAPÍTULO II SOBRE A TEORIA QUE NOS SUSTENTA

A linguagem é o tecido da memória.
Jean-Jacques Courtine - **O tecido da memória.**

Neste capítulo, discutiremos os pressupostos teóricos que serão utilizados como base para as nossas análises. Filiamo-nos à Análise de Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux e aos seus desdobramentos no Brasil para construirmos nosso gesto de interpretação sobre o *corpus*. A partir da AD, buscaremos compreender como o discurso historiográfico ecoa no discurso midiático na veiculação de representações sobre os brasiguaios e os trabalhos da memória e da história nesse funcionamento.

A AD nasce, no fim dos anos 1960, na França, como uma disciplina de interpretação, cujo objetivo era desvelar o discurso político e se contrapor à Análise de Conteúdo (que entendia o sentido como “único” e imanente ao texto) e a uma certa pragmática (que dava ao sujeito o estatuto de senhor de seu dizer). Na contramão desses posicionamentos, Pêcheux vai compreender a língua como opaca, sendo a historicidade, o político e o simbólico constitutivos da produção dos efeitos de sentido. A AD, dessa forma, configurou-se como um dispositivo teórico-analítico de interpretação de discursos políticos, erguido sob o pilar dos estudos marxistas e de sua relação com a linguagem. Tal empreendimento se justificava pelas circunstâncias históricas em que Pêcheux estava inserido (o avanço iminente de teorias psicossociológicas e problemas políticos e filosóficos presentes nos anos 1960), que o levaram a construir uma máquina discursiva, cuja finalidade seria desvelar, na “obviedade do discurso político”, os sentidos opacos deste discurso. Inserida nessas condições de produção é que a AD, no *entremeio* da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo histórico, nascia como um movimento político na e pela teoria, cuja intervenção na Academia era entendida como intervenção política, já que inevitavelmente, para Pêcheux, fazer teoria era também fazer política.

Nesse *entremeio* é que a AD se instituiu e se constitui até hoje: no diálogo, no inacabamento, à procura de uma leitura aberta do mundo que leve em consideração a ideologia e os processos históricos nos processos discursivos, materializados pelas diferentes linguagens, em especial pela língua. Do caráter *entre* da AD, destacamos a sua relação com a história, relação que é antiga e, ao contrário do que alguns podem pensar,

fundamental para entendermos não só a constituição da AD, mas, sobretudo, os processos discursivos constituídos na/pela história. É, então, pelo diálogo travado com historiadores e da vinculação ao materialismo histórico que, para Análise de Discurso, somente é possível compreender os processos discursivos por meio do encontro entre língua e história, cujas falhas do sistema de regras – a impossibilidade, o equívoco – tocam a história no seu mais íntimo: a sua contradição. Mais do que isso: a menção à história na AD não se reduz a esse encontro (essencial) entre a língua e a história, mas se relaciona a um posicionamento político: tomar um partido na luta de classes, daí o caráter materialista da teoria.

Em nosso trabalho, estamos tomando um posicionamento teórico-político ao optar trabalhar com Análise de Discurso e não com outra teoria. Essa opção tem implicações na forma como olharemos o nosso *corpus*, já que é a partir desse lugar que vamos construir o nosso gesto de interpretação. Dessa forma, compreenderemos a história por meio de sua contradição e os processos de designação no funcionamento midiático como recortes da memória, que constroem (e determinam) lugares de identificação para os sujeitos brasiguaios.

2.1 Ideologia, Formação Discursiva e Sujeito

Em *Análise automática do discurso*, Pêcheux (2010a) propõe uma “máquina discursiva”, na qual um objeto novo será analisado pelo “(...) ‘processo discursivo’, ‘processo de produção do sentido’” (MALDIDIER, 2003, p. 22). Essa *máquina*, entretanto, “era uma máquina de abrir questões mais do que dar respostas” (*idem*, p. 25) e, pouco a pouco, foi sendo posta em xeque pela consideração da heterogeneidade constitutiva de todo processo discursivo.

Nesse trabalho de construção e desconstrução, destaca-se a “noção-conceito de formação discursiva”, que vai incidir diretamente sobre o escopo da teoria pecheuxtiana: o discurso. O termo, emprestado de Foucault, aparece pela primeira vez na AD no ano de 1971, em um artigo em coautoria com Claudine Haroche e Paul Henry. Nesse texto, a formação discursiva é definida como “(...) *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada (...)” (2007, p. 26, *grifo dos*

autores). Dessa forma, em relação a Foucault, Pêcheux desloca a noção de formação discursiva (FD) para pensá-la a partir da articulação entre uma perspectiva althusseriana da luta de classes e as contribuições da linguística saussuriana, acentuando as relações entre materialidade linguística, materialidade histórica e discurso.

É em *Semântica e Discurso*, contudo, que ele reordena o pensamento que vinha desenvolvendo desde 1969. O olhar de filósofo sobre a Linguística toma como ponto de partida a semântica, lugar a partir do qual vai em busca de uma teoria materialista do discurso (a semântica discursiva). Pêcheux trabalha com a FD em sua relação com o sujeito, pois “(...) é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso” (INDURSKY, 2007, p. 79).

A discussão em torno da noção de sujeito do discurso percorreu os trabalhos de Michel Pêcheux, ora em oposição a uma concepção de sujeito idealista/psicologizante, que controla e domina o seu dizer; ora em oposição a uma concepção materialista-homogeneizada do sujeito, que encobre sua dimensão histórica e simbólica. Na contramão dessas concepções dominantes na época, Pêcheux (2009a) propõe articular a dimensão do inconsciente ao atravessamento ideológico, promovendo uma ruptura epistemológica com os saberes da época e posicionando-se politicamente frente às teorias vigentes.

A noção de ideologia vai ser determinante na teoria materialista do discurso, a qual Pêcheux buscava desenvolver, pois é por meio da (e pela) ideologia que o indivíduo será interpelado em sujeito do discurso. A ideologia é o elemento necessário para o funcionamento da reprodução/transformação das condições de produção, pois é por meio dela que o sujeito e o sentido são submetidos ao efeito de transparência. Sendo a ideologia constitutiva da prática discursiva e tendo o discurso como materialidade específica, ela está presente na luta de classes, dissimulando – assim como o funcionamento do inconsciente – a existência de contradições. Na leitura althusseriana sobre a obra de Marx, Althusser vai afirmar que “a ideologia não tem história, dado que sua história está fora dela, está onde existe a única história possível, a dos indivíduos concretos, etc.” (ALTHUSSER, 1985, p. 73). Em outras palavras, para Althusser (1985), apesar de ser determinada pela luta de classes, a ideologia não tem uma história *própria*, porque ela é *omni-histórica*, ela é (existe). Pêcheux, por sua vez, corrobora com esse pensamento althusseriano ao afirmar que: “a história é um imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes. (...) é no interior desse processo ‘natural-

humano' da história que 'a Ideologia é eterna' (*omni-histórica*) – enunciado esse que faz eco à expressão de Freud: 'o inconsciente é eterno'" (PÊCHEUX, 2009a, p. 138).

A ideologia é eterna e é responsável pela produção de evidência, que é um efeito ideológico elementar. O sujeito e os sentidos, dessa forma, são submetidos ao efeito ideológico elementar: o sujeito tem a ilusão de ser o senhor de seu dizer e o sentido parece ser linear e único. No dizer de Orlandi (1994, p. 57):

A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Ela não é, pois, ocultação mas função necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. Na verdade, é o efeito da separação necessária mostradas no mesmo lugar. Há uma contradição entre mundo e linguagem, e a ideologia é o trabalho desta contradição.

A ideologia funciona, por meio dos mecanismos de imaginários, fornecendo a ilusão de que o sujeito possui domínio do sentido. Assim, o sujeito se imagina *como se fosse* origem e detentor de seu dizer, *como se* o sentido fosse único e existisse como tal. Por isso, segundo Pêcheux (2009a, p. 146), a ideologia fornece as evidências sobre o que sabemos sobre o outro, "evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados". A ideologia mascara (não no sentido negativo de mascarar) porque ela produz o efeito de que a realidade é como se apresenta: sem contradição. A ideologia, assim, funciona no apagamento da contradição de que os lugares ocupados pelos sujeitos e os sentidos produzidos por eles são parte de processos históricos e discursivos, apresentando-se como transparentes, evidentes.

Assim, para pensar os efeitos da ideologia, Pêcheux (2009a) propõe a articulação entre ideologia e inconsciente, por apresentarem funcionamentos semelhantes. Ideologia e inconsciente não se sobrepõem, tampouco são da mesma ordem, mas estão materialmente ligados, já que não existe sujeito que não seja interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. O sujeito, nesse ritual de interpelação, identifica-se com uma *forma sujeito* e a partir daí produzirá efeitos de sentido. No entanto, por não haver ritual sem falhas, a contradição irrompe nos/pelos furos e falhas da ideologia e se mostra por meio do lapso, dos atos falhos. O sujeito senhor e origem de seu dizer torna visível que não há controle total e, portanto, sujeito que esteja isento de ser interpelado pela ideologia

e afetado pelo inconsciente. Daí não ser possível pensar a ideologia sem referência ao inconsciente, pois ambos são constitutivos da subjetividade do sujeito.

Pêcheux (2009a), assim, propõe que é por meio da *forma-sujeito* que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e nela se relaciona com os dizeres que lhe pertencem. Essa forma de inscrição obedece, *a priori*, a duas modalidades de tomada de posição do sujeito: a identificação e a contra-identificação. Na primeira, há a produção da evidência, da coincidência-reconhecimento do sujeito com o Sujeito (com “S” maiúsculo). Essa “tomada de posição” permite uma identificação plena do sujeito com os dizeres da formação discursiva à qual está inscrito. Na segunda, o sujeito não se relaciona completamente com o sujeito universal (o Sujeito com “S” maiúsculo) da formação discursiva e, por meio de uma “(...) ‘tomada de posição’ que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta) com respeito ao que o ‘*sujeito universal*’ lhe ‘*dá a pensar*’” (PÊCHEUX, 2009a, p. 199, *grifo do autor*), se contra-identifica com os dizeres da FD em que está inserido.

Na (ex)tensão entre a identificação plena e a contra-identificação, Pêcheux (2009a) sugere uma terceira modalidade de tomada de posição que “(...) constitui um *trabalho* (transformação-descolamento) *da forma sujeito* e não sua pura e simples *anulação*” (*idem*, p. 201-202, *grifo do autor*). Ou seja, não há uma libertação do sujeito em relação à ideologia, pois a ideologia está sempre aí trabalhando. Há portanto, uma desidentificação e um rompimento com a FD, na qual o sujeito estava inserido, e o conseqüente descolamento da *forma sujeito* com que se identificava, passando a se relacionar com uma outra formação discursiva. Por isso, apesar de o sujeito se desidentificar com uma formação discursiva, “a interpelação ideológica continua a funcionar, de certo modo, às avessas, isto é, contra e sobre si mesma, dando sustentação a uma nova prática.” (GRIGOLETTO, 2005, p. 64). Em suma, o sujeito continua a ser interpelado pela ideologia, mas em outra formação discursiva, sustentando e construindo outros dizeres.

Por meio dessas três modalidades de tomadas de posição propostas por Pêcheux, o sujeito do discurso pode *reproduzir/transformar* as relações de produção e os saberes a elas vinculados. Apesar da possibilidade de transformação e até mesmo rompimento com uma determinada FD, Pêcheux vai retificar a homogeneidade que pressupunha o ritual da tomada de posição do sujeito do discurso na sua obra *Semântica e discurso*.

Ao trazer à baila a noção de contradição, Pêcheux vai mostrar que é por meio dela que é possível falar em *reprodução-transformação*, como propunha Althusser nos *Aparelhos ideológicos do Estado* (AIE). Para Gregolin (2006), Pêcheux explicita, com isso, que “os aparelhos ideológicos são heterogêneos [e] os AIE não são puros instrumentos da ideologia dominante, mas resultado de uma intensa e contínua luta de classes” (*idem*, p. 127). A transformação, dessa forma, só é possível porque a contradição se faz sentir no ato da reprodução. Da mesma forma que é por meio da contradição, inerente à luta de classes, que também podemos falar em uma “(...) *contradição* no processo de identificação” (*idem*, p. 128, *grifo da autora*), pois o funcionamento da formação discursiva abriga a contradição e, com isso, diferentes possibilidades de tomada de posição do sujeito⁵⁰.

Mas é na retificação feita por Pêcheux, em 1978, acrescentada ao livro *Semântica e discurso*, que ele vai melhor evidenciar o lugar da resistência na teoria do discurso. Pelo viés do inconsciente, mostra-nos que pensar a “interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (2009b, p. 277, *grifo do autor*). É por meio, então, da referência ao lapso e ao ato falho que ele suspeita de uma “origem não-detectável da resistência e da revolta” (*idem*, p. 278). No entanto, é na “contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre” (*idem*, p. 179) que podemos falar em resistência, já que a disjunção ideológica se faz presente na luta de classes. A resistência, ao contrário de ser “oposição a” (LAGAZZI-RODRIGUES, 1998, p. 66), tem o estatuto de manutenção na AD, já que é ela que permite a diferença necessária para que na reprodução se produza a transformação⁵¹.

⁵⁰ Em trabalho anterior (NASCIMENTO, 2013a), começamos a desenvolver as discussões que ora apresentamos.

⁵¹ Ventura (2009) propõe olhar o conceito de resistência na teoria psicanalítica de Freud pelo viés da teoria foucaultiana, a fim de ressignificar o que geralmente se entende por resistência na psicanálise e evidenciar uma aproximação entre os dois autores. Afirma que é predominante na psicanálise que o conceito de resistência esteja vinculado à ideia de conservação do mesmo, ou seja, a tudo aquilo que evita a mudança, mas defende que é possível entender a resistência, na esteira do pensamento de Foucault, como “uma força inventiva, móvel e produtiva na luta contra a submissão das subjetividades” (*idem*, p. 154). Dessa forma, a resistência pode ser entendida “como meio de mudança, mas não como mudança em si” (*idem*, p. 157), isto é, a resistência seria o movimento (paradoxal) necessário para a manutenção do mesmo e, ao mesmo tempo, deslocamento desse mesmo para o diferente. Por isso, estamos entendendo, assim como Ventura (2009), que também na teoria do discurso pecheuxtiana a resistência tem o estatuto de manutenção (ao levar o sujeito a reproduzir o “mesmo”) ao mesmo tempo em que permite a instauração da diferença (ao impulsionar a transformação pela reprodução do “mesmo”). Assim, no dizer de Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 77), “na determinação material das forças a luta de resistência é por mudança e contra mudanças” e, portanto, para autora, “é na contradição entre a sujeição ao poder e a luta contra o poder que a resistência deve ser analisada”.

Ao ser interpelado em sujeito pela ideologia, o sujeito do discurso ocupa o seu lugar no emaranhado de discursos e, *sempre-já* sujeito, resiste. O assujeitamento, ao contrário de significar submissão, é da ordem do político e do simbólico e, portanto, da resistência. O sujeito do discurso, ao contrário de confundir-se com o indivíduo, é uma posição no discurso; o indivíduo, então, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia é convocado a ser sujeito e, portanto, a ocupar o seu lugar no emaranhado de discursos. A interpelação, assim, põe o sujeito diante do histórico e do simbólico e o determina: ao regular o que *pode e deve ser dito* por meio da ilusão necessária do sujeito como origem de seu dizer (PÊCHEUX, 2009a). O sujeito do discurso, dessa forma, não é apenas assujeitado a reproduzir as relações de produção dominante na luta de classes, mas pode transformá-las e também resistir ao discurso dominante, movimento que provoca deslizamentos e até mesmo rupturas com a formação discursiva na qual se insere. É por ser interpelado em sujeito pela ideologia e se identificar com uma formação discursiva, portanto, que o sujeito pode dizer-se, significar-se.

2.2 O lugar da memória e o da história

O diálogo entre a História e a Linguística está presente na Análise de Discurso por meio dos trabalhos de Jacques Guilhaumou, Régine Robin e Denise Maldidier que se relacionavam com a AD, inicialmente, por meio de uma aliança interdisciplinar em torno do marxismo (COURTINE, 2006, p. 1). Tratava-se, portanto, de uma nova geração de “historiadores do discurso” que tinham o “discurso como objeto da história” (GUILHAUMOU, 2007, p. 105) e buscavam, na relação entre a Linguística e a História, por meio da AD, pensar a história na sua dimensão discursiva, em sua articulação com o marxismo. Por esse viés, seria possível compreender os confrontos existentes na história que se constroem por meio do discurso.

A relação entre a História e AD, assim, além de nos dar subsídios para compreender como as estratégias discursivas se desenrolam no acontecimento, reacende o interesse pelo arquivo, cuja dispersão dificulta o trabalho do analista de discurso (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 182). É por meio, então, do encontro entre a história e a língua que o trajeto temático – o arquivo – poderá resultar em um *corpus* e, dessa forma, ser possível compreender como, no *corpus*, os processos discursivos

funcionam em relação ao arquivo, desvelando a existência de contradições por meio do encontro com a língua – a sua materialidade linguística⁵². É o discurso que permite que a relação entre o sistema de regras (a língua) e as contradições existentes, produzidas pela história (que atuam na desestabilização da língua), existam; a história atravessa a língua e produz equívocos que não podem ser explicados somente a partir do significante. É nesse sentido que a relação entre história e língua se estabelece, não há língua sem equívoco, não há história sem contradição. Eis o real com que é preciso se deparar, eis a falta e a falha que irrompem na língua e na história.

Para compreender essa falta, Pêcheux, em seus trabalhos, experimentou o limite do materialismo histórico, o que ocasionou uma “necessidade *infinita* de revisitações, ajustes e aprofundamentos” (FONSECA, 2012, p. 262, *grifo do autor*). Dentre essas revisitações, destacam-se o seu encontro, na segunda metade da década de 1970, com obras de Wittgenstein, Michel De Certeau, e o seu reencontro com Michel Foucault, o que produziu “um desenvolvimento no interior do campo da AD das perspectivas trabalhadas com grande empenho por seus historiadores” (*idem*, p. 267). É, portanto, a partir da abertura oferecida pelos membros do grupo de pesquisadores em torno do discurso, em especial os historiadores, que Pêcheux se depara mais fortemente com “esse movimento da história que falava Foucault, movimento que não convém tanto relacionar a potencialidades, a um sentido, uma direção, mas, assim como Marx o havia já discernido, à existência de contradições” (HENRY, 2010, p. 40).

A atenção dada por Pêcheux à obra de Foucault esbarra, no entanto, no que Maldidier, Normand e Robin (2010, p. 74-75) denominam de redução por meio da alusão à história, o que faz, para as autoras, Foucault situar-se fora do materialismo histórico. Apesar disso, entretanto, Pêcheux afirma que é necessário se apropriar “daquilo que o trabalho de Foucault contém de materialista e de revolucionário” (PÊCHEUX, [1977], p. 9), já que sua obra nos dá novas possibilidades de pensar o discurso na sua dimensão histórica.

Situar-se no materialismo histórico, então, é central para discutirmos o lugar da história na Análise de Discurso, pois o pensamento materialista está presente desde os fundamentos da AD e aparece mais firmemente nas próprias revisitações de Pêcheux à teoria. Não é possível, para o fundador da AD, pensar a história distanciada da luta de

⁵² Voltaremos à discussão sobre as noções de trajeto temático e de arquivo no Capítulo III (cf. seção 3.1).

classes, pois “a luta de classes é o motor da história, e produz a história da luta ideológica das classes” (*ibidem*). É preciso, para tanto, levar em consideração uma mudança de terreno, cuja desestabilização – provocada por um real que não cessa de produzir efeitos (e sentidos) – expõe a contradição e a falta que não é possível querer ignorar. E a AD não está alheia a isso.

Além disso, a referência à História, enquanto disciplina, é necessária para que compreendamos que, em se tratando também de uma disciplina de interpretação, a História, assim como a AD, se depara com aquilo que não é possível apreender: o seu real, a contradição (o “discurso outro”, a existência movente da história, que insiste em irromper), porque a identificação nunca é plena, há sempre a “injunção à interpretação, em todos os aspectos sociais, a partir das filiações históricas e seus confrontos” (FONSECA, 2012, p. 271). E por haver injunção à interpretação “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências.” (HENRY, 2010, p. 47).

É, pois, o discurso o que impulsiona a história, o seu desenrolar, as suas tramas. O discurso, dessa forma, também é objeto de estudo de historiadores e, muitas vezes, ele corre o risco de reduções, transparências. Sendo, então, a história atravessada pela ideologia, ela (a história) está à mercê, muitas vezes, de manipulações políticas que trabalham na tentativa de cerceá-la, dando-lhe interpretações que criam a “História” (oficial - verdadeira) dos acontecimentos históricos. Trata-se, desse modo, de uma tentativa de produzir “‘efeitos de conhecimento’ de tipo *científico*” (HEBERT, [1967], 1995, p. 66 *grifo do autor*) sem, contudo, reconhecer a falta, a existência de contradições e o político como condições *sine qua non* para falar de uma “ciência da história”. Dessa forma, como afirma Rodríguez (2005, p. 20), “o reconhecimento do político é, assim, a única via para a constituição de uma ‘ciência da história’, desde que não o ‘naturalizemos’, ao identificá-lo com a organização política das necessidades “naturais” comuns dos ‘grupos humanos’”. É preciso, assim, compreender a “ciência da história”, tal como a preconiza Pêcheux, por meio da contradição desigual, em que o “um se divide em dois”⁵³ na relação de “contradição-desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, [1977], p. 10). Ou seja, no processo de teorização na “ciência da história”, é necessário levar em conta essa contradição inerente à história no *processo materialista do conhecimento*.

⁵³ Referência feita por Pêcheux ([1977], p. 10) a Marx.

Chegamos, assim, à complexidade em torno do lugar da história na Análise de Discurso. A história é composta por forças intrínsecas (desiguais) que coexistem e disputam espaço na luta de classes. A historiografia (o discurso historiográfico), dessa forma, trabalha na sistematização da história – a única possível –, à procura de uma explicação para os acontecimentos históricos: a verdadeira história, a única que é possível ser contada. A história, aqui, é transparente e suas contradições inerentes sofrem o cerceamento para torná-la linear, sem falhas, ou seja, uma história sem real. A história é objeto de manipulações políticas, o que pode ser observado na história construída para justificar a constituição de uma nação.

Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. (...) O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar. (HOBSBAWN, 2013a, p. 18)

Sendo a história, pois, a matéria-prima para a formação de ideologias nacionalistas, “a história da história [a historiografia] não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores.” (NORA, 1993, 10). É o que ocorre, como observamos no capítulo I (cf. seção 1.1.3), por meio das revisitações historiográficas sobre a Guerra do Paraguai, por exemplo, na construção de um sentimento nacional no Paraguai, cujo passado é revestido de glórias e construído sob o pilar heroico de um povo que, apesar de derrotado na Guerra do Paraguai, conseguiu reerguer-se e reconstruir o seu país. A imagem dos heróis da Guerra imortalizados no Panteão dos heróis, o enaltecimento à imagem de Solano López e à língua guarani – expressão mais “pura” do povo Paraguai – são resgatados pela historiografia paraguaia e utilizados para justificar as medidas tomadas na ditadura de Stroessner. Ou seja, por meio do resgate desse passado “perdido”, constrói-se uma história com a qual o povo paraguaio pode se identificar e que pode ser por ele comemorada. É preciso ter um passado em comum, unificado, sem contradições, para nele se reconhecer, pois, como afirma Hobsbawn (2013b, p. 25), “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo”.

No caso do Paraguai, ser paraguaio é pertencer ao passado lembrado pela história oficial e nela ter um lugar a partir do qual possa se reconhecer. Os brasiguaios, apesar de fazerem parte do crescimento do país, são considerados imigrantes que pertencem a uma outra história, à brasileira, e, portanto, não fazem parte da história paraguaia. São linearizadas, dessa forma, as contradições históricas que circundam em torno desses imigrantes. A historicidade, o movimento da história, e as suas contradições se tornam passado; e não há, muitas vezes, uma reflexão sobre os efeitos dos enunciados e dos discursos em torno dessa história no presente e no futuro, o passado se torna um objeto distante que precisa ser rememorado. É por meio do sujeito historiador que as contradições serão linearizadas e a História (enquanto disciplina) será escrita para ser lembrada e rememorada. O sujeito-historiador, na ilusão de ser o dono de seu dizer, parece enunciar em uma só voz a História a ser contada e lembrada. Ele é afetado pela memória discursiva (que determina o que deve e pode ser dito/lembrado) e produz uma memória histórica (a “memória oficial” a ser lembrada).

O lugar ocupado pela memória, ao contrário do ocupado pela história, não é tão antigo na Análise de Discurso. Enquanto esta está presente desde os fundamentos teóricos e se intensificou ao longo das revisitações e ajustes sofridos pela teoria, a discussão em torno da memória aparece na AD a partir dos anos 1980, no que se convencionou chamar de terceira fase da AD ou AD-3⁵⁴. A noção de memória discursiva é introduzida na AD a partir do trabalho de Courtine (2009), ao fazer referência à obra *Arqueologia do saber*, de Foucault. Enquanto a história, afirma Foucault (2008, p. 13-14), tradicionalmente era entendida por meio de sua função de “memorizar” o passado, a história (na segunda metade do século XX) se confunde com a arqueologia, o que implica “não uma cronologia contínua da razão”, mas compreender a “descontinuidade” presente na história. A história, assim, não poderia ser apreendida por uma “história global”, já que ela não conseguiria dar conta da dispersão, sendo preciso discutir como metodologicamente se poderia pensar a “dispersão” e a “descontinuidade”⁵⁵. Daí Foucault introduzir a noção de

⁵⁴ É importante observar, como aponta Indursky (2011), que a noção de memória, apesar de não aparecer com esta designação, já estava presente nos primeiros trabalhos da AD por meio da ideia de repetição.

⁵⁵ É preciso ressaltar, como afirmamos anteriormente, que Pêcheux se contrapõe ao pensamento de Foucault em relação ao lugar que o materialismo histórico deve ocupar na produção do conhecimento. Para Pêcheux, em *Remontemos de Foucault a Spinoza*, Foucault peca em sua obra pelo tratamento dado às noções de ideologia e contradição, o que faz Pêcheux afirmar que é preciso, a partir das noções trabalhadas por Foucault, apreender a dimensão materialista que suas obras apresentam. A noção de descontinuidade, para Pêcheux, encobre a noção de contradição, a qual precisa ser evidenciada. Além disso, enquanto para Foucault a formação discursiva está relacionada ao conjunto de enunciados no jogo entre regularidade e

formação discursiva, que permitiria pensar a regularidade presente na dispersão dos discursos.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que, para Foucault, o que chamamos de memória consiste no agrupamento de enunciados, vinculados a uma FD, que são atualizados no discurso, demonstrando sua vivacidade. Os enunciados, dessa forma, alocam-se em domínios associados, o que lhes permite apresentar uma trama complexa, na qual o enunciado aparece “como elemento singular” (*idem*, p. 111), ou seja, o enunciado coexiste com outros enunciados e se distingue deles por sua singularidade – o que a nosso ver pode ser entendido por sua memória, já que a singularidade do enunciado diz respeito à memória (os dizeres outros) que consigo carrega. A descrição dos enunciados e das formações discursivas, dessa forma, deve levar em conta a *recorrência* dos enunciados, compreendendo a relação entre memória e esquecimento (a redescoberta do sentido ou sua repressão) não pelo viés de um retorno ao momento primeiro, mas pelo tratamento dos “enunciados na *densidade do acúmulo* em que são tomados e que, entretanto, não deixam de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar” (*idem*, p. 141, *grifo nosso*). Em outras palavras, é preciso um trabalho de arqueólogo para compreender “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (*idem*, p. 157). Eis o trabalho arqueológico proposto por Foucault, que é redimensionado por Courtine (2009) para se pensar o lugar da memória na AD.

Para Courtine (2009), assim, a memória, longe de se confundir com a memória cognitiva, é de ordem discursiva e “diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos (p. 105-106, *grifo do autor*). Assim, os enunciados estão submetidos ao “*tempo longo de uma memória*, ao passo que as ‘formulações’ são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*” (p. 106, *grifo do autor*). A relação entre o tempo do enunciado e sua reformulação, para o autor, é a mesma relação que ocorre entre o interdiscurso e o intradiscurso: uma “*formulação origem*” se atualiza numa “*conjuntura discursiva*”. Eis o que Courtine (2009) designa de efeito memória. Em outras palavras: o efeito memória seria aquilo que retorna e é atualizado no discurso, é o enunciado que irrompe na cadeia da formulação (no intradiscurso), trazendo consigo toda uma memória.

dispersão, para Pêcheux a noção de formação discursiva vai ser pensada a partir de sua relação com a formação ideológica pelo viés do marxismo/althusserianismo. É, portanto, na relação com a formação ideológica com a qual se vincula que, para AD, a formação discursiva vai determinar *o que pode e deve ser dito* (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007, p.26)

Na esteira ainda do pensamento foucaultiano, Courtine (2009) vai definir a memória na sua relação com a formação discursiva, já que ele a pensa no “interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Isso significa que só há memória porque há formação discursiva, que regula *o que pode e deve ser dito*, isto é, que regula o que pode ser *lembrado* e o que deve ser *esquecido*. Dessa forma, é pelo efeito de repetibilidade que os sentidos vão se estabelecendo e se transformando, já que, como afirmou Foucault (2008), a *densidade do acúmulo* (de possibilidades de sentidos do enunciado dentro da FD), à qual fizemos referência acima, não deixa “de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar [o sentido predominante de um enunciado dentro de uma FD]” (*idem*, p. 141). Trata-se, portanto, do caráter heterogêneo da FD que permite a modificação e a inquietação do “consolidado” na memória. Permite, pois, não apenas regular os enunciados que podem ser ditos, mas também a memória a ser lembrada, já que dentro de uma mesma FD sentidos disputam espaços para serem *lembrados* (fazerem parte da memória predominante), e não serem lançados ao *esquecimento* (não chegar a constituir a memória predominante de uma FD).

É por isso, então, que outros sentidos, que não chegaram a fazer parte da memória predominante da formação discursiva, incomodam esta mesma FD, a fim de regular o que *pode e deve ser lembrado*. Dentro da própria FD, a contradição e a luta de classes se fazem irromper, fato que faz com que, como aponta Indursky (2011), a memória seja lacunar, e não plena de sentido como o interdiscurso⁵⁶. A memória é lacunar, insaturada, porque é constituída de falhas e buracos. Os sentidos da memória predominante de uma FD recobrem os demais e “impedem” que outros sentidos possam irromper na formação discursiva e desestabilizar a memória predominante. Nessa relação de forças, a memória predominante de uma FD, por meio da identificação do sujeito com essa formação discursiva, trabalha no efeito de linearização do sentido, ao apagar as contradições e absorvê-las para dentro da regularidade, determinando assim o que *pode e deve ser*

⁵⁶ Dificilmente, uma FD apresentará apenas uma única memória. Se partimos do pressuposto de que a FD é heterogênea e de que ela está em contato com outras formações discursivas, os enunciados que se estabeleceram numa determinada FD serão atualizados pelos sujeitos inseridos nessa formação discursiva de maneira diferente, pois isso dependerá da posição que o sujeito ocupa nessa FD. Assim, é possível pensarmos que, sendo a forma-sujeito fragmentada, o que permite tanto a identificação como a contra-identificação e a desidentificação, a memória predominante da formação discursiva é aquela que está mais relacionada com a forma-sujeito, ou seja, os dizeres mais próprios dessa FD – os que mais a caracterizam – formam, a nosso ver, a memória predominante de uma FD. Os demais dizeres que incomodam a formação discursiva, por meio da heterogeneidade constitutiva dela, podem constituir memórias que estão ali esquecidas (ou melhor, reprimidas) e que a qualquer momento podem ser lembradas, irromper na cadeia discursiva dessa FD.

lembrado/dito. Daí a memória ser entendida como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010b, p. 56).

É a memória, com suas falhas e buracos, por meio da regularização, que determina, juntamente com a formação discursiva, o que deve e pode ser lembrado/dito. É por isso, então, que Courtine se questiona (2006, p. 10): “se a linguagem é o tecido da memória, isto é, sua *modalidade de existência histórica essencial* (...) em que medida a memória determina a ordem do enunciável?”. Parece-nos que a memória é determinante, pois ela, regulada pela FD, é responsável por regular o que vai ser lembrado e o que precisa ser esquecido para que se possa dizer. É o jogo de forças na memória entre o *lembrar* e o *esquecer* que vai determinar o que pode ser enunciado, lembrado. No entanto, o esquecido pode irromper no dito por meio do “lapso” e do “recalque” (PÊCHEUX, 2009b, p. 278), o que colocará em xeque os sentidos dominantes e a memória dominante.

De Nardi (2003), por sua vez, ao se referir à noção de memória, vai pensá-la na sua relação com um lugar anterior, o interdiscurso, em que os já-ditos se assentam, esperando o momento de retornar pelo discurso que vão se formando. Ao recorrer ao trabalho de Courtine, De Nardi (2003) aponta para o termo *domínio de memória*⁵⁷, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito, o qual se apropria dos enunciados “pré-construídos” na sua enunciação. Trata-se de *uma voz sem nome* (COURTINE, 1999, p. 19) que ressoa no domínio de memória no qual o sujeito se insere e se apropria dos enunciados para enunciar. Nos termos de Indursky (2011, p. 85), portanto, no “*encontro/desencontro* entre o dizer cristalizado pelas práticas discursivas, que faz escoar um sentido que circula na memória social [...], dá-se a ressignificação dos pré-construídos”, permitindo-nos observar como que as memórias jogam nas práticas a fim de constituir um *discurso fundador* (ORLANDI, 2003) sobre algo. É por isso, como afirma De Nardi (2003), que o apagamento da memória é muito significativo na construção da identidade de um povo, pois

[...] ao apagar-se a memória cria-se a ilusão de que o novo acontecimento funcionará livre das amarras do passado; original, originário, ele formaria o marco zero dos discursos que sobre ele irão versar, fundando novos sentidos, independentes daquilo que antes deles se produziu, fundados sobre o esquecimento, dessa memória recusada. (DE NARDI, 2003, p. 83)

⁵⁷ O termo é introduzido por Foucault, em sua *Arqueologia do saber*, e ressignificado por Courtine (2009) dentro do aparato teórico da AD.

E é justamente esse jogo de força sobre a memória que se sucede sobre a história do Paraguai e, conseqüentemente, sobre a história dos brasiguaios. É preciso renegar as derrotas sofridas e as perdas territoriais para os países vizinhos e enaltecer, como observamos no capítulo I (cf. seção 1.1.2), o Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança (o país que era o mais industrializado da América Latina, apresentava a maioria de sua população alfabetizada e que valorizava a cultura e a língua guarani). Daí os revisionismos históricos, os quais sofreram a história do Paraguai, produzirem a “verdadeira” história sobre o país e, por consequência, uma nova memória, “livre das amarras do passado” (*ibidem*). Para tanto, criam-se o que Nora (1993) designou de “lugares de memória”: os “restos” do passado que precisam ser guardados, lembrados. Daí a necessidade de se criar arquivos, “manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (1993, p. 13). Os revisionismos históricos, dessa forma, são acontecimentos que, juntamente com os lugares de memória, vão construindo uma “história oficial” e uma “memória oficial” sobre os acontecimentos históricos no Paraguai.

É importante salientar, no entanto, que essa “história oficial” e essa “memória oficial” que são alimentadas pelos revisionismos históricos e pelas construções de lugares de memória (que atuam politicamente para a construção de um sentimento de unidade nacional, de pertencimento a esse passado e, portanto, a esse povo) não apresentam o mesmo efeito para todos. Ou seja: dependendo da formação discursiva na qual o sujeito esteja inserido, a sua relação com essa “história oficial” e essa “memória oficial” será distinta, já que o jogo de força produzido por este encontro com a memória predominante das FD é absorvido de maneira diferentes pelas formações discursivas nas quais os sujeitos estão inseridos. No dizer de Pêcheux (2010b), há duas formas de perceber o choque do acontecimento na memória:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrásica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede de “implícitos”. (PÊCHEUX, 2010b, p. 53)

O jogo de força presente no “encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2012a, p. 17) pode provocar a inserção do acontecimento na regularização

da memória ou a sua “desregularização”. Isso significa que, em relação aos dizeres sobre o Paraguai e os brasiguaios, alguns acontecimentos históricos (e nos referimos aqui principalmente ao acontecimento do revisionismo histórico no Paraguai sobre a Guerra da Tríplice Aliança, ocorrido em 1936, que foi amplamente usado na política de Stroessner, e à entrada maciça de imigrantes brasileiros no Paraguai) provavelmente provocaram relações diferentes nas formações discursivas sobre os brasiguaios.

Entendemos que a relação entre história e memória, nesse sentido, ajuda-nos a pensar que todo fato discursivo reclama sentidos e todo ele é constituído na historicidade, já que faz parte do processo discursivo. Dessa forma, a história, enquanto processo, é constituída de contradições que são “homogeneizadas” pela historiografia, a fim de eliminar o seu real, dando-lhe uma transparência. A historiografia é, portanto, um efeito da política sobre a história, que é apreendida nas formações discursivas por meio das diferentes memórias. Daí afirmarmos que o discurso produzido sobre a história – a historiografia – é apreendido diferentemente pelas FD, já que elas recortam de forma diferente esse discurso, delimitando o que *pode e deve ser* aceito no seu complexo. A memória, assim, está relacionada à FD e é por meio dela que é determinado o que *pode e deve ser* lembrado/dito. No entanto, por ser heterogênea e suportar a contradição, na formação discursiva há sentidos que estão reprimidos e que podem irromper no dito, trazendo consigo uma outra memória que pode desestabilizar os sentidos fixados dessa FD. É nesse jogo de forças, portanto, que os sentidos se constroem e se constituem.

A História (enquanto historiografia), além disso, caracteriza-se pela tentativa de apreender o passado, de linearizar as contradições históricas e torná-las transparentes. Nesse sentido, o ato de linearizar “a história se produz sob a repetição das memórias ‘estratégicas’” (PÊCHEUX, 2009c, p. 25), as quais permitem que determinados sentidos sejam estabelecidos e outros relegados ao esquecimento. No caso dos brasiguaios, o trabalho da memória sobre a história permitiu que a história oficial a ser lembrada sobre os brasiguaios os excluísse da história oficial e os relegasse a viver à margem. É um trabalho da memória sobre a história que vai produzir efeitos (de apagamento de alguns sentidos) na cadeia discursiva. É, então, por meio do trabalho da memória sobre a história, a partir de uma FD, que temos a ilusão de que a história é isenta de contradição e que, *grosso modo*, só há uma leitura possível para ela, o que produz o efeito de a história ser a própria memória, já que é esta que retorna na atualidade e regula o que *pode e deve ser* lembrado. Ou seja, é porque a memória trabalha sobre a história que temos o efeito de a

história ser sem contradição e de que esta se impõe sobre a memória, como o único registro a ser lembrado. Não pretendemos aqui fazer uma sobreposição ou uma generalização, pois nem sempre a história se sobrepõe à memória, como é o caso da Literatura ou do Cinema, por exemplo, que muitas vezes questionam a história e permitem que outras/novas memórias insurjam. A relação entre memória e história, dessa forma, salienta que não há memória sem falhas e história sem contradição, e que é no jogo de forças entre a memória e a história que os dizeres vão se construindo, pois não há história que não reclame sentidos, que não se constitua em/pela memória.

2.2.1 Imaginário e representação

No texto fundador da Análise de Discurso, *Análise Automática do discurso*, de 1969, a noção de imaginário está presente por meio da designação “formações imaginárias”. Tal noção está relacionada às condições de produção do discurso e seus mecanismos de funcionamento, que envolvem a antecipação, as relações de força que constituem o lugar atribuídos a si e ao outro e o sentido. É por meio das formações imaginárias que o sujeito, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, a partir de seu lugar social, vai projetar o seu discurso em relação a esse *outro*. Não se trata, portanto, de transmissão de mensagens (como propunha o esquema da comunicação de Jakobson), mas de “efeitos de sentido” entre locutores, os quais estão situados em um lugar social e são afetados pela imagem que têm de si e do outro.

A hipótese pecheuxtiana supõe que os “lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (PÊCHEUX, 2010a, p. 81, *grifo do autor*), mas esses lugares não funcionam de forma linear – como “feixes de traços objetivos”. O lugar

se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (*ibidem*, *grifo do autor*).

Em um processo discursivo, os lugares ocupados pelos sujeitos estão representados – presentes –, mas transformados. Essa representação diz respeito ao fato

de que o sujeito de uma formação social não é o indivíduo físico, mas o sujeito *transformado* que é representado a partir de formações imaginárias que determinam o olhar que se tem sobre si e sobre o outro.

Por isso, os lugares atribuídos entre A e B não se tratam de relações fixas e biunívocas, mas de *posições* que são ocupadas pelo sujeito no discurso. O lugar de onde fala o sujeito, nesse sentido, é determinante do seu dizer, já que ele, ao ocupar um lugar social e estar inserido em uma formação discursiva, terá o seu discurso regulado (o que *pode e deve dizer*) e direcionado ao *outro*. Tal processo só é possível, segundo Pêcheux (2010a), porque as formações imaginárias funcionam por meio de *processos de antecipação*, em que o discurso, ao ser atravessado pelo “já-ouvido” e “já dito”, produzirá para os sujeitos a evidência sobre si e sobre o outro, resultado das formações imaginárias. No dizer de Pêcheux (*idem*, p. 85):

[...] as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco.

Por meio das “tomadas de posição”, o sujeito ocupará um lugar no emaranhado de discursos para, assim, poder dizer, significar(-se). As *relações de força*, que são exteriores à situação do discurso, atuam nas formações imaginárias e, conseqüentemente, na construção dos efeitos de sentido. Isto porque o lugar social ocupado pelo sujeito (que não é necessariamente o mesmo do lugar empírico ocupado pelo indivíduo) determina o dizer e as imagens atribuídas a *si* e ao *outro*.

Além das relações de força que intervêm no funcionamento das formações imaginárias, Pêcheux (*idem*, p. 87) aponta que as *relações de sentido* também intervêm nesse funcionamento, uma vez que as formações imaginárias são resultado de processos discursivos e históricos e, portanto, são produzidas por relações entre discursos. Isto significa que as formações imaginárias atuam na sedimentação de dizeres sobre o lugar atribuído a *si* e ao *outro*, sendo, portanto, responsáveis pelas representações construídas sobre esses lugares. É preciso salientar, no entanto, que tais formações imaginárias, ainda que funcionem na construção de imagens estabilizadas, não são fechadas em si, mas submetidas a deslocamentos. Ou seja, as formações imaginárias não são *ad eternum*, mas

estão situadas em determinadas condições de produção e nos discursos relacionados a estas condições.

Além disso, é preciso distinguir o que se entende por formações imaginárias e por imaginário. Enquanto a noção de formações imaginárias está mais estritamente vinculada ao espaço da interlocução, a noção de imaginário deriva da psicanálise e remete a um espaço mais amplo de projeções que se pode ter sobre o outro, sobre o espaço, sobre a língua etc. O imaginário, segundo Morales (2008, p. 34), juntamente com as noções de sujeito, simbólico e real, na Análise de Discurso, é pensado a partir da teoria das formações sociais. Isto porque a inscrição do sujeito na sociedade, pela linguagem, ocorre via imaginário pelo qual o sujeito simboliza e produz sentidos. O sujeito, no entanto, depara-se nesse processo de elaboração de sentidos com o real, o impossível de ser apreendido, o que sempre escapa, escorrega. É porque há o imaginário, o efeito do real, que o sujeito se relaciona com a realidade por meio de uma relação que não é direta, mas “mediada pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração de sentidos” (*idem*, p. 43). É pela relação entre imaginário, simbólico e real e por meio do sujeito clivado, com o qual a AD trabalha, que o sentido é pensado: o sujeito se relaciona com a realidade por meio do imaginário, simbolizando-o ao estar inserido na linguagem e na historicidade. No entanto, nesse processo de simbolização, algo nessa estrutura falha porque algo falta: a apreensão do real é impossível. O sujeito da AD, portanto, é constituído dessa falta e, no jogo entre o tudo *querer* dizer e *não poder* dizer, produz sentidos.

O imaginário, assim, não se confunde com a realidade. O imaginário, ao contrário de ser a realidade, é um efeito sobre a realidade. Por isso todo processo discursivo é submetido ao imaginário. Não há discursos que não se produzam por meio do imaginário, já que é por meio dele que é possível simbolizar o mundo e a ele dar sentido. A realidade, a partir de nossa perspectiva, não pode ser acessada diretamente pelo sujeito, pois ela em si já é uma construção discursiva. O que temos são efeitos do imaginário que são simbolizados pelo sujeito e, assim, apreendidos por ele. Por isso, o sujeito, a partir de seu lugar social e da posição que ocupa na formação discursiva, simboliza o mundo de diferentes formas. Para Sercovich (1977, p. 32), a dimensão imaginária de um discurso funciona por meio de imagens que atuam na “ilusão referencial” ou “efeito de analogias”. Isto porque não há uma relação direta entre linguagem e mundo: “a relação não é direta, mas *funciona* como se fosse, por causa do imaginário” (ORLANDI, 1994, p. 57, *grifo da autora*). Há, portanto, ainda segundo Orlandi (1994), uma ilusão de evidência que produz

uma ilusão referencial, ou seja, uma ilusão de “transparência” na linguagem. E é, como afirmamos anteriormente, sobre esse efeito de transparência que a AD trabalha, compreendendo que a transparência é um efeito da ideologia.

A representação, ao contrário do imaginário que é processo, é estabilidade. Toda projeção constrói representações que trabalham no efeito de estabilidade. Enquanto o imaginário seria uma evidência, a representação seria o que desse imaginário está se sedimentando, ou seja, o que dele é observável e tangível. Podemos, portanto, afirmar que a representação é o local espelhado do imaginário que é responsável pela identificação. Não temos acesso ao imaginário, ele é projeção, o que temos é acesso à representação: o espelho do imaginário⁵⁸. Esse espelhamento, no entanto, não apresenta uma relação direta no que diz respeito à formação social à qual remete, porque há sempre deslocamento: a representação, como afirmamos anteriormente, está sempre transformada⁵⁹.

No caso dos brasiguaios, além da representação imagética dos brasiguaios como os homens invasores de terras, a própria designação “brasiguaios” funciona como uma representação, uma vez que se consolidou o imaginário de que todo brasileiro residente no Paraguai seria brasiguai (homens sem pátria e invasores de terra). Acreditamos que haja categorias de representação (a exemplo da representação por designação e da representação por imagem), e aqui não nos propomos esgotar as possibilidades dessas categorias. Neste trabalho, tomamos a designação como a materialidade por meio da qual poderemos observar os trabalhos da memória e da história na construção de representações sobre os brasiguaios que são veiculadas pela mídia.

2.3 Designar na perspectiva da AD

2.3.1 De Frege a Pêcheux

Os estudos sobre a designação, ao contrário do que possa parecer, não são recentes e já estão presentes nos Estudos da Linguagem desde a Grécia Antiga, principalmente

⁵⁸ Chegamos a essa conclusão após a leitura de Sercovich (1977).

⁵⁹ Ainda sobre representação, ver o trabalho “Práticas discursivas de subjetivação: representações de escrita em espaços virtuais.” (GRIGOLETTO; DE NARDI, 2011).

pelo viés filosófico. É em Aristóteles que já podemos observar a preocupação do homem em compreender a relação da linguagem com o mundo, relação que muitas vezes era tida como direta e lógica. Nesse viés, da lógica na Filosofia da Linguagem, é que recorremos ao trabalho de Frege (2009) sobre a referência e o sentido para compreendermos o lugar da designação na Análise de Discurso. Tal escolha pelo autor não é aleatória, mas está sustentada nos próprios trabalhos de Pêcheux (2009a) que trava um diálogo com Frege, a fim de discutir, parece-nos, acerca da noção de subjetividade, buscando formas de tratar o sentido dentro dos Estudos da Linguagem, a partir de uma nova perspectiva, que é a do discurso.

Em seu texto *Sobre o sentido e a referência*, Frege (2009) discute o esquema lógico entre o objeto no mundo e a sua referência. Para o filósofo, não há uma igualdade (identidade) direta entre o significado de uma palavra e o seu referente, pois isto depende da maneira por meio da qual o designamos. Desse modo,

quando dois homens imaginam a mesma coisa, ainda assim cada um tem sua própria ideia. De fato, às vezes é possível estabelecer diferenças entre as ideias, ou até mesmo entre as sensações, de diferentes homens. Mas uma comparação exata não é possível, porque não podemos reunir essas ideias numa mesma consciência. (FREGE, 2009, p. 135)

Para exemplificar o seu pensamento, Frege (2009) se utiliza da metáfora da lua e do telescópio, que, apesar de ser um único instrumento, permite diferentes olhares sobre o mesmo referente (a lua). Isto se deve à diversidade de configurações de olhos existentes, o que torna praticamente impossível uma coincidência real entre as diversas representações que se faz do mesmo objeto. A existência do referente (a lua) não garante que o sentido construído para esta referência seja o mesmo, tampouco que sua representação também o seja. A representação, para o filósofo, está vinculada ao aspecto subjetivo do significado, o que implica que a representação é a representação de um indivíduo, de uma época, de um local e dos sujeitos envolvidos. O próprio Frege (2009) dá um exemplo para pensarmos a relação referência, sentido e representação. Tem-se o planeta Vênus como referente e a ele é possível referir-se como “Estrela da Manhã” ou “Estrela da tarde”. Ainda que se tenha o mesmo “objeto no mundo”, a representação construída por meio das diferentes designações não é a mesma. A representação é, segundo o autor, subjetiva, pois, embora o referente não mude (o planeta Vênus é o planeta Vênus), a forma de vê-lo muda. A representação é do indivíduo (fruto do olhar

do indivíduo que determina o objeto) que está inserido em uma época (os sentidos compartilhados numa época sobre o objeto influenciam no olhar do indivíduo). Entre o objeto e o sentido está a representação. Esta seria o resultado do olhar do indivíduo, enquanto o sentido seria o compartilhado sobre um objeto, o estável. A representação não é, assim, o sentido ou a referência, é algo que está no meio do objeto e do sentido, da ordem da subjetividade. Daí Frege (2009) não se deter nos aspectos da representação, pois, sendo da ordem do subjetivo, ela “foge” do campo da lógica e não pode ser explicada em termos “matemáticos”.

Frege (2009, p. 138), ainda ao se referir ao exemplo do planeta Vênus e às designações a ele dado, observa que “a referência de uma sentença pode ser sempre procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e isto é sempre o caso quando, e somente quando, estamos investigando seu valor de verdade”. Dessa forma, para o filósofo, a relação do sentido da sentença é construída por meio de seu valor de verdade. No entanto, em casos de sentidos de sentenças ficcionais, cujo referente não pode ter seu valor de verdade comprovado no mundo (o Saci não existe como “objeto no mundo”), ou em casos de sentenças subordinadas (“parece que...”), que apresentam como referência o pensamento, a premissa do valor de verdade parece apresentar problemas. A tentativa do filósofo de racionalizar a linguagem, incluindo o valor de verdade como categoria para comprovar a relação lógica entre sentido e referência, não garante que a referência de uma sentença seja o seu valor de verdade. Isto porque não necessariamente uma sentença pode ser substituída por uma outra que apresente o mesmo valor de verdade, pois, ainda que duas sentenças apresentem o mesmo valor de verdade, o seu sentido pode diferir. É a referência que determina o sentido do referente, é o olhar dado por quem designa que produz o sentido sobre o referente. No dizer de Prellvitz (2006), sobre o trabalho de Frege, “a determinação *está* no modo de designar” (p. 84, *grifo da autora*)

Atento à problemática da relação entre referência e sentido e preocupado com as questões ideológicas e discursivas que estão implicadas nesta relação, Pêcheux (2009), em *Semântica e Discurso*, trava um diálogo com Frege para pensar a determinação e o sentido. Para Pêcheux (2009a), Frege, ao desenvolver sua teoria pelo viés logicista, sugere que “se é possível aparecerem ilusões na linguagem, é *porque* a linguagem ‘natural’ é mal feita e contém armadilhas e ambiguidades que podem desaparecer numa língua artificial ‘bem feita’” (PÊCHEUX, 2009a, p. 87, *grifo do autor*). Para Pêcheux (2009a), no entanto, é necessário desfazer este equívoco – o “‘ponto cego’ fregeano” – já que o

funcionamento da língua não leva a ilusões, como supunha Frege, porque o funcionamento da língua não é lógico: há falhas, furos e entrecruzamentos de dizeres. Apesar dessa tentativa de matematizar a linguagem (de encontrar um “sistema de signos perfeito”), Pêcheux reconhece mais adiante que, ao contrário de outros filósofos da linguagem, Frege “nunca chegou a se comprometer a fundo com essa posição [...] devido a um tipo de materialismo espontâneo que o impediu de confundir o objeto com o ‘modo de apresentação (*donation*)’ do objeto, isto é, a denotação com o sentido” (PÊCHEUX, *idem*, p. 105). E entendemos que é este tipo de materialismo espontâneo que interessa a Pêcheux e que ele vai explorar em seu trabalho.

Como afirmamos anteriormente, Frege (2009) pressupunha que a referência da sentença estava vinculada ao seu valor de verdade e que, portanto, o sentido lógico da sentença só poderia existir no interior desta mesma sentença. Assim, ao debruçar-se sobre a sentença *aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu*, não seria possível determinar *aquele que*, pois se trata de uma referência exterior (PÊCHEUX, 2009a, p. 88). Tal alusão ao exterior, ao contrário do que sugeriu Frege (2009), não se trata de uma “imperfeição da linguagem”, mas do surgimento no interior do próprio elemento de um outro elemento, “*como se esse elemento já se encontrasse aí*” (PÊCHEUX, 2009a, p. 88). Esse elemento é designado de *pré-construído*⁶⁰ e “remete a uma construção anterior exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (*ibidem*).

Chegamos, assim, ao que o próprio Pêcheux (*ibidem*) designa como *um dos pontos fundamentais na articulação da teoria dos discursos e a Linguística*. Isto porque é por meio da teorização do *pré-construído* que se visualizará a passagem da materialidade linguística para o discurso ou, em outras palavras, que na materialidade linguística se poderá pensar a existência do discurso outro que insiste em produzir sentidos. Ainda que não se tenha uma referência explícita na construção *aquele que*, é possível observar um fenômeno de indeterminação (ou de não-saturação) que, para Pêcheux (2009a, p. 97), é comum no discurso do cotidiano e, principalmente, no discurso do aparelho jurídico, já que é o sujeito que vai preencher essa indeterminação, ver-se naquele lugar e “produzir” uma referência e efeitos de sentido para ele. Assim, há nomes que funcionam pela não-

⁶⁰ O termo é de Paul Henry (1992) e tomado emprestado por Pêcheux (2009a).

saturação e há outros que trabalham na saturação (a exemplo dos nomes próprios), produzindo um efeito de transparência (linearidade) entre a referência e o sentido.

No dizer de Prellvitz (2006, p. 91), ao contrário de uma ilusão de linguagem como propunha Frege (2009), tal funcionamento é “um efeito ideológico elementar” (a expressão é de Pêcheux), que é responsável pela construção de efeitos de sentido, sendo a relação de evidência entre o nome e a coisa da ordem do imaginário. Para se pensar a designação, a partir da perspectiva da Análise de Discurso à qual nos filiamos, é preciso levar em conta esse “efeito ideológico elementar” que produz a ilusão de que as palavras e as coisas apresentam uma relação direta e que também mantém relação com a história e, portanto, com a contradição. Além disso, em todo dito (e não dito) há a articulação de enunciados que funcionam por meio de famílias parafrásticas, o que significa que, ao utilizarmos a mesma designação ou “sinônimos” para construir uma referência, não se produz sempre os mesmos efeitos de sentido, há deriva de sentidos. A repetibilidade e a (re)designação não garantem a reprodução dos sentidos de forma idêntica, porque, embora haja repetição/reiteração, há transformação, deslizamento.

2.3.2 Designar: o funcionamento da memória e da representação

A leitura de Pêcheux (2009a) sobre os trabalhos de Frege (2009) permitiu um outro olhar para se pensar a relação entre o objeto no mundo e a linguagem. Apesar de Pêcheux não avançar propriamente em seus trabalhos sobre a noção de designação, sua leitura permitiu que outros trabalhos desenvolvessem essa noção. É o que observaremos neste subitem.

A partir do campo da Semântica da Enunciação, Eduardo Guimarães (2005) trava um diálogo com a AD para falar sobre as questões do sentido em seus trabalhos. Tal esclarecimento parece-nos importante porque, ao evocarmos os trabalhos de Guimarães para construirmos o nosso aparato teórico, não perdemos de vista o nosso lugar e o nosso objeto de estudo: o discurso. Por meio dos trabalhos de Guimarães, além de buscarmos apreender os caminhos utilizados pelo autor para compreender a designação, procuramos apreender nesta empreitada como tal posicionamento materialista, adotado por Guimarães (2005), dialoga com a Análise de Discurso e, conseqüentemente, com o nosso trabalho.

A partir de uma posição materialista, Guimarães (2005) vai compreender os estudos sobre as designações por meio do que ele chama de “Semântica do Acontecimento”, que observa o estudo da linguagem situado “no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, *idem*, p. 7). Ao definir a enunciação “como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (*idem*, p. 8), Guimarães (2005) afirma que enunciar é uma prática política que envolve a questão do político na linguagem. Isto porque, ao enunciar, o que está em jogo é o simbólico, em sua relação histórica com os sentidos. Assim, não se trata de discutir a relação da linguagem com as coisas de forma transparente (a referência lógica entre elas e seu valor de verdade, como propunha Frege), mas pensar que as coisas, por serem significadas, são passíveis de serem referidas no mundo, ou seja, as coisas não são referidas porque existem no mundo, mas porque são simbolizadas – significadas – pelos sujeitos na/pela enunciação. Daí Guimarães (*idem*, p. 9) afirmar que a designação “é a significação de um nome (...) mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. Há, assim, pontos importantes que o autor levanta para pensarmos o funcionamento da designação: a língua, o sujeito, a temporalidade (da enunciação) e o real (sua materialidade histórica).

Como já afirmarmos anteriormente, partimos de um posicionamento de que a língua não é transparente, mas opaca, e de que o sujeito não é o dono de seu dizer – sujeito centrado –, mas um sujeito interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. Sendo o sujeito clivado, ele não é centro de seu dizer como também não é a origem do tempo da linguagem, ou seja, ao assumir o seu lugar de “eu” para enunciar (como propunha Benveniste em seu “Aparelho formal da enunciação”), o sujeito não instaura o tempo zero (o marco da temporalidade) da enunciação, pois “o acontecimento instala sua própria temporalidade (...) [e] o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (*idem*, p. 12). Isto porque não necessariamente o enunciado começa no ato da enunciação, ele é parte do fio da cadeia discursiva, em que passado-presente-futuro estão entrelaçados. O futuro é projetado no acontecimento da linguagem, em que o presente é a rememoração do passado, enunciados outros que funcionam como “latência de futuro” (*ibidem*).

Sentidos futuros são produzidos no acontecimento (no presente) e, ao mesmo tempo, há a rememoração do passado, passado que é “esquecido”, mas retorna: é “lembrado” no acontecimento. Não há, no entanto, segundo o próprio Guimarães (2005), uma relação direta entre a memória discursiva e o passado do acontecimento, visto que o

passado do acontecimento é o recorte da temporalização do próprio acontecimento, que permite que determinados enunciados sejam rememorados. É por meio do funcionamento do pré-construído que enunciados são rememorados e se apresentam como sempre-já-aí. É no acontecimento enunciativo que discursos anteriores retornam pelo pré-construído e são atualizados pelos sujeitos, produzindo projeções futuras que trabalham para que determinados sentidos sejam lembrados enquanto outros serão esquecidos. Por isso, para Guimarães (2005),

o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro. O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica). (GUIMARÃES, p. 4)⁶¹

Além de tais considerações, é preciso ressaltar que o acontecimento de linguagem tem que ser pensado como um acontecimento político, uma vez que o político é a contradição instalada no próprio acontecimento. Não é possível, a partir do lugar em que Guimarães se situa e daquele em que nos situamos, pensar a linguagem a não ser por meio do político e da contradição. E a língua não foge do político e da contradição. A língua é dividida quando atravessada pelo político, e é a partir dessas divisões que os sujeitos podem falar, mesmo que haja, por meio do trabalho do político, tentativas de silenciar o dizer. Os sujeitos podem falar porque a língua é dividida (há várias línguas portuguesa dentro do que se chama Língua Portuguesa) e, inserido nesta divisão, determinado falante vai identificar-se e a partir daí falar. Tal reflexão, levantada por Guimarães (2005), interessa-nos na medida em que, ao pensar como as línguas determinam o espaço de enunciação, o autor aponta que, no caso dos países latino-americanos (e sinalizamos para o espaço de fronteiras), “o espaço de enunciação latino-americano caracteriza-se por uma

⁶¹ É importante observar que Guimarães (2005) refere-se ao interdiscurso como memória de sentidos, e não como memória discursiva. Neste mesmo trabalho, Guimarães (2005, p. 8) afirma que seus trabalhos também apresentam como base teórica a Análise de Discurso tal como praticada no Brasil, especialmente na esteira dos trabalhos de Eni Orlandi. A autora, muitas vezes, parece sobrepor as noções de memória discursiva e interdiscurso, o que, no nosso ponto de vista, não é muito produtivo e, sobretudo, parece ir de encontro com as próprias delimitações que Pêcheux vai propondo, principalmente em seus últimos textos. Parece-nos, e nos baseamos sobretudo em Indursky (2011), que o interdiscurso é saturado de sentidos, já a memória é insaturada e pertencente a uma FD, ou seja, ela seria o que do interdiscurso a FD recortaria e absorveria.

disputa pela palavra regulada por uma distribuição de papéis que coloca brasileiro e latino-americanos dos demais países como falantes que excluem a língua do outro (...)”⁶². Esse ponto, apesar de ser explorado pelo autor por um outro viés (o da política linguística), mostra-se, a nosso ver, bastante relevante para pensar a designação no espaço de fronteiras, espaço onde línguas (con)fluem, onde as línguas estão submetidas a políticas distintas e, portanto, apresentam espaços diferentes de enunciação. E, mais do que isso, funcionamentos diferentes no processo de designação.

Aqui começamos a nos afastar do proposto por Guimarães (2005), pois, enquanto o autor propõe uma divisão para pensar o locutor e sua relação com o lugar social; para nós, é mais proveitoso pensar, como construímos nos subitens anteriores, os processos de designação por meio da relação entre o sujeito, a formação discursiva e a memória discursiva, ou seja, o sujeito inserido em uma formação discursiva a partir da qual poderá significar(-se), dizer(-se), ao se filiar a uma rede de sentidos que advém da memória discursiva. Ainda que Guimarães (2005), em uma certa medida, aborde tais noções em seu trabalho, buscamos compreender o funcionamento das designações no nível do discurso, e não no nível semântico-enunciativo, mesmo que precisemos pensar a partir do enunciado para compreender os processos de designação.

Para tanto, assim como o próprio Guimarães (2005) o faz, é preciso fazer uma distinção entre o que é nomeação, designação e referência. Enquanto, conforme o autor, “a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (*idem*, p. 9, *grifo do autor*), a designação é “uma relação tomada na história”, cuja referência se dará “na e pela enunciação” (*ibidem*). A nomeação é o momento em que (para usar os termos do autor) no “espaço enunciativo de uma língua” se instala o nome, nomeia-se. No entanto, só é possível nomear a partir de determinados lugares sociais e determinada posição sujeito, pois, conforme Guimarães (2005), é a partir do lugar de “locutor-pai”, ao estar tomado pela temporalidade, que é possível nomear o filho. Assim, *grosso modo*, nomear é dar o nome. As designações, dessa forma, seriam a atualização dessa nomeação (primeira) que, no acontecimento, na temporalidade da enunciação, atualiza o nome e produz a referência. O que ocorre o tempo todo, portanto, são designações que, por meio do memorável, rememoram outros enunciados, dizeres, fazendo funcionar a (e sendo produzida pela) memória discursiva. Assim, a relação da designação com a nomeação faz

⁶² Guimarães (2005) refere-se à exclusão da língua do outro: a exclusão do espanhol, no caso do Brasil, e a inclusão do inglês como “língua franca”.

funcionar a relação entre enunciações (*idem*, p. 27): a atualização “joga” com o memorável de outras enunciações, que foram relegadas ao esquecimento, mas que (in)surgem na temporalidade do enunciado; já a relação entre designação e referência mobiliza uma construção que é feita no tempo do acontecimento, e não remete a enunciados outros. A referência é única e pertence ao tempo do acontecimento. Ou seja, cada referência é única porque é construída no próprio enunciado, no tempo do acontecimento. É, pois, uma construção discursiva.

A designação, por outro lado, funciona por meio de processos de deriva de sentidos pois “não há texto sem o processo de deriva de sentidos” (*idem*, p. 28). Ao designar, o que se tem é um processo de deriva de sentidos, os sentidos, no tempo da enunciação, deslizam e produzem outros/novos sentidos, por meio da filiação a uma memória discursiva de uma formação discursiva. Designar, portanto, é construir significação, é simbolizar o real para fazer referência a objetos. No dizer de Guimarães (*idem*, p. 95), dessa forma, “a divisão do real pelo simbólico constitui o movimento próprio da designação”. A designação remete à história, ao político e ao real, atualizando, assim, sentidos esquecidos ou produzindo outros que irromperam na cadeia do dizer.

Na esteira dos trabalhos de Guimarães, Zoppi-Fontana (1999) também vai compreender as designações “como relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 203). Para a autora, é o nome que faz a fronteira⁶³, já que é por meio da forma pela qual se designa que se constrói (e se evidencia) as barreiras sociais, o que produz silenciamentos, ou seja, silencia-se o fato de que os que estão à margem também fazem parte da sociedade. Apesar de o trabalho de Zoppi-Fontana (1999) discutir a relação dos camelôs com o espaço urbano, parece-nos ser possível fazermos deslocamentos importantes para pensar as representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia. Ao se referir aos camelôs da cidade de Campinas, uma das conclusões da autora é que o funcionamento da lei e o funcionamento da mídia produzem um efeito de coisificação dos sujeito-camelôs e os apagam, o que se torna mais evidente no funcionamento da lei, já que os sujeitos-camelôs “são condenados à inexistência jurídico-administrativa” (*idem*, p. 208).

⁶³ A referência é ao título do artigo de Zoppi-Fontana (1999).

É por meio das designações e, conseqüentemente, dos processos de referenciação que a autora observa que as designações são efeitos de gestos de interpretação, os quais “funcionam no texto como indícios dos ‘pontos de estabilização das relações de referência que se dão pela intervenção do interdiscurso no acontecimento’” (GUIMARÃES *apud* ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 212). Nesse sentido, ainda na esteira do pensamento de Guimarães, Zoppi-Fontana (1999) afirma que os processos de referenciação são uma “construção discursiva de um objeto de referência”, já que eles são efeitos de sentidos dessa intervenção do interdiscurso no acontecimento. É, portanto, no ponto de encontro entre um espaço de memória e o acontecimento enunciativo que se produzirá uma construção discursiva em relação a um objeto de referência⁶⁴. É possível, então, afirmarmos que a referência não é *a priori*, pois ela é construída discursivamente. Por outro lado, é possível também afirmarmos que tais designações, apesar de não apresentarem uma referência pré-estabelecida, funcionam *como se* sua referência fosse evidente. Isto porque, nos processos parafrásticos, os sentidos vão se estabilizando e, em relação a um arquivo, determinadas designações podem fixar seu objeto de referência, como concluiu Zoppi-Fontana (1999). Há a referenciação porque, nos processos de designação, é construído um objeto de referenciação no discurso que assume uma forma de objeto exterior.

É entre o dito e o silenciado, nas relações parafrásticas, que podemos observar que os sentidos deslizam e derivam. E, mesmo havendo um processo de estabilização do objeto de referência, ele não é um *a priori*, não é necessariamente o mesmo. Trata-se, portanto, de uma construção discursiva que produz efeitos de sentidos outros (e talvez novos). O objeto não existe *per se*, ele é produto de uma construção discursiva.

Em seus trabalhos, Zoppi-Fontana (1999, 2003) observa diferentes processos de designação em relação aos camelôs, sujeitos à margem, que serão úteis para pensarmos o lugar ocupado pelos brasiguaios e as representações que a mídia faz em relação a eles. A autora aponta que tais processos de designação mobilizam a materialidade linguística por

⁶⁴ Pêcheux (2012b, p. 17) compreende o acontecimento “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Indursky (2008, p. 21-22), por sua vez, faz uma distinção entre acontecimento enunciativo e acontecimento discursivo, para a autora o primeiro tipo é da ordem da fragmentação da forma-sujeito, da instauração de uma nova posição-sujeito, sem haver, portanto, ruptura com a formação discursiva; o segundo tipo, por outro lado, é da ordem da ruptura, já que remete para fora da FD, “instaurando um novo sujeito histórico” (*ibidem*). Aqui, no entanto, na esteira do pensamento de Guimarães (2005), estamos utilizando a noção “acontecimento enunciativo” para se referir, na atualização do enunciado, à instauração da temporalidade e do espaço.

meio de operações semânticas que, nos trabalhos de Zoppi-Fontana (1999, 2003), são: a) efeito de indefinição das designações, produzidos “pela presença (ausência) de determinantes indefinidos; modalidade formal das formulações; e/ou modalização autonímica dos termos” (2003, p. 251) que definem o seu objeto de estudo; b) valorização negativa da referência, construídas por meio de processos metonímicos que enfatizam a condição à margem desses sujeitos; c) reificação da referência, por meio de processos metonímicos que designam os sujeitos de forma objetificada; d) ou ainda por meio de processos de universalização que põem em jogo a naturalização do direito à cidade por meio de categorias que delimitam os que têm direito e os que não têm.

Ainda que os trabalhos de Zoppi-Fontana (1999, 2003) estejam voltados para compreender o espaço urbano, ao contrário do nosso que se debruça sobre o espaço de fronteiras, será possível, a partir das categorizações apontadas pela autora, fazermos deslocamentos importantes para compreendermos o nosso objeto de estudo. Interessante, portanto, é observamos que, apesar de diferentes categorias para compreender os processos de designação, tais processos são “indícios de pontos de estabilização” que são atualizados no acontecimento enunciativo “a partir do embate das condições de produção sobre a língua (enquanto estrutura formal capaz de equívoco na história) e sobre a memória (enquanto corpo sócio-histórico de traços discursivos que se constituem em espaços de estruturação, de regularização de sentidos)” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 253). É por meio, então, dos trabalhos da memória que é possível observar como determinadas designações, por sua regularidade e repetibilidade, vão construindo pontos de estabilização que, a nosso ver, são responsáveis pelas representações. Assim, o efeito de estabilidade em relação à referência do objeto, ocasionado por determinados processos de designação, é o que permite que existam as representações, já que as próprias designações (assim como imagens e outras materialidades) são responsáveis por construções de representações⁶⁵.

Entendemos que os processos de designação fazem funcionar uma (e são funcionados pela) memória discursiva, pois, ao designar, rememora-se sentidos e os atualiza. Além dos trabalhos de Guimarães (2005) e Zoppi-Fontana (1999, 2003), sustentamos tal hipótese na indagação de Nora (*apud* COURTINE, 2006), que se pergunta “que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?”. Para o

⁶⁵ Em sua dissertação de mestrado, Prellvitz (2006, p.99) entende a designação como uma categoria da representação.

autor, as próprias palavras carregam consigo uma memória e, ao mesmo tempo, um espaço de “acolhimento” da memória, o que faz delas também lugares de memórias. Entendemos que não necessariamente todas as palavras sejam lugares de memória, mas que determinadas palavras, por meio de processos de designação que produzem “pontos de estabilidade”, podem ser consideradas lugares de memória. Isto porque, no acontecimento enunciativo, determinadas designações vão ser atualizadas e, neste processo, carregam consigo a existência desta memória, renegada ao esquecimento mas que insiste em (in)surgir no dito. Isto, por outro lado, não significa que, por apresentarem “pontos de estabilidade” em relação ao objeto de referência, a memória e os sentidos das designações serão sempre os mesmos, mas que eles serão atualizados no acontecimento enunciativo, o que pode gerar outros/novos sentidos e, portanto, desregularizar os “pontos de estabilidade” em relação ao objeto de referência.

Na esteira do pensamento que aqui estamos construindo, Prellvitz (2006, p. 65) aponta “que a designação é um *processo discursivo* que produz a interpelação ideológica do sujeito e provoca deslocamentos de sentido, os quais só podem ser apreendidos em toda sua extensão quando os consideramos sob uma perspectiva materialista”, pois, para a autora, no processo de designação se produz (e é produzida) a interpelação ideológica do sujeito, o que determina os lugares de ocupação/identificação e, portanto, a construção e determinação da subjetividade do sujeito. No processo de designar, o sujeito é tomado pela palavra e a toma, ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, para dizer(-se), significar(-se). Nesse sentido, relações de poder estão em jogo e os lugares sociais ocupados pelos sujeitos também determinam quem tem direito (ou não) de tomar a palavra.

Para Prellvitz (2006, p. 66), em uma linha de raciocínio próxima à de Guimarães (2005) e à de Zoppi-Fontana (1999, 2003), há uma diferença entre nomear e designar. Ao fazer referência a Derrida, a autora especifica que o *ato de nomear* é um ato de *poder sobre* (PRELLVITZ, 2006, p. 66), o que significa que, para nomear, é preciso ocupar um lugar que permita tal processo. Dessa forma, se remontarmos ao mito bíblico da criação do mundo, a Deus é permitido nomear e, ocupando esse lugar de autoridade, Ele permite ao homem também nomear. Nas relações humanas, como no exemplo observado por Guimarães (2005), o Estado permite ao homem (pai, mãe ou alguém de direito) nomear o seu filho. É preciso estar ocupando esse lugar, permitido pelo Estado juridicamente, para que se tenha o *poder sobre* e se possa nomear. Designar, ao contrário, não é um

processo diretamente perpassado pelo poder jurídico (ainda que, a nosso ver, o jurídico perpassa de alguma forma os processos de designação), mas está relacionado ao sujeito. No dizer de Prellvitz (2006, p. 66):

nomear, portanto, é um ato de poder juridicamente regido. Designar é um ato de poder próprio da espécie humana, porque provida de linguagem. Por meio desses atos, o sujeito assegura relações de poder, através das quais se instaura a submissão de uns para com os outros de forma a garantir (e perpetuar) a desigualdade entre os sujeitos.

No entanto, apesar da distinção apresentada pela autora entre nomear e designar, ela afirma que não é possível estabelecer limites entre esses dois processos, pois ambos são “atos realizados no espaço político” (*idem*, p. 99). Isto porque, segundo a autora, ambos “são processos discursivos que produzem a interpelação do sujeito [...] que perpetuam a desigualdade entre os (de)semelhantes” (*ibidem*). Ao ser nomeado e/posteriormente designado, atribui-se ao sujeito o lugar que ele deve ocupar, o que significa que, ao designá-lo, não só construímos sentidos para o sujeito, mas lugares aos quais eles devem ocupar/identificar-se. É por isso, como afirmamos anteriormente, que Pêcheux (2009a) aponta que os processos jurídicos funcionam por meio de processos de indeterminação (não-saturação) por meio dos quais o sujeito vai ser levado a se identificar e preencher esse lugar de sujeito de/com direitos e dever (sujeito cidadão) ou ainda de sujeito sem direitos (sujeitos à margem da sociedade). Não havendo, portanto, neutralidade nos processos de designação, é preciso levar em conta que “quem designa tenta, por meio da atribuição/determinação, conter o sujeito *falado* dentro de limites compreensíveis que, embora por força do imaginário, asseguram a referência’ (PRELLVITZ, 2006, p. 99, *grifo da autora*).

Neste trabalho, observaremos os processos de designação sobre os brasiguaios na mídia brasileira e paraguaia. Assim como Prellvitz (2006), estamos tomando a designação como uma categoria da representação, porque, ao designar, são mobilizados dizeres outros que estão assentados no imaginário, na memória discursiva e na história. É um movimento dialético: ao designar, são lembrados sentidos esquecidos, ao mesmo tempo em que são produzidos deslocamentos nestas lembranças. Cada designação traz consigo uma nova forma de falar sobre o referente, por isso, no acontecimento enunciativo, cada designação é um recorte da memória atualizado no discurso, funcionando como representação. No caso da mídia, nosso objeto de estudo, observaremos que as

designações utilizadas e os atributos a elas agregados mostram as representações sobre os lugares sociais ocupados pelos brasiguaios (lugares que são assimilados por eles e que passam a ocupar). Dessa forma, observaremos que o funcionamento das designações, enquanto categoria da representação, mostra-nos não só na forma como a mídia designa (*fala de*) os brasiguaios, mas também como, nas edições das vozes trazidas para as matérias (referimo-nos às citações diretas e entrevistas), as designações utilizadas pelos entrevistados (muitas vezes, os próprios brasiguaios) carrega consigo o entrelaçamento da memória e da história nas designações utilizadas sobre o lugar ocupado por esses sujeitos. Então, sendo nós estudiosos da linguagem, por que não compreendermos como se dão esses processos? Pêcheux responde-nos:

Lembrando o provérbio chinês “Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”. Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagens e as construções antes que sobre as significações? (PÊCHEUX, 2010b, p. 54-55)

Por que não? ...

CAPÍTULO III MO(VI)MENTOS DE ANÁLISES

Fazer análise do discurso não seria, de fato, pressupor uma falta (uma deficiência, carência ou paralisia) que afeta a prática “natural” da leitura e da escrita políticas, a qual uma prótese teórica-analítica, mais ou menos sofisticada, pretenderia preencher?

Michel Pêcheux, **O estranho espelho da Análise do discurso.**

Objeto de estudo de muitos estudiosos da linguagem, o lugar dado à mídia na sociedade vem trazendo muitos questionamentos sobre a sua suposta “neutralidade” na “transmissão dos fatos” ao espectador. Ao fazer uso de mitos como “imparcialidade”, “mostrar a realidade” e “dizer a verdade”, a mídia se reporta aos sujeitos *como se* fora a detentora da “verdadeira” interpretação, enquanto outras interpretações possíveis são silenciadas. Trata-se, dessa forma, de um efeito de verdade e homogeneidade que produz no sujeito a ilusão de completude da notícia *como se* por meio dela tivéssemos acesso ao acontecido, aos “fatos”. É a ilusão constitutiva da relação entre mídia e sujeitos-leitores/espectadores. E o analista do discurso vai se debruçar sobre esse funcionamento do discurso da mídia para compreender como nesse espaço os efeitos de sentido são produzidos. Partindo dessas considerações, estamos

[...] pensando a mídia enquanto *prática discursiva*, produto de linguagem e processo histórico, [que] para poder apreender seu funcionamento é necessário analisar a circulação de enunciados, as posições de sujeito aí analisadas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. (GREGOLIN, 2007, p. 13, *grifo da autora*)

Ao olhar para essa *prática discursiva* é que observaremos como, no discurso midiático, os sentidos são produzidos pela articulação entre história e memória. A mídia, nesse sentido, está sempre trabalhando para representar o acontecimento, tornando-o presente. É pelo efeito de presentificação, por meio da atualização de dizeres, que a mídia veicula e constrói representações que funcionam como pontos de estabilidade a partir dos quais os sujeitos se recordarão quando se remeterem a determinado acontecimento. Em outras palavras, são representações que são trabalhadas pela mídia e se tornam representativas de um “fato”, já que são elas que são atualizadas quando a ele nos

remetemos. E são as imagens, segundo Davallon (2010), tão difundidas pela mídia, que vão ser determinantes na construção de memórias, pois elas se tornam o registro vivo de que, de fato, aquele acontecimento ocorreu e foi “daquele jeito”. As imagens, dessa forma, seriam operadoras de memória, pois elas atuariam, em nossa sociedade, de modo a instaurar formas de lembrar, ou seja, formas de recordar do passado, de construir memória(s).

Esse deslocamento apontado por Davallon (*idem*), em relação às imagens enquanto operadoras de memória, ajuda-nos a prosseguir a linha de raciocínio por nós iniciada no capítulo anterior. Ainda que nosso objeto não sejam as imagens, entendemos, na esteira do trabalho de Gregolin (2003b, p. 105-106), que, assim como as imagens – que se fixam na construção imaginária sobre os objetos/fatos pela mídia discursivizados, colando a imagem ao evento cristalizado na memória coletiva –, as designações também funcionam como forma de construções de representações, pois

a forma como a mídia constrói seus “fatos”, destacando determinados aspectos em detrimento de outros, provoca as construções de representações que, na teia de um imaginário, sedimentam-se e se tornam dizeres representativos de um povo seja por meio de imagens, seja por meio da própria designação dada a ele (NASCIMENTO, 2013b, p. 374).

Nesta seção, portanto, desenvolveremos as nossas análises a fim de observarmos os trabalhos da memória e da história nas representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia. Entendemos que a mídia trabalha na fixação de verdades que são responsáveis pela manutenção dos sentidos e, no caso de nossa pesquisa, pela reprodução de efeitos de sentido, que vinculados ao discurso historiográfico, levam para o vazio: para a impossibilidade de dizer o que (e quem) são os brasiguaios. Discutiremos, dessa forma, o percurso metodológico que utilizamos para delimitar o nosso *corpus* e definir as sequências discursivas a serem analisadas. Para tanto, fizemos uso de algumas perguntas norteadoras, tais como:

- (1) que representações a mídia veicula por meio da designação “brasiguaios”;
- (2) quais são os processos linguístico-discursivos por meio dos quais se produzem essas representações;

- (3) ao discursivizar os brasiguaios, que memória histórica é atualizada e como ela ecoa na mídia;
- (4) que histórias/memórias são silenciadas por meio dessas representações.

A partir desses questionamentos, desenvolveremos as nossas análises. Antes de iniciá-las, esclareceremos o percurso por nós realizado, assim como as delimitações executadas para chegarmos às sequências discursivas que servirão de base para discutirmos o processo discursivo em questão.

3.1 O percurso metodológico

Na Análise de Discurso à qual nos filiamos não é a quantidade de textos a que temos acesso que garante a “melhor” leitura sobre o tema em questão, pois em todo processo de leitura há “falhas” que são próprias do movimento de análise. O analista de discurso, no seu ritual de análise, falha e por falhar é que pode produzir seu *gesto de interpretação* (ORLANDI, 2012b), já que é sujeito histórico: atravessado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. Ao contrário de ser o detentor do saber, na AD, o analista de discurso não aplica métodos *a priori* sobre o seu *corpus*, tampouco o domina, mas eles (método e *corpus*) se constroem ao longo do *gesto de leitura* do analista que, por meio da materialidade significante (no nosso caso, a materialidade linguística), produzirá uma leitura possível para o processo em questão. É a materialidade, portanto, que garante uma “pesquisa científica” para AD, uma vez que é nela que o analista de discurso se sustenta para produzir *sua* interpretação. Daí a necessidade de não ignorarmos o lugar ocupado pela Linguística na AD, visto que é sob o viés da Linguística que é possível observar como na/pela organização da língua, sua estrutura, o discurso funciona.

Na perspectiva da AD, então, o analista de discurso não tem acesso a um *corpus* pré-definido, mas está diante do *arquivo*, que é definido como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010c, p. 51). O arquivo, dessa forma, consiste nos materiais disponíveis sobre determinada temática que, ao ser delimitado pelo analista de discurso, resulta no *corpus* de sua pesquisa. No arquivo, os

discursos circulam de forma complementar, antagônica e dispersa e serão delimitados e “reordenados” pelo olhar do analista. O olhar do analista e sua *escuta* diante do arquivo são responsáveis pelos procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa em questão e por meio deles serão delimitados o *corpus*. Em nossa pesquisa, o arquivo consistiu em documentos oficiais do Paraguai, que têm relação mais específica com os brasiguaios, e em textos que circularam na mídia sobre os brasiguaios no período do governo do Presidente Fernando Lugo (2008-2012).

O nosso *corpus*, por sua vez, é a delimitação do arquivo. Por se tratar de um *corpus* “construído a partir de materiais pré-existentes” (COURTINE, 2009, p.77), trata-se do tipo *corpora de arquivo*, já que o material a ser analisado preexistia à pesquisa e não foi forjado para ela (por meio de questionários, por exemplo). Restringimos o nosso *corpus* à *Constituição da República do Paraguai*, de 1992, à Lei N°2.532/05 (conhecida como *Lei da Segurança da Fronteira do Paraguai*, de 2005) e, devido à quantidade de textos produzidos pela mídia no período por nós delimitado, às matérias *on-line* divulgadas pelo jornal brasileiro *Folha de São Paulo* e pelo paraguaio *ABC Color*, no período entre abril de 2010 e julho de 2012. Os acontecimentos históricos em questão nos pareceram representativos porque nesse período o então presidente Fernando Lugo decretou o Estado de exceção no norte do Paraguai (região que abarca a fronteira com o Brasil e onde está situada a maior parte dos brasiguaios), devido a ações do grupo designado de Exército do Povo Paraguaio (EPP), que é responsável por sequestros na região do país, e sofreu um impeachment, ao ser acusado de “mau desempenho de suas funções”. Tivemos também, nesse período, a declaração do líder dos sem terras paraguaios, Eulalio López, para quem “os brasiguaios não são considerados paraguaios puros”, pondo em xeque o pertencimento dos brasiguaios à nação paraguaia.

Ainda que nem todos os acontecimentos estejam diretamente vinculados aos brasiguaios, eles mobilizaram dizeres sobre os brasiguaios e sua relação com a terra. O decreto do Estado de exceção evidencia a problemática da terra devido à alta concentração de terras que é responsável pelos grandes latifúndios e desigualdades no país, principalmente na região norte do Paraguai; a declaração de Eulalio López, por ser diretamente vinculado aos brasiguaios, expondo dizeres sobre sua permanência no Paraguai; e o impeachment de Fernando Lugo, pelo jogo político do qual os brasiguaios fizeram parte nesse processo. Vale ressaltar que, apesar de Lugo ter sofrido o impeachment em junho de 2012, ampliamos o *corpus* até julho de 2012 devido à

repercussão sobre o posicionamento do Brasil frente ao impeachment do presidente paraguaio, uma vez que o país posicionou-se contra tal ato por acreditar que ele feria a democracia paraguaia. Dessa forma, como veremos nas análises (cf. seção 3.6), os brasiguaios não só são falados pelos jornais, como passam a ter, mais frequentemente, suas vozes no jornal (por meio do discurso direto). Tal fato nos permitirá, assim, observar que representações são veiculadas sobre os brasiguaios e a memória atualizada nesse processo.

Além disso, a delimitação do nosso *corpus* levou em consideração o *trajeto temático* enquanto um dispositivo de leitura do arquivo (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010). O trajeto temático “permite pôr em ‘estado de dispersão’ enunciados produzidos em lugares, tempos e gêneros distintos e por locutores diferentes. Funciona como o fio condutor que permite agrupar materiais textuais diversos na construção do *corpus*” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 249, *grifo da autora*). Dessa forma, em meio aos diversos temas abordados nas matérias dos jornais *on-line* supracitados, produzidos em tempos e em gêneros distintos, elegemos como trajeto temático os enunciados “brasiguaios: homens sem terra” – que aparece como *discurso fundador*, já que há um retorno a ele sempre que aparece a designação “brasiguaios” – e “brasiguaios não são considerados paraguaios puros”. Por meio desse trajeto temático, poderemos explorar a(s) memória(s) que são postas em jogo na construção/atualização das representações sobre os brasiguaios. O trajeto temático por nós definido nos permitiu, na dispersão e heterogeneidade do arquivo, especificar os materiais a serem utilizados na pesquisa.

Na seleção do *corpus*, observamos que o número de matérias produzidas pelo *ABC Color* era bem maior do que o do *Jornal Folha de São Paulo*. Isto se deve ao fato de os acontecimentos referentes aos brasiguaios envolverem mais fortemente o Paraguai do que o Brasil, já que mexem diretamente ou geram o interesse de parte significativa da população paraguaia. Assim, observamos que há matérias que discutem não só a questão agrária em torno dos brasiguaios, como também crimes sofridos ou ocasionados por brasiguaios, festividades ou programas culturais impulsionados por eles, etc. Limitamos, para esta pesquisa, no entanto, a um trajeto temático que estivesse relacionado direta ou indiretamente aos dois enunciados por nós escolhidos como representativos dos dizeres sobre os brasiguaios: “brasiguaios homens sem terra” e “brasiguaios não são considerados paraguaios puros”. No caso da *Folha de São Paulo*, as matérias sobre os brasiguaios versavam, principalmente, sobre os problemas que podem ser gerados na

diplomacia política entre os dois países devido à questão da terra e dos brasiguaios no Paraguai. Dessa forma, as matérias sobre os brasiguaios na *FSP* são, sobretudo, reflexo do impacto diplomático que o conflito na região pode gerar. Daí as matérias comumente aparecerem na seção internacional do jornal.

Além disso, é importante assinalar que estamos tomando os jornais *Folha de São Paulo online* e *ABC Color online* como exemplares do que comumente se designa de “grande mídia”. Entendemos por “grande mídia” grandes empresas midiáticas que tomam para si o lugar de “poder falar”: a única que poderia falar a “verdade” sobre a realidade. A “grande mídia” se constrói sob o viés da legitimação, já que ela se coloca no lugar de detentora da interpretação dos acontecimentos cotidianos.

É a “grande mídia” que elege os assuntos que são tidos como relevantes para serem veiculados ao público. Assim os meios de comunicação, colocando-se no lugar de escolhidos para interpretar a realidade, atualizam uma memória de que a “grande mídia” é acessível a todos e fundamental para poder viver na sociedade. É a “grande mídia” que, no dia-a-dia, primeiro nos informa sobre as notícias do dia e, sobretudo, determina os assuntos que farão parte da pauta de interesse da população. Ela, na sociedade brasileira, por exemplo, coloca-se no lugar da responsável por “garantir” o bem comum e os direitos dos cidadãos. Ou seja, constrói sobre si a imagem de que é a única que zela pelos interesses da população, já que é responsável por denunciar problemas e, em menor escala, propor soluções.

Assim, por ocupar um lugar de destaque na sociedade, a “grande mídia” é responsável pela manutenção de determinados imaginários sociais e acontecimentos que passam a ser lembrados enquanto outros são esquecidos. A mídia, nesse sentido, trabalha na fixação de uma memória sobre as demais, retornando e (re)construindo determinados dizeres como se eles sempre aí estivessem. Daí entendermos que a mídia (principalmente a “grande mídia”) funciona na linearização e reordenação dos dizeres, ao inclui-los primeiramente como fato noticioso, que provoca apagamentos e silenciamentos sobre outras leituras possíveis do mesmo “fato”, e depois na inserção de alguns deles na História. Isto porque alguns “fatos” passam a ser parte da memória oficial (a pertencer à História) enquanto outros são relegados ao esquecimento, ou seja, alguns sentidos são interditados, embora sigam produzindo efeitos.

Após a seleção do *corpus*, iniciamos os recortes das sequências discursivas (SD) que serviriam de suporte para as nossas análises. As sequências discursivas são

“sequências linguísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso)” (MARIANI, 1996, p. 54). É por meio das sequências discursivas, portanto, que poderemos observar como, na materialidade linguística, a memória é atualizada e (re)construída. Para efeito de análise, como salientamos anteriormente, na Análise de Discurso à qual nos filiamos, as sequências discursivas não estão diretamente ligadas aos gêneros discursivos em que estão inseridos, ainda que os levemos em consideração na organização da sociedade. Estamos preocupados com o processo discursivo que, ao invés de ser regulado pelos gêneros discursivos, sob nossa perspectiva, é regulado pela formação discursiva que determina *o que pode e deve ser dito* (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2007, p. 26). Além disso, é importante destacarmos que, por trabalharmos com a historicidade, as SD não necessariamente precisam seguir o tempo cronológico de quando foram enunciadas. Isto porque, para efeito de análise, o processo discursivo não é linear e regular, é, pois, contraditório e não apresenta um ponto inicial e final. Assim, o discurso historiográfico, largamente utilizado no capítulo I deste trabalho, nos serve como indicador para compreendermos o nosso *corpus* e a(s) memória(s) que nele é/são atualizada(s). A seguir reproduzimos o esquema do caminho metodológico por nós percorrido.

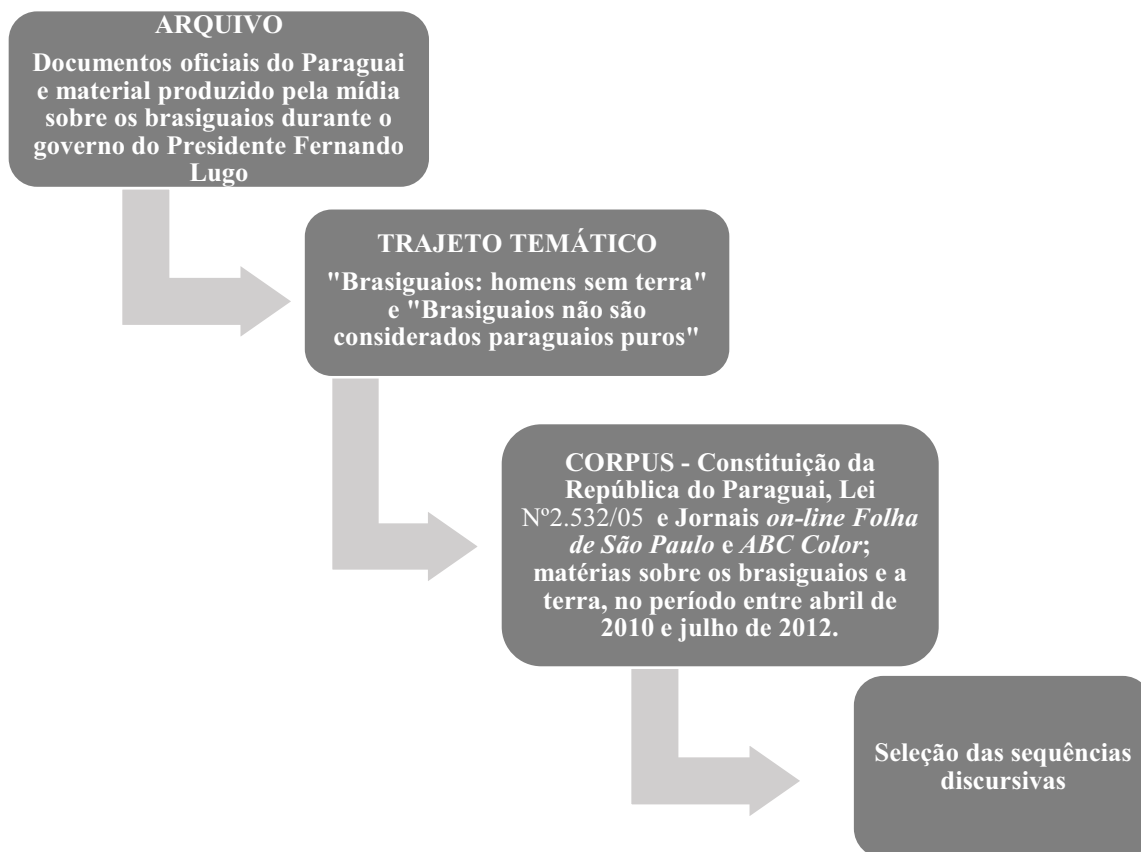


Figura 1 - Percurso metodológico

Após discutirmos as etapas metodológicas desenvolvidas para a nossa pesquisa, vamos às sequências discursivas que se mostraram representativas do *corpus* e nos possibilitaram uma reflexão em torno das representações dos brasiguaios veiculadas pela mídia. As reflexões da próxima seção nos servirão de preâmbulo para as próximas discussões.

3.2 A Lei e os processos de universalização: a determinação dos lugares

No primeiro capítulo, desenvolvemos algumas discussões a partir do discurso historiográfico sobre o Paraguai e o lugar dos brasiguaios nessa história. Tal discussão nos servirá como âncora para compreendermos a memória histórica (e discursiva) que é atualizada e (re)construída pela mídia nas representações sobre os brasiguaios. Nesse

funcionamento de construção e atualização da memória na veiculação de representações, observamos que as designações – enquanto categoria da representação – apresentam um lugar especial na construção dessa imagem sobre os brasiguaios. A forma que os brasiguaios são designados e a maneira pela qual essas designações são reacentuadas e incorporadas no fio do discurso nos dizia sobre a construção dessa representação. Iniciamos, portanto, nossa análise por meio da sucinta discussão sobre o que diz a *Constituição da República do Paraguai*, de 1992, a respeito dos que têm direito a ser cidadãos, possuir terras e ocupar o território nacional; e, posteriormente, nos debruçaremos sobre a *Lei N°2.532/05 (Lei da Segurança da Fronteira do Paraguai)* para discutirmos o que ela diz sobre a terra e os brasiguaios. Nossa questão é compreender como o Estado, por meio da Lei, determina os lugares a ser ocupados pelos sujeitos brasiguaios, o funcionamento da mídia na veiculação e construção de representações sobre eles e, conseqüentemente, de lugares sociais para esses sujeitos.

Na *Constituição da República do Paraguai*, datada de 1992 (doravante CPR/1992), não há nenhuma referência específica aos brasiguaios. Há, no entanto, referências aos nascidos e nacionalizados paraguaios. Como discutimos nos dois primeiros capítulos, o Estado, por meio do Direito, regula o funcionamento da sociedade. Dessa forma, é comum ao aparato jurídico (PÊCHEUX, 2009a, p. 97), a presença de processos de indeterminação (ou não-saturação) pelos quais os sujeitos vão preencher esse lugar de indeterminação e nele se reconhecer. Esses processos, que aqui designaremos de processos de universalização, são responsáveis pela determinação dos lugares sociais a serem ocupados pelos sujeitos, determinando os que têm e os que não têm direitos a....

SD1: *Todo paraguayo tienen derecho a residir en su Patria. [...] Los extranjeros con radicación definitiva en el país no serán obligados a abandonarlo sino en virtud de sentencia judicial. (PARAGUAY - Art. 41 – DEL DERECHO AL TRANSITO Y A LA RESIDENCIA – CRP/1992, grifo nosso)*

SD2: *Todos los habitantes de la República son iguales en dignidad y derechos. No se admiten discriminaciones. El Estado removerá los obstáculos e impedirá los factores que las mantengan o las propicien. (PARAGUAY - Art. 46 – DE LAS IGUALDADES DE LAS PERSONAS – CPR/1992, grifo nosso)*

SD3: *Son ciudadanos:*

- 1. *toda persona de nacionalidad paraguaya natural, desde los dieciocho años de edad, y***

2. *toda persona de nacionalidad paraguaya por naturalización, después de dos años de haberla obtenido. (PARAGUAY - Art. 152 – DE LA CIUDADANIA – CPR/1992, grifo nosso)*

O Estado paraguaio, por meio do Direito, assegura a Lei para *todos* que, na prática, não se aplica a todos. É a contradição constitutiva do aparato jurídico. Isto porque, apesar do caráter totalizante que o pronome indefinido abarca, ele é construído no jogo da indeterminação-determinação. Em SD1, quem tem direito a residir no Paraguai, em sua pátria, são os paraguaios: o adjetivo pátrio “*paraguayo*” incide sobre “*todo*”, determinando-o. “*Todo paraguayo*” forma uma ideia de coletividade que concordará (por meio da silepse de número) com “ter” direito a residir em sua Pátria. A ideia de coletividade construída pela silepse de número colabora para o processo de universalização que está sendo construído pelo aparato jurídico, já que ainda não é explicitado quem são esses paraguaios que têm direito a transitar e a residir no país. De forma determinada, ao contrário da referência feita aos paraguaios, “*los extranjeros*” (a determinação já começa pelo uso do artigo definido) que têm os mesmos direitos de “*todo paraguayo*” são apenas os que apresentam radicação definitiva no país, podendo ainda perder esse direito caso haja sentença judicial. Por meio do jogo entre determinação e indeterminação, são construídos os lugares que são possíveis ocupar a partir da Lei: aparentemente “*todo paraguayo*” têm direito a residir no país e alguns estrangeiros (apenas os que têm residência definitiva e não apresentem uma sentença judicial contrária à sua permanência) têm os mesmos direitos. É possível observarmos, então, uma

contradição constitutiva dos processos de universalização no funcionamento da forma-sujeito do direito, que ao mesmo tempo em que constroem a imagem de um TODOS homogêneo e sem falhas, produzem como resíduo um outro exterior, a partir de cuja exclusão se define o todos. (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 257)

Como observamos em SD1, esse “todo” homogêneo e sem falhas é responsável pela exclusão daqueles que não se enquadram nesse “todo”, processo que é responsável pela determinação dos lugares de exclusão. Em SD2, no que se refere aos direitos de igualdade entre as pessoas, não se faz uma distinção entre o paraguaio e o estrangeiro com residência definitiva, eles estão incluídos em “*todos los habitantes de la República*” e, portanto, são iguais em dignidade e apresentam os mesmos direitos. No entanto, apesar de não terem a referência explícita em SD2, os habitantes da República do Paraguai que

apresentam direitos iguais são os que nela residem e, dessa forma, são os que se enquadram em “*todo paraguayo*” e em “*los extranjeros con radicación definitiva*”. Além disso, ao mesmo tempo em que “*El Estado removerá los obstáculos e impedirá los factores que las mantengan [las discriminaciones]*”, o que observamos é que na prática não há uma efetiva desconstrução das barreiras da discriminação, pois, muitas vezes, setores ligados ao próprio governo contribuem para o aumento da discriminação, ao não considerarem os brasiguaios como paraguaios por não falarem o guarani (cf. seção 3.4).

Em SD3, também observamos o uso do processo de universalização para a definição daqueles que são reconhecidos como cidadãos do Paraguai. Segundo a *Constituição da República do Paraguai*, são cidadãos “*toda persona de nacionalidad paraguaya natural*” e “*toda persona de nacionalidad paraguaya por naturalización*”. É condição, para ser considerado cidadão, a nacionalidade paraguaia: seja de maneira natural, seja por naturalização. Além disso, no caso da primeira condição, é preciso ser maior de 18 anos e, no da segunda, ser naturalizado há mais de 2 anos. Ser cidadão, assim, pressupõe a nacionalidade que é definida a seguir:

SD4: *Son de nacionalidad paraguaya natural:*

1. ***las personas nacidas en el territorio de la República;***
2. *los hijos de madres o padres paraguayo quienes hallándose uno o ambos al servicio de la República, nazcan en el extranjero;*
3. ***los hijos de madre o padre paraguayo nacidos en el extranjero, cuando aquéllos se radiquen en la República en forma permanente, y***
4. *los infantes de padres ignorados, recorridos en el territorio de la República. (PARAGUAY - Art. 146 – DE LA NACIONALIDADE NATURAL - CPR/1992, grifo nosso)*

SD5: *los extranjeros podrán obtener la nacionalidad paraguaya por naturalización si reúnen los siguientes requisitos:*

1. *mayoría de edad;*
2. ***radicación mínima de tres años en el territorio nacional;***
3. ***ejercicio en el país de alguna profesión, oficio, ciencia, arte o industria,***
y
4. *buena conducta, definida por ley. (PARAGUAY - Art. 148 – DE LA NACIONALIDADE POR NATURALIZACIÓN – CPR/1992, grifo nosso)*

A nacionalidade paraguaia, natural ou por naturalização, é o critério para ser cidadão paraguaio. Ao contrário de processos de universalização, que trabalham por meio da indeterminação, a definição dos que são considerados de nacionalidade paraguaia natural se dá por meio de determinantes (o artigo definido – “*las*” e “*los*”). Dos quatros itens considerados no Art.146, da CPR, nos deteremos nos itens 1 e 3 por se mostrarem

importantes para pensarmos os lugares ocupados pelos brasiguaios. No item 1, e portanto o critério em destaque, define-se as pessoas nascidas no território paraguaio como uma das possibilidades para se obter a nacionalidade e, portanto, ter o direito de ser cidadão. Então, se é nascido no território paraguaio e é maior de 18 anos, já se tem o reconhecimento como cidadão. Além disso, no item 3, os nascidos no estrangeiro que são filhos de pai ou mãe paraguaios (e estamos pensando especificamente aos filhos de mãe ou pai paraguaio com brasiguai(a) que têm seus filhos no Brasil, na região fronteira, para garantir a cidadania brasileira ou porque o serviço de saúde no Brasil é melhor do que no Paraguai) podem ser considerados de nacionalidade paraguaia desde que os seus pais estejam a serviço da República paraguaia (item 2) ou que os nascidos lá se radiquem no Paraguai (item 3). A alguns é dado o lugar onde poderão ter os seus direitos garantidos, enquanto a outros esse mesmo direito é limitado.

Em SD5, são indicados os estrangeiros que podem obter a nacionalidade caso se enquadrem nos critérios definidos: maior idade, radicação mínima de três anos, exercer alguma profissão no país e ter boa conduta. Inseridos nos critérios de nacionalidade natural ou de nacionalidade por naturalização, toda pessoa que nesses critérios se incluem é potencialmente candidata a ser cidadã paraguaia e, portanto, ter os seus direitos garantidos. Mas tem? É o que diz a Lei, ainda que de forma “constitutivamente contraditória” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 257).

SD6: Se garantiza la propiedad privada, cuyo contenido y límites serán establecidos por la ley, atendiendo a su función económica y social, a fin de hacerla accesible para todos.

La propiedad privada es inviolable.

Nadie puede ser privado de su propiedad sino en virtud de sentencia judicial, pero se admite la exploración por causa de utilidad pública o de interés social, que será determinada en cada caso por ley. [...] (PARAGUAY - Art. 109 – LA PROPIEDAD PRIVADA – CRP/1992, grifo nosso)

SD7: Artículo 1º. – Se establece zona de seguridad fronteriza la franja de 50 kilómetros adyacente a las líneas de frontera terrestre y fluvial dentro del territorio nacional.

Artículo 2º. – Salvo autorización por decreto del Poder ejecutivo, fundada en razones de interés público, como aquellas actividades que generan ocupación de mano de obra en la zona de seguridad fronteriza, los extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la República o las personas jurídicas integradas mayoritariamente por extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la República, no podrán ser propietarios, condóminos o usufructuarios de inmuebles rurales. (PARAGUAY - LEY N°2.532/05, grifo nosso)

Por fim, ainda recorremos a mais duas sequências discursivas recortadas do aparato jurídico. A primeira continua a se referir à *Constituição da República do Paraguai*, de 1992; a segunda, à *Lei de Segurança da Fronteira do Paraguai*, de 2005, que estabelece os limites para aquisição de terras por estrangeiros no espaço de fronteiras. Por meio dessas duas SD chegamos à problemática da terra no Paraguai e o que a Lei diz sobre a propriedade privada. Em SD6, é previsto na CRP/1992 que a propriedade privada é garantida pelo Estado e que seus limites serão estabelecidos por Lei com o intuito de torná-la acessível a todos. Novamente, aqui, observamos um processo de designação por universalização, cujo pronome indefinido “todos”, ao mesmo tempo em que *parece ser* todo mundo, é alguns. A designação “todos” parece esvaziar-se de referência e cristalizar-se. Isto porque, mesmo no acontecimento enunciativo, na atualização do dito pela Lei, “todos” não podem ser TODOS, porque o grande grupo homogêneo que abarca “todos” é uma universalização e, portanto, não existe. “Todos” são alguns, pois, tendo em vista a desigualdade e a contradição – que também se materializam na Lei –, “há cidadãos a quem são concedidos direitos e privilégios (têm direito a) e cidadãos que têm seus direitos limitados (estão sujeitos a)” (PRELLVITZ, 2006, p. 82). Assim, “todos”, ainda que funcione linguisticamente como indefinido e ressoe como totalizante, no discurso da Lei, contraditoriamente, é excludente e só é garantido a alguns.

Ainda em SD6 há outro processo de designação que nos parece interessante para pensarmos os processos de universalização por meio da relação determinação-indeterminação: a designação “ninguém” e os recobrimentos que ela implica. Ao afirmar que “ninguém pode ser privado de sua propriedade”, novamente observamos um processo de universalização por meio da indeterminação que pressupõe o pronome indefinido “ninguém”. No entanto, esse direito pode ser negado por meio de sentença judicial, em favor da utilidade pública e do interesse social. “Pública” e “social” aparecem como indicativos do bem comum, mas são? As desapropriações dos brasiguaios se enquadram no interesse social? E ainda nos questionamos, apesar da existência do Estado, que garante o direito dos cidadãos paraguaios, “ninguém” tem sua propriedade privada violada sem consentimento judicial? Parece-nos que não.

É o caso da Lei N°2.532/05 (*Lei da Segurança da Fronteira do Paraguai*, de 2005) que, em virtude do “interesse social” (uma questão de utilidade pública), proíbe a venda de terras, na faixa de 50 km da fronteira, a estrangeiros. É preciso que esclareçamos que, no Paraguai, a Lei de Segurança da Fronteira foi extinta, na década de 1960, durante a

ditadura de Alfredo Stroessner, para facilitar a entrada de estrangeiros na região (cf. seção 1.3). A volta da Lei é uma tentativa de garantir a soberania nacional no espaço de fronteiras, ela não é retroativa, mas, juntamente com as promessas de Reforma Agrária propostas pelo governo do Presidente Fernando Lugo, impulsionou o aumento da invasão/ocupação/dominação de terras nessa região. Muitos proprietários (de nacionalidade natural ou por naturalização) têm (e estão tendo) suas propriedades violadas. O direito a não violação da propriedade parece não ser efetivado na prática.

Em SD7, ao contrário de processos de universalização, que se constroem por meio da indeterminação, há um processo de determinação construído em relação aos sujeitos a quem se refere à Lei. Os estrangeiros oriundos dos países limítrofes e as pessoas jurídicas destes países (ambos definidos por meio do artigo definido “*los/las*”) não poderão ser proprietários na zona de fronteira. É definido quem não tem direito a ocupar esse lugar. Assim, observamos que para determinar a cidadania (SD3), a nacionalidade (SD4 e SD5) e o direito à propriedade de terra na região de fronteira (SD7), ou seja, fatores que envolvem “estrangeiros”, há a utilização de artigos definidos: pois não é a todos ou a qualquer pessoa que esses direitos/deveres serão aplicados. Linguisticamente é marcada na Lei a distinção entre os que são “*todos*” (os que apresentam a condição de residir e apresentar dignidade e direitos iguais), os que são “*ninguém*” (os que não terão suas terras violadas) e os que são “estrangeiros” (os quais apresentam seus direitos “definidos”).

A justiça, que se diz cega, contraditoriamente determina os lugares a partir dos quais os sujeitos devem dizer-se, significar-se. Determinados lugares, que deveriam ser iguais para “*todos*”, são para poucos. Trata-se da condição *constitutivamente contraditória*, apontada por Zoppi-Fontana (2003) e por meio da qual vamos trabalhar. Apesar de olharmos para um outro domínio discursivo, o midiático, buscaremos compreender se essa contradição ressoa nos processos de representação dos brasiguaios veiculados pela mídia. São eles, os brasiguaios, por viverem há mais de três anos no Paraguai ou ter nascido neste país, cidadãos com os mesmos direitos? A Lei constrói lugares de identificação para os sujeitos na sociedade e a mídia, a nosso ver, por meio da veiculação e construção de representações, também determina e legitima lugares a partir dos quais enxergaremos o outro.

3.3 O termo “brasiguaios” e os processos de definição

Nesta seção, analisaremos a designação “brasiguaios” e os processos de definição que sobre ela se constroem. A designação “brasiguaios” é um neologismo, formado pelo processo de aglutinação das palavras: [brasi]leiro e para[guaio] = brasiguaios. Apesar dos trabalhos teóricos – Wagner (1990) e Albuquerque (2005a, 2005b) etc. – compartilharem o argumento de que o termo “brasiguaios” surgiu em uma conversa entre os líderes dos brasiguaios e o deputado federal sul mato-grossense Sérgio Cruz, na cidade de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, em 1985, verificamos o uso da designação “brasiguaios” já em 1981, em uma reportagem da revista *Veja*: “Uma nação trilingue: a terra dos brasiguaios que foram viver em solo paraguaio” (edição 694, 23 de dezembro de 1981, *grifo nosso*). No entanto, apesar dos indícios de que a designação já existia no início da década de 1980, a sua nomeação é datada de 1985. A partir de seu lugar social de deputado federal, o sujeito tem o *poder sobre* (PRELLVITZ, 2006, p. 66) os sujeitos à margem e os nomeia. Tal processo só é possível porque ele ocupa esse lugar legitimado pelo Estado. Assim, mesmo a designação já existindo, ela só passa a ser mais frequente a partir de sua nomeação pelo deputado federal que ocupa um lugar social privilegiado, forjando, por meio desse ato, um lugar ao qual se retorna para se falar dos brasiguaios. A própria palavra “brasiguaios” materializa um *lugar de memória* (NORA, 1993) para os discursos sobre os brasiguaios e funciona como *discurso fundador* (ORLANDI, 2003), já que possibilita a produção de novos sentidos, a instauração de um novo fio discursivo por meio do qual os sujeitos podem se identificar (cf. seção 3.4).

Os textos teóricos sobre os brasiguaios, como discutimos no capítulo I deste trabalho (cf. subseção 1.3.1), não apresentam uma definição precisa sobre quem são esses sujeitos. Os diversos autores concordam sobre a heterogeneidade que a designação abarca e as dificuldades de defini-la. Albuquerque (2005b, p. 150) afirma que, devido à variação de significados que a designação “brasiguaios” apresenta, opta por utilizar o termo entre aspas. Outros autores (SPRANDEL (1992); PIRES-SANTOS (2004) etc.) também optam por marcar linguisticamente (com aspas ou itálico) a dificuldade de definir o termo e, muitas vezes, a heterogeneidade que o abarca.

Na perspectiva metaenunciativa proposta por Authier-Revuz (1998), que estuda a presença da ruptura nos comentários explícitos, ao observar como tais comentários evidenciam a presença do *outro* no dizer, podemos afirmar que o sujeito-pesquisador, no

ato de enunciar, se depara com o *outro* (a não-coincidência). Assim, as marcas linguísticas (aspas e itálico) funcionam como uma tentativa de controlar o sentido da palavra *como se* os autores, a fim de explicitar a heterogeneidade que ela abarca, marcassem explicitamente a polissemia da palavra, estendendo seu sentido. Trata-se do caso da não-coincidência da palavra consigo mesma (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 25), em que o sujeito, na ilusão de controlar o seu dizer, marca explicitamente a opacidade da palavra, o seu caráter polissêmico. Ou seja, diante das diversas possibilidades de sentido do termo “brasiguaiio”, o sujeito-pesquisador se “isenta” do sentido único ao expor linguisticamente (por meio das aspas ou do itálico) a heterogeneidade da palavra. Para Authier-Revuz (1998), esse tipo de não-coincidência, é comum ao campo teórico e ao midiático.

No tocante à designação “brasiguaios”, em nosso *corpus*, ora observamos o seu uso marcado linguisticamente (aspas ou itálico), ora a ausência dessa marca. A recorrente oscilação nos evidencia que estamos diante da “heterogeneidade constitutiva”, a pluralidade de vozes que a constitui (AUTHIER-REVUZ, 1998). Afastando-nos da perspectiva metaenunciativa proposta por Authier-Revuz (1998), a nosso ver, as divergências sobre o termo “brasiguaiio” se explicam porque ele é atualizado, no acontecimento enunciativo, de diferentes maneiras, a partir de posições-sujeito às quais os sujeitos estão filiados nas formações discursivas. Daí serem atualizados diferentes sentidos para a designação “brasiguaios”.

Sobre a oscilação no sentido, Orlandi (2014)⁶⁶ afirma que, por todo enunciado se constituir como pontos de deriva, o que produz os deslizamentos de sentido, e por haver a polissemia (o movimento contraditório sobre o mesmo objeto simbólico), há a desorganização. Por isso, os sujeitos e sentidos não coincidem entre si. Para a autora, a não-coincidência entre sujeitos e sentidos não é da ordem da enunciação (como pressupõe a teoria metaenunciativa de Authier-Revuz), mas da ordem dos processos de significação, já que o esquecido, que é constitutivo da memória, sempre fala no lembrado, no dizer, por isso não há coincidência. Ou seja, o Outro (o interdiscurso que é saturado de sentidos) sempre está atravessando o dito e devido a isso há movimentos de sentido, há transferência: o efeito metafórico. O sentido não coincide com o sujeito porque aquele vai para muitos lugares, foge. Ainda, segundo Orlandi (2014), os sentidos se deslocam,

⁶⁶ Referimo-nos à palestra *Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio*, proferida na Fiocruz em 19 de agosto de 2014. Acesso ao vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=u0Y2KGVkm9U>

fogem, dispersam-se: o sentido não é exato e é atualizado no acontecimento enunciativo. Daí não haver coincidência no dizer. No dizer de Pêcheux:

o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se desde então seu princípio de funcionamento: *é porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se constituir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, 2012b, p. 158, *grifo do autor*)

Os sentidos não estão estagnados, podem ser sempre outros: “meta-forizados”. Assim, eles deslocam-se historicamente e, no acontecimento enunciativo, têm sua referência discursiva atualizada. As representações, dessa forma, ainda que estejam sustentadas em pontos de estabilidade discursiva, são atualizadas no acontecimento enunciativo, podendo ser deslocadas e seus sentidos outros (cf. subseção 2.3.2). Buscaremos, assim, nesta seção, compreender os sentidos atribuídos à designação “brasiguaios”, seus pontos de deriva e os efeitos produzidos por essas atualizações.

SD8: *Nees [brasileiro que fugiu para o Brasil] afirmó que la violencia se instaló en esa región paraguaya [Departamento paraguaio de Caaguazú] desde 2005, pero se incrementó en los últimos tres meses, cuando fue más grave la hostilidad contra los "brasiguayos", apodo con que son conocidos los brasileños afincados en Paraguay.* (ABC, 30/04/2010a, *grifo nosso*)

SD9: A prefeita de Itaquiraí (MS), Sandra Cassone (PT), pode decretar situação de emergência no município depois que cerca de 1.500 **brasiguaios (brasileiros que moram no Paraguai)** acamparam na BR-163, entre Itaquiraí e Naviraí, a 390 quilômetros de Campo Grande. (FSP, 30/04/2010, *grifo nosso*)

SD10: Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Mato Grosso do Sul se aproveitaram do acirramento da crise na fronteira com o Paraguai para atrair centenas de **brasiguaios (brasileiros que vivem no país vizinho)** para um acampamento seu em Itaquiraí (390 km de Campo Grande). (FSP, 01/05/2010, *grifo nosso*)

SD11: O reconhecimento é sustentado, em parte, pelo forte "lobby" dos **brasiguaios (brasileiros residentes no Paraguai)** com congressistas de Estados vizinhos ao Paraguai ou ligados ao agronegócio. (FSP, 05/07/2012, *grifo nosso*)

SD12: Para Rosa, porém, o impeachment de Lugo foi benéfico para o Paraguai e para os **"brasiguaios", como os imigrantes brasileiros são conhecidos por lá.** (FSP, 24/06/2012a, *grifo nosso*)

A primeira sequência discursiva foi retirada do *ABC Color* e as demais da *Folha de São Paulo* e demonstram as tentativas de definir quem são os brasiguaios. Ao contrário do jornal *ABC Color* do Paraguai, que praticamente não apresenta essa tentativa de definição da designação “brasiguaios”⁶⁷, a FSP apresenta essa tentativa de delimitar quem são os brasiguaios em quase todas as suas matérias. Isto se deve, como afirmamos anteriormente, não só ao fato do Paraguai estar mais diretamente envolvido com as questões dos brasiguaios, mas, sobretudo, porque os brasiguaios, no jornal paraguaio, são os já conhecidos, estabelecidos, aqueles que não são paraguaios e todos sabem disso. No caso da FSP, o público parece desconhecer a realidade dos brasiguaios, *estranhos* que é preciso definir. Só agora que ameaçam voltar, esses sujeitos começam a ser ditos e vistos. Essas tentativas de os tornarem conhecidos são feitas por meio da inserção de apostos explicativos (seja por vírgulas, travessões ou parênteses), cujo funcionamento estamos designando de “processos de definição”.

Embora praticamente não tenhamos encontrado a recorrência de tentativas de definição sobre quem são os brasiguaios no jornal *ABC Color*, observamos, em SD8, um processo de definição dos brasiguaios por meio do aposto explicativo. Nesta sequência discursiva, a designação “brasiguaios”, que está entre aspas, é definida como “*apodo con que son conocidos los brasileños afincados en Paraguay*”. Os brasiguaios são, portanto, a forma como os brasileiros que moram no Paraguai são conhecidos. Esse *apodo* abarca todos os brasileiros e funciona como uma generalização que identifica todos os brasileiros que moram no Paraguai. Há aqui um processo de homogeneização sobre a designação “brasiguaios” que apaga o quanto tão diferentes são entre si os brasiguaios e os diferentes processos que os levaram a se *afincar*⁶⁸ no Paraguai. Além disso, põe-se sobre o mesmo rótulo todos os brasileiros que estão *afincados* no Paraguai. A designação “brasiguaios” deixa de identificar apenas os brasileiros que estão relacionados com a terra paraguaia e

⁶⁷No *corpus*, praticamente não encontramos tentativas de definir quem seriam os brasiguaios, destacamos, no entanto, duas recorrências. Elas fazem referências a matérias publicadas no Brasil. A primeira, à matéria da *Folha de São Paulo* sobre um agricultor brasileiro que fugiu do Paraguai devido às invasões/ocupações na região do Alto Paraná, que culminaram no Estado de exceção decretada pelo Presidente Fernando Lugo; a segunda, à matéria d’*O Estado de São Paulo* sobre a situação de brasileiros presos na região do Alto Paraná. Acreditamos que, por fazerem referência a matérias brasileiras, as matérias do jornal paraguaio conservaram os processos de definição sobre a designação “brasiguaios” que são recorrentes no discurso midiático brasileiro, já que os brasiguaios parecem ser *estranhos* (estrangeiros) ao público brasileiro.

⁶⁸ Entendemos que não é possível fazer uma relação direta entre *afincar* e morar, pois, em espanhol, há uma relação muito forte do *afincar* com o fixar-se em um lugar. Ou seja, para nós, o termo *afincar* está mais próximo do estabelecer-se em um lugar e remete ao ter uma propriedade e, portanto, ao desejo de fixar-se nesse lugar.

passa a identificar todo e qualquer brasileiro que esteja *afincado* no Paraguai, produzindo um apagamento da história dos brasiguaios e dos processos histórico-discursivos que os levaram a estar no país vizinho.

Em SD9 e SD10, ainda que a língua seja outra (a portuguesa), é possível observamos um funcionamento parecido para se definir os brasiguaios. Nas duas primeiras sequências discursivas, a designação “brasiguaios” é definida por meio da estrutura “brasileiros que” (uma restritiva) que introduz palavras/expressões consideradas sinônimas: morar/viver e Paraguai/país vizinho. As duas sequências funcionam como paráfrases, cujo sentido de “morar no Paraguai” desliza para “viver no país vizinho”. Em SD11, temos novamente uma paráfrase que pertence à mesma família parafrástica: brasiguaios são “brasileiros residentes [que residem] no Paraguai”. Nos processos de definição presentes nas três sequências discursivas em questão, o que parece definir os brasiguaios é o fato de eles serem brasileiros que moram/vivem/residem no Paraguai/país vizinho. Ou seja, brasiguaios são apenas aqueles brasileiros que moram/vivem/residem no Paraguai e os brasiguaios que retornaram ao Brasil, por exemplo, não são considerados como tal, ainda que também sejam definidos (e se definam) no lado brasileiro como brasiguaios.

Em SD12, no entanto, observamos que a organização linguística para definir os brasiguaios é outra: “‘brasiguaios’, como os imigrantes brasileiros são conhecidos por lá”. Ao contrário das três estruturas anteriores, nesta a designação “brasiguaios” aparece entre aspas e sua definição está relacionada a “imigrantes brasileiros”. Os brasiguaios deixam de ser os brasileiros que vivem/moram/residem no Paraguai e passam a ser os “imigrantes brasileiros”. É esta a forma pela qual os brasiguaios “são conhecidos por lá [no Paraguai]”, evidenciando que não são conhecidos aqui [no Brasil] e é, por isso, que o termo está entre aspas: o que nos levar a dizer que ele funciona como uma palavra estrangeira.

Esquemáticamente, no primeiro bloco de sequências discursivas (composto por SD8, SD9, SD10, SD11, SD12), temos a seguinte paráfrase:

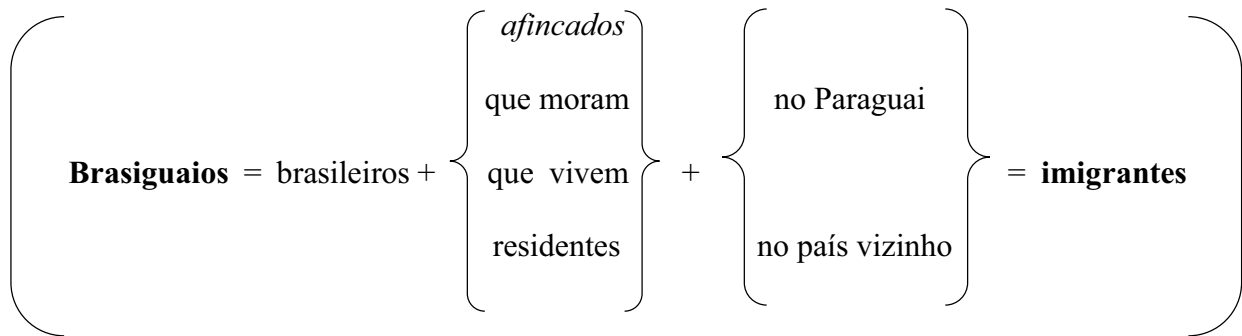


Figura 2

Os sentidos derivam e vão construindo outros sentidos (trata-se do efeito metafórico apontado acima) e desvelando lugares por meio dos quais os sujeitos são levados a se identificar e a partir daí enxergar os brasiguaios. Por meio dos processos de definição, observamos que os sentidos sobre a designação “brasiguaios” deslizam: não são definidos como paraguaios, mas como brasileiros que moram/residem e até vivem no país vizinho, mas são considerados imigrantes. Há um trabalho de homogeneização sobre a designação “brasiguaios”, que são definidos como brasileiros imigrantes, apesar de boa parte ter nascido no Paraguai e, legalmente, não serem “imigrantes”. Ser imigrante remete a não pertencer à nação paraguaia, mas a estar na terra. E, diferentemente do status que a designação pode carregar (o que vem viver e cultivar a terra), ser imigrante é não ser paraguaio e, portanto, é não ter os mesmos direitos de um paraguaio. Assim, diferentemente de “viver”, outros sentidos são atualizados por meio de “morar” e “residir”, já que tais verbos podem levar ao sentido de provisionalidade, ou seja, de que não desejam necessariamente ser dessa terra, viver nela. É no jogo entre “viver” na terra e “morar/residir” que o brasiguai vai sendo construído como um brasileiro, um imigrante.

Ao definir os brasiguaios como brasileiros imigrantes, evidencia-se a condição de não paraguaio e sua condição de sujeito *outro*, o imigrante, o estrangeiro. O brasiguai, aqui, é representado como o *outro* (o brasileiro, o imigrante) que mora/vive/reside no Paraguai, país vizinho, que não é o seu país, pois, antes de serem brasiguaios, são brasileiros e “nunca” definidos como paraguaios. A simples permuta de uma designação por outra, ainda que sejam consideradas sinônimas, evidencia a possibilidade de que

outros sentidos possam aparecer. Há, portanto, a deriva, o deslizamento de sentido: o efeito metafórico. Há a transferência de sentidos (PÊCHEUX, 2012b). Ou seja, ao retomar, ao redizer, há um movimento que não é da ordem puramente da reprodução, porque há o movimento dos sentidos que torna possível o surgimento de outros sentidos (a produção). Ainda que a sinonímia *pareça* dizer o mesmo, é porque há historicidade (o outro das condições de produção, e o Outro da memória do dizer), movimento na/pela história (contradição), que os sentidos não permanecem os mesmos, podendo ser sempre outros. Os sentidos sobre a designação “brasiguaios” deslizam e mostram-nos que, na aparente homogeneidade, há a diferença.

SD13: No acordo de julho de 2009, Lugo se comprometeu a regularizar a situação dos milhares de **"brasiguaios" (agricultores brasileiros que migraram para o Paraguai)** e vem cumprindo. (FSP, 03/05/2010, *grifo nosso*)

SD14: Brasil e Paraguai são vizinhos com pelo menos dois assuntos bastante delicados em comum: a usina de Itaipu e **os chamados "brasiguaios", os colonos brasileiros que vivem no Paraguai.** (FSP, 23/06/2012a, *grifo nosso*)

SD15: Representantes do Congresso paraguaio e dos **"brasiguaios", produtores brasileiros que moram no país vizinho**, pediram nesta terça, em viagem a Brasília, que a presidente Dilma Rousseff apoie a manutenção do Paraguai no Mercosul, para evitar prejuízos econômicos e financeiros ao povo paraguaio. (FSP, 26/06/2012a, *grifo nosso*)

SD16: *El presidente Luiz Lula da Silva se reunirá en la región fronteriza el próximo lunes con su par Fernando Lugo, con quien analizará la situación. Sandra Cassone, alcalde de Navirai, estado de Mato Grosso do Sul, fronterizo con Paraguay, afirmó que 3.000 brasileños que viven en Paraguay, la mayoría familias de agricultores llamados "brasiguayos", cruzaron la frontera para buscar refugio ante el ataque de grupos delictivos.* (ABC, 30/04/2010b, *grifo nosso*)

SD17: O novo presidente do Paraguai, Federico Franco, prometeu neste sábado garantir os direitos de propriedade **dos chamados "brasiguaios", colonos brasileiros, em sua maioria produtores rurais**, que vivem em seu país. (FSP, 23/06/2012b, *grifo nosso*)

SD18: O novo interventor do Indert, Emilio Camacho, expôs em entrevista coletiva diversas irregularidades cometidas na concessão de terras nos anos 1970, durante a ditadura de Alfredo Stroessner, enquanto permanecem as tensões envolvendo os **"brasiguaios" - brasileiros estabelecidos no Paraguai, sobretudo produtores rurais.** (FSP, 15/03/2012, *grifo nosso*)

Nas sequências discursivas acima, observamos outra família parafrástica na representação dos brasiguaios pela FSP. Observamos, novamente, a presença do processo de definição para *falar sobre* os brasiguaios. Neste bloco de SD, apesar do aposto explicativo para definir os brasiguaios como no bloco anterior, a designação “brasiguaios” aparece linguisticamente marcada por meio das aspas, marcando a sua instabilidade.

Em SD13, SD14 e SD15, observamos que, ao contrário do bloco anterior, os brasiguaios não apenas são definidos por sua condição de brasileiro, mas também por meio de sua relação com a terra. As três sequências apresentam a mesma estrutura linguística e parecem querer dizer a mesma coisa. Só parecem. Em AD, como afirmamos anteriormente, os enunciados são constituídos por pontos de deriva, cujos sentidos deslocam-se e passam a ser outros. Há sempre a possibilidade de deslocamento, transferência, cujo sentido pode derivar para outro lugar e ser outro.

Nas três sequências discursivas, os brasiguaios são definidos, respectivamente, como os “agricultores brasileiros”, “colonos brasileiros” e “produtores brasileiros”. Os sentidos da designação “brasiguaios” (indicada entre aspas nas três sequências) derivam e demonstram uma imprecisão na sua definição. Os brasiguaios são relacionados com a terra: são os agricultores/produtores/colonos brasileiros que migraram e moram/vivem no Paraguai/país vizinho. No processo de definição dos brasiguaios, ao defini-los como agricultores, produtores e colonos, os brasiguaios deixam de ser um “todo” homogêneo, definido apenas por serem brasileiros, e se abrem para a heterogeneidade que a designação abarca. Dizer agricultor não é igual a dizer colono ou produtor. As palavras carregam consigo suas memórias que são atualizadas no acontecimento enunciativo a partir da formação discursiva à qual o sujeito está filiado. Os sentidos deslizam, pois as palavras em outro lugar já não dizem a mesma coisa, ainda que pareçam dizer o mesmo.

Em SD13, no que se refere à designação “brasiguaios”, é atualizada a memória dos brasiguaios como cultivadores da terra, agricultores, que migraram para o Paraguai. Brasiguaios são, aqui, definidos apenas como esses agricultores brasileiros que migraram do Brasil para o país vizinho. Em SD14, ao contrário, os chamados “brasiguaios” (a designação parece ainda não estar consolidada) são definidos como colonos brasileiros que vivem no Paraguai. Os chamados “brasiguaios”, juntamente com a Usina de Itaipu, são os assuntos bastante delicados que unem os dois países. Em SD15, por meio da mesma estrutura linguística das duas sequências anteriores, os brasiguaios são definidos como

aqueles “produtores brasileiros que moram no país vizinho”. Nesta sequência discursiva, os brasiguaios não são apenas um assunto bastante delicado, como em SD14, mas talvez a solução, já que cabe a eles intervir junto ao governo do Brasil para a manutenção do Paraguai no Mercosul, a fim de evitar prejuízos para o país (cf. seção 3.6).

Apesar de pertencerem ao mesmo campo semântico, agricultores, colonos e produtores não significam a mesma coisa (isso resulta na dificuldade de definir quem são os brasiguaios nos textos teóricos – cf. seção 1.3). Em SD16, uma sequência discursiva retirada do *ABC Color*, a nem todo brasileiro é atribuída a designação “brasiguaios”. Nesta sequência discursiva, a designação “brasiguaios” incide sobre as famílias de agricultores, e são aos agricultores que a designação parece exclusivamente se referir. A negação da heterogeneidade, que é encoberta pela designação “brasiguaios”, ao incluir todos os brasileiros que moram/vivem/residem no Paraguai sob o mesmo rótulo, produz um efeito de verdade e homogeneidade que, no acontecimento enunciativo, restringe as diferentes definições que se atribuem aos brasiguaios a uma só. É por meio do lugar ocupado por esses sujeitos, assim, que eles são definidos. Não são apenas brasileiros, mas são brasileiros que estão ocupando determinados setores da economia paraguaia, essencialmente os vinculados ao setor agrário. Ser brasiguaiio, portanto, é estar vinculado à terra paraguaia, à terra do outro. Eis um dos efeitos de verdade que se constrói sobre os brasiguaios: o de que todo brasiguaiio está vinculado a questões agrárias. Nega-se o fato de que há brasiguaios que trabalham em outros setores do país e que também se reconhecem nesta designação: sentem-se não apenas brasileiros, tampouco apenas paraguaios, mas brasiguaios e se subjetivaram a partir deste lugar social.

Em SD17, observamos que não necessariamente todo colono é produtor, por exemplo. Brasiguaios, no processo de definição desta sequência discursiva, são os “colonos brasileiros, em sua maioria produtores rurais”. Em SD18, esse direcionamento dos sentidos sobre os brasiguaios vai se consolidando na imagem dos produtores rurais. Assim, nesta sequência discursiva, os brasiguaios são “os brasileiros, sobretudo os produtores rurais”. A representação que se faz sobre os brasiguaios vai direcionando os sentidos para a sua nacionalidade (os brasiguaios são, antes de tudo, brasileiros) e sua ligação com a terra, sobretudo vinculando-os aos produtores rurais. Além disso, temos, nesse bloco de sequências discursivas, novamente o movimento entre migrar, morar, viver, estabelecer-se, ao qual se acresce a relação com a terra. Assim temos:

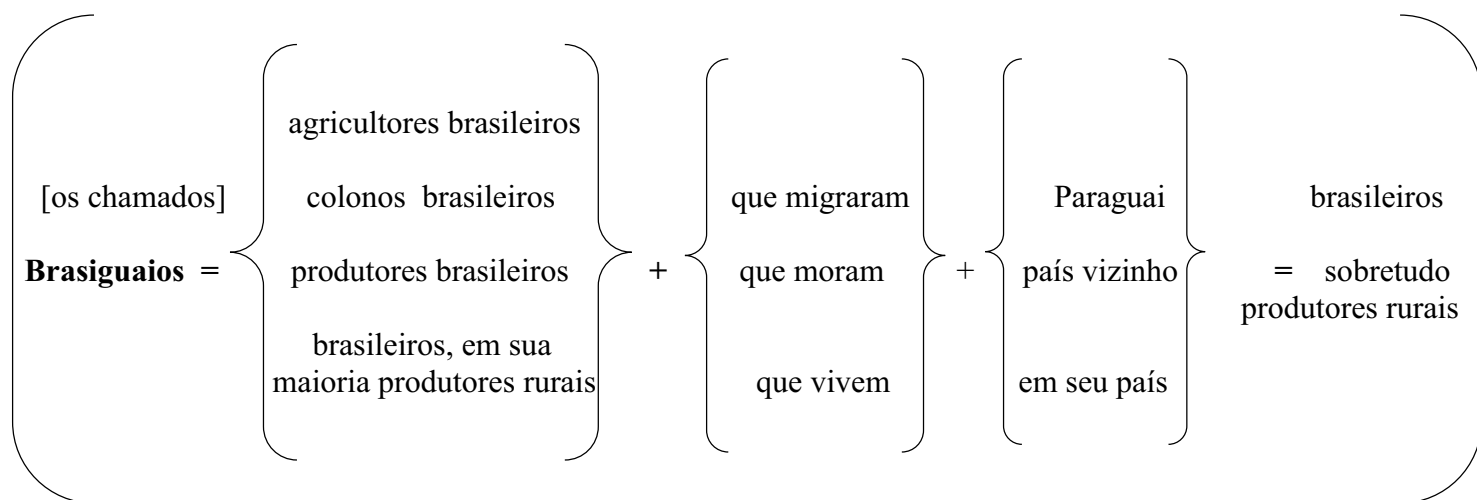


Figura 3

Observamos que as cinco sequências discursivas fazem parte da mesma família parafrástica e parecem acrescentar outras imagens na representação sobre os brasiguaios. Os chamados “brasiguaios” são agricultores/colonos brasileiros que migraram/moram/vivem no Paraguai. No entanto, a imagem que se constrói dos brasiguaios parece os associar, sobretudo, à imagem de produtores rurais (o brasiguai que possui grandes latifúndios e que é responsável tanto pelo crescimento quanto pela desigualdade na distribuição das terras no Paraguai – como veremos em sequências discursivas posteriores). À designação “brasiguaios”, por meio dos processos de definição, são atribuídos sentidos que a vinculam à terra e à sua nacionalidade. Produz-se, com isso, uma representação em torno do lugar social, que se confunde com identidade social, ocupado pelos brasiguaios no Paraguai (agricultor, colono, produtor) e sua condição de estrangeiro (brasileiro). Daí o jogo entre o pertencimento à nação brasileira e o não-pertencimento à nação paraguaia.

Em cada processo de definição dos brasiguaios observado neste bloco de sequências discursivas, a mídia os representa por meio de lugares sociais nos quais estão inseridos, direcionando e determinando o olhar que construiremos sobre esses sujeitos. Apesar da oscilação no processo de definição da designação “brasiguaios”, observamos que, no geral, a mídia brasileira (ao contrário da paraguaia – discutiremos isso mais à frente) vai direcionando os sentidos dos brasiguaios como produtores rurais, construindo

o imaginário de que todo brasiguaiio é produtor rural e colabora para o crescimento do Paraguai, ainda que a terra não lhe “pertença”. Diferentemente da mídia paraguaia, no jornal FSP, há uma valorização do lugar ocupado pelos brasileiros no Paraguai e a ênfase de que os camponeses paraguaios e os sem terras (os *carperos*) são contrários a presença daqueles no país. Opõem-se, dessa forma, os brasileiros (“em sua maioria produtores rurais”) aos camponeses e sem terra do Paraguai que promovem “revoltas” para desestabilizar a região. A mídia brasileira, ao mesmo tempo em que trabalha na valorização dos grandes proprietários brasiguaiios, trabalha e é trabalhada pela memória que marca a relação com a terra entre os dois países, ao filiar-se aos dizeres de que os brasiguaiios (lê-se os brasileiros) são grandes proprietários de terras paraguaias que também lhes “pertencem”, apesar de não serem “paraguaios”. Ao defini-los sempre como brasileiros, *lembra-se* que não são paraguaios e que, portanto, não têm os mesmos direitos destes. É entre o lembrar e o esquecer que a mídia também trabalha, lembrando fatos e relegando ao esquecimento outros.

SD19: Os **brasiguaiios – comunidade de 350 mil brasileiros residentes no Paraguai** – dizem ter sido perseguidos durante a gestão Lugo e têm comemorado a posse do novo presidente, Federico Franco. (FSP, 26/06/2012b, *grifo nosso*)

SD20: A tensão entre sem-terra e "**brasiguaiios**" (como são chamados os **cerca de 350 mil brasileiros e seus descendentes que começaram a migrar para o Paraguai em busca de terras baratas nos anos 60**) alcança seu ápice em Ñacunday e explica por que a maioria da comunidade apoiou o impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo, na última sexta-feira. (FSP, 27/06/2012, *grifo nosso*)

Em SD19 e SD20, observamos que sobre a designação “brasiguaiios” atua novamente um processo de definição materializado por meio do aposto explicativo (uso das vírgulas e dos parênteses). Em SD19, os brasiguaiios são definidos como um todo homogêneo, uma “comunidade de 350 mil brasileiros residentes no Paraguai”. Apesar de não haver um número oficial de quantos brasiguaiios residem no país, estima-se que sejam cerca de 350 mil e que eles apoiaram o impeachment do Presidente Fernando Lugo, pois “dizem” que foram perseguidos em sua gestão. Os brasiguaiios são representados como uma unidade, excluindo-se a diversidade de sujeitos que se identificam com a designação e de sentidos por ela produzidos. Em torno da Reforma Agrária, uma das metas do governo de Fernando Lugo, volta à tona a ameaça dos brasiguaiios perderem suas terras, daí se posicionarem contrários ao governo de Fernando Lugo. Para os brasiguaiios, dessa

forma, a posse do novo presidente Federico Franco diminuiria as ocupações/invasões/dominações sofridas por eles (voltaremos a esta discussão mais à frente – cf. seção 3.6).

Em SD20, no entanto, a homogeneidade presente em SD19 é modalizada e nem todos os brasiguaios são contrários ao governo de Lugo, mas a maioria da comunidade dos “brasiguaios” (as aspas parecem demonstrar essa delimitação). Opõem-se, nessa SD, os sem terras aos brasiguaios (um todo homogêneo) como se os problemas da terra estivessem exclusivamente ligados aos brasiguaios, e não aos problemas de má distribuição que produzem a concentração de terras nas mãos dos grandes ruralistas.

À designação “brasiguaios”, além disso, é atribuída a informação de que eles são os “brasileiros e seus descendentes que começaram a migrar para o Paraguai em busca de terras baratas nos anos 60”. Ao contrário dos processos de definição anteriores, os descendentes dos brasileiros (e não apenas os brasileiros) também são considerados como parte da comunidade dos brasiguaios. Ao recorrer ao discurso historiográfico, para definir os brasiguaios, apaga-se as condições de produção que os levaram a comprar terras baratas no Paraguai. É linearizada a memória oficial sobre eles, homogeneizando-a, como se nela não houvesse contradições e sentidos outros. Apesar de parte dos brasileiros, por meio de acordos políticos entre os dois países, terem ido ao Paraguai em busca de terras baratas e terem se beneficiados desses acordos, também houve brasiguaios que foram à procura de empregos nas propriedades que lá começavam a se instalar. Havia, nesse grupo, brasileiros que não tinham condições de comprar terras baratas, apesar de desejarem trabalhar e conseguir comprar suas próprias terras (como afirmamos no capítulo I, os brasiguaios, inclusive os pobres, muito provavelmente sabiam dos riscos da migração para Paraguai, mas acreditavam na possibilidade de melhora de vida, ascensão social – cf. subseção 1.3.1). Novamente, a designação “brasiguaios” funciona como um todo homogêneo e seus sentidos são direcionados, determinando o nosso olhar e os lugares a ser ocupados pelos brasiguaios.

SD21: O grupo de camponeses exige do governo paraguaio a entrega de milhares de hectares **de terras fronteiriças que estão ocupadas e exploradas por ricos fazendeiros originários do Brasil, conhecidos como "brasiguaios"**. (FSP, 28/05/2012, *grifo nosso*)

SD22: Segundo o censo paraguaio, **em 2002 existiam 120 mil brasileiros no país sem cidadania. Desses, 2.000 grandes fazendeiros controlam áreas**

superiores a mil ha e se dedicam a produzir soja e algodão para empresas transnacionais como Monsanto, Syngenta, Dupont, Cargill, Bunge...

Há ainda um setor importante de **médios proprietários, e um grande número de sem-terra brasileiros** vivem como trabalhadores por lá. **São esses brasileiros pobres que a imprensa e a sociologia rural apelidaram de "brasiguaios"**.

O conflito maior é da sociedade paraguaia e dos camponeses paraguaios: reaver os **4,8 milhões de hectares usurpados pelos fazendeiros brasileiros**. Daí a solidariedade de classe que os **demais ruralistas brasileiros** manifestaram imediatamente contra o governo Lugo e a favor de seus colegas usurpadores. (FSP, 17/07/2012, *grifo nosso*)

Em SD21 e SD22, a estrutura linguística utilizada no processo de definição dos brasiguaios se diferencia das analisadas até o momento. Não há o uso da designação “brasiguaios” e posteriormente o processo de definição que recai sobre ela. Nas duas sequências discursivas acima, há primeiro o processo de definição seguido pela forma como eles são designados (conhecidos ou apelidados). Essas duas SD, diferentemente das anteriores, não fazem parte da mesma família parafrástica e demonstram posicionamentos distintos sobre quem são os brasiguaios. Em ambas as sequências discursivas, a designação “brasiguaios” aparece entre aspas, direcionando os sentidos sobre quem eles são. A primeira sequência foi produzida um pouco antes do impeachment do Presidente Fernando Lugo; a segunda, um pouco após. Aquela se refere a problemas decorrentes de ocupação/invasão/dominação de terras por parte dos camponeses a terras de brasiguaios; esta, “às mentiras paraguaias das elites brasileiras” sobre o posicionamento dos brasiguaios e brasileiros com relação ao impeachment do Presidente Fernando Lugo.

Em SD21, a disputa pela terra no Paraguai é retratada como sendo entre camponeses e ricos fazendeiros originários do Brasil. São as terras fronteiriças que estão sendo colocadas em jogo pela tensão entre os dois grupos (lembremo-nos de que a “Lei de Segurança da Fronteira do Paraguai” não é retroativa, mas fez aumentar a pressão dos camponeses sobre as terras nas mãos de estrangeiros na região de fronteira). Nesta sequência discursiva, a designação “brasiguaios” é marcada com as aspas e o seu processo de definição é direcionado para os “ricos fazendeiros originários do Brasil”. Ou seja, são os ricos fazendeiros que são “conhecidos” como brasiguaios, produzindo o efeito de sentido de que os agricultores, colonos, pequenos produtores e os brasileiros residentes no Paraguai não são considerados “brasiguaios”. Além disso, constrói-se a representação de que os brasileiros que ocupam a terra paraguaia são necessariamente todos ricos fazendeiros. Os sentidos da designação “brasiguaios”, ao ser atualizada no acontecimento

enunciativo, restringe-se a esse grupo de “ricos fazendeiros”, aos quais são atribuídos os lugares de ocupadores e exploradores da terra paraguaia. O atributo conferido aos brasiguaios, por meio deste processo de definição, atualiza uma memória da relação entre os brasileiros e os paraguaios: a dos brasileiros como ocupadores e exploradores da terra do Paraguai (atualizando uma memória da Guerra do Paraguai e dos bandeirantes), produzindo o imaginário de que todos os brasileiros são exploradores.

Por outro lado, em SD22, sentidos outros são atualizados sobre os brasiguaios. Nesta SD, por meio do processo de definição, há uma tentativa de delimitar quem são os brasiguaios. Assim como em SD21, é marcada linguisticamente (por meio das aspas) a tentativa de delimitar o dizer e de demonstrar a instabilidade da designação, pois ela ainda parece não pertencer à memória coletiva do povo brasileiro e, portanto, a esse povo a designação lhe é *estranha*. Daí a necessidade de processos de definição, na *Folha de São Paulo*, para explicitar quem são os chamados/conhecidos/apelidados “brasiguaios”. A palavra “brasiguaios” na FSP (e estamos aqui tomando a FSP como representativa a nível nacional), ao contrário do que acontece no *ABC Color*, parece não ter criado suas memórias no discurso midiático brasileiro e, por sua vez, parece não pertencer à memória oficial brasileira. A oscilação entre o uso ou não das aspas demonstra não só o neologismo do termo, mas também o caráter *outro* que ele carrega, ou seja, o estrangeiro que nela habita. Os brasiguaios não são apenas os imigrantes, agricultores, colonos, produtores, ricos fazendeiros brasileiros que residem/moram/vivem no Paraguai (e, portanto, estrangeiros já que são, antes de tudo, brasileiros), como também são desconhecidos para os próprios brasileiros, o que faz dos brasiguaios, no Brasil, estrangeiros.

Em SD22, diferentemente de algumas sequências anteriores, nem todo brasileiro que reside no Paraguai é considerado brasiguai. Há os brasileiros com direitos, os sem direitos, os ricos e os pobres, sendo apenas os pobres os considerados brasiguaios. Por meio desta sequência discursiva, no processo de definição dos brasiguaios, são atribuídos lugares diferentes para os brasileiros que os toma a partir de seu lugar social. Sob a aparente homogeneidade do termo “brasiguaios”, há uma heterogeneidade que é latente e que não faz de todos os brasileiros residentes no Paraguai necessariamente brasiguaios. Inserido em outro lugar, o sujeito-enunciador, amparado no censo paraguaio, representa o lugar à margem que 120 mil brasileiros ocupam, apontando que eles não apresentam cidadania e, portanto, não têm necessariamente seus direitos garantidos. Nesse grupo, há os “grandes fazendeiros”, que controlam grandes porções de terras e são produtores de

soja e algodão; há os médios proprietários e há um grande número de sem terra e “são a esses brasileiros que a imprensa e a sociologia rural apelidaram de ‘brasiguaios’”. Brasiguaios, então, são definidos apenas como os brasileiros pobres (os sem terras) e não qualquer brasileiro, como vimos em sequências discursivas anteriores.

No acontecimento enunciativo, é atualizada a memória de que os brasileiros pobres, por estarem à margem dos dois Estados, são considerados os “brasiguaios: homens sem terras”. São os trabalhadores pobres, os sem terras, que são os brasiguaios, os que estão à margem e não se encontram amparados pelas leis brasileiras ou paraguaias. Como afirmamos no capítulo I (cf. seção 1.3), esses brasiguaios pobres são, em sua maioria, “os nordestinos e mineiros [que] foram e são principalmente peões, arrendatários e posseiros nestas frentes de expansão, enquanto que os sulistas se tornaram majoritariamente colonos, pequenos e médios proprietários, especialmente em território paraguaio”. (ALBUQUERQUE, 2008b, p.3).

Desse modo, como aponta Prellvitz (2006), ao se referir aos imigrantes oriundos de países africanos no Brasil, o tratamento dado ao imigrante pobre não é o mesmo do que é dado ao rico. Enquanto os ricos são relativamente *aceitáveis*, porque de alguma maneira eles vão contribuir para o país, aos pobres lhes é negada a aceitabilidade na sociedade, o direito à cidadania, pois são “considerados economicamente e juridicamente inadequados, o que determinou a ocupação do *não-lugar* social: relegou-os à exclusão absoluta, reservada àqueles que são repatriados. Assim, esses sujeitos foram incluídos na contagem dos *inaceitáveis*” (*idem*, p. 141, *grifo da autora*). Parece-nos, a partir do analisado pela autora, que o movimento no caso dos sujeitos brasiguaios pobres é similar, já que são esses sujeitos, os designados de “brasiguaios”, que ocupam um espaço tanto de *não-lugar* social quanto de *entre-lugar*, sendo relegados à exclusão social tanto no Brasil quanto no Paraguai. Podemos afirmar, portanto, que no caso dos brasiguaios tanto os imigrantes (o que está no Paraguai) quanto os emigrantes (o que retorna para o Brasil) são *inaceitáveis* quando não trazem benefícios para o país de destino.

Assim, em SD22, a designação “brasiguaios” é atualizada a partir de um lugar que já não relaciona esses sujeitos aos grandes produtores, mas aos pobres e sem direito a ser cidadãos. Além disso, não se opõem os camponeses paraguaios aos brasiguaios, mas os camponeses aos grandes fazendeiros, que têm o apoio dos ruralistas brasileiros. Diferentemente das sequências analisadas anteriormente, nesta observamos que os dizeres são construídos a partir de um outro lugar do qual os fazendeiros brasileiros (que

não são considerados brasiguaios) são usurpadores. Aqui, os fazendeiros ricos são representados como uma ameaça ao território paraguaio, e não o todo homogêneo dos brasiguaios. Há, portanto, os paraguaios, os brasileiros e os diferentes grupos que se identificam com a designação “brasiguaios”. A partir deste lugar, a representação que se constrói é que todo brasiguaião é brasileiro que mora/vive/reside no Paraguai, mas nem todo brasileiro que mora/vive/reside no país vizinho é brasiguaião. Isto porque há brasileiros, grandes produtores e fazendeiros ricos, que não são definidos (e não se identificam) como brasiguaios.

Nas seqüências discursivas analisadas até aqui, temos portanto o seguinte esquema:

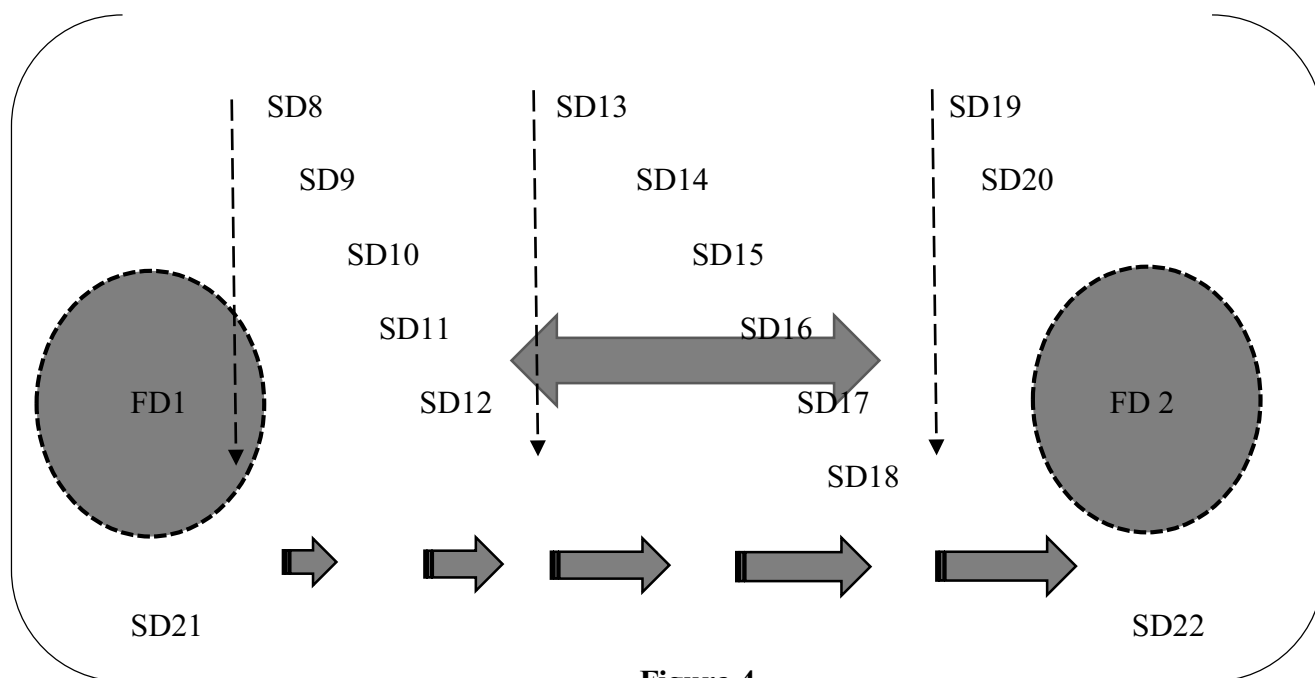


Figura 4

Nosso olhar sobre as seqüências discursivas até aqui analisadas, permitiu-nos observar que os sentidos apontam para dois lugares diferentes, que coexistem. Esse olhar não é aleatório, mas, como aponta Cazarin (2010, p. 7), está sustentado pela relação

“história e língua no discurso”. Daí não se tratar de qualquer olhar, mas de um gesto analítico a partir de enunciados agrupados que funcionam por meio de famílias parafrásticas, mobilizando dizeres alocados na memória discursiva. Assim, a partir de nosso olhar sobre o *corpus*, pudemos observar que diferentes saberes regulam as distintas maneiras por meio das quais os brasiguaios são ditos. Embora esses saberes sejam heterogêneos e dispersos, foi possível percebermos uma certa regularidade nesses dizeres, o que nos leva a afirmar que no mínimo duas formações discursivas trabalham na atualização de diferentes memórias em relação aos brasiguaios.

Ainda que não tenhamos designado a que formações discursivas pertencem as sequências discursivas analisadas até o momento, a partir de agora nomearemos FD1 de “FD do nacionalismo dogmático paraguaio” e FD2 de “FD do direito a ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”. Tais formações discursivas mobilizam enunciados formulados em um outro lugar, *já-ditos*, que retornam no fio do discurso, determinando os lugares ocupados pelos brasiguaios e o olhar que teremos sobre eles, por meio da atualização desses dizeres pela mídia. Em relação à primeira FD, observamos que as tentativas de definir os brasiguaios como o outro, o residente, o imigrante, fazem trabalhar uma memória na relação do Brasil-Paraguai que é atualizada em cada acontecimento enunciativo. Retoma-se, nesse sentido, a memória de um certo sentimento nacional (como observaremos na próxima seção – cf. 3.4) para definir quem são os brasiguaios. Daí os brasiguaios tenderem a ser definidos, por exemplo, como imigrantes (o estrangeiro), colonos (que remete à colônia, mas também à ideia de colonizador) e grandes/ricos fazendeiros (que têm em suas mãos terras que não lhes pertencem por “direito”). Os dizeres pertencente a essa formação discursiva estabelecem o lugar ocupado pelos brasiguaios como o da ameaça, o do outro do qual é preciso se preservar para garantir a soberania nacional. Tais dizeres, a partir de uma regularidade observada na dispersão de enunciados, nos permitem afirmar que estamos diante de uma formação discursiva, a “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, que tem suas raízes nos ideais nacionalistas do século XIX e que, no Paraguai, se consolida a partir da Guerra do Paraguai e do revisionismo historiográfico no século XX, o qual foi amplamente utilizado pela ditadura de Stroessner para enaltecer a história e o povo paraguaio (cf. nas seções 1.1.2 e 1.1.3).

Observamos, no entanto, uma outra regularidade nos dizeres sobre os brasiguaios. Trata-se de uma formação discursiva antagônica aos saberes da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio” e que traz, ao fio do discurso, uma memória que retoma a saga de

migrantes que não têm direito à cidadania e ao pertencimento à terra. Esses dizeres ecoam e produzem um outro lugar a partir do qual parte dos brasiguaios se identificam e podem dizer-se, significar-se (em outras palavras: no *lugar-espaço* das fronteiras, parte dos brasiguaios se inscreve nessa outra rede de memórias para *ser/fazer* parte desse local, nele se reconhecer – cf. seção 1.2). Nosso gesto analítico, permitiu-nos observar que há uma regularidade de dizeres (uma outra memória) que se opõem aos saberes de um certo nacionalismo paraguaio e que, ao contrário do que esse nacionalismo propõe, reivindica o lugar de cidadão para os brasiguaios, sujeitos os quais também têm direito à cidadania e ao pertencimento à terra paraguaia. Como observaremos na próxima seção (cf. 3.4), essa memória tem como “marco inicial” o fim do milagre econômico paraguaio que resultou no fim dos empregos ocupados por parte dos brasileiros e na recusa, por parte dos paraguaios, da presença dos brasileiros na região. Assim, temos como “discurso fundador” (ORLANDI, 2003) dessa outra FD o acontecimento histórico da conversa entre o Deputado Federal sul mato-grossense Sérgio Cruz, na cidade de Mundo Novo no Mato Grosso do Sul, onde este se refere aos brasileiros residentes no Paraguai como “brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem terra” (WAGNER, 1990, p. 11). Como observamos no capítulo I (cf. subseção 1.3.1), é, ao se deparar com o não apoio governamental tanto do Brasil quanto do Paraguai, que parte dos brasileiros, agora brasiguaios, passa a reivindicar o direito à terra e à cidadania brasileira e/ou paraguaia. Esses dizeres são materializados por meio de enunciados que reivindicam a heterogeneidade brasiguai e o direito (dos brasiguaios que não têm o pertencimento à terra) à cidadania brasileira e/ou paraguaia. Buscam, esses sujeitos, além do direito à cidadania, a visibilidade e a aceitabilidade na sociedade dos dois países.

Esses dois movimentos, por nós delimitados a partir de nosso gesto analítico, podem ser sistematizados da seguinte maneira:

<p style="text-align: center;">FORMAÇÃO DISCURSIVA 1 “NACIONALISMO DOGMÁTICO PARAGUAIO”</p> <p style="text-align: center;">Soberania nacional;</p>	<p style="text-align: center;">FORMAÇÃO DISCURSIVA 2 “DIREITO A SER CIDADÃO BRASILEIRO E/OU PARAGUAIO”</p> <p style="text-align: center;">Direito à cidadania brasileira e/ou paraguaia;</p>
---	---

<p>Língua Guarani como símbolo máximo da nação Paraguaia;</p> <p>Respeito aos símbolos nacionais (Bandeira, Hino etc.) e culto aos heróis nacionais (simbolizado pelo Panteão dos Heróis);</p> <p>Estrangeiros (sobretudo brasileiros) são considerados ameaças à soberania nacional;</p> <p>Brasiguaios: neocolonizador – vilões;</p> <p>Memórias atualizadas: a derrota na Guerra do Paraguai; o expansionismo brasileiro no Paraguai; a superação do povo paraguaio na reconstrução do país e as tentativas do Brasil se impor no Paraguai (Imperialismo brasileiro); designação “brasiguaios” serve para excluir esses sujeitos do direito de ser cidadão paraguaio e é mobilizada como “moeda de troca” para resolver problemas relacionados ao Brasil;</p> <p>“Brasiguaios não são paraguaios puros”</p>	<p>Legitimidade do direito à terra paraguaia, desejam, sobretudo, continuar construindo suas vidas no Paraguai;</p> <p>Afirmam sofrer xenofobia por parte dos paraguaios;</p> <p>Brasiguaios pobres, ricos, camponeses, latifundiários etc. apresentam diferentes relações com a posse, propriedade e trabalho;</p> <p>Brasiguaios: trabalhador imigrante – vítimas;</p> <p>Memórias e histórias: acordos políticos entre Brasil e Paraguai no período ditatorial; ajudaram no crescimento do Paraguai; passaram a ser renegados com o fim do milagre econômico; não tiveram apoio dos governos paraguaio e brasileiro; muitos estão há mais de 30 anos no Paraguai e seus filhos nasceram nessas terras; designação “brasiguaios” como lugar de memória desse duplo vínculo tanto com o Brasil quanto com o Paraguai;</p> <p>“Brasiguaios homens sem terra”</p>
---	---

Figura 5

A partir do quadro acima (figura 5), observamos quais saberes são mobilizados para regular os dizeres sobre os brasiguaios. Tais saberes, que se sustentam no discurso historiográfico, ecoam no discurso midiático e são mobilizados, a partir do interesse político-econômico, para determinar quem são os brasiguaios e os lugares ocupados por (e que devem ocupar) esses sujeitos. Se voltarmos para figura 4 (cf. p. 136), ao identificarmos dois movimentos que se contrapõem, observamos que os processos de definição sobre os brasiguaios funcionam por meio de famílias parafrásticas, cujas representações sobre quem são os brasiguaios se apresentam por meio do efeito de estabilidade, ou seja, funcionam *como se fossem* estáveis. No entanto, apesar desses dizeres sobre os brasiguaios funcionarem em torno de um ponto de estabilidade

(cerceando o modo como os vemos), o que observamos é que os processos de definição sobre a designação “brasiguaios” deslizam e apontam sentidos outros para defini-la.

Os diferentes saberes reguladores das FD aqui apresentadas se sustentam nas (e são responsáveis pelas) diversas versões sobre a história na relação Brasil-Paraguai. Como apontamos no capítulo I (cf. subseção 1.1.2), as distintas interpretações sobre a Guerra do Paraguai respondem a um jogo político por meio do qual paraguaios, brasileiros e brasiguaios passam a ser representados. Os saberes pertencentes à “FD do nacionalismo dogmático paraguaio” são responsáveis por “contar” a história a partir da ótica do povo paraguaio, que fora derrotado na Guerra, mas resistiu a violência física e simbólica e reconstruiu o seu país. Daí, a partir desse lugar, a necessidade de exaltar a língua guarani, os símbolos e os heróis nacionais por meio dos quais o povo paraguaio se identifica e luta contra a ameaça dos brasiguaios, que representam uma “segunda invasão’ brasileira, não através de guerras, mas de uma ocupação constante e silenciosa do território nacional” (ALBUQUERQUE, 2005a, p. 145).

Por outro lado, os saberes da “FD do direito a ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio” aparecem como resposta à marginalização à qual os brasiguaios foram submetidos com o fim do milagre econômico paraguaio. A partir desta FD, uma outra versão sobre a história dos brasiguaios passa a ser contada, enfatizando o jogo político-econômico que permitiu a entrada deles no Paraguai. As duas formações discursivas, dessa forma, produzem diferentes leituras sobre a história e, por sua vez, se constroem memórias a partir das quais os brasileiros, paraguaios e brasiguaios vão se identificar e, a partir daí, dizer-se, significar-se.

Assim, no esquema da figura 4, observamos que os sentidos deslizam por meio de famílias parafrásticas que parecem vir do mesmo lugar. No entanto, se analisarmos mais detalhadamente esses dizeres, observaremos que a maioria deles está mais próxima da FD1 (FD do nacionalismo dogmático paraguaio) e o seu deslizamento aponta para um outro lugar, para FD2. As duas formações discursivas coexistem (por isso a seta no meio que aponta para os dois lados) e os dizeres deslizam de FD1 à FD2 (as setas abaixo apontam que há deslizamentos de sentidos de FD1 para FD2). As setas pontilhadas para baixo (no eixo vertical) indicam a deriva de sentidos na família parafrástica: os sentidos, por exemplo, derivam de SD8 (de brasileiro *afincado* no Paraguai) para SD12 (imigrante); deriva que também se dá no eixo horizontal, produzindo uma ruptura nos sentidos sobre quem são os brasiguaios (SD21 para SD22). Ou seja, os sentidos vão se

afastando (derivando/deslocando/rompendo) de FD1 e apontando outros sentidos para os brasiguaios, os quais fazem parte de FD2.

Ao definirem os brasiguaios de diferentes formas, ligados aos lugares ocupados no campo, produz-se uma divisão no interior da própria designação “brasiguaios”, distinguindo-os entre si. Embora a designação pareça funcionar pelo efeito de homogeneidade (uma estabilidade homogênea), ao incluir todos os brasileiros que moram/vivem/residem no Paraguai sob o mesmo rótulo, abre-se espaço para que outros sentidos convivam no “interior” dessa mesma designação. Contudo, ao contrário de ser transparente, a palavra é opaca e os sentidos não são dados como um todo homogêneo.

No dizer de Orlandi (2014), na “Análise de discurso nunca se diz a mesma coisa em cada acontecimento da palavra, em cada formulação”. Isto porque na polissemia “há diferentes movimentos de sentido sob o mesmo objeto simbólico”. Por isso, na tensão entre o dizer o mesmo e a polissemia, os sentidos podem ser desorganizados e se reorganizar, movimentos que produzem sentidos contrários, contraditórios e divergentes. Se tomamos a designação “brasiguaios” como um objeto simbólico, observamos que, nos processos de definição aqui analisados, ela é significada de forma diferente, pois, ainda segundo Orlandi (2014), a relação imaginária dos sujeitos com as condições de existência deles é perpassada pela ideologia que interpela os sujeitos de diferentes formas. Assim, no acontecimento enunciativo, a designação “brasiguaios” é atualizada de diferentes formas porque os sujeitos estão ocupando posições-sujeito distintas e inseridos em diferentes formações discursivas, daí diferentes atribuições para a mesma designação.

Os diferentes sentidos sobre a mesma “designação” produzem movimentos e deslocamentos que constituem as memórias sobre a designação “brasiguaios”. As diferentes atualizações da designação “brasiguaios” (como agricultor, colono, produtor, fazendeiro) são homogeneizadas e tornam-se sinônimos de problemas: os brasiguaios são os responsáveis pela má distribuição de terras no Paraguai. Por meio então da ilusão do sujeito como origem do seu dizer, o sujeito retoma a designação “brasiguaios”, a partir de seu lugar social e posição sujeito inserido em determinada formação discursiva, e, sob o jogo da lembrança e do esquecimento, atualiza um dos sentidos constitutivos na memória da palavra “brasiguaios”. É pelo funcionamento da memória, portanto, que são constituídas as representações, já que na repetição ou reformulação da designação “brasiguaios” alguns sentidos sedimentam-se e tornam-se representativos, outros não. A mídia, por meio dos dizeres sobre os brasiguaios, constrói representações e funciona

determinando os sentidos sobre o *outro*, definindo quem eles são e os lugares sociais que ocupam. A “insistência” na atualização de determinados sentidos para a designação é que os torna representativos, fazendo com que tais sentidos sejam lembrados quando se refere a “brasiguaios”. No caso da *FSP*, essas imagens parecem não estar consolidadas, já que a realidade dos brasiguaios e a palavra “brasiguaios” são estranhas para o leitor brasileiro. O *ABC Color*, por outro lado, tem suas representações já construídas e consolidadas. Os brasiguaios comumente são definidos como um todo homogêneo, ligados aos grandes latifundiários. São os sentidos mais próximos à FD1 que são frequentemente atualizados para definir os brasiguaios no *ABC Color*.

No esquema apresentado na figura 4, quanto mais próximos de FD1, observamos que os dizeres sobre os brasiguaios tendem à homogeneidade. São definidos como brasileiros que residem/moram/vivem no Paraguai e são, portanto, imigrantes – os neocolonizadores. Os brasiguaios são definidos como um grande bloco homogêneo que são representados pela sua condição outra, estrangeira. Outras posições-sujeito aparecem ainda nesta formação discursiva, demonstrando uma ruptura nesta homogeneidade. Os brasiguaios não são apenas os brasileiros, mas são os brasileiros ligados à terra paraguaia: os agricultores, colonos, produtores e ricos fazendeiros. Os dizeres, nesta FD1, estão vinculados à condição de brasileiros e ao trabalho com a terra paraguaia, os brasileiros são aqueles que ocupam a terra que deveria ser dos brasiguaios. Na FD2, por outro lado, ainda que os brasiguaios continuem a ser definidos por meio de sua condição de brasileiros e seu trabalho com a terra, os brasiguaios, a partir desta FD, não são apenas os ricos fazendeiros, mas também os brasiguaios pobres que estão à margem da sociedade paraguaia, sem cidadania paraguaia⁶⁹. Observaremos como esses dizeres funcionam e são mobilizados para representar os brasiguaios.

⁶⁹ É importante observamos, como assinalamos no capítulo II (cf. seção 2.1), que a formação discursiva é heterogênea e, embora apresente uma memória predominante, outras memórias estão esquecidas (ou melhor, reprimidas) na FD. E é por haver essas outras memórias coexistindo com a memória predominante que a FD permite diferentes posições-sujeito. Assim, em FD2 – “Formação discursiva do direito a ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio” –, é possível observamos que tanto os brasiguaios pobres quanto os fazendeiros ricos estão inseridos nos saberes da mesma FD, pois, apesar dos diferentes graus de aceitabilidade (aqueles são *inaceitáveis* enquanto estes são *aceitáveis*), ambos não têm o direito pleno à cidadania paraguaia, pois não fazem parte da memória oficial do Paraguai. Assim, como observaremos nas próximas seções (cf. 3.4 e 3.5), a heterogeneidade dos brasiguaios se faz mostrar em FD2 e sujeitos de diferentes lugares sociais – brasiguaios ricos e pobres – se identificam com o discurso do não-pertencimento à nação brasileira e/ou paraguaia.

3.4 Os símbolos nacionais e o direito à terra paraguaia: memórias que se entre(cruzam)

Como apontamos anteriormente (cf. seção 3.1), o trajeto temático por nós delimitado nos levou a pensar os lugares ocupados pelos brasiguaios a partir das questões relacionadas aos símbolos nacionais paraguaios e ao direito à terra paraguaia. Tal recorte é constituído por meio de nosso olhar em relação ao arquivo, cujas regularidades nos mostraram que um certo nacionalismo e o “direito a” parecem ser determinantes sobre os lugares ocupados pelos brasiguaios e, conseqüentemente, sobre as representações veiculadas pelas mídias brasileira e paraguaia sobre eles. Tais representações, dessa forma, funcionam na atualização e construção de uma memória sobre esse grupo, a qual trabalha por meio de dizeres sobre o brasileiro, o paraguaio e o próprio brasiguai. São a língua guarani, os símbolos nacionais, o (não-)pertencimento e o direito à terra que são mobilizados para se falar dos brasiguaios. São memórias que se cruzam, que se entrecruzam.

SD23: *El ABOGADO Alfredo Romero, en representación del brasiguayo Claudiño Bruck, indicó que el mencionado productor fue maltratado por los funcionarios del Estado, del Servicio NACIONAL de CALIDAD y Sanidad Vegetal y de Semillas (Senave), solo porque no sabía hablar en guaraní.* (ABC, 17/08/2010, grifo nosso)

SD24: *En cuanto al concepto de "brasiguayos" manifestó que se resiste a utilizar. "Hay brasileños que viven acá y hay paraguayos de origen brasileño. Si son paraguayos, tienen todo el derecho a tener tierras. Tenemos que favorecer a los compatriotas", agregó [El titular del Indert, Marciano Barreto].* (ABC, 16/08/2011, grifo nosso)

SD25: *"'Brasiguayos' no existen para nosotros, o paraguayos o brasileños, sencillo es el tema", expresó Eulalio López. (...) El mismo indicó que "el paraguayo puro es el que habla guaraní, usa la moneda nacional, entra en nuestras escuelas, levanta nuestras banderas. Ellos no, con el nombre de 'brasiguayos' usan nuestra cultura a su favor", agregó. (...) "Los 'brasiguayos' no son puros, pero fundamentalmente por más que sea con mezcla es importante que se rijan a la ley paraguaya, respeten los símbolos y canten el Himno Nacional. Son residentes en Paraguay; los japoneses son residentes en Paraguay y los alemanes son residentes en Paraguay", sostuvo.* (ABC, 24/01/2012, grifo nosso)⁷⁰

⁷⁰ Eulalio López é líder da Liga Nacional dos *Carperos* (os sem terras paraguaios).

As sequências discursivas acima se filiam à “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, que tem uma filiação discursiva com a filosofia idealista do romantismo europeu e sua consolidação nos ideais republicanos do positivismo. Caracteriza-se pela volta ao passado, pela busca das raízes de um povo-origem, com o intuito de encontrar o que de mais essencial distingue essa nação de outras. No caso do Paraguai, o essencial da nação paraguaia é perpassado, como apontamos capítulo I (cf. na subseção 1.1.1), pela língua guarani, a língua falada pela maior parte da população, apesar da colonização espanhola. A língua guarani é tida como a *língua do coração* (RODRÍGUEZ, 2000, p. 242), que foi fixada como sinônimo do povo paraguaio, apesar de nem todo paraguaio se identificar com o guarani (*ibidem*). Baseado na pureza da raça, na pureza de uma língua, é que o discurso sobre o povo paraguaio vai sendo construído. Assim, podemos observar que os saberes reguladores dessa FD fazem “‘ecoar’ discursos *já-ditos*, isto é, retomando enunciados já formulados em outro(s) lugar(es) e em outra(s) conjuntura(s) sócio-histórica(s)” (CAZARIN, 2010, p. 9), mas que retornam no fio do discurso pela memória discursiva.

Inseridos nesta formação discursiva, os sujeitos são levados a se identificarem com tais dizeres, que determinam os lugares ocupados por si e pelos outros. A partir desta formação discursiva, o lugar ocupado por um paraguaio não pode ser o mesmo do de um estrangeiro ou de um brasiguai, pois ser paraguaio é não ser o outro, o estranho, o estrangeiro. É diferenciar-se. Ser paraguaio é não ser brasileiro, não ser brasiguai: é ser “paraguaio puro”. É a pureza que determina os lugares que podem ser ocupados na sociedade paraguaia, são os sentidos em torno desse ideal que vão legitimando quem tem direito ou não à terra paraguaia e ao pertencimento a essa nação. É a partir deste lugar que muitas vezes os brasiguaies são representados.

Em SD23, em disputa pelo direito à posse da terra paraguaia com o Estado paraguaio, o brasiguai Claudiño Bruck não tem o direito de “provar” a legitimidade de suas terras por não saber falar guarani. Ainda que o brasiguai consiga se comunicar com os paraguaies, é a língua guarani que é colocada como requisito para qualquer diálogo oficial e, mais do que isso, requisito para que se tenha direito a reivindicar, neste caso, a posse da terra. Não saber o guarani equivale a não ter direito de falar, de reivindicar. Os brasiguaies são levados a ocupar um lugar de não-pertencimento, de não-cidadão paraguaio, já que não podem se dizer neste lugar. Ainda que o nome do brasiguai em questão seja “Claudiño”, um nome grafado em espanhol, ele não pode pertencer à nação

paraguaia: não fala o guarani. Bruck, que não pertence à linhagem dos sobrenomes esperados para um “paraguaio”, é maltratado pelos funcionários do Estado por não falar guarani, por não se reconhecer na história oficial de manutenção do guarani, ainda que nem todos os paraguaios se reconheçam neste lugar. Não se subjetivou na língua guarani e, portanto, não se subjetivou na memória oficial sobre o ser paraguaio. Os brasiguaios são representados como os que não sabem o guarani, não pertencentes, assim, à nação paraguaia, já que é um “risco” para a manutenção da *língua do coração*. No entanto, equivaler o paraguaio ao guarani não reflete, segundo Rodríguez (2000, p 242), “a heterogeneidade que caracteriza a sociedade nacional”, pois tal mecanismo põe os que falam outras línguas e seus grupos num “mecanismo de injusta exclusão de que o próprio guarani e seus falantes foram objeto e que se pretende hoje superar” (*ibidem*). Exclusão que vem representando os brasiguaios como um peso para o país, colocando-os em um lugar de não-pertencimento.

Há, em SD24, uma tentativa de negação da existência dos brasiguaios. O sujeito resiste em utilizar a designação “brasiguaios” porque para ele brasiguaios não existem, apesar de um grupo de pessoas se identificarem com esse lugar. Brasiguaios não existem, porque “*hay brasileños que viven acá y hay paraguayos de origen brasileño*”. É negada a dupla filiação aos brasiguaios, assim como o direito de se reconhecerem nos dois países. Resistir ao termo “brasiguaios”, ao contrário de ser um movimento a favor do reconhecimento desses sujeitos como cidadãos de/com direito a pertencer ao Estado brasileiro ou paraguaio, é negar sua existência, é pô-los à margem. Existem os brasileiros e os paraguaios de origem brasileira, e só os paraguaios têm direito à terra paraguaia, porque são compatriotas. Por meio do argumento de teor nacionalista, a terra deve ser dos paraguaios porque eles são compatriotas. Não se diz, no entanto, quem são os “paraguaios”: todo e qualquer nascido/naturalizado paraguaio ou um grupo específico?

É em SD25, portanto, que saberemos quem são os paraguaios. É um *nosotros* (nós) quem tem o direito de categorizar quem pertence ou não à identidade paraguaia e, assim, o direito de excluir da nação paraguaia aqueles que são “diferentes”. Ao contrário de incluir o outro, esse *nosotros* é excludente e trabalha em busca de uma homogeneidade paraguaia, em um movimento de resistência ao discurso da diferença, ao discurso da heterogeneidade. Mais do que isso: o discurso do nacionalismo dogmático paraguaio põe um fim na discussão sobre os brasiguaios – “*‘Brasiguayos’ no existen para nosotros, o paraguayos o brasileños, sencillo es el tema*” – aos pô-los em um local à margem. Os

brasiguaios, para SD25, nunca poderão ser paraguaios, já que *“el paraguayo puro es el que habla guaraní, usa la moneda nacional, entra en nuestras escuelas, levanta nuestras banderas”*. A ilusão de pureza, desejada por tantos outros povos, funciona como um mecanismo político de segregação do outro, um movimento de resistência do sujeito do discurso, tomado pela posição de identificação com essa “FD do nacionalismo paraguaio”, contra o estranho, a ameaça brasiguaia.

Ainda que antecipe no seu próprio dizer o questionamento sobre essa ilusão da pureza do ser paraguaio, abrindo espaço para admitir a “mezcla”, o sujeito de SD25 situa os brasiguaios no lugar daqueles que não pertencem à nação porque não a respeitam: não se regem por suas leis, não respeitam seus símbolos, não cantam o hino nacional. São, como os japoneses ou alemães, “residentes”. “Residente”, assim como em sequências discursivas anteriores, apresenta um teor depreciativo e aponta para um sentido de exclusão: todos aqueles que não são paraguaios “puros” são “residentes”: apenas residem no país, mas não respeitam os símbolos nacionais e, portanto, não fazem parte da história do Paraguai. Eles são aqueles que *“con el nombre de 'brasiguayos' usan nuestra cultura a su favor”*. Paraguaios (puros) – língua guarani – cultura paraguaia são, portanto, postos numa relação de igualdade: ser paraguaio significa, portanto, falar o guarani e respeitar a cultura paraguaia (que parte da cultura paraguaia?). Trata-se, no dizer de Rodríguez (2000, p. 42), da apologia anticolonialista que põe o guarani (a cultura indígena) como uma língua superior que contribui para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, preservação das raízes paraguaias. Daí, ainda segundo a autora, o guarani ser motivo de orgulho e objeto de defesa (lealdade), precisando, portanto, ser preservado. Tal discurso é intensificado na ditadura de Stroessner (cf. na subseção 1.1.3) e é responsável hoje pela segregação à qual os brasiguaios estão submetidos⁷¹.

Inseridos na “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, os brasiguaios são representados como não pertencentes à nação paraguaia, como o outro: o estrangeiro. Os brasiguaios são os imigrantes que é preciso afastar em prol de uma pureza paraguaia. É por este viés da pureza que os brasiguaios também são representados, já que é a memória institucionalizada sobre o Paraguai que determina quem dele faz parte. Os brasiguaios, a

⁷¹ É importante observamos, em SD25, como o efeito do real da história, da contradição, faz trabalhar discursos que reaparecem quase que no esquecimento de suas raízes e vão ser instrumentos de movimentos tão contrários aos que estão em sua origem. Isto porque esse discurso nacionalista contra os brasiguaios, tão utilizado pelos *carperos*, ganha força, justamente, na ditadura de Stroessner, que tão pouco fez pelos camponeses e tanto espaço abriu para os brasileiros.

partir deste lugar, não existem ou não podem considerar-se parte dos paraguaios ou dos brasileiros, pois não têm um lugar na memória oficial do Paraguai, ainda que os brasiguaios tenham feito parte da história do país. Nega-se, com isso, não apenas a sua condição de brasiguai, mas sua existência e o seu direito de ser cidadão paraguaio. É a ideologia que funciona por meio do efeito de transparência *como se fosse* a realidade (cf. na seção 2.1). Na atualização do acontecimento enunciativo, é a partir da imagem dos paraguaios puros que os brasiguaios são representados. É a partir desse lugar, desse olhar, que vai se sedimentando a imagem dos brasiguaios como a ameaça que é preciso combater, já que são “residentes” que não respeitam os símbolos nacionais, a moeda nacional e não falam o guarani. Produzem-se, com isso, atitudes xenófobas que endossam e são responsáveis pelas disputas sobre a terra no Paraguai. Como observamos no capítulo I (cf. subseção 1.3.1), ainda que já presente no Paraguai, esse discurso de estranhamento e recusa dos brasileiros se intensificou com o fim do milagre econômico do país, quando esses sujeitos, os agora brasiguaios, tornaram-se um problema, já que as terras sob a posse deles passaram a ser reivindicadas e a legitimidade de suas terras posta em xeque, por não pertencerem à história oficial do Paraguai.

Ser paraguaio, portanto, é situar-se nesse passado, no passado legitimado pela história oficial do Paraguai, que não tem espaço para os brasiguaios, já que eles não compartilham essa história e dela não fazem parte. Apaga-se, com isso, o fato de os brasiguaios também terem feito parte da construção do país, na segunda metade do século XX, e as contradições advindas em torno dos acordos políticos nessa época – o incentivo paraguaio e brasileiro para que imigrantes brasileiros migrassem para o Paraguai – que não previam um futuro para eles neste país (cf. subseção 1.1.3). Foram, então, condenados a viver à margem de ambos os governos e (por que não) das histórias (legitimadas) desses países.

*SD26: Muchos olvidan o TAL VEZ desconocen que la base del sostén popular de Adolf Hitler en Alemania radicó en su **promesa de "devolver" sus "legítimas tierras" a los supuestos genuínos herederos de los antiguos pueblos germanos de la época medieval**, versión nazi de los "pueblos originarios" de hoy en esta parte del mundo.*

*Apoyado por masas eufóricas hasta la histeria por su reconocida elocuencia, Hitler llevó la retórica a la práctica, como lo están haciendo o intentando hacer ahora muchos de sus disimulados sucesores modernos. **Ocupó militarmente los que él consideraba históricos territorios de***

asentamientos germánicos invadidos por "usurpadores extranjeros", equivalentes a los que aquí llaman "brasiguayos".

(...)Ejemplos de la tremenda violencia que **engendra la xenofobia y la evocación ultranacionalista al mito de la "pureza" étnica o nacional los hay a montones, en todas las épocas, en todos los continentes.** Sería muy triste que no tomásemos nota de lecciones tan categóricas de la historia. Desde hace un tiempo, el Paraguay está caminando peligrosamente por la cornisa. Sectores claramente interesados en sacar rédito político y beneficios económicos cada vez más **están consiguiendo introducir en el imaginario colectivo la idea de que colonos inmigrantes que viven, trabajan e invierten hace treinta, cuarenta y más años en el país, muchísimos de ellos ya nacidos aquí, son de alguna manera enemigos, saqueadores de las tierras y los recursos de los "auténticos paraguayos", como si tal cosa existiese..** (ABC, 22/01/2012a, grifo nosso)

SD27- Independientemente a lo pautado por la Constitución Nacional, nadie en el Paraguay podría adjudicarse derechos de linaje (ver artículo: "Todos somos extranjeros". ABC, enero de 2011), **pues sería tarea inútil intentar establecer diferencias con base en nuestra procedencia.** Especialmente porque los limitados y esporádicos contingentes migratorios radicados en el Paraguay en siglos pasados se han aclimatado o "paraguayizado" tan rápidamente que han sido los gestores de nuestra cultura, pioneros de nuestras empresas, protagonistas esenciales de nuestras actividades deportivas, y sus descendientes **hasta dieron la vida por la patria.** (ABC, 08/02/12, grifo nosso)

SD28 – “Yo quiero seguir siendo paraguaya. (...) Los brasileros no tienen responsabilidad de haber adquirido tierras dentro de los límites de frontera no permitidos por la Constitución, ni de bien usar los recursos naturales que lastimosamente nuestra gente no supo aprovechar, ni de crear fuentes de trabajo para nuestros compatriotas rurales (por llamarlos de alguna manera) en su mayoría tan tristemente carentes de capacitación. Pero si nosotros mismos, **nos acostumbramos a usar ese término "brasiguayos" ¿Será que no estamos dando pie a que en 20 años o menos se quieran independizar y formen "Brasiguay y Paraguay" como pasó con Checoslovaquia?** Ellos siempre se diferenciaron y al checo le molestaba el eslovaco, y vice-versa. **Pueden vivir en Paraguay, pueden ser paraguayos o brasileros, o tener ambas nacionalidades.** Pero aunque esté casada con uno de "ellos", no me gusta esa palabra y mucho menos la forma en que se va arraigando. (ABC, 13/03/12, grifo nosso)

SD29- “Acá estamos en un gran dilema, estamos creando una Franja de Gaza. Si nos vamos a Brasil, nos llaman 'brasiguayos', ahora si estamos acá nos llaman brasileros, entonces **no tenemos más patria,** y tenemos que formar como en la Franja de Gaza”, señala el productor. (...) “Hace 32 años estoy acá y tengo cuatro hijos paraguayos. Desmotiva, y los hijos de los inmigrantes de los paraguayos van perdiendo **el amor por la patria, porque prácticamente dicen por ellos que no son paraguayos**”, indicó a Radio Cardinal. (ABC, 27/03/12, grifo nosso)

Essas sequências acima são diferentes das do bloco anterior e discursivamente provocam deslocamentos-rupturas nos saberes da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”. A essa formação discursiva, a designamos, como afirmamos anteriormente (cf. seção 3.3), de “FD do direito de ser cidadão (brasileiro e/ou paraguaio)”, uma vez que

está em jogo não apenas o reconhecimento de ser ou não um paraguaio puro, mas o de ser reconhecido pelo Estado como cidadão: seja cidadão paraguaio, seja como cidadão brasileiro.

SD26, dessa forma, marca uma oposição aos dizeres do “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”. É evocada pelo sujeito a história dos nazistas alemães que lutavam pela “legitimidade da terra”, já que se consideravam os genuínos herdeiros, o povo originário. O sujeito, em SD26, filiado aos dizeres contrários ao ultranacionalismo, retoma a memória dos desmandos cometidos por Hitler e a alinha ao que ocorre com os atuais brasiguaios, que sofrem por não se enquadrarem na pureza paraguaia esperada para seu “povo originário”. O que vem acontecendo no Paraguai, para SD26, não é novo, mas se filia a discursos xenófobos que já se praticavam à época de Hitler. Essa parte da história oficial, que a humanidade tenta esquecer, insurge em um outro lugar, pelo fio da memória. Trata-se da incorporação de uma memória de outro lugar, de outro tempo, ou seja, um discurso outro que se atravessa aqui para marcar a proximidade dos fatos, embora estejamos em tempos-espacos distintos. Ao retomar o nazismo, filia-se a um discurso que coloca o brasiguai no lugar da vítima, do perseguido, e faz surgir como atualidade elementos do nazismo (como a disputa pela terra etc.), que foram deixados no esquecimento. Tais discursos voltam à tona, em um outro lugar, com suas particularidades, trazendo o receio de que o passado volte a ser presente. O sujeito, em SD26, opõe-se à exaltação promovida por um nacionalismo dogmático paraguaio, por se filiar a ideais nazistas que, em nome de uma pureza étnica ou nacional, produzem um sentimento xenófobo em relação aos brasiguaios.

Esse sentimento, para SD26, vem produzindo um imaginário coletivo de que os *“colonos inmigrantes que viven, trabajan e invierten hace treinta, cuarenta y más años en el país, muchísimos de ellos ya nacidos aquí, son de alguna manera enemigos, saqueadores de las tierras y los recursos de los ‘auténticos paraguayos’”*. Tal imaginário foi construído por meio do trabalho sobre o revisionismo historiográfico na ditadura de Stroessner e produziu um efeito de legitimação sobre a língua guarani e a verdadeira história do Paraguai, pondo a imagem do Marechal López como símbolo máximo dessa história (cf. subseção 1.1.3). Ao oficializar essa interpretação, os referidos trabalhos, que se situam neste viés (A versão Imperialista – a segunda direção possível para compreender a Guerra do Paraguai, como apontamos no capítulo I – cf. subseção 1.1.2), colaboraram para o imaginário de que os brasiguaios “são de alguma maneira inimigos, saqueadores

de terra”. Colam-se os brasiguaios à imagem dos bandeirantes, do inimigo, daquele que no passado foi responsável pela destruição do Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança. Inseridos nesse outro lugar, o sujeito de SD26 resiste ao discurso de que haja “autênticos paraguaios” (os paraguaios “puros”) e, portanto, resiste à representação dos brasiguaios como inimigos, saqueadores de terras. É em outra FD que o sujeito de SD26 se situa, é uma outra memória que o sujeito “lembra” e põe em conflito com a memória institucionalizada, a memória oficial, que produz o imaginário de que os paraguaios puros são os que têm direito à terra paraguaia e aqueles que não se enquadram nessa categoria são inimigos, saqueadores.

Em SD27, põe-se em xeque o “direito de linhagem”, porque são “todos estrangeiros” e se “aparaguaizaram” ao longo do tempo, apesar da *Constituição Nacional do Paraguai* parecer fazer uma distinção (cf. seção 3.2). E é essa distinção que está em jogo nessa outra FD, já que se busca o reconhecimento legal do direito de ser cidadão paraguaio e/ou brasileiro. Os argumentos de que os estrangeiros ajudaram a desenvolver a cultura e “deram a vida pela pátria” funcionam em um posicionamento de resistência frente aos saberes da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”. Ao contrário da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, as imagens construídas em torno dos brasiguaios são de que eles lutam pela pátria paraguaia e que não são, portanto, inimigos dela. Há uma inversão nas imagens construídas sobre os brasiguaios. As imagens construídas sobre os brasiguaios, a partir da “FD do direito a ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”, colocam-nos num lugar de impulsionadores da economia paraguaia: “*los gestores de nuestra cultura, pioneros de nuestras empresas, protagonistas esenciales de nuestras actividades deportivas*”.

É em SD28 que observamos que a questão não se trata apenas de um nacionalismo paraguaio, mas da busca pelo reconhecimento à cidadania paraguaia, que não necessariamente é perpassada por questões nacionais. Ocupando a posição social de paraguaia, em SD28, o sujeito resiste aos discursos que o põe na condição de não paraguaia, por ser casada com um brasileiro. “Eu quero seguir sendo paraguaia” é o desejo do sujeito-paraguaio, em SD28, e o desejo de muitos outros habitantes do Paraguai, que não têm o direito à cidadania paraguaia. Nesse sentido, é questionada a designação “brasiguaios” e as consequências de seu uso, já que ela pode gerar um movimento separatista e a criação de um país distinto do Paraguai, o “Brasiguai”, como já ocorreu em outros países, a exemplo da Checoslováquia. Assujeitado aos saberes da “FD do

direito de ser cidadão (paraguaio/brasileiro)”, o sujeito resiste ao discurso de um nacionalismo dogmático, que, a partir de um “nós”, determina aqueles que podem (e os que não podem) fazer parte do Paraguai. Há, com isso, a negação da designação “brasiguaios”: é preciso negar esse lugar para que se produzam outros (novos) lugares a partir dos quais esses sujeitos possam significar(-se). A negativa desse lugar social ocupado pelos brasiguaios (que se materializa na negação do uso da própria designação) é um movimento de resistência ao não-pertencimento ao qual são submetidos. Não importa que sejam brasileiros, paraguaios ou tenham ambas a nacionalidade, no entanto o uso do termo “brasiguaios” os afasta do pertencimento a uma dessas nações e os colocam numa região à margem. É preciso afastar-se deste lugar, a ameaça e a inexistência, para que se continue a ser paraguaio, brasileiro, e não brasiguaiio, que remete ao não-pertencimento, ao separatismo, como ocorrera em outros momentos da história.

Em SD28, àqueles a quem é negado o direito de ser cidadão, resta-lhes criar uma “Faixa de Gaza” e viver sem pátria, ser apátridas (os sujeitos não se reconhecem em um dos lados da linha imaginária da fronteira e, portanto, não conseguem pertencer aos do lado de “cá” ou os do lado de “lá”, ou seja, não se subjetivaram em uma das “comunidades imaginadas” brasileira ou paraguaia – cf. seção 1.2). Nesse *entrelugar*, os sujeitos são levados a resistirem aos discursos de um nacionalismo dogmático e a buscarem um lugar para se reconhecerem cidadãos. Para esse grupo social, não há vantagem em ser de naturalidade brasileira ou paraguaia, porque eles são apenas os brasiguaios e, dessa forma, não têm direito nem de ser cidadão paraguaio, tampouco de ser cidadão brasileiro. Nessa outra FD, falando de outra posição, os sujeitos não são interpelados por uma “FD do nacionalismo paraguaio”, pois nela não há mais espaço para eles: foram relegados a não fazer parte nem da pátria brasileira, nem da paraguaia. “Desmotivados” e “perdendo o amor pela pátria”, os sujeitos reproduzem os discursos do não-pertencimento, da negação do direito de ser cidadão, mas a estes discursos resistem e, talvez, sejam levados a transformá-los. Inseridos nesta formação discursiva e ocupando um outro lugar, as representações que se constrói sobre (e pelos) brasiguaios leva em consideração esse *entrelugar* e sua parte na história, que lhes é negada (a partir desse *espaço-entre* projeta-se um outro lugar para que os sujeitos brasiguaios possam inscrever-se – cf. seção 1.2).

Dessa forma, observamos que há, muitas vezes, um trabalho político da história oficial sobre a memória, a fim de reconfigurá-la para construir uma nova história a ser lembrada como a leitura possível sobre o acontecimento (a exemplo dos revisionismos

históricos sobre a Guerra do Paraguai – a qual foi recontada, reacentuada, de diferentes maneiras ao longo desses quase 160 anos – cf. subseção 1.1.2); em outras, há uma tentativa de apagamento da história (dos acontecimentos históricos) por meio da construção de uma memória (*esquecem-se* os acordos políticos entre o Brasil e o Paraguai que fizeram os atuais brasiguaios trabalharem em solo paraguaio e *lembra-se* o fato de eles não serem “paraguaios puros” e que, portanto, não podem ter os mesmos direitos que um “paraguaio puro”, esquecendo-se que muitos dos próprios “paraguaios puros” são descendentes de estrangeiros – a exemplo do herói nacional Solano López – cf. subseção 1.1.3). Em todo o caso, na ação da história sobre a memória ou no forjamento de uma memória sobre a história, o que vai se produzindo são tramas de memórias que, vinculadas a determinadas formações discursivas, são condições necessárias para a filiação do sujeito em uma rede de sentido.

Nessas duas formações discursivas, observamos que esses acontecimentos históricos são inscritos de forma distintas em cada FD. Na “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, os saberes produzidos pelos revisionismos acerca da Guerra do Paraguai (que parece que já foram impulsionados pelos saberes decorrentes da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”) e a chegada dos brasileiros no Paraguai, por meio dos acordos políticos entre o Brasil e o Paraguai, foram assimilados de maneiras diferentes por essa formação discursiva e dissolvidos na própria FD. Em outras palavras, tais acontecimentos e práticas discursivas geradas a partir deles foram absorvidos nessa FD e passaram a constituir parte dessa memória, a qual é lembrada quando é preciso definir “o paraguaio puro” e o pertencimento à terra paraguaia. Esses discursos produzidos por meio do revisionismo histórico se diluíram na memória de um nacionalismo paraguaio, o que precisa ser lembrado (aquele que se identifica com as datas comemorativas e o Panteão dos heróis – os “lugares de memória” que materializam os discursos que circulam nessa FD); enquanto que os acordos políticos para a entrada de brasileiros no Paraguai foram “absorvidos” como uma empreitada para garantir o crescimento do país, e as contradições advindas desses acordos foram relegadas ao esquecimento. O que mudou com o fim do crescimento econômico no Paraguai e as dificuldades socioeconômicas advindas com ele, esse acontecimento histórico, portanto, vai culminar na “desregulação” dos “implícitos” dessa FD. No entanto, apesar dos abalos ocasionados por esse acontecimento, no jogo de forças na FD, ela reprimiu esses sentidos e os afastou de sua memória predominante (a FD é heterogênea e a memória

predominante é a que está mais próxima da forma-sujeito da FD – cf. seção 2.2). Esses sentidos ficaram esquecidos e são eles os responsáveis pela heterogeneidade dessa formação discursiva, pois são sentidos que vêm para “desregular” a ordem já estabelecida, o que permite que haja a contradição dentro da FD e que o sujeito se contra-identifique com os saberes da formação discursiva.

Por outro lado, esses novos sentidos, ocasionados pelo fim do crescimento econômico no Paraguai e agravada pela problemática da concentração de terras existente no país, serão absorvidos pela “FD do direito de ser cidadão (paraguaio e/ou brasileiro)” e serão usados por essa FD para legitimar os dizeres dos sujeitos inseridos nessa formação discursiva. Tal acontecimento incorpora, nessa FD, o dilema do imigrante brasileiro no Paraguai que não tem direito à terra paraguaia e à terra brasileira, tampouco a todos os direitos advindos de ser cidadão de um desses países. Inserido nessa formação discursiva, a imagem que os brasiguaios constroem sobre o ser brasileiro e/ou o ser paraguaio, ou seja, das vantagens de ser cidadão de um desses países e as desvantagens de viver à margem, sem direitos políticos, como se fora a Faixa de Gaza, constrói a memória predominante dessa FD. Nessa posição-sujeito, os brasiguaios inserem-se em uma memória (que apesar de ser historicamente recente – o surgimento da designação “brasiguaios” apresenta pouco mais de 30 anos) remete à luta de um povo em busca de uma *Terra prometida* para chamá-la de *sua*, aos desbravamentos do oeste pelos bandeirantes, assim como à própria condição de viver na fronteira, materializada pela comparação com a Faixa de Gaza e, sobretudo, por meio da própria designação “brasiguaios”, pois “que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?” (NORA *apud* COURTINE, 2006, p. 9).

Na “FD do direito de ser cidadão (paraguaio e/ou brasileiro)”, é lembrada a luta pelo reconhecimento da cidadania brasileira e/ou paraguaia e o direito à terra paraguaia, fato que se materializa pela própria designação “brasiguaios” que funciona como um “lugar de memória” para essa FD, pois, a nosso ver, apesar da designação não ser algo materializado – no sentido de ter uma existência no mundo para comemorar e cultuar –, o surgimento da palavra “brasiguaios” (enquanto materialidade significativa) funciona como “discurso fundador” (Orlandi, 2003), com o qual os sujeitos na “FD do direito de ser cidadão (paraguaio e/ou brasileiro)” se identificam e, a partir dessa FD, é regulado o que *pode e deve ser* dito/lembrado. A designação “brasiguaios”, nessa FD, não só remete à dupla nacionalidade, mas a uma dupla memória histórica/coletiva (a brasileira e a

paraguaia) que não é possível esquecer, pois é lembrada no processo de atualização da designação “brasiguaios”. Nessa posição sujeito, então, inseridos na “FD do direito de ser cidadão (paraguaio e/ou brasileiro)”, ao mesmo tempo em que muitas vezes tentam negar-se enquanto brasiguaios, identificam-se com esta designação, a qual remonta a uma memória que é preciso lembrar e resistir para não esquecer.

Inseridos nessas formações discursivas e ocupando diferentes posições sujeitos, a designação “brasiguaios” é atualizada de diferentes maneiras. No entanto, por meio do efeito de transparência, há um trabalho de homogeneização de um grupo social que é muito heterogêneo. A designação “brasiguaios” produz um certo encobrimento não só do quanto distintos são os brasiguaios entre si, mas dos diferentes percursos que os levaram a essas terras e também das diferentes FD a partir das quais falam (e são falados) esses sujeitos. Por isso nos processos de definição sobre a designação “brasiguaios”, observamos diferentes famílias parafrásticas atuando na construção de dizeres sobre quem são os brasiguaios, pois, dependendo de onde eles são falados, teremos definições diferentes sobre quem são os brasiguaios. É na/pela contradição que continuaremos a observar como essa designação trabalha (e é trabalhada) na construção e atualização de uma memória e na fixação de representações sobre os brasiguaios.

3.5A construção do mosaico sobre o ser brasiguaiio

Pudemos observar, até o momento, que diferentes dizeres são mobilizados pela mídia brasileira e paraguaia para representar os brasiguaios. Tais dizeres estão alicerçados em diferentes verdades produzidas pelo discurso historiográfico que, por meio dos trabalhos da memória, vão sedimentando-se e tornando-se representativos sobre esses sujeitos. Com isso, uma das memórias (a memória oficial) se instaura como verdade única, mas outros dizeres, provenientes de memórias reprimidas, insurgem no fio do discurso, apresentando um outro olhar, uma outra versão, para pensarmos os brasiguaios. Essas outras memórias trazem à tona a heterogeneidade em torno desses sujeitos, trazendo consigo dizeres que vão construindo outras verdades sobre eles.

Para compreendermos como esses discursos vão construindo verdades sobre os brasiguaios, retomaremos o nosso caminho iniciado nas seções anteriores e vamos

sintetizar as diferentes representações que são construídas em torno dos brasiguaios. Determinadas representações são oriundas de dizeres já “estabelecidos” sobre os brasiguaios, outras são mobilizadas de acordo com as necessidades políticas da situação. O que observaremos, assim, é que diferentes representações sobre esses sujeitos são possíveis porque os sujeitos estão inseridos nos diferentes saberes das formações discursivas por nós apresentadas, que determinam o *que deve e pode ser dito* e a memória que *pode e deve ser* lembrada, enquanto outras estão esquecidas ou interdidas. Esse antagonismo entre a “FD do nacionalismo dogmático paraguaio” e a “FD do direito a ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio” produz lugares sociais e políticos diferentes para os brasiguaios e é “pelo viés da imprensa que tomamos conhecimento dos argumentos destas diferentes subjetividades sociais. É a mídia que dá maior importância ou menor visibilidade ao movimento, maior ou menor fidelidade a suas demandas” (INDURSKY, 2003, 56). A forma que a designação “brasiguaios” é retomada no fio do discurso marca o lugar social ocupado e atribuído a esses sujeitos. Assim, o nome vai fazendo a fronteira (ZOPPI-FONTANA, 1999) entre os brasiguaios que merecem a cidadania paraguaia e os brasiguaios que não a merecem, entre os que merecem ter direito à fala e os que não merecem, ao delimitar e separar os brasiguaios ricos dos pobres: o grande proprietário do brasiguai marginalizado.

Daí insistirmos em compreender como o discurso historiográfico ecoa no discurso midiático, determinando o olhar que teremos sobre os brasiguaios. Diferentes representações são construídas em torno desses sujeitos: um grande mosaico de dizeres que carregam consigo memórias e verdades.

3.5.1 Os vilões

Entre as representações veiculadas pela mídia sobre os brasiguaios, destacamos nesta seção as que tendem a colocar esses sujeitos na posição de vilões em relação aos conflitos pela posse de terra no Paraguai. Tais representações estão sustentadas em discursos que fazem trabalhar uma memória do Brasil Imperialista, cujos dizeres se sustentam, como vimos no capítulo I (subseção 1.1.3), no revisionismo historiográfico iniciado no Paraguai na década de 1930 e ampliado durante a ditadura de Stroessner. Ao recontar a Guerra do Paraguai, houve uma inversão na forma pela qual a Guerra era vista

até então. A memória histórica construída em torno da necessidade do Brasil, juntamente com o Uruguai e a Argentina, de salvar o Paraguai do atraso econômico (a leitura que é difundida no Brasil no período e posteriormente à Guerra) é reconfigurada a partir do olhar do paraguaio e é recontada como mais uma forma de expansionismo dos países vizinhos sobre o território paraguaio. A Guerra, além de ter sido uma tentativa dos países aliados destruírem o Paraguai, foi uma forma do Brasil demonstrar sua soberania na região. Nesse sentido, a memória histórica que passa a ser construída e incorporada nos livros didáticos paraguaios é a memória da união da Triple Aliança contra o Paraguai e o genocídio provocado pela união desses países.

No entanto, apesar da derrota, a mulher paraguaia (*La Residenta*) reconstrói o país e difunde entre seus filhos a língua guarani, que é tida como símbolo da resistência desde a colonização paraguaia. Dessa forma, Solano López, antes acusado pela derrota da Guerra e considerado no lado brasileiro um ditador, passa a ser visto como herói nacional. A figura de López é mistificada e o momento de sua morte é recontado pelos livros de História. Dessa forma, Galeano (2000, p. 272) remonta à famosa frase, supostamente dita por Solano López, “Morro com minha pátria” para evidenciar a importância deste na história da América Latina. Chiavenato (1986, p. 161), por sua vez, narra os últimos minutos de vida do “herói”: “No dia 1º de março de 1870 (...) finalmente alguns soldados brasileiros cercaram Francisco Solano López à margem do riacho Aquidaban-nigui e os intimaram a render-se. Negando-se, avançou a cavalo contra os soldados, e exclamou: ‘*¡Muero con mi pátria!*’”. Dessa forma, a imagem construída sobre a morte de Solano López nessa “segunda direção possível” de interpretação sobre a Guerra do Paraguai (cf. subseção 1.1.2), fortemente difundida na ditadura de Stroessner, é responsável, não só pelo misticismo em torno de López, mas também pela “consolidação” de um sentimento nacionalista no Paraguai, que exclui aqueles que não fazem parte dessa história ou nela não se reconhecem.

Assim, a memória histórica construída sobre o acontecimento histórico da Guerra do Paraguai, ainda que não apareça explicitamente nos recortes por nós selecionados, é mobilizada para se falar dos brasileiros, pois eles são aqueles que destruíram o Paraguai e subtraíram parte de seu território. A perda do território, dessa forma, é uma ferida aberta na relação Brasil-Paraguai que não cessa de produzir efeitos, de produzir sentidos, principalmente para o paraguaio que tem na cartografia, como afirmamos no capítulo I (cf. subseção 1.1.2), a marca (a cicatriz) palpável das perdas territoriais para o

Brasil. O brasileiro e, conseqüentemente, o brasiguaiio é o inimigo, a ameaça que é preciso afastar para manter a soberania nacional.

SD30: Segundo Federico Ayala, líder do assentamento Santa Lucia, em Ñacunday, outros **dois "carperos" foram mortos por "brasiguaios"** na região nos últimos meses. Ele diz que **um jovem foi atropelado propositalmente por um caminhão de Favero, e que outro foi alvejado enquanto passava por uma de suas propriedades.**

"Todo brasileiro na área é inimigo dos camponeses. Eles estão aqui ilegalmente, são usurpadores", afirma Ayala. [...]

Nem todos os líderes sem-terra, porém, adotam discurso tão inflamado contra os "brasiguaios". Principal dirigente da Liga Nacional de Carperos (LNC), um dos maiores movimentos sem-terra paraguaios, José Rodríguez diz à BBC Brasil que **"para nós não existem brasiguaios".**

"Ou são brasileiros, ou são paraguaios. Não somos contra os brasileiros legalmente estabelecidos no Paraguai, mas sim contra a outorga ilegal de terras a estrangeiros".

Segundo ele, porém, "lamentavelmente os brasileiros são a maioria entre esse grupo".

"Eles se assumem como brasileiros ou paraguaios conforme a conveniência. E tentam difundir a falsa ideia de que somos xenófobos".

(FSP, 27/06/2012, grifo nosso)

SD31: *Seguidores del Partido Tekojoja iniciaron ayer movilizaciones en el departamento de Alto Paraná en protesta por la colonización brasileña en la región y en favor del Presidente de la República. [...] Los manifestantes sostienen que los brasiguayos son los invasores y no los sintierras, quienes como paraguayos tienen derecho a un pedazo de tierra para sembrar.* (ABC, 22/07/2011, grifo nosso)

Em SD30, inserido na "FD do nacionalismo dogmático paraguaio" e ocupando a posição-sujeito dos *carperos*, as terras ocupadas pelos colonos brasiguaios são ilícitas, já que eles não são paraguaios puros. É atualizado, a partir desse lugar ocupado pelos sujeitos *carperos*, um termo relacionado à guerra para se referir aos brasiguaios: inimigos. A partir de sua posição de líder dos *carperos*, esse sujeito apresenta direito à fala e tem sua voz, por meio do discurso direto, presente no jornal. Ainda que sua voz esteja editada, ele pode defender-se e acusar o que ou quem o incomoda. Dessa forma, utiliza-se de um processo de universalização, por meio do jogo indeterminação (todo) e determinação (brasileiro), para definir quem são os seus inimigos: "todo brasileiro na área". Assim, qualquer brasileiro, independentemente de ser brasiguaiio ou de sua posição social, é considerado inimigo, pois estão no país ilegalmente, usurpando terras que não lhes pertencem. A personificação do inimigo (como veremos à frente) gira em torno da figura polêmica de Tranquilo Favero, que é acusado pelos sem terras paraguaios de possuir

terras ilegais e de incitar a violência, como podemos observar em SD30, ao ser acusado pelo atropelamento de um jovem por um de seus caminhões e de alvejar a um homem que passava por uma de suas propriedades. Essas atitudes relacionadas à figura de Tranquilo Favero endossam ainda mais os problemas relacionados a paraguaios e a brasiguaios, já que Favero é discursivizado, a partir da posição dos *carperos*, como representativo sobre quem são os brasiguaios. Ou seja, o brasileiro fazendeiro rico que manda e desmanda em terras paraguaias.

Ao retomar os dizeres da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, o sujeito afirma que não existem brasiguaios, mas brasileiros ou paraguaios, silenciando, com isso, o fato de esses sujeitos carregarem consigo o duplo vínculo com esses Estados. O problema, no entanto, não são os brasileiros em si, mas “a outorga ilegal de terras a estrangeiros”, cujos maiores beneficiados são os brasileiros. Não é questionado, a partir desse lugar ocupado pelo sujeito, a legalidade das propriedades dos brasiguaios, mas a legitimidade do direito à posse por parte dos *carperos*. A partir do lugar ocupado pelos *carperos*, “o *legítimo* se sobrepõe ao *legal* e a *posse* à *propriedade*” (INDURSKY, 2003, p. 58, *grifo da autora*), pois, ainda que os brasiguaios tenham legalmente a propriedade, é legítima a luta dos *carperos* pela posse da terra, já que eles, enquanto paraguaios “puros”, deveriam ser os verdadeiros donos da terra. Os brasileiros, além de serem detentores de terras que não são suas, jogam com o duplo vínculo brasileiro e paraguaio a partir de seus interesses e difundem a “falsa ideia” de que os paraguaios são xenófobos.

Também inserido na posição-sujeito dos *carperos*, em SD31, o sujeito é contra a colonização brasileira na região do Alto Paraná e a favor do governo do Presidente Fernando Lugo, que tem o apoio de movimentos sociais, entre eles os dos sem terras. Inserido nessa posição, é atualizada a memória da colonização brasileira e de que os brasiguaios são os invasores de terra, e não os sem terras, que precisam de terras para trabalhar. Aos brasiguaios, nessa sequência discursiva, é atribuída a definição de “invasores”, o “inimigo” que é preciso combater. Assim, a partir desse lugar, é enfatizada a legitimidade da luta pela terra e o direito à posse dos sem terras paraguaios, porque eles são os paraguaios “puros”, enquanto os brasiguaios são os brasileiros, o *outro*. Esse direito é sustentado por dizeres que são construídos em torno da ideia de nação. A legitimidade do direito à posse de terra por parte dos *carperos* não se sustenta apenas no fato de que determinados segmentos da sociedade possuem excesso de terras, mas, sobretudo, por haver brasileiros (brasiguaios) com terras enquanto paraguaios “puros” (os

sem terras) não as têm. No caso da nação paraguaia, como observamos no capítulo I (cf. 1.1.1), esses dizeres se tornam ainda mais fortes em relação aos brasileiros, pois são eles os acusados de tentar destruir o país para anexar parte de seu território e o receio de uma nova subtração do território é latente no discurso de parte dos paraguaios. É por meio desse jogo construído em torno da nação paraguaia que, a partir do lugar de *carpero*, constrói-se uma vilanização dos brasiguaios: o (neo)colonizador brasileiro que usurpa a terra paraguaia.

SD32: Segundo López [Victoriano López – líder de grupos camponeses no Paraguai], **cerca de 167.000 hectares das terras pertencem ao Estado, e foram negociadas por militares e ex-colaboradores do regime do ditador Alfredo Stroessner (1954-1989) para serem revendidas a colonos brasileiros.**

López assegura que o principal favorecido pelas ricas terras do Paraná é **Tranquilo Favero, um brasileiro nacionalizado paraguaio e conhecido como "o rei da soja"**, com cerca de 400 mil hectares no departamento. (FSP, 28/05/2012, grifo nosso)

SD33: *En la nota firmada por la periodista Laura Capriglione, se lo presenta a Favero como un brasileño rico que vive en Paraguay, "país que hasta hoy lame las heridas de la derrota humillante sufrida en la guerra contra Brasil, Argentina y Uruguay, el siglo XIX".*

*Relata que el nombre de Favero aparece grabado en incontables lugares en la zona de Ñacunday. La frase utilizada es "Favero cue" (fue de Favero). La inscripción aparece en remeras "que orgullosamente visten los sintierras". **Agrega que hace 42 años Favero se instaló en Paraguay.** Descubrió el país inmediatamente después de la inauguración del Puente de la Amistad, construido entre Foz del Iguazú y Ciudad del Este. "Se fue solo a mirar y encontró que era tierra extraordinaria. El precio, un dólar cada hectárea y con escritura. **"Vendiendo 50 hectáreas de tierra en Paraná (Brasil), daba para comprar 5.000 hectáreas aquí"**, relata Favero. Según el productor, en aquella época, cuando se hablaba de Paraguay era para dar noticias de que un brasileño cruzó la frontera, huyendo de la Justicia. Hoy hay 300.000 brasiguayos en el país.*

Favero asegura que los "sintierras" insisten en un sistema obsoleto de agricultura: "Un sistema a base de carro con buey, usados en la época de mi abuelo. Hoy, si no podemos competir allá fuera, morimos. Usted no es dueño del precio del producto, el precio viene de fuera. Estamos obligados a ser eficientes", señala. (ABC, 14/02/2012, grifo nosso)

SD34: *"Estoy profundamente impactado e indignado por los exabruptos de Tranquilo Favero. Son ofensivos para la dignidad de paraguayas y paraguayos", expresó textualmente el vicepresidente Franco en su cuenta en la red social "Twitter" sobre las expresiones del empresario sojero.*

"Tiene soberbia de bravucón; es imperialista, insensible a la condición humana y siente que está por encima incluso del respeto a la Nación", añadió. (ABC, 19/02/2012, grifo nosso)

Em SD32, por um dos líderes de grupos campesinos, é atualizada a memória histórica de que as terras ocupadas pelos brasiguaios são terras adquiridas no tempo da ditadura paraguaia e, portanto, o direito de propriedade destes a essas terras é ilegal. Elas pertencem ao Estado paraguaio e foi negociada de forma ilícita para favorecer “colonos brasileiros”. Entre os favorecidos por essa venda ilegal está Tranquilo Favero, o “rei da soja”, “um brasileiro nacionalizado paraguaio” que é considerado o maior produtor de soja do Paraguai. Favero, nessa sequência discursiva, não é designado de brasiguai, mas de “brasileiro nacionalizado paraguaio”, pois o lugar social ocupado por ele lhe permite não ficar no *entrelugar*: não ser chamado de brasiguai. Apesar de não ser designado como “brasiguai”, para o sujeito camponês paraguaio, a figura de Favero representa o grande latifundiário brasileiro, o ruralista, responsável pela má distribuição de terras no Paraguai e por um sistema de produção agrícola que fere a tradição agrícola paraguaia.

Como afirmamos no capítulo I (cf. seção 1.1), o Paraguai, por influência da tradição jesuíta, consolidou-se como um país de agricultura de subsistência e que, paulatinamente, abriu-se para a agricultura de produção; no entanto, apesar dessa abertura, o trabalho no campo ainda era marcado pelo trabalho braçal, o que demandava mais tempo no processo de produção e mais gastos na colheita e venda dos produtos. A entrada dos brasileiros no Paraguai, na época das ditaduras paraguaia e brasileira, foi responsável pela mecanização do campo e, por sua vez, pelo aumento da escassez de empregos. Nesse sentido, o camponês, o pequeno agricultor, passou a ter dificuldades em vender e acompanhar o ritmo do mercado agrícola e o ruralista a ter mais poder aquisitivo para comprar as terras dos pequenos proprietários. Favero, assim, é tido como símbolo dessa mecanização que afasta a possibilidade do camponês concorrer no mercado agrícola. Além desse fator, por ser de origem brasileira, Favero é considerado o neocolonizador, fato que é corroborado por práticas dessa figura política. Assim, filiados à FD1, a partir da posição dos camponeses paraguaios, qualquer brasileiro (e Favero é representativo desses brasileiros) é responsável pela má distribuição de terras no Paraguai.

Em SD33, é reportada pelo *ABC Color* uma entrevista concedida por Tranquilo Favero a um jornal brasileiro para falar sobre sua relação com a produção agrícola e o território paraguaio. Nessa entrevista, Favero – filiado à memória oficial contada pelo

vencedor da Guerra, o Brasil – vai construindo o seu discurso a partir da posição-sujeito do neocolonizador, que evoca o seu direito sobre a terra do outro por meio de sua força sobre esse outro, no caso o Paraguai. Filiado à FD2, “a FD do direito de ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”, a posição ocupada por esse sujeito, em virtude da legalidade de sua propriedade, retoma dizeres extremistas para desqualificar o Paraguai (e os paraguaios) e garantir o seu direito de ser cidadão paraguaio, pois os brasileiros ajudaram o país a crescer, tornando-o competitivo internacionalmente no mercado agrícola. São enfatizadas, dessa forma, a derrota “humilhante” sofrida pelo Paraguai, a falta de infraestrutura do país e as terras baratas na região que favoreceram o rápido crescimento de Favero em terras paraguaias. Embora o lugar social ocupado por Favero seja o de grande ruralista, seu discurso se situa na FD2 porque esse sujeito deseja que a legalidade de suas terras seja reconhecida pelos paraguaios como legítima e que possa, finalmente, fazer/ser parte do Paraguai. A posição ocupada por esse sujeito na FD2 se sustenta no direito à cidadania brasileira e/ou paraguaia: no direito de ser aceito sem ter a legitimidade de sua cidadania e suas terras contestadas (cf. nota de rodapé 69, p. 142).

O tempo de permanência de Favero, no Paraguai, assim, aparece como outro indicativo de que esse sujeito tem o direito à permanência na terra. Como afirmamos no capítulo I, o direito *uti possidetis* – quem possui de fato – foi utilizado pelo Brasil para ampliar a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que determinava o lado espanhol e o lado português nas Américas (cf. subseção 1.1.1). O sujeito brasiguai, ainda que seja cidadão naturalizado paraguaio, como é o caso de Favero, sempre tem que justificar a legalidade da sua propriedade e o seu direito, como cidadão, de obtê-la. Para tanto, faz uso do tempo de permanência (42 anos no Paraguai) para legitimar o seu direito à terra, pois ele a possui de fato: utiliza-a. Além disso, é assinalado que foi por meio de pessoas como Favero que o Paraguai deixou de ser um país pouco conhecido para se tornar competitivo. A partir de sua posição, ele se filia aos dizeres dos ruralistas que necessitam ser competitivos “lá fora”, pois são “obrigados a ser eficientes” para manter as vendas e o país na lista dos grandes exportadores. Assim, ao acionar a memória de que o Brasil tem supremacia na região, atualiza-se a memória do bandeirante e do colonizador que foram responsáveis pelo desbravamento da terra paraguaia e sua “modernização”.

Em SD34, o vice-presidente do Paraguai, Federico Franco, afirma que as declarações de Tranquilo Favero “são ofensivas para a dignidade dos paraguaios e paraguaias”. Suas afirmações são imperialistas e “insensíveis à condição humana”. É

atualizada a memória do brasileiro imperialista que não tem escrúpulos para conseguir o que se quer. No entanto, apesar de ofender a dignidade dos paraguaios e paraguaias, as afirmações de Favero, sobretudo, estão acima do respeito à nação. Filiado à “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, o ideal de nação paraguaia está acima inclusive da condição humana para SD34. O respeito à nação paraguaia é tido como indicador de um paraguaio “puro” e os brasiguaios, sendo representados pela figura de Tranquilo Favero, não podem ter os mesmos direitos dos paraguaios, pois não respeitam a nação. Os brasileiros e, conseqüentemente, os brasiguaios são os imperialistas e os neolonizadores: vilões que estão acima do respeito à nação paraguaia.

3.5.2 As vítimas

As representações veiculadas pela mídia a partir do revisionismo paraguaio, conhecida por “Imperialismo” ou “segunda direção possível” (que destaca o imperialismo brasileiro na região e valoriza a superação paraguaia após a Guerra do Paraguai) tendem a qualificar os brasiguaios como os neocolonizadores, os imperialistas que usurparam as terras paraguaias e não respeitam os símbolos nacionais e a nação paraguaia. Nesse sentido, a figura de Tranquilo Favero é tida como representativa dos brasiguaios, por ocupar terras que não são suas por “direito” e se impor sobre os paraguaios. Os sem terras, filiados à “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, representam os brasiguaios como um todo homogêneo, como observamos na seção 3.3 deste capítulo, a ameaça da qual é preciso se preservar. Nesse sentido, qualquer brasileiro na área paraguaia é inimigo, já que é potencialmente um neocolonizador. Essa memória é comumente mais mobilizada no *ABC Color*, jornal paraguaio que atualiza a memória e o ranço do expansionismo brasileiro no Paraguai e da derrota na Guerra para se referir ao brasiguai, o *outro*, o estrangeiro. Ainda que essa imagem não seja a única, é ela que aparece fortemente nos discursos reportados (discurso direto e indireto) pelo jornal como indicativo de que é preciso ter atenção com os brasileiros na área, pois eles são a ameaça de uma nova colonização na região.

Por outro lado, apesar dessa vilanização dos brasiguaios, é possível observamos, nos jornais por nós analisados, um movimento contrário: o da vitimização. Pelas vozes de parte dos brasiguaios, a quem são permitidos o direito à fala, é atualizada uma outra

memória sobre sua relação com o Paraguai. Como já observamos na seção anterior, por meio da voz de Tranquilo Favero, são enfatizadas as vantagens alcançadas com os brasileiros no Paraguai e, em contrapartida, a negação de sua história e importância para o crescimento do país. Filiado à “FD do direito a ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”, os brasiguaios, que comumente são representados como um todo homogêneo, têm sua heterogeneidade exposta: outras histórias sobre os brasiguaios insurgem e memórias silenciadas vêm à tona. Os brasiguaios são representados, assim, com as vítimas do mau planejamento dos acordos políticos entre o Brasil e Paraguai.

*SD35: Ademir es de origen brasileño, pero **prácticamente toda su vida transcurrió en nuestro país**. Tiene 53 años, **de los cuales 38 dedicó a trabajar en tierra paraguaya**.*

Se puede calificar a Ademir como un "brasiguayo", dado que nació en Brasil, pero lleva viviendo más tiempo en Paraguay, donde nacieron sus dos hijos. Ademir Junior tiene 29 años y Helena Cristina, 25. Ambos son paraguayos y seguirán trabajando la tierra que hoy pertenece a sus padres. El mayor temor de Ademir es perder su tierra, es lo único que puede dejar de herencia a sus hijos, por quienes trabajó duro a lo largo de su vida en Paraguay. "Es todo lo que puedo dejar a mis hijos, no tengo otra cosa", expresó.

Junior y Helena trabajan con su padre, conocen en detalle la tarea agrícola. Ninguno piensa en vivir en otro lugar que no sea su patria, Paraguay. "Mis hijos son paraguayos, nacieron en esta tierra y aquí están luchando para salir adelante", agregó.

[...]

Ademir Rikly reclama el cumplimiento de las leyes. "No pedimos ningún privilegio, nada especial. La ley tiene que ser igual para todos. Sí reclamamos el cumplimiento de las leyes y que se respete nuestra propiedad, que es absolutamente legítima", dijo. (05/07/2011, grifo nosso)

*SD36: Valdeir es padre de dos menores: una niña de 11 años y otra de poco más de dos años. **Dijo que teme por la vida de ellos y que viven momentos de terror**. "A unos 50 metros de mi casa hay un camino, y por allí pasan permanentemente en motocicletas, autos, camionetas. **Se quedan a mirar y a lanzar gestos amenazantes. Es terrorífico lo que estamos pasando**", manifestó. (ABC, 06/02/2012, grifo nosso)*

*SD37: Betu manifestó **que los brasiguayos están viviendo momentos de zozobra, porque los campesinos atropellan las propiedades y actúan con mucha violencia**. "No sabemos quién de nosotros va a ser la próxima víctima; puede ser cualquiera", señaló. (ABC, 22/01/2012b, grifo nosso)*

Em SD35, SD36 e SD37, é dado o direito à fala a proprietários brasiguaios que falam das dificuldades de viver no Paraguai. A partir da posição-sujeito do proprietário brasiguai, nas sequências são enfatizadas a preocupação com a violência sofrida sobre

si e sobre a família, pois os brasiguaios vêm sofrendo com ataques por parte de alguns paraguaios, o que gera a insegurança e o medo iminente de perder suas terras. Em SD35, assim, são enfatizados a origem do imigrante e o tempo em que vive no país “praticamente toda a sua vida”, 38 anos dos 53 que tem. Como na seção anterior, o tempo de permanência no Paraguai é apontado como indício de que a terra é do brasiguai, já que a possui, no caso, há 38 anos e a construção de família no país é outro indicativo de sua aparaguaização, seus filhos nasceram no Paraguai e, portanto, são paraguaios. Entretanto, por serem de origem brasileira, são considerados brasiguaios e sua herança – as terras deixadas pelos seus pais, fruto do resultado do “trabalho duro” – estão ameaçadas, já que é iminente o risco da perda das terras por não serem considerados os legítimos donos: não serem paraguaios “puros”. Seus filhos, por sua vez, também não são considerados paraguaios “puros”, pois não são oriundos dos verdadeiros paraguaios, que são idealizados em torno da “família López”. Ainda que tenham nascido no Paraguai, são filhos do imperialista, do colonizador brasileiro, que usurpa as terras paraguaias em prol de seus interesses.

O desejo do sujeito brasiguai é poder continuar trabalhando em suas terras e permitir a seus filhos que continuem seu trabalho e que possam viver em sua “pátria”, lugar onde desejam continuar suas vidas. Eles já conhecem a “tarefa agrícola” e querem continuar lutando para seguir trabalhando nas terras de seu pai. Dessa forma, desejam que a lei seja para todos e que sua propriedade seja respeitada, já que sua posse é legal. Em SD36, por sua vez, também é enfatizada a construção da família na terra paraguaia e o terror constante que se vive em território paraguaio. As ameaças sofridas e o medo de um futuro incerto são latentes nas sequências discursivas acima.

Em SD37, os camponeses são especificados como os responsáveis pelas ameaças às propriedades dos brasiguaios. Os proprietários brasiguaios, entretanto, possuem documentos que comprovam a compra da terra e atualizam a memória do “trabalho duro” para prosperar no país vizinho, ajudá-lo a crescer. Não negam que as terras foram adquiridas em período ditatorial, mas alegam que foram incentivados a ir ao país e que, sem eles, o Paraguai não seria competitivo internacionalmente. Essa memória, que é atualizada a partir da voz de determinados brasiguaios é, comumente, reprimida ao se falar dos brasiguaios, mas aqui aparece pelo dizer do brasiguai proprietário, aquele que tem direito a (poder aquisitivo para) falar. Os proprietários brasiguaios possuem a

terra e prosperam por meio da mecanização do campo; os camponeses, por sua vez, lutam pelo direito à posse da terra: são paraguaios “puros” e precisam trabalhar.

SD38: Conseguir um pedaço de terra no Brasil é um dos desejos de Bernardino Gella, nascido no Paraguai mas de origem brasileira.

Ele chegou ao acampamento há cerca de três meses, **depois de as terras de sua família terem sido invadidas e a casa de seu irmão queimada.**

Gella - que plantava soja e milho no Paraguai acusa inclusive as autoridades policiais paraguaias de violência contra brasileiros.

"A polícia roubava coisas. Nos chamavam de "brasileiros porcos"", diz.

Outro acampado, o catarinense André Webler, também acusa a polícia de violência e diz que **a hostilidade dos paraguaios para com os brasileiros é motivada por "racismo".**

"Eles são racistas. Tratavam mal a gente", diz.

Webler, **que morou 42 anos no Paraguai**, diz estar mais satisfeito com situação atual, no acampamento.

"Hoje eu me sinto mais feliz debaixo desta lona do que lá no Paraguai. Lá não há segurança, não há garantia", diz. (FSP, 06/05/2010, *grifo nosso*)

Em SD38, o brasiguai é representado como vítima da xenofobia de parte dos paraguaios e a voz que é reportada ao periódico, diferentemente das três sequências anteriores, é a do brasiguai pobre, que não é amparado nem pelo governo paraguaio, tampouco pelo governo brasileiro. Esse sujeito raramente tem direito à fala na mídia brasileira e, mais raramente, na mídia paraguaia, sendo mobilizado para justificar problemas enfrentados no campo. No caso da mídia brasileira, ainda, o brasiguai pobre é falado (ou fala) para demonstrar a incapacidade dos paraguaios de lidarem com as questões latifundiárias e, principalmente, ressaltar a xenofobia por parte de alguns paraguaios sobre os brasiguaios, o que justificaria determinada atitude brasileira na região. Dessa forma, é reforçada a dependência do Paraguai em relação ao Brasil e a necessidade do Brasil, a “soberania da região”, em manter a ordem e a paz.

O movimento trazido, por meio dessa sequência discursiva, também é diferente dos analisados até o momento. Enquanto nas SD anteriores, o brasileiro, que vive no Paraguai há mais de 30 ou 40 anos e que constituiu família no país, luta pelo direito de manter a sua propriedade; o paraguaio, oriundo de família brasileira e, portanto, brasiguai, deseja conseguir um pedaço de terra no Brasil. Filiado à “FD do direito de ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”, o sujeito deseja ter seus direitos assegurados e, apesar de ter nascido no Paraguai, seu país natal não lhe assegura o direito à terra paraguaia,

tampouco o direito à segurança. Ele teve as terras de sua família invadidas e “a casa de seu irmão queimada”. As próprias autoridades policiais paraguaias, conforme SD38, se utilizavam de violência contra os brasileiros, que eram classificados como “porcos”, considerado por alguns como símbolo da “sujeira” e imagem evocada pelo nazismo para justificar sua purificação dos povos. Para o brasiguaiio, essas atitudes apresentam teor “racista” e se concretizam nos maus tratos dados aos brasileiros ou seus descendentes.

Sem apoio das autoridades paraguaias, esses brasiguaiios pobres, apesar de terem nascido no Paraguai ou lá viverem a mais de 40 anos, são obrigados a voltar ao Brasil e se abrigar à margem do Estado brasileiro, em acampamentos de movimentos sem terra. E, apesar de no Brasil também não terem os seus direitos garantidos, dizem estar felizes, pois já não sofrem ameaças. O brasiguaiio pobre, dessa forma, é vítima de um sistema fundiário que possibilita que a alguns sejam concedidas grandes porções de terras, enquanto a outros elas sejam negadas. No caso específico dos brasiguaiios no Paraguai, isso se torna ainda mais complexo porque há os *carperos*, os camponeses paraguaios e os brasiguaiios pobres (a ameaça que é preciso combater) que reivindicam o direito à posse da terra. Apesar dos três grupos sofrerem do mesmo problema: a falta da terra ocasionada pela concentração de terras nas mãos dos grandes fazendeiros (paraguaios e brasiguaiios), os *carperos* e os camponeses paraguaios, filiados aos dizeres da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, se opõem aos brasiguaiios ricos e aos pobres, e não à classe ruralista, responsável pela má distribuição de terras. No entanto, como veremos na próxima seção (cf. 3.6), os grandes fazendeiros paraguaio e brasiguaiio, apesar de divergirem sobre o direito do brasiguaiio ter ou não direito à terra paraguaia, se aliam para favorecer a classe ruralista, independente de nacionalidade. Ou seja, o que observamos é que a disputa pela terra no Paraguai é uma disputa também de classe social, em que *carperos* e camponeses, muitas vezes, são mobilizados para atingir determinado setor da sociedade: os brasiguaiios (sobretudo, os pobres que não têm a quem recorrer), e não a todo e qualquer ruralista.

Isso, no entanto, não significa que a luta desses dois segmentos da sociedade não seja válida, mas que, muitas vezes, o problema da concentração de terras nas mãos dos grandes fazendeiros é desviado, por meio do trabalho político sobre a memória histórica em torno dos brasiguaiios, opondo *carperos* e camponeses paraguaios aos brasiguaiios, o neocolonizador, mesmo quando esse brasiguaiio é pobre e também sofre do mesmo problema daqueles: a falta de terra. Com isso, enquanto os sem terras e os com poucas

terras se opõem, enfraquecendo uma possível Reforma Agrária, os ruralistas ganham ainda mais poder nas decisões políticas e perpetuam a sua posse sobre as terras paraguaias. A naturalização da desigualdade na distribuição de terras no Paraguai, dessa forma, é um efeito da ideologia que faz a realidade se apresentar *como se fosse* transparente e não pudesse ser de outro jeito (cf. seção 2.1). A produção de evidência de que alguns têm o direito de ter grandes propriedades de terras é tida como merecimento de seu esforço e o fato dos brasiguaios pobres possuírem ou desejarem terras paraguaias, apesar de lutarem pelo mesmo direito que os *carperos* e os camponeses paraguaios, é construído como uma evidência de que são usurpadores e, portanto, inimigos. Pelo efeito da ideologia, é trabalhada a memória de que os brasiguaios são os responsáveis pela desigualdade na má distribuição de terras no Paraguai, e não a administração política que favoreceu determinado segmento da sociedade. A luta de classes é, assim, mascarada (a realidade apresenta-se sem contradição) e é trabalhada, por meio de um sentimento nacionalista, a aversão ao estrangeiro, no caso o brasileiro. Com isso, a luta pela terra é desviada da desigualdade decorrente do privilégio de uns em detrimento do bem estar de todos e passa a ser pensada como um problema, exclusivamente, ocasionado pela presença dos brasiguaios na região, sendo os brasiguaios pobres os primeiros a sofrerem intimidações, já que são os mais vulneráveis: não tem a quem recorrer.

Podemos, dessa forma, afirmar que a posse de terras no Paraguai ainda está vinculada a partidos políticos. Assim, como apontamos no capítulo I (cf. subseção 1.1.3), Morínigo (2005) afirma que a terra na década de 1940 passou por uma “coloradizada”, ou seja, a sua posse estava diretamente ligada à adesão ao Partido Colorado, fato que foi consolidado na ditadura de Stroessner na qual se difundiu a ideia de que o Partido Colorado continuava o legado da família López (SOLER, 2007). A chegada de Fernando Lugo à presidência, em 2008, e sua proposta de Reforma Agrária desregulam, em certa medida, a força dos latifundiários paraguaios, já que os sem terras passam a ter representatividade no poder. Assim, como veremos na próxima seção (cf. 3.6), os latifundiários paraguaios, brasileiros e brasiguaios se aliam para a manutenção dos ruralistas no poder por meio do Partido Colorado (partido que os representa), fato que culmina no impeachment de Fernando Lugo em 2012.

A partir das sequências discursivas analisadas nesta seção, então, podemos observar que há dois movimentos de vitimização dos brasiguaios. O primeiro é a vitimização do proprietário brasiguai que tem suas terras reivindicadas por *carperos* e

camponeses paraguaios, mas sua condição social ainda lhe permite lutar pelos seus direitos; o segundo grupo, no entanto, são os dos brasiguaios pobres que são expulsos de “suas” terras e, sem ter a quem recorrer, são obrigados a voltar ao Brasil ou a situar-se “como se fora a Faixa de Gaza”. Muitas são as histórias e memórias em torno dos brasiguaios e elas são trabalhadas segundo o interesse político-econômico em jogo, como veremos a seguir.

3.6 O jogo político Brasil-Paraguai: de problemas a solução

Até o momento, observamos como os brasiguaios são definidos pela mídia brasileira e paraguaia e como o discurso historiográfico, por meio de suas diferentes memórias, ecoa no discurso midiático para representá-los. Nesse sentido, a partir da formação discursiva por meio da qual o sujeito fala (e é falado) as representações sobre os brasiguaios vão mudando: de uma representação mais homogênea para uma mais heterogênea, construindo diferentes definições sobre quem são esses sujeitos. Além disso, duas representações são fortemente atualizadas ao se falar dos brasiguaios: a dos vilões, que tem Tranquilo Favero (o “rei da soja”) como ícone, e a das vítimas, que atualizam a memória de sua importância para o crescimento do Paraguai e o tempo em que estão nas terras paraguaias, mas que hoje não têm direitos, apenas deveres. Está sendo possível observar que essas duas representações são difundidas de modos diferentes no Brasil e no Paraguai. A mídia brasileira ainda não possuiu uma memória consolidada sobre quem são esses sujeitos, tendendo a representá-los como as vítimas: o brasiguai proprietário de terras que quer trabalhar, mas não consegue por causa das constantes ocupações/invasões/dominações de “suas” terras e o brasiguai pobre que, após colaborar com o crescimento do país, é obrigado a retornar ao Brasil. Na mídia paraguaia, por outro lado, a representação do brasiguai como imperialista é construída como se o brasiguai fosse um problema para o país, a ameaça da nova colonização e anexação de terras paraguaias ao território brasileiro. Essa representação, entretanto, é suspensa quando há o interesse político-econômico em jogo, os brasiguaios, que comumente são representados como um problema, passam a ser a solução para a manutenção da relação entre o Brasil e o Paraguai.

Em junho de 2012, o então Presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo, foi levado ao impeachment devido ao “mau desempenho de suas funções”, sendo designado Federico Franco, seu vice-presidente, para assumir a presidência até as próximas eleições. A forma como o impeachment se deu foi entendida pelos países da região como um “golpe de Estado”, já que o impeachment foi consumado em pouco mais de 30 horas, sem tempo hábil de resposta para o acusado, Fernando Lugo. Para parte dos países da América Latina, inclusive o Brasil, a maneira como a destituição de Lugo se deu abalava as conquistas democráticas na região e abria precedente para a quebra da democracia em outros países da região. Os meios de comunicação do Brasil com tendências de esquerda veicularam que o impeachment se tratava de um Golpe de Estado, já que teve o apoio do setor ruralista do Paraguai e do Partido Colorado, partido conservador que tinha governado o Paraguai por cerca de 60 anos, incluindo a ditadura de Alfredo Stroessner. Os de tendência de direita, por sua vez, veicularam que o impeachment era democrático e tinha base constitucional⁷².

O estopim que culminou no impeachment de Fernando Lugo foi o conflito agrário, em Curuguaty, no Alto Paraná, que deixou 17 pessoas mortas, entre policiais e camponeses. Esse conflito, como outros ocorridos no Paraguai, é resultado das disputas por terras que marca a história do Paraguai⁷³. Com a *Lei da Segurança da Fronteira do Paraguai*, de 2005, e, posteriormente, com a chegada de Lugo à presidência, os movimentos sem terras pressionaram o governo por uma Reforma Agrária, o que implicaria discutir o lugar ocupado pelos brasiguaios e os latifundiários no Paraguai. Lugo, dessa forma, foi amplamente acusado pelo setor ruralista do país de incentivar as invasões/ocupações/dominações de suas terras, como forma de pressionar a Reforma

⁷² Em trabalho anterior (NASCIMENTO, 2014), desenvolvido para a disciplina “Teoria dialógica da Linguagem”, em 2013, ministrada pela Professora Dóris Cunha, e publicado na Revista Interletras, da Unigran – Dourados/MS, em 2014, pudemos observar, a partir do aporte teórico da Teoria/Análise Dialógica da Linguagem, que os processos de nomeação utilizados pela mídia brasileira (representada por *VEJA* e *Carta Capital*) para se referir ao impeachment do Presidente Fernando Lugo construíam dois pontos de vista para compreender esse acontecimento político, de acordo com o posicionamento ideológico de cada revista. A mídia tida como mais à direita (representada pela revista *VEJA*) considerou o impeachment um ato legal, amparado na Constituição do Paraguai; enquanto a mídia direcionada mais à esquerda (representada pela revista *Carta Capital*) considerou o acontecimento como um Golpe de Estado, já que Fernando Lugo era apoiado por movimentos sociais do país e propunha uma Reforma Agrária, o que ameaçava os ruralistas do país.

⁷³ O estopim que gerou o impeachment do Presidente Fernando Lugo foi o confronto em Curuguaty que culminou na morte de 17 pessoas. Além desse fato, outras quatro acusações levaram ao pedido de impeachment do Presidente: o aumento da insegurança no Paraguai; o aumento da invasão/ocupação de terras na região Ñancunday; o mau uso dos quartéis militares; e a não transparência da assinatura do Protocolo de Ushuaia II.

Agrária (cf. anexo III). A charge (cf. anexo IV) é bem elucidativa desse período. Nela é possível observar que a propriedade privada (a cerca reafirma a ideia de privado) é aberta por Lugo (de cinza) e por outro homem (o qual não foi possível identificar), indicando aos sem terras (mascarados e armados de foices) que o caminho está livre para as “invasões”, enquanto o proprietário sustenta nas mãos o documento de posse da terra. A charge nos ajuda a compreender como a grande mídia paraguaia (representada pelo *ABC Color*) e os grandes proprietários/fazendeiros paraguaios e brasiguaios discursivizavam o governo de Lugo. Por ser do partido de esquerda e ter o apoio dos movimentos sociais, o Presidente era alvo constante da grande mídia.

Com o aumento das reivindicações pela posse de terra pelos sem terras e pequenos camponeses paraguaios, os grandes e pequenos proprietários brasiguaios no Paraguai se tornaram o alvo das invasões/ocupações/dominações, já que, por não serem paraguaios “puros”, seu direito à propriedade não era legítimo. Esse discurso recorrente no Paraguai é, então, utilizado para justificar as invasões/ocupações/dominações e desviar o foco da problemática da má distribuição de terras para uma luta que, muitas vezes, tem um teor xenófobo. O que observaremos, no entanto, é que os brasiguaios, que comumente são discursivizados como um problema para o país, passam a ser “protagonistas” desse acontecimento político no Paraguai, já que esse “personagem político”⁷⁴ foi mobilizado durante o processo do impeachment e pelo governo de Federico Franco, quem assumiu o poder, para que o Brasil aceitasse os rumos da democracia paraguaia, que escolheu pela destituição de Fernando Lugo.

SD39: Conduzido à política por seu trabalho entre os camponeses, Lugo afirmava, ao assumir a Presidência, que faria **uma reforma agrária "projetada e negociada com todos os atores envolvidos, sem processos traumáticos nem violentos"**.

Mas foi abalado por invasões de grupos de camponeses ligados ao governo em propriedades de ricos produtores no leste, região agrícola mais rica do país na fronteira com Brasil e Argentina, onde milhares de colonos "brasiguaios" prosperam. (FSP, 21/06/2012, *grifo nosso*)

⁷⁴ Em entrevista ao G1, em 26/07/2009, Marcia Sprandel afirma que “o termo [brasiguai] é simplista e defasado”, pois esse “personagem político” apresenta diferentes formas de se relacionar com o governo paraguaio nas diferentes regiões onde vivem. Dessa forma, estamos entendendo que o jogo político-econômico entre o Brasil e o Paraguai mobiliza os brasiguaios para assegurar vantagens e resolver problemas, fato que faz desse sujeito um “personagem político” que atende às necessidades dos dois países segundo o interesse em jogo. Disponível em: <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1242354-17083,00-TERMO+BRASIGUAIO+E+SIMPLISTA+E+DEFASADO+DIZ+PESQUISADORA.html>

SD40: Em relação ao segundo ponto [o primeiro ponto é a Usina de Hidrelétrica de Itaipu e o segundo ponto os brasiguaios], **de certa maneira, a questão dos "brasiguaios" esteve no centro do processo político que culminou na destituição de Lugo.**

Durante o julgamento político, **ele foi acusado justamente de vínculos com movimentos sociais do país e de falta de ação, por exemplo, contra a invasão de terras.** (FSP, 23/06/2012a, *grifo nosso*)

No período da declaração do impeachment de Lugo e a entrada de seu vice-presidente, Federico Franco, no seu lugar, a cobertura da *Folha de São Paulo* foi intensa. Enquanto as notícias, no *ABC Color*, giravam em torno da situação do país e do acontecimento político propriamente dito; as notícias sobre o impeachment de Lugo, na FSP, giravam em torno da situação dos brasiguaios e de como ficaria a relação político-econômica entre os dois países, principalmente no que diz respeito aos acordos em relação à Hidrelétrica de Itaipu. Nesse sentido, o percurso que levou Lugo ao impeachment, uma história desconhecida para os brasileiros, precisava ser contado na mídia. Assim, em SD39, é contado o percurso que levou Lugo ao poder e os seus desentendimentos no governo. É enfatizado que Lugo propunha uma Reforma Agrária “sem processos traumáticos, nem violentos”, mas foi “abalado por grupos de camponeses ligados ao governo” que “invadiam” propriedades de ricos fazendeiros, entre eles os brasiguaios. Dessa forma, é destacada a responsabilidade da base do governo Lugo, os movimentos sociais, como os responsáveis pelas “invasões” a propriedades de grandes fazendeiros, contrariando a declaração de Lugo de uma Reforma Agrária “sem violência”, o que culminou no seu impeachment.

EM SD40, é apontado que “de certa maneira” os brasiguaios estiveram “no centro do processo político que culminou na destituição de Lugo”. Isto porque eles eram um entrave para a Reforma Agrária e eram os alvos dos movimentos sociais. Em seu julgamento, Lugo é acusado “justamente” de vínculos com movimentos sociais. O fato de ele ter vínculo com esses movimentos era indício de que o seu impeachment era legal, já que esses movimentos sociais provocam “a invasão de terras”. A figura de Fernando Lugo é associada à imagem de movimentos sociais não como sinônimo de diálogo com os marginalizados, desfavorecidos, mas para produzir o efeito de que o Presidente era aliado de “invasores” (os camponeses), os que provocam a invasão a propriedades legais, como são designados nas duas sequências discursivas acima. Assim, vai se construindo, na FSP, a associação da imagem de Lugo à dos “invasores” que não respeitam a

propriedade dos brasileiros (os brasiguaios) no Paraguai, as vítimas de um governo que “incentivava” a invasão da propriedade privada. Na FSP, os brasiguaios ricos são representados como as vítimas e a figura política de Lugo, associada aos movimentos sociais, é representada a partir dos “invasores”, que não respeitam a legalidade da propriedade privada.

SD41: O novo mandatário também disse que **os brasiguaios, cerca de 400 mil, terão "tratamento preferencial"** e afirmou não crer que o governo Dilma Rousseff leve a cabo as ameaças de sanções ao Paraguai.

"Certamente esse governo [de Lugo] foi o que mais nacionalizou cidadãos brasileiros radicados no Paraguai. **[Os brasiguaios] podem ficar seguros sobre a preservação de seus direitos**", declarou Franco.

Desde 2011, houve acirramento da tensão entre os sem-terra paraguaios e os produtores rurais do país, muitos deles brasileiros. (FSP, 24/06/2012b, *grifo nosso*)

SD42: "Antes de falar bobagem, ela [Dilma Rousseff] deveria pensar em quantos brasileiros moram aqui", diz o pecuarista paranaense Rui Rosa, **que vive no Paraguai desde 1982.**

Segundo ele, a fala da presidente **reforçou entre os paraguaios a visão de que o Brasil age de forma imperialista com o vizinho, ditando-lhe o que é certo e o que é errado.** "Cada comentário desses piora ainda mais nossa imagem", afirma.

"Quando cheguei aqui, os brasileiros eram bem vistos. Hoje, o paraguaio gosta mais dos argentinos do que de nós". (FSP, 24/06/2012a, *grifo nosso*)

SD43: *"Brasil y el Mercosur deben apoyar al Paraguay en esta renovación histórica". "Queremos tranquilidad para trabajar. Tenemos esperanzas en el nuevo gobierno, porque consideramos que va a apoyar a la agricultura", enfatizó el brasiguayo.*

Romeu señaló que los "brasiguayos" consideran que con el gobierno de Federico Franco se trabajará mejor. "Este es el mensaje que queremos transmitirle a la presidenta del Brasil, Dilma Rousseff. Antes estábamos preocupados por los 'carperos', había pérdidas en el campo, ahora hay esperanzas de que eso sea revertido", expresó el cooperativista (ABC, 26/06/12, grifo nosso)

SD44: **Há 17 anos no Paraguai**, o empresário paranaense Lindor Kubitz também condena possíveis sanções ao país. **"Tirar o Paraguai do Mercosul é uma bobagem. A Dilma só ouviu o Lugo, agora tem que ouvir o outro lado"**. [...] Também sentada à mesa, sua esposa, Kelly, ecoa uma das queixas do pecuarista Rosa: **"Ele (Lugo) sustentava os carperos (sem-terra)"**. [...] Mas nem todos os brasiguaios na churrascaria aprovaram a queda de Lugo. O dono do restaurante, o também paranaense Valdinarte Cardoso, diz que **a rapidez com que ela se deu "afetou a credibilidade do Paraguai"**. (FSP, 24/06/2012a, *grifo nosso*)

Nas sequências discursivas acima, são reportadas as vozes do novo Presidente Federico Franco e de proprietários brasiguaios para falar sobre o impeachment. Diferentemente do que tínhamos observado em SD34, a atitude em relação aos

brasiguaios, em SD41, é outra. Enquanto em SD34 (uma declaração do mesmo ano – 19/02/2012 – cf. p. 159), o então vice-presidente Franco ocupa uma posição radical contra Tranquilo Favero e, conseqüentemente, contra os brasiguaios, acusando-o de “imperialista, insensível à condição humana” e “acima do respeito à nação”, em SD41, o mesmo indivíduo no mundo, Federico Franco, ocupa uma posição mais conciliadora, ao afirmar que os cerca de 400 mil brasiguaios terão “tratamento preferencial” em seu governo. Ocupando uma outra posição-sujeito em relação à anterior, garante “preservar os direitos” dos brasiguaios e acredita que a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, não dará continuidade às sanções prometidas para o Paraguai. No jogo político-econômico entre o Brasil e o Paraguai, os brasiguaios, que até então tinham os seus direitos negados, passam a ter a preservação de seus direitos (quais?). Nesse sentido, não serão apenas nacionalizados paraguaios, como ocorreu no governo de Lugo, mas terão direitos e, portanto, serão de fato cidadãos paraguaios. Os brasiguaios, no acontecimento político do impeachment de Fernando Lugo, passam a ser discursivizados de uma outra forma e, mais do que isso, a ter sua voz mais presente na mídia, sobretudo, a brasileira.

No entanto, como pode ser observado em SD42, SD43 e SD44, não é a qualquer brasiguaião que é dado o direito à fala, mas àqueles que se situam em uma determinada classe social que comunga com os interesses das elites paraguaias. O impeachment de Lugo e a entrada de Federico Franco ao poder, dessa forma, acabaria com a possibilidade de uma possível Reforma Agrária tão prometida por Lugo, já que, ao contrário de Fernando Lugo que era apoiado pelos movimentos sociais e era constantemente pressionado por estes para promover a Reforma Agrária, o que implicaria mexer com o setor ruralista do país, Federico Franco recebeu o apoio dos grandes fazendeiros paraguaios e brasiguaios e estes se mostraram fundamental para que o Brasil aceitasse a legalidade do impeachment. São aos proprietários brasiguaios que é dado o direito à fala, os que apoiam o impeachment e se aliam ao governo de Federico Franco, já que terão “tratamento preferencial” e os seus direitos preservados, ou seja, não terão suas terras avaliadas e destinadas à Reforma Agrária. Sobre os brasiguaios, a partir dessas seqüências discursivas, mobiliza-se a memória dos acordos políticos entre os dois países e a amizade (concretizada – simbolizada – pela Ponte da Amizade) que há entre os dois países e, sobretudo, o respeito à soberania do Paraguai, que deve escolher o que é melhor para os seus, sem interferência do Brasil. Ou seja, pela voz do brasiguaião (proprietário) é reforçada a ideia de que o Brasil não deve ter atitudes imperialistas: ditar “o que é certo

e o que é errado”. Dessa forma, os brasiguaios aparecem como “protagonistas”, uma “moeda de troca”, para que o Brasil respeite a soberania paraguaia e, em troca, os “seus” (os brasiguaios) recebam um tratamento diferenciado.

Em SD42, o pecuarista paranaense, “que vive no Paraguai desde 1982” (o tempo novamente aparece como indício para legitimar a fala e a reivindicação pela terra), afirma que a Presidenta do Brasil só “fala bobagem” e sua atitude reforça a imagem imperialista que o Brasil tem no Paraguai. Além disso, para SD42, nos últimos anos, houve uma inversão na forma pela qual os brasileiros eram vistos: se antes eram bem vistos, hoje os argentinos são mais bem aceitos do que os brasileiros. A partir desse lugar ocupado por SD42, é atualizado uma memória que lembra a relação entre Brasil, Argentina e Paraguai, na qual os brasileiros, apesar de serem um dos responsáveis pela Guerra do Paraguai, por exemplo, eram bem vistos porque ajudaram no milagre econômico paraguaio. No entanto, com o fim do crescimento do país, os brasileiros se tornaram um peso e, ao mesmo tempo, uma ameaça, já que o risco de um expansionismo brasileiro sobre o Paraguai se tornou iminente.

Em SD43, o impeachment é entendido como uma “renovação histórica” que permitirá aos brasiguaios que eles possam trabalhar na terra paraguaia. É dado direito à fala ao brasiguaiio proprietário para enfatizar a necessidade do Brasil em aceitar a legalidade do impeachment de Lugo, pois se acredita que sob o governo de Franco será possível trabalhar. Para SD43, a entrada de Franco trata-se de uma “renovação histórica”, pois há esperanças de que não haja mais perdas no campo por conta dos *carperos*, os que invadem/ocupam as propriedades dos brasiguaios. Em SD44, por sua vez, é reafirmada a necessidade de que a Presidenta Dilma escute os dois lados e não dê apenas atenção a Lugo. É preciso que escute os brasiguaios que vivem no Paraguai há 20, 30 ou mais de 40 anos, e, portanto, não falam “bobagem”, como a Presidenta. Dessa forma, a atitude de retirar o Paraguai do Mercosul por conta do impeachment de Lugo é uma “bobagem”, porque o ex-presidente sustentava os *carperos*. No entanto, em SD44, ainda é indicado que nem todos os brasiguaios foram favoráveis ao impeachment, não por ele ser injusto ou ilegal, mas porque a rapidez do processo afetava a credibilidade do Paraguai. A preocupação dos brasiguaios proprietários recai sobre a vantagem econômica que o governo Franco pode lhes proporcionar, e não sobre a legitimidade desse acontecimento político. Assim, um determinado grupo de brasiguaios são mobilizados para intervir politicamente, junto ao Brasil, para que o novo governo seja aceito, pois os brasiguaios

são tidos como a solução para esse impasse, por apresentarem influência no governo brasileiro.

SD45: A bancada ruralista, por exemplo, foi a primeira a receber os brasiguaios, no último dia 26, e a manifestar apoio ao novo presidente do Paraguai, Federico Franco.

A maior parte dos 350 mil brasileiros que vivem no Paraguai migrou ao país para colonizar as terras produtivas da região, e **hoje são grandes produtores rurais**. [...]

Parte do apoio é também uma retribuição aos votos dos brasiguaios --muitos deles ainda têm título de eleitor ou famílias nas cidades fronteiriças do Brasil, e cruzam a fronteira para votar.

Não por acaso, muitos candidatos a deputado e senador pelo Paraná e Mato Grosso do Sul chegam a fazer campanha no país vizinho.

"Somos um povo que eles têm que olhar com muito carinho, porque temos voto e dinheiro", afirma a advogada Marilene Sguarizi, brasileira residente no Paraguai e representante dos brasiguaios, que esteve no Congresso esta semana. (FSP, 06/07/2012, *grifo nosso*)

As medidas tomadas pelos brasiguaios foram além das declarações veiculadas pela mídia. Os brasiguaios, que passaram a ser discursivizados como apoiadores do novo governo Franco e contrários ao governo do ex-presidente Lugo, tiveram a oportunidade de ir ao Brasil e serem recebidos pelo Congresso. Em SD45, é indicado que a bancada ruralista brasileira (que defende os direitos dos proprietários rurais) foi a primeira "a manifestar apoio ao novo presidente do Paraguai". Os brasiguaios, que são definidos como "grandes produtores rurais", são mobilizados para "defender" o governo de Franco por meio do apoio da bancada ruralista brasileira. A aliança construída entre os brasiguaios "grandes produtores rurais" e a bancada ruralista é sustentada pelo interesse do governo de Franco em garantir "tratamento preferencial" aos brasiguaios (grandes fazendeiros). Isto significa, pois, que o agronegócio, ao contrário da Reforma Agrária, será prioridade e, com isso, paraguaios e brasiguaios, com vínculos no Brasil, serão beneficiados no novo governo.

A pressão desses brasiguaios, assim, é sobre a bancada ruralista porque ela depende dos votos dos brasiguaios para se eleger. Os brasiguaios, sabendo desse interesse político-econômico, colocam-se no lugar daqueles que é preciso ter "carinho", porque os brasiguaios têm "voto e dinheiro". Como observamos nas seções anteriores, por mais que os brasiguaios sejam discursivizados como um todo homogêneo, só a alguns é dado o direito à fala, pois só alguns deles comungam dos interesses dos grandes grupos políticos.

É a contradição que se faz sentir. Dessa forma, não é qualquer brasiguai que é mobilizado politicamente para falar “sua” opinião sobre o impeachment e o novo governo de Franco. Não é o brasiguai marginalizado que tem sua voz reportada para os periódicos brasileiro e paraguaio, mas o “brasiguai grande proprietário” que “fala” por todos os brasiguaio, como se eles fossem um grupo coeso. Desse modo, sabendo de sua importância político-econômica na relação Brasil-Paraguai, os brasiguaio “negociam” com sua condição *entre* e jogam de acordo com os seus interesses políticos (ALBUQUERQUE, 2012a), que, no caso, estão aliados aos interesses políticos da bancada ruralista no Brasil e à garantia dada pelo novo Presidente Franco de que eles teriam “tratamento preferencial”.

Os brasiguaio são colocados (e se colocam) no lugar de protagonistas e aliados do governo de Federico Franco, por isso é evidenciada a mudança de atitude do governo de Lugo (o qual “incentivava” as invasões/ocupações/dominações de terras) para o novo governo de Federico Franco (que garantiria a segurança dos proprietários rurais). Enfatiza-se, com isso, a história dos brasiguaio como aqueles que foram levados ao Paraguai, ajudaram no crescimento político econômico do país e, no governo Lugo, sofriam ameaças pelos “aliados” do governo, os movimentos sociais. Os brasiguaio, nesse sentido, passam a ser discursivizados como “a moeda de troca” para que o impasse entre o Brasil e o Paraguai, ocasionado pelas possíveis sanções a este país e a expulsão do Paraguai do Mercosul, seja resolvido.

Dessa forma, observamos que, mesmo pertencendo a lugares diferentes, o interesse político-econômico promove um ponto de encontro entre brasiguaio, paraguaio, brasileiro e governo: a classe social à qual pertencem. O ponto de encontro atualizado pela mídia sobre esses sujeitos mobiliza o discurso historiográfico sobre o “milagre econômico” desses países e a possibilidade desse milagre novamente acontecer, com a união desses sujeitos que representam o setor do agronegócio. São silenciados, dessa forma, o fato de que tanto o “milagre econômico” brasileiro quanto o paraguaio foram alcançados em um período de ditadura militar, que negava a muitos o direito ao crescimento; e quem são elegidos com o direito à fala nesses diferentes grupos (brasileiros, paraguaio e brasiguaio). O ponto de encontro atualizado pela mídia não abarca a heterogeneidade presente nesses rótulos, tampouco contempla as diferentes necessidades desses sujeitos, pois o real da história (a contradição) não é apreendido.

Ao construir um efeito de homogeneização e generalização sobre os brasiguaios e ao legitimar sua fala por meio do tempo de permanência em que vivem no Paraguai, o que lhes dão o direito de falar melhor da situação do país do que a Presidenta Dilma Rousseff, que só fala “bobagem”, o brasiguai de poder aquisitivo se coloca (e é colocado) como personagem principal da negociação entre o Brasil e o Paraguai, ao destacar a situação vivida por eles no governo Lugo e ressaltar o “tratamento preferencial” que será dado por Federico Franco e, com isso, a oportunidade de, enfim, poder trabalharem em paz. A ameaça de uma possível Reforma Agrária com a chegada de um esquerdista no poder levou o Presidente Fernando Lugo ao impeachment, o que nos leva a afirmar que os interesses dos ruralistas e o poder político estão aliados e quem não “contribui” para essa aliança é tido como oponente, que é preciso livrar-se. A grande mídia, sendo aliada dos partidos conservadores e dos ruralistas, deram direito à fala, com raras exceções, a quem comungasse dos interesses destes. E é nesse jogo político-econômico que os brasiguaios passam a ser representados.

Nesse acontecimento político, é ressignificado o lugar ocupado pelo brasiguai (que deixa de ser visto como um “problema” e passa a ser a “solução”), fazendo com que esses sujeitos fossem representados como um grupo de poder e grande influência política frente ao Brasil. Essa mudança de olhar sobre os brasiguaios é um indício de que esses sujeitos são mobilizados politicamente a partir do interesse de cada governo: enquanto na ditadura de Stroessner eram bem-vindos; posteriormente, passaram a ser vistos como problemas para o país com o fim do “milagre econômico” paraguaio e, no governo de Franco, como soluções para o impasse político Brasil-Paraguai. Os diferentes posicionamentos políticos e suas diferentes relações históricas com as classes sociais fazem trabalhar diferentes histórias sobre os brasiguaios e atualizam (e constroem) memórias que vão ser mobilizadas pelo discurso midiático para falar sobre os brasiguaios. Diferentes histórias e verdades são possíveis em relação aos brasiguaios porque a contradição, o real da história, está presente nas representações sobre esses sujeitos por meio do jogo entre estabilidade e instabilidade na definição de quem eles são. É porque há a contradição (a história não é linear) que as representações sobre esses sujeitos vão mudando ao longo do tempo e vão sendo atravessadas por diferentes fragmentos de histórias e de memórias, ampliando ainda mais o mosaico de representações sobre esses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.
José Saramago. **Ensaio sobre a cegueira.**

Pelos (contraditórios) caminhos da história, buscamos compreender quem são esses sujeitos que, sob o rótulo “brasiguaios”, são ditos e definidos pela mídia brasileira e/ou paraguaia de diferentes maneiras. Para responder a essa pergunta-problema, que impulsionou os objetivos deste trabalho, recorreremos ao discurso historiográfico para compreendermos como as diferentes versões sobre a história (as diferentes formas como ela foi contada e reacentuada) produziram dizeres sobre quem são os paraguaios (puros) e o *outro*: o brasileiro e, conseqüentemente, os brasiguaios. Tais dizeres, muitas vezes, são incorporados pela mídia e são mostrados para a sociedade como representativos sobre esses sujeitos. Na mídia, em relação ao discurso sobre os brasiguaios, observamos que o discurso historiográfico faz eco no discurso midiático, trabalhando na atualização de representações sobre quem são os paraguaios, os brasileiros e os brasiguaios a partir de interesses político-econômicos. Isto é possível porque há os trabalhos da memória e da história que funcionam, por meio da relação entre o discurso historiográfico e o discurso midiático, mobilizando diferentes memórias para representar esses sujeitos.

O que buscamos, então, não foi arrumar uma verdade sobre a atual situação dos brasiguaios no Paraguai, tampouco arrumar culpados ou inocentar brasileiros, paraguaios e/ou brasiguaios, mas tentar compreender, a partir da Análise de Discurso fundada por Pêcheux e tal qual praticada no Brasil, quem são esses sujeitos que, sob o mesmo rótulo “brasiguaios”, ora são representados como vilões, ora como vítimas, segundo o interesse político-econômico em jogo. Os brasiguaios, dessa forma, são a ponta da lança de um problema que atinge o Brasil e o Paraguai: os discursos em torno da problemática da terra e, em especial, da necessidade de se promover uma discussão e um conjunto de ações efetivas para uma Reforma Agrária. Em outras palavras, os problemas que envolvem esses sujeitos estão circunscritos em uma problemática maior: a má distribuição de terras, que é um problema que se arrasta desde a colonização e que, no caso específico do Paraguai, é acentuado após a Guerra do Paraguai. Além das apropriações de terras por parte da Argentina e, sobretudo, do Brasil após a Grande Guerra, o jogo político-

econômico tendeu a favorecer o grupo dos grandes fazendeiros e os que apresentavam recursos, excluindo, conseqüentemente, os sem terras, o pequeno camponês paraguaio e os brasiguaios pobres dos benefícios concedidos pelo governo paraguaio. Foi na tentativa de compreender como esses sujeitos são ditos pela mídia, nesse jogo político-econômico, que recorremos ao discurso historiográfico para entendermos como diferentes memórias são mobilizadas pela mídia para falar sobre os brasiguaios.

A designação “brasiguaios” é, portanto, mobilizada tanto pelos próprios sujeitos que a utilizam como pertencentes a esse “grupo social” quanto pelos que a tomam para se referir ao outro, o não brasileiro, o não paraguaio: o brasiguai. Diferentes atributos são conferidos aos brasiguaios, a partir do lugar de que o sujeito fala e é falado. Assim, no acontecimento enunciativo, as referências e definições atribuídas a esses sujeitos são construídas discursivamente, por meio de dizeres que se atualizam no fio do discurso trazendo à tona diferentes memórias.

Assim, ao entendermos a designação como uma categoria da representação (PRELVITZ, 2006), observamos que a designação “brasiguaios” funciona como um *lugar de memória* (NORA, 1993), a partir do qual parte dos brasileiros que reside/vive/mora no Paraguai e parte dos que retornou ao Brasil são representados e têm nessa designação um lugar material (a materialidade significante, a palavra) que conserva suas memórias e histórias, já que, ao remeter a cidadãos tanto do Brasil quanto do Paraguai, é latente nessa designação o lugar à margem que é preciso esquecer, mas também lembrar para lutar pelos seus direitos – no caso dos brasiguaios pobres – ou garantir privilégios, no caso dos brasiguaios ricos. A designação “brasiguaios”, dessa forma, em si abarca diferentes memórias que são atualizadas a partir do lugar que o sujeito enuncia. Foi na tentativa de compreender como os dizeres sobre essa designação foram construídos que observamos que, sob a aparente homogeneidade que essa designação parece pressupor, há um trabalho de silenciamento de como são diferentes os brasiguaios entre si e as diferentes histórias que os levaram ao Paraguai. Sob essa aparente homogeneidade, no entanto, a grande heterogeneidade que é silenciada se faz mostrar pelos furos que todo processo de definição produz.

São as tentativas de definir a designação “brasiguaios” que deixam que se mostre a heterogeneidade. Assim, pudemos ver que, sob a suposta “identidade brasiguai” construída pelo discurso historiográfico e insistentemente reproduzida pela mídia, diferentes sujeitos e memórias sobre eles insurgem no furo constitutivo de todo processo

de definição, uma vez que toda tentativa de apreensão do real escapa ao sujeito, escorrega. E é por meio desta brecha, do algo que escapa, do que escorrega, que pudemos observar que, ao mesmo tempo em que há uma memória oficial trabalhando para definir uma “identidade brasiguaiia” (um Todo homogêneo), há outras memórias silenciadas, mas *sempre-aí*, que emergem no dito. Foi por meio desses furos, produzidos pelo processo linguístico-discursivo entre o indeterminar e o definir, que pudemos observar diferentes memórias insurgir no dito e compreendermos como essas memórias são mobilizadas a partir do jogo político-econômico no qual os sujeitos brasiguaios estão inseridos.

Para responder a esse questionamento, fizemos um recorte bem pontual sobre os brasiguaios a partir da história política do Paraguai. Optamos pelos dois últimos anos do governo de Fernando Lugo (2010 a 2012), primeiro Presidente de esquerda do Paraguai, após mais de 60 anos do Partido Colorado no poder, propunha uma Reforma Agrária e, posteriormente, enfrentou o impeachment por “mau desempenho de suas funções”. Seu impeachment foi, sobretudo, sustentado pelos setores ruralistas do país e teve o apoio dos grandes fazendeiros brasiguaios e dos ruralistas brasileiros, já que seus interesses estavam aliados aos dos ruralistas paraguaios. Assim, por meio deste último acontecimento político, observamos que os brasiguaios são tomados como “moeda de troca” que é mobilizada segundo a necessidade tanto do Brasil quanto do Paraguai, mais especificamente quando os assuntos estão relacionados à Hidrelétrica de Itaipu e ao livre comércio entre *Ciudad del Este* e Foz do Iguaçu. Os brasiguaios, ao mesmo tempo em que são o “problema” na relação entre os dois países, também são a “solução”, já que, muitas vezes, “dependem” deles que determinados acordos sejam fechados, sobretudo para favorecer o Paraguai: o país que “acolhe” em suas terras o outro, os brasiguaios.

Esse jogo político também se sucedeu em relação ao impeachment do Presidente Fernando Lugo, uma vez que os brasiguaios foram apontados como a “solução” para que o Brasil aceitasse a “legalidade” do impeachment. Esse “personagem político”, o brasiguaiio, apesar de ser discursivizado segundo as necessidades políticas entre os dois países, é comumente visto como um problema, um peso. No entanto, apesar desses dizeres que tendem a levá-los a uma zona de não-pertencimento, a “formar com em uma Faixa de Gaza”, há dizeres contrários que discursivizam o direito dos brasiguaios à cidadania brasileira e/ou paraguaia. A partir desse lugar, os brasiguaios são representados de uma outra forma e, portanto, tem uma outra memória trabalhada sobre eles.

Assim, por meio das sequências discursivas, selecionadas a partir da grande mídia brasileira e paraguaia (representados pela *Folha de São Paulo* e o *ABC Color*), observamos que duas formações discursivas atuavam nos processos de definição sobre quem são os brasiguaios. A heterogeneidade de definições, silenciadas pelo rótulo “brasiguaios”, é resultado dos diferentes lugares por meio dos quais esses sujeitos são falados (e falam) e das diferentes verdades construídas pelo discurso historiográfico sobre esses sujeitos (sobretudo, nos revisionismos historiográficos) que vão ecoando de diferentes formas na mídia a partir do seu interesse político-econômico. Isto porque, na tentativa de apreender quem são os brasiguaios, os sujeitos, inseridos em diferentes FD, mobilizam diferentes memórias. Além disso, deparam-se com o real, o impossível de ser apreendido, abrindo brechas, novos furos, ao defini-los.

Dessa forma, a partir da “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, os dizeres sobre quem são os brasiguaios tendem à homogeneidade. Eles são definidos como um Todo homogêneo: os brasileiros que residem/vivem/moram no Paraguai/país vizinho e que, portanto, são imigrantes. Eles são representados, sobretudo, como os colonos (que remete, principalmente, à imagem do colonizador) e grandes/ricos fazendeiros, o grande latifundiário. Os brasiguaios, a partir desse lugar, são aqueles que usurparam as terras paraguaias e as usufruíram, são aqueles que simbolizam a ameaça, o retorno de uma nova Guerra e da perda da soberania nacional. São os imperialistas, os responsáveis pela desigualdade da distribuição de terras no Paraguai. Esse discurso é corroborado por algumas práticas sociais (alguns brasiguaios não utilizam a moeda nacional, não respeitam os símbolos nacionais, não falam o guarani e utilizam o discurso do imperialista: sua supremacia sobre o povo paraguaio para assegurar seu direito à terra paraguaia) que vão sendo utilizadas como justificativa para atitudes xenófobas por parte de alguns paraguaios.

Por outro lado, na “FD do direito a ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”, outras memórias são atualizadas para se referir aos brasiguaios. A mesma designação “brasiguaios”, a partir desse lugar, apresenta outros sentidos e um outro ponto de estabilidade é construído para se remeter a esses sujeitos. Ao contrário do que acontece na “FD do nacionalismo dogmático paraguaio”, os brasiguaios são representados por meio de sua heterogeneidade. Há brasiguaios e brasiguaios. Há os ricos e os pobres. E são a estes que comumente são negados o direito à cidadania e à terra paraguaia. A memória que é dominante nesta formação discursiva e que, portanto, é trabalhada para

representá-los recupera as virtudes e a importância dos brasiguaios na terra paraguaia, mas que, em troca de sua contribuição para o Paraguai, estão em um lugar à margem da sociedade. São enfatizados, além disso, os problemas com a Reforma Agrária no Brasil e no Paraguai, a desigualdade social nos dois países e a xenofobia sofrida pelos brasiguaios nas terras paraguaias, advindas de um certo nacionalismo paraguaio. Os brasiguaios, enquanto sujeitos não-cidadãos, lutam pela visibilidade: o direito a ter a terra e a ser cidadãos desses países. É a partir de um outro lugar que os brasiguaios passam a ter suas histórias contadas e, portanto, são representados. Procuram, os brasiguaios, superar a invisibilidade de seus problemas, fazendo com que se tornem visíveis para todos.

A partir dessas formações discursivas, temos, então, diferentes formas de representar os brasiguaios. Nenhuma delas, entretanto, é suficiente para abarcar a complexidade e heterogeneidade que a designação “brasiguaios” permite. As diferentes versões sobre a história entre a relação do Brasil e o Paraguai se devem aos distintos trabalhos da memória sobre a história que, por meio de “repetições das memórias estratégicas” (PÊCHEUX, 2010b), produziram diferentes verdades sobre esses sujeitos. Há, assim, diferentes formas de organizar a história em torno deles, ora enaltecendo esses sujeitos (a solução), ora entendendo-os como um peso (o problema). Tais dizeres são trabalhados por meio de famílias parafrásticas que vão produzindo pontos de estabilidade a partir dos quais os brasiguaios passam a ser ditos pela mídia. É por meio dos trabalhos da história e da memória que esses sujeitos são ditos e representados.

Na mídia, espaço discursivo selecionado por nós para compreendermos como os brasiguaios são representados, observamos que diferentes memórias são mobilizadas para falar desses sujeitos. Enquanto no *ABC Color*, predominantemente são os dizeres pertencentes à “FD do nacionalismo dogmático paraguaio” que direcionam o olhar que os leitores terão sobre os brasiguaios, definindo-os, principalmente, como um problema: os invasores, os vilões, mas também a “solução” para conflitos político-econômico entre o Brasil e o Paraguai; na *Folha de São Paulo*, os brasiguaios são, principalmente, representados como vítimas que são mal recompensadas no Paraguai. Contudo, esse olhar sobre os brasiguaios, ao contrário do que acontece no *ABC Color*, não está estabilizado na FSP, na mídia brasileira. Os brasiguaios são *estranhos* para os brasileiros que precisam, portanto, ser definidos. Há, assim, muitas tentativas de definir os brasiguaios, que são marcadas na materialidade linguística: as aspas e o uso do aposto explicativo, com o desejo de construir uma verdade sobre quem são esses sujeitos. Nos diferentes

lados da linha imaginária da fronteira, o que observamos, assim, é que os sujeitos são ditos de formas diferentes, porque memórias distintas atravessam esses dizeres.

Além disso, ao nos debruçarmos sobre o funcionamento da designação “brasiguaios” e os trabalhos da história e da memória sobre o modo como esses sujeitos são representados, deparamo-nos com diferentes gestos de interpretação sobre a história que, sendo o lugar da contradição, é alvo de disputa sobre a “verdadeira” interpretação. Todavia, essas tentativas de contar a verdadeira história não são perfeitas (nunca são!), porque sempre restam brechas, furos. O real da história, a contradição, não é apreendido. E é sob esse real que as diversas memórias são construídas e atualizadas, possibilitando que, na/pela linguagem, diferentes sentidos sejam lembrados.

Se a linguagem, então, é o tecido da memória (COURTINE, 2006), não há sujeito que se subjetive fora da memória, já que, ao ser imerso na linguagem e na história, o sujeito se depara com a(s) memória(s). É porque há a historicidade, os movimentos da história, que o sujeito, na/pela linguagem, se filiará predominantemente a uma memória – pertencente a uma formação discursiva – e produzirá sentidos. É a partir desse lugar que o sujeito olhará o outro. No entanto, é na linguagem, o tecido da memória, que, nos diferentes furos desse tecido, algo nem sempre pode ser apreendido pela língua, algo escapa. É quando o sujeito se depara com o real da língua: a incompletude da língua, o equívoco, a ambiguidade, o impossível de ser apreendido. O *outro* não pode ser apreendido em seu Todo.

É porque há o real da língua (o equívoco), o real da história (a contradição) e o real do discurso (o silêncio) que nos deparamos sempre com a impossibilidade de tudo dizer. Não é possível apreender o Todo, porque a língua é sujeita a falhas, e a história trabalha na/pela contradição, produzindo o excesso de sentidos, uma das formas do silêncio se manifestar (ORLANDI, 2007b)⁷⁵. Por isso, ao mobilizarmos a designação “brasiguaios”, observamos que muitas são as formas de defini-la e, nessas tentativas, o sujeito se depara com os furos do tecido, a linguagem, que permite que diferentes memórias insurjam e sejam responsáveis não só pela reprodução, mas também pela produção de novos sentidos sobre essa designação. O sujeito, na tentativa de representar o outro, por meio da designação, sempre constrói um novo olhar sobre o que vê. E, na tentativa de apreender o que vê, depara-se com a impossibilidade de tudo dizer, com a

⁷⁵ Ou ainda: dizer brasiguaios é não dizer (é silenciar) paraguaio ou brasileiro. Os processos de designação funcionam pelo silêncio: o silenciamento de outras designações possíveis.

contradição inerente à história e com as diferentes memórias que atravessam os dizeres sobre o “mesmo”. É porque o sujeito está sempre a se deparar com o real (o equívoco, a contradição, o silêncio) que a apreensão do Todo é impossível e a realidade é efeito, também, desse olhar. É a partir do lugar de onde se olha que os sujeitos podem ver, produzindo um olhar (entre diferentes olhares) sobre o mesmo objeto.

Se do lugar ocupado por mim, com o meu olhar, determinado pelas condições de produção nas quais estou inserido, eu vi; pude reparar, na/pela opacidade do discurso, um lance de luz (uma verdade?) entre tantas que poderiam ser vistas. A História é feita de verdades, rastros de memórias que, ao se “repetirem estrategicamente”, produzem lugares a partir dos quais veremos, olharemos e repararemos os do lado de cá e os do lado de lá, nós e os outros: todos. Eis os trabalhos da memória e da história que permitem a produção de diferentes gestos de interpretação e que os sentidos não sejam apreendidos em seu Todo, porque já são outros...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005a.

_____. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este el Paraguay. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Assunção: Centro de estudios rurales interdisciplinarios, 2005b, p. 149-182.

_____. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputas de poder na fronteira Paraguai-Brasil. In: *Cadernos CERU (USP)*, São Paulo, v. 19, p. 49-64, 2008a.

_____. Imigração em territórios fronteiriços. In: *VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: saberes e práticas*. Lisboa: Associação portuguesa de Sociologia, 2008b, p. 1-13.

_____. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010. v. 1. 265p.

_____. Fronteiras múltiplas e paradoxais. In: *Revista Textos&Debates*, Boa vista, n. 22, p.71-87, jul-dez, 2012a.

_____. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema de saúde de Foz do Iguaçu. In: *Geopolítica(s): revista de estudios sobre espacios y poder*. v. 3, n. 2, 2012b, p. 185-205.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Traducción de Eduardo L. Suárez. México D. F.: Fondo de Cultura económica, 1993.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 111-124.

BASTOS, Augusto Roa (1985). *Yo El Supremo*. 4. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S. A., 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Nação, Estado e Estado-nação*. In: BRESSER-PEREIRA *website*. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/>

papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf. Acesso em: 30 ago 2013.

CARDIN, Eric Gustavo. A expansão agrícola e a formação das identidades: os “brasiguaios” na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. *Perspectiva Geográfica*, UNIOESTE, v. 6, n. 11, 2011, p. 1-13.

CAZARIN, Ercília Ana. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.) *A pesquisa em Análise e discurso no PPG-LETRAS/UFRGS e sua expansão institucional*. Revista Organon (on-line), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 24, n. 48, 2010, p. 1-11.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. *Revista Letras* (UFSM) online, v. 48, 2014, p. 193-210.

CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 20 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Stroessner: retrato de uma ditadura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F. LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise de discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.

_____. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. *Revista Polifonia*. Cuiabá: EdUFMT, v.12, n 2, 2006, p.5-18.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

COUTO, MIA. *Repensar a pensamento, redesenhando a fronteira*. Disponível em: <http://fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16,176>. Acesso em: 20 de set 2014.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

DE NARDI, Fabiele. Stockmans. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.) *Discurso, Língua e Memória*. Revista Organon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, 2003, p. 65-85.

DAVALLON, Jean. Imagem, uma arte de memória? 3. ed. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2010b, p. 23 - 38.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. Introducción. In: _____. *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Assunção: Centro de estudos rurales interdisciplinarios, 2005, p. 9-14.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. O. Os estudos históricos e a Análise de Discurso. In: *Revisa Leitura*. Macéio, n. 50, jul/dez, 2012, p. 259-287

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e referência. In: _____. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 129-159.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A mídia e a espetacularização da cultura. In: _____ (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003a, p. 9-17.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história no tempo. In: _____ (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003b, p. 95-110.

_____. *Pêcheux e Foucault na análise de discurso: diálogos & duelos*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

_____. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Revista Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 4. n. 11, 2007, p. 11-27.

GRIGOLETTO, Evandra. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. In: *Revista da língua(gem)*. Vitória da Conquista: n. 1, jun 2005, p. 61-67.

GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. Práticas discursivas de subjetivação: representações de escrita em espaços virtuais. In: AZEVEDO, N. P. da. S. G.; FONTE, R. F. L. da. (Orgs.). *Análise do Discurso: mo(vi)mentos de interpretação*. Curitiba: Editora CRV, 2011, p. 21-39.

GUILHAUMOU, Jacques. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 105-118.

GUILLAUMOU, Jacques. MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: A análise do discurso do lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gesto de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. 2 ed. São Paulo: Pontes, 2005.

HAROCHE, Claudine.; PÊCHEUX, Michel.; HENRY, Paul. [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. In. *RUA- Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*. Nucredi: Unicamp, n. 1, 1995.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gesto de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 23-48.

_____. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Dentro e fora da História. In: _____. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a, pp. 13-24.

_____. O Sentido do Passado. In: _____. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b, p. 25-43.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, Freda. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo - um contraponto. *Letras* (Santa Maria), v. 27, 2003, p. 55-66.

_____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 75-88.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias*: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.) *Memória e história da/na Análise de Discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p.67-91.

KAPLAN, Marcos. *Formación del Estado nacional en América Latina*. Bueno Aires: Amorrortu editores, 1976.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 1998.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A ciranda dos sentidos. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. (Orgs.). *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008, p. 13-22.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, Fronteiras culturais e Globalização. Trad. Sandra Jatahy Pesavento. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, SP: Ateliê Cultural, 2002, p. 27-34.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, Denise.; NORMAND, Claudine.; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: as bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gesto de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 61-98.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 1996.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

MORALES, Blanca de Souza Viera. Sujeito: imaginário, simbólico e real. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 34-46.

MORÍNIGO, José Nicolás. La matriz histórica del problema de la tierra en la sociedad paraguaya. In: *Novapolis: revista de estudios políticos y contemporáneos*. n. 10, ago-dez 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Estudos avançados – USP*. São Paulo, v. 9, n.24, 1995, p. 243-254.

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. Nas teias do sujeito do discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação dos brasiguaios com o ser paraguaio In: *Anais do VI SEAD – Seminário de Estudos em Análise de Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2013a. p. 1 – 7.

_____. Construção de Memória e representações dos brasiguaios pela mídia. In: CHAGAS, S. N. *O canto da palavra: II Encontro Nacional e I Internacional de Linguística e Literatura*. Garanhuns: ed. Jairo Nogueira Luna, 2013b, p. 371-379.

_____. Processos de nomeação e valor axiológico no discurso da mídia. *Revista InterLetras*. Dourados/MS: v. 3, 2014, p. 1-15.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; SILVA, Maria Geusina da. *Brasiguaios: cidadania fluída na tríplice aliança*. Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís/MA. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/8fb4146dae9fce4fd92bVera_Geusina.pdf>. Acesso em: 12 set 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Bras. De Yara Aun Khoury. *Projeto História*, Nº 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo. Dezembro 1993, p. 7 - 28.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em aberto*. Brasília. Ano 14, n. 61. Jan/mar, 1994.

_____. Vão surgindo os sentidos. _____ (Org.). *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 2003, p. 11-26.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007a, p. 11-20.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007b.

_____. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In. _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a, p. 213-236.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012b

_____. *Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uOY2KGVkm9U>. Acesso em: 20 set 2014.

ORWELL, George. 1984. Trad. Alexandre Huner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Trad. Maria do Rosário Gregolin. Mimeografado.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. *Semântica e discurso*. Trad. Eni Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b, p. 269-281.

_____. O estranho espelho da Análise do discurso. In. COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009c, p. 21-26.

_____. Análise automática do discurso. In. GADET, F. HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 2010a.

_____. *Papel da memória*. 3. ed. In: ACHARD, P. *et al.* _____. Campinas: Pontes, 2010b, p. 49 - 58.

_____. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, E. P. (Org.). *Gesto de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010c, p. 49-60.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 6 ed. Campinas: Pontes editores, 2012a.

_____. Metáfora e interdiscurso. In. ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b, p. 151-160.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, SP: Ateliê Cultural, 2002, p. 35-39.

PIRES-SANTOS, Maria Elena. *O cenário multilíngue/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social*. Tese em Linguística, UNICAMP. Campinas, 2004.

POMER, Léon. *A guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Editora, 1980.

PRELLVITZ, Tani *Estrangeiro ou imigrante: o discurso da imprensa construindo a (in)aceitabilidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PRIORI, Angelo; KLAUCK, Roberto Carlos. O retorno dos brasiguaios. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 109, 2010, p. 95-102.

RIQUELME, Marciel. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marciel. *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Asunción: Centro de estudios rurales interdisciplinarios, 2005, p. 113-148.

RODRÍGUEZ, Carolina María Zuccolillo. *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 2000.

_____. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Herbert. In: *Estudos da Linguagem*, Vitória da Conquista, n. 1, jun 2005, p. 15-21.

SERCOVICH, Armando. Los procesos discursivos y el registro del imaginario: iconicidad, teoría semiótica y psicoanálisis. In: _____. *El discurso, el psiquismo y el registro de imaginario. Ensayos semióticos*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1977, p 13-54.

SEVERO, Luciano Wexell. Contradicciones paraguayas. In: _____ (org.). *La Espalda: por la emancipação de la América Latina*. Boletín de Economía y Política de los Estudiantes de la UNILA. n. 2, nov – 2012.

SILVA, Leonardo Gueiros. *Os ecos do silêncio no discurso midiático: quando a língua é objeto de notícia*. Dissertação de Mestrado em Letras – UFRJ. Recife, 2014.

SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...* Ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: Editora UCDB, 2002.

SOLER, Lorena. La familia paraguaya. Transformaciones del Estado y la Nación de López a Stroessner. In: WALDO, Ansaldi (director). *La democracia en América Latina. Um barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 435-465.

SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasiguaios: conflitos e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação de Mestrado em Antropologia social - UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

VENTURA, R. *Os paradoxos do conceito de resistência: do mesmo à diferença*. In: Revista de Estudos de Psicanálise. Aracaju, n. 32, p. 153-162, nov. de 2009.

VERSEN, Max von. *História da guerra do Paraguai*. Trad. Manuel Tomás Alves Nogueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual. *Revista Rua*. Campinas, n. 4, p. 39-54, 1998.

_____. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, F. (Org.). *O múltiplo território da Análise do Discurso*. 1 ed. Porto Alegre - RS: Sagra-Luzzatto, 1999, p. 278-292.

_____. Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, n.35, p. 245-282, 2003.

REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS

ABC COLOR. *Brasileños huyen del Paraguay por auge de la extrema violencia*. 30 abril 2010(a). Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/brasilenos-huyen-de-paraguay-por-auge-de-la-extrema-violencia-96923.html> Acesso em: 25 set. 2013

_____. *Em Brasil descartán la autoría del PCC*. 30 abril 2010(b). Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/en-brasil-descartan-la-autoria-del-pcc-97272.html> Acesso em: 25 set. 2013.

_____. *Por xenofobia decide denunciar um brasiguayo a funcionarios de Senave*. 17 ago. 2010. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/por-xenofobia-decide-denunciar-un-brasiguayo-a-funcionarios-de-senave-147674.html> Acesso em: 2 out. 2013.

_____. *Opción de defenderse o soportar una invasión*. 05 jul. 2011. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/opcion-de-defenderse-o--soportar--una-invasion-279722.html>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. *Invasiones campesinas y el plan B*. 09 jul. 2011. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/las-invasiones-campesinas-y-el-plan-b-281301.html>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. *Seguidores de Tekojoja inicia serie de movilizaciones en el Alto Paraná*. 22 jul. 2011. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/seguidores-de-tekojoja-inician-serie-de--movilizaciones-en-el--alto-parana-286474.html>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. *Dos diputados ocupan tierras en la ex Antebi, denuncia titular del Indert*. 16 ago. 2011. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/dos-diputados-ocupan-tierras-en-la--ex-antebi-denuncia-titular-del-indert-296155.html>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. *Jugando con fuego*. 22 jan. 2012a. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/opinion/jugando-con-fuego-358136.html>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Carperos atropellan y destrozan comunidad de productores de Otaño*. 22 jan. 2012b. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/carperos-atropellan-y-destrozan-comunidad-de-productores-de-otano-358204.html>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Eulalio López: “Los ‘brasiguayos’ no existen para nosotros, solo los paraguayos puros*. 24 jan. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/eulalio-lopez-los-brasiguayos-no-existen-para-nosotros-solo-los-paraguayos-puros-358847.html>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Denuncian amenazas y complicidad policial*. 06 fev. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/denuncian-amenazas-y-complicidad-policial-363504.html>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. *El Dr. Francia era “brasiguayo”*. 08 fev. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/opinion/el-dr-francia-era-brasiguayo-364154.html>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. *Favero dice que los que acampan cerca de sus tierras son delincuentes*. 14 fev. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/favero-dice-que-los-que-acampan-cerca-de-su-tierra-son-delincuentes-366588.html>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. *Vicepresidente tilda a Favero de bravucón e imperialista*. 19 fev. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/vicepresidente-tilda-a-favero-de-bravucon-e-imperialista-368283.html>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. *Yo quiero seguir siendo paraguaya*. 13 mar. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/yo-quiero-seguir-siendo-paraguaya-378814.html>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. *Una Franja de Gaza en Paraguay*. 27 mar. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/una-franja-de-gaza-en-paraguay-383811.html>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. *Esperanzas en Franco*. 26 jun. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/esperanzas-en-franco-418771.html>. Acesso em: 14 nov. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Brasiguaios causam crise em cidade do MS*. 30 abril 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u728149.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. *MST aproveita crise para atrair brasiguai*. 01 maio 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u728783.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. *Com Lula, Lugo tem obstáculos no Congresso*. 03 maio 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u729167.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. *Após ameaças, centenas de brasileiros abandonam terras no Paraguai*. 06 maio 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u731017.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. *Instituto critica distribuição de terras a brasileiros no Paraguai*. 15 mar. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1062545-instituto-critica-distribuicao-de-terras-a-brasileiros-no-paraguai.shtml> Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. *Líder sem terra que pede saída de brasiguaios é preso no Paraguai*. 28 maio 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1097037-lider-sem-terra-que-pede-saida-de-brasiguaios-e-preso-no-paraguai.shtml>. Acesso em: 05 set. 2013.

_____. *Lugo enfrenta processo de impeachment no Paraguai, saiba mais*. 21 jun. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1108437-lugo-enfrenta-processo-de-impeachment-no-paraguai-saiba-mais.shtml>. Acesso em: 05 set. 2013.

_____. *Paraguai vai procurar Brasil para tentar desfazer mal-estar*. 23 de jun. 2012(a). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1109505-paraguai-vai-procurar-brasil-para-tentar-desfazer-mal-estar.shtml> Acesso em: 10 set. 2013.

_____. *Novo presidente promete garantir direitos dos brasiguaios*. 23 jun. 2012(b). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1109558-novo-presidente-promete-garantir-direitos-de-brasiguaios.shtml> Acesso em: 10 set. 2013.

_____. *'Brasiguaios' temem retaliação de Dilma ao Paraguai*. 24 jun. 2012a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1109790-brasiguaios-temem-retaliacao-de-dilma-ao-paraguai.shtml> Acesso em: 10 set. 2013.

_____. *"Brasileiros podem ficar seguros", diz novo presidente paraguaio*. 24 jun. 2012b Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1109753-brasileiros-podem-ficar-seguros-diz-novo-presidente-paraguaio.shtml>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. *Senadores e brasiguaios pedem apoio de Dilma a governo do Paraguai*. 26 jun. 2012(a). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1111037-senadores-e-brasiguaios-pedem-apoio-de-dilma-a-governo-do-paraguai.shtml> Acesso em 17 set. 2013.

_____. *Brasiguaios comemoram impeachment contra Fernando Lugo*. 26 jun. 2012(b). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1110526-brasiguaios-comemoram-impeachment-contra-fernando-lugo.shtml> Acesso em: 17 set. 2013.

_____. *Crise no Paraguai expõe conflito entre sem terra e brasiguaios*. 27 jun. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1111168-cri-se-no-paraguai-expoe-conflito-entre-sem-terra-e-brasiguaios.shtml> Acesso em: 17 set. 2013.

_____. *Brasiguaios conseguiram encontro por influência entre os ruralistas*. 06 jul. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1115878-brasiguaios-conseguiram-encontros-por-influencia-entre-ruralistas.shtml> Acesso em: 19 de set. 2013.

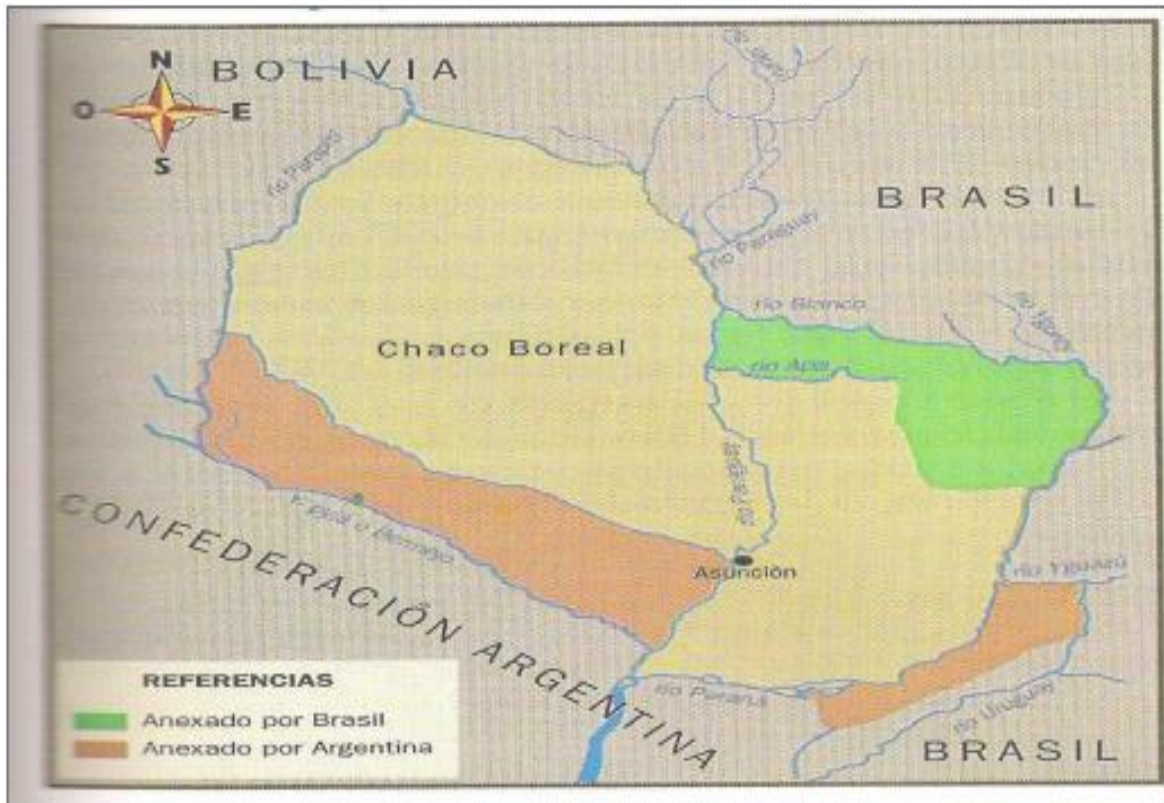
_____. *Tendências/Debates: as mentiras paraguaias das elites brasileiras* 17 jul. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opinia-o/1121160->

[tendenciasdebates-as-mentiras-paraguayas-das-elites-brasileiras.shtml](#). Acesso em: 19 set. 2013.

PARAGUAY. *Constitución de la República del Paraguay*. 20 jun. 1992. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_pry_anexo3.pdf. Acesso em: 10 dez. 2013.

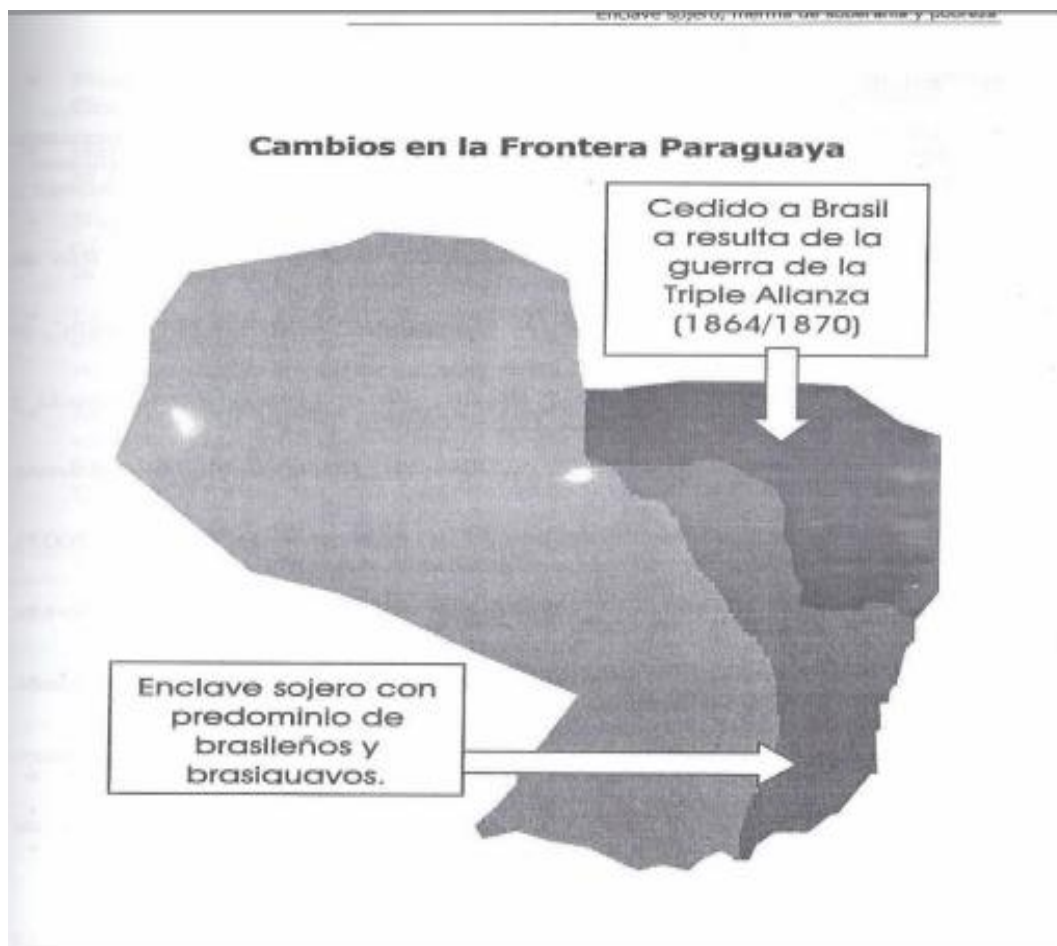
_____. *Ley 2.532/05*. 17 fev. 2005. Disponível em: <http://www.catastro.gov.py/archivos/leyes/leyes%20relacionadas%20al%20catastro/ley%202532-05%20seguridad%20fronteriza.pdf>. Acesso em: 12 jun 2013.

ANEXO I



“Figura cartográfica publicada em um livro didático de história no capítulo sobre a ‘Guerra da Tríplice Aliança’ (TALAVERA *apud* ALBUQUERQUE, 2005, p. 147-148)

ANEXO II



“Figura cartográfica publicada no livro ‘Enclave sojero: merma de soberanía e soberba’” (FOGEL; RIQUELME *apud* ALBUQUERQUE, 2005, p. 148)

ANEXO III

PARAGUAI EM CRISE

Sob ameaça de recessão, país afasta presidente eleito em 2008



RAIO-X

NOME República do Paraguai

POPULAÇÃO 6,6 milhões

PIB PER CAPITA US\$ 3.252
(Brasil: US\$ 12.465)

DÍVIDA DO PIB 13,5%

DESEMPREGO 5,8%

IDH*: 107^o (Brasil é o 84^o)

*Índice de Desenvolvimento Humano



PASSO A PASSO

21.jun

- > Seis dias após o conflito entre polícia e sem-terra que matou 17 e um dia depois de Lugo dizer que não demitiria o novo ministro do Interior, Câmara vota abertura do impeachment
- > Abertura de processo é aprovada por 76 votos a 1 (a Câmara tem 80 membros)

22.jun

- > O Senado, que tem 45 membros é “juiz” do processo, julga o pedido de impeachment. Lugo manda advogados, mas não vai ao Congresso para se defender
- > Cerca de 30 horas depois da abertura do processo, o Senado afasta Lugo por 39 votos a 4

O que acontece agora

- > Lugo já deixou a Presidência; o vice, Federico Franco, assumiu ontem
- > O ex-presidente ainda está sujeito a processo judicial. Discute-se se ele perderá os direitos políticos ou se poderá se candidatar ao Senado já nas eleições de abril de 2013

CRONOLOGIA DO GOVERNO LUGO

2008

Fernando Lugo, ex-bispo católico, se elege presidente por coalizão de esquerda, pondo fim a décadas de domínio do Partido Colorado

2009

> Lugo cria comissão semelhante à Comissão da Verdade brasileira, para investigar crimes da ditadura Stroessner (1954-1989)

2010

> Decreta estado de exceção no norte do país devido aos ataques do grupo guerrilheiro EPP

> Governo divulga em agosto que presidente sofre de câncer linfático, do qual se trata no Hospital Sírio-Libanês, em SP

2011

> Presidente obtém acordo com o Brasil que triplica o valor pago ao Paraguai pela energia da usina binacional de Itaipu

> Justiça despeja donos de terra brasileiros, acusados de irregularidade. “Brasiguaios” acusam Lugo de estimular invasões

15.jun.2012

11 camponeses e 6 policiais morrem em conflito no nordeste do país. O ministro do Interior e o chefe de polícia deixam cargos

21.jun

Câmara aprova abertura de processo de impeachment contra o presidente

Referente à matéria “Para salvar presidente do Paraguai, Dilma ameaçou sanção”, da *Folha de São Paulo*, do dia 23/06/2012.

ANEXO IV



Referente à notícia *Invasiones campesinas y el plan B*, publicada no dia 11 de julho de 2011 pelo *ABC Color*. (Na imagem, Fernando Lugo [de cinza] dá o sinal para que os campesinos sem terras paraguaios invada as terras de um grande proprietário, que apresenta o título de sua propriedade)